



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Educação

Patricia Maneschy Duarte da Costa

**Universidade, política cultural e juventude: o saber, o fazer da extensão universitária  
nas universidades públicas**

Rio de Janeiro  
2009

Patricia Maneschy Duarte da Costa

**Universidade, política cultural e juventude: o saber, o fazer da extensão universitária  
nas universidades públicas**

Tese apresentada como requisito para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Educação.

Orientador(a): Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Mirian Paura Sabrosa Zippin Grinspun

Co-Orientador(a): Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Sonia Regina Mendes dos Santos

Rio de Janeiro  
2009

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

C837 Costa, Patricia Maneschy Duarte da.  
Universidade, política cultural e juventude: o saber, o fazer da extensão universitária nas universidades públicas / Patricia Maneschy Duarte da Costa. – 2009.  
204 f.

Orientadora: Mirian Paura Sabrosa Zippin Grinspun  
Co-Orientadora: Sonia Regina Mendes dos Santos  
Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.  
Faculdade de Educação.

1. Extensão universitária – Rio de Janeiro – Teses. 2. Ensino superior – Rio de Janeiro – Teses. 3. Jovens – Educação – Rio de Janeiro – Teses. I. Grinspun, Mirian Paura Sabrosa Zippin. II. Santos, Sonia Regina Mendes dos. III. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação. IV. Título.

es CDU 378.4(815.3)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação.

---

Assinatura

---

Data

Patricia Maneschy Duarte da Costa

**Universidade, política cultural e juventude: o saber, o fazer da extensão universitária nas Universidades Públicas**

Tese apresentada como requisito para obtenção do título de Doutor ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Educação.

Aprovado em 08 dezembro de 2009

Banca Examinadora:

---

Profª Drª Mirian Paura Sabrosa Zippin Grinspun (Orientadora)  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro/ UERJ

---

Profª Drª Sonia Regina Mendes dos Santos (Co-Orientadora)  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro/ FEBF

---

Prof Dr. Alberto Ferreira da Rocha Júnior  
Universidade Federal de São João Del-Rei/ UFSJ

---

Prof. Dr. Adair Leonardo Rocha  
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro/ PUC-RJ

---

Prof. Dr. Antonio Maurício Castanheira das Neves  
Pontifícia Universidade Católica de Petrópolis/ UCP

---

Prof. Dr. José Carmello Braz de Carvalho  
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro/ PUC-RJ

Rio de Janeiro  
2009

## DEDICATÓRIA

Para minha grande razão de viver, Roberto George, Bruno e Rafael.

Para os maiores amigos da minha vida, Roberto e Adilma.

Para os melhores amigos, em todos os momentos que compartilho amizade, incertezas, moram nos meus pensamentos e no meu afeto e que fazem diferença na minha vida, enfim... Mirian, Sonia, Rosa Maria, Arnete, Claudio, Maurício, Heloísa, Bernardo, Marta, Luciana, Antonio.

## AGRADECIMENTO

Especialíssimos para minhas orientadoras, Prof<sup>a</sup> Mirian Paura e Prof<sup>a</sup> Sonia Mendes, mais do que um compromisso formal de orientação, incansavelmente responderam e corresponderam a todas as minhas expectativas, inseguranças e expressaram continuamente segurança e assertividade durante toda a trajetória, permeando esse caminho de uma produção prazerosa e acrescida de curiosidade investigativa.

Agradeço especialmente, ao meu marido e meus dois filhos, que durante este percurso souberam esperar por mim, confiar em mim, acreditar em mim e nos projetos que podemos construir juntos.

Agradeço as contribuições reflexivas dos amigos Antonio Xisto, Maria de Fátima, Marizinha, Adair, Diego, Márcia Maria, Janaina, Sueli, Arlete, Nilza, Rosa Lourinha, e tantos outros que por certo sabem das nossas discussões paradoxais e axiomáticas.

Agradeço a consideração e o apoio da Instituição em que trabalho AEDB, Diretores, Coordenadores, Professores e Alunos. Em especial Prof. Antonio Carlos, Prof<sup>a</sup> Nilza, Prof<sup>a</sup> Sueli e Prof<sup>a</sup> Silvia.

Agradeço, aos Professores e aos funcionários do PROPED, nestes 08 anos de convivência contribuíram para minha formação, e, além disso, travamos em diversos momentos relacionamentos muito além das amarras da fragmentação, em especial para Prof<sup>a</sup> Rosana Glat, Sandra, Jorgete, Morgana e Fátima.

## RESUMO

MANESCHY, Patricia Duarte da Costa. *Universidade, política cultural e juventude: O saber, o fazer da extensão universitária nas universidades públicas*. 2009. 230 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

Apesar de todas as crises que as Universidades vêm passando ao longo dos anos e dos contextos diferenciados, elas são capazes, através de seus traços culturais – discursos-ações, de construir perfis culturais específicos, os quais são significativos para as definições das concepções, metas, estratégias e ações que redesenham, dinamicamente, suas finalidades. A expressão dessa dinâmica universitária é efetivada no espaço da extensão com propostas arrojadas e renovadas capazes de empreender interlocuções, por profundas relações de interação e intercâmbio de produção e de execução, com a sociedade gerando tecnologias capazes de promover a educação humanista e a cidadania. A cultura nas Universidades é fundamentada, antropologicamente, no universo de relação e reconstrução dessa proposta de educação humanista, mediando e oportunizando a formação da juventude universitária. No entanto, esta juventude, que se situa em espaço e tempos específicos e que experimenta a formação proposta, por vezes não estabelece conexões relevantes com a cultura desenvolvida dentro da Universidade. Por um processo de reflexão, a partir deste contexto, emergem objetivos para se pensar na concepção da cultura na Universidade e sobre modos de saber e fazer na extensão, que propiciam a formação mediada pela compreensão do universo cultural na formação e na vida cotidiana dos jovens universitários. Esta investigação está limitada por cenários histórico-cultural e sócio-econômico referentes à construção de uma política cultural nas universidades públicas da cidade do Rio de Janeiro que, diretamente, são impulsionadas pelas diretrizes atualmente propostas pelos Ministério da Cultura e da Educação e pelo Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. A metodologia surge no percurso da investigação com a opção pela etnopesquisa de concepção fenomenológica. As microsociologias contribuem para a compreensão do ator social como produtor e instituidor do discurso e da realidade por meio de relações sociais, estabelecidas a partir dos grupos envolvidos e suas escolhas políticas, contextualizadas no cotidiano. O referencial teórico desta pesquisa é orientado pelos autores dos estudos culturais abordando: pós-modernidade, relações sociais e grupais e políticas e ações no contexto social conforme: Laclau (1978, 1996) Laclau e Mouffe (2004), Hall (1998, 2003), Garcia-Canclini (2005, 2006), Mendes (2007), Santos (2005, 2006), Nogueira (2000, 2005), Silva (2002), Readings (2002), Souza (2007). Lapassade (2005), Ketele e Roegiers (1993) e Macedo (2006). Finalizando, as políticas culturais em processo de construção nas universidades estudadas demonstraram a possibilidade de uma vivência diferenciada na extensão universitária capaz de agregar valor na formação humanista e cidadã. Os desdobramentos destas ações podem vir a fortalecer as dinâmicas de construção das políticas baseadas em uma concepção de cultura, com alternativa contra-hegêmica, que atenda às demandas sociais na pós-modernidade.

Palavras-chave: Universidade. Política cultural. Extensão Universitária. Juventude. Formação.

## ABSTRACT

MANESCHY, Patricia Duarte da Costa. *University, cultural politics and youth: knowledge and doing of the science outreach in public universities*. 2009. 230 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

In spite of all the crises that the Universities have been experiencing over the years and the differentiated contexts, they are able, by their cultural aspects – speeches-actions, , to build specific cultural profiles, which are significant for the definitions of concepts, goals, strategies and actions to redraw dynamically its purposes. The expression of this dynamic university is accomplished into the space of the extension with bold and renewed proposals able to promote dialogues, by deep relations of interaction and interchange of production and execution, with the society producing technologies capable to promoting the humanistic education and citizenship. The culture at the University is based, anthropologically, on the universe of relation and reconstruction of this proposal of humanist education, mediating and favoring the formation of university students. However, this youth, who positions herself in specific space and time and who experiment the proposed formation, sometimes does not establish relevant connections with the culture developed inside the University. By a process of reflection, from this context, emerge goals to think about the concept of culture at the University and on ways of knowing and doing at the extension, which favor the formation mediated by the understanding of the cultural universe in training and in the daily life of the university young persons. This research is limited by historical and cultural sceneries and economical-partner referring to the construction of a cultural politics in the public universities in Rio de Janeiro that, straightly, are driven by the directives currently proposed the Ministry of Culture and Education and by the Forum of Pro-rectors Extension of Brazilian Public Universities. The methodology appears in the course of investigation with the choice for the “etnopesquisa” of phenomenological conception. The micro-sociology contribute to understanding the social actor like producer and institutor of the speech and of the reality through social relations established from the involved groups and their political choices in context in daily life. The theoretical framework of this research is guided by the authors of cultural studies addressing: powders-modernity, social relations and group actions and policies and the social context as: Laclau (1978, 1996), Laclau e Mouffe (2004), Hall (1998, 2003), Garcia-Canclini (2005, 2006), Mendes (2007), Santos (2005, 2006), Nogueira (2000, 2005), Silva (2002), Readings (2002), Souza (2007), Lapassade (2005), Ketele and Roegiers (1993) e Macedo (2006). Finally, the cultural politics in process of construction at the studied universities has shown the possibility of a differentiated experience at the university extension can add value in the humanist education and citizen. The consequences of these actions can come to strengthen the dynamic of policy construction based on a conception of culture, with alternative counter-hegemonic, what pays attention to the social demands in the powders-modernity.

Keywords: University. Culture. Politics Culture. Extension. Youth. Formation.

## LISTA DE SIGLAS

CEAEX	Centro de Apoio à Extensão
CBEU	Congresso Brasileiro de Extensão Universitária
CIAEX	Coordenadoria de Integração Acadêmica
CIAPEX	Coordenadoria de Infra-Estrutura da Extensão
CLA	Centro de Letras e Artes
CPIEX	Coordenadoria de Projetos Institucionais
CTE	Centro de Tecnologia Educacional
DCULT	Departamento Cultural
DEPEXT	Departamento de Extensão
EBA	Escola de Belas Artes
EUROCULT	Fundação Européia de Cultura
FAU	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
FAUF	Fundação de Apoio à Universidade Federal de São João del-Rei
FL	Faculdade de Letras
FORPROEX	Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras
IPES	Instituições Particulares de Ensino Superior
MEC	Ministério da Educação
MinC	Ministério da Cultura
MONDIACULT	Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais
PBEX	Programa de Bolsa de Extensão
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PIDAS	Programa de integração Docente Assistencial em Saúde
PNC	Plano Nacional de Cultura
PNE	Plano Nacional de Extensão
PRINC	Programa Interinstitucional De Cultura Das Universidades Públicas Da Regional Sudeste (PRINC) – FORPROEX Sudeste
PROEX	Pró-Reitoria de Extensão
PROExC	Pró-Reitoria de Extensão e Cultura
PROEXT	Programa de Apoio à Extensão Universitária
ProExt Cultura	Programa de Financiamento pra Projetos de Extensão Universitária

	na área de Cultura
PROEXTE	Programa de Apoio à Extensão Universitária
SESu	Secretaria de Educação do Ensino Superior
SiexBrasil	Sistema de Informações da Extensão
SUS	Sistema Único de Saúde
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSJ	Universidade Federal de São João del-Rei
UnATI	Universidade Aberta da Terceira Idade
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
UNITEVÊ	Canal Universitário da UFF

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Balanço ProExt Cultura 2008.....	78
Tabela 2 -	Formas de institucionalização da extensão.....	114
Tabela 3 -	Itens referentes à Universidade.....	151

## SUMÁRIO

	<b>DESESCONDENDO A INVESTIGAÇÃO: INTRODUÇÃO</b> .....	12
1	<b>CULTURA E UNIVERSIDADE: TENSÕES SADÁVEIS</b> .....	28
1.1	<b>A cultura: projeto para democracia e desenvolvimento</b> .....	44
1.2	<b>Universidade que se pensa</b> .....	51
1.3	<b>Ações universitárias, cultura e juventude</b> .....	62
2	<b>EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E O CAMPO DA POLÍTICA CULTURAL</b> .....	67
2.1	<b>Aproximações: uma política da identidade cultural na extensão</b> .....	70
3	<b>PERCURSO METODOLÓGICO: DIMENSÕES EM ANÁLISES</b> .....	84
3.1	<b>O constructo metodológico</b> .....	84
3.2	<b>A arena da construção do objeto de estudos: do campo, dos sujeitos e das técnicas de pesquisa</b> .....	89
3.3	<b>Dimensões de análise</b> .....	97
3.3.1	<b><i>Dimensão Universidade e Cultura</i></b> .....	97
3.3.1.1	<b>Algumas reflexões</b> .....	112
3.3.2	<b><i>Dimensão das Políticas de Cultura</i></b> .....	
3.3.3	<b><i>Dimensão Financiamento da Cultura</i></b> .....	140
3.3.4	<b><i>Dimensão da Participação da Juventude</i></b> .....	143
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS: COMEÇANDO UM TEMPO</b> .....	150
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	169
	<b>APÊNDICE A - Carta para obtenção do consentimento livre e esclarecido para a pesquisa “Extensão, Universidade, Política Cultural e Juventude: o saber, o fazer da extensão universitária nas universidades públicas da cidade do Rio de Janeiro”</b> .....	176
	<b>APÊNDICE B - Termo de Consentimento livre e esclarecido</b> .....	177
	<b>APÊNDICE C – Entrevista</b> .....	178
	<b>ANEXO A - Portaria normativa interministerial nº 1, de 4 de outubro DE 1007. Diário Oficial da União Seção 1, Nº 215, quinta-feira, 8 novembro de 2007, p. 8</b> .....	179
	<b>ANEXO B - Programa de apoio a cultura: extensão universitária. ProExt Cultura. Edital 2008</b> .....	181
	<b>ANEXO C - Plano nacional de extensão unviersitária. 2000/2001</b> .....	194

## **DESESCONDENDO A INVESTIGAÇÃO: INTRODUÇÃO**

Chegar a este estudo foi uma trajetória de descobertas. Primeiro considerar que as pesquisas anteriores estavam voltadas às preocupações com a formação da juventude, os caminhos que trilham na formação de uma identidade na chamada hoje, pós-modernidade. Em um primeiro momento, os estudos sobre a juventude e a identidade construída a partir dos *chats* da internet e os desdobramentos da utilização da cibercultura como ponto de referência para a construção de novas identidades, instigavam-me à análise voltada para as instituições escolares e o desenvolvimento de competências e habilidades formativas que contribuíssem para formação integral dos jovens. De início, constatei então duas grandes áreas que se integravam, mas tinham saberes diferenciados: juventude e identidade. Já nesse primeiro momento de estudo, na dissertação de mestrado, a cultura se sobressaiu como interlocutor fundamental para a compreensão de comportamentos que constituíssem uma identidade na cibercultura. Na época, junto ao Departamento de Extensão Universitária da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), realizavam-se ações de pesquisa via Extensão Universitária por meio do desenvolvimento de projetos em que cultura, juventude e políticas públicas já permeavam as discussões nas investigações. Há mais ou menos quatro anos, fora iniciado o trabalho direto na Extensão Universitária, especificamente como Assistente Pedagógica da Sub-Reitoria de Extensão Universitária em uma universidade particular, e assumida a Coordenação do Setor Cultural. A proposta desse Setor dentro da Extensão era proporcionar o desenvolvimento cultural para toda a universidade. Neste contexto, as ações construídas partiram da criação de uma política cultural que agregasse valor à formação dos estudantes, inclusive que possibilitasse o empoderamento cultural bem como a compreensão da cultura a partir do cotidiano e da produção realizada no setor. O trabalho se desenvolveu e com as experiências alcançadas na Extensão e no Setor Cultural, voltei os interesses para pesquisar os meandros da cultura na universidade. A inquietação se fez presente quanto a investigar os entendimentos dos gestores sobre o papel da cultura na universidade, as políticas, as ações, formas de institucionalização e os modos de inserção e produção de conhecimentos que pudessem estar sendo veiculados através da Extensão e da cultura na universidade.

Nessa perspectiva, o objetivo desta investigação é busca responder as seguintes questões:

- Qual referencia de cultura marca as formas que assume no âmbito da universidade?

- Qual a correlação existente entre as propostas do Ministério da Cultura colocadas no Plano Nacional de Cultura e a sua efetivação nas universidades públicas?
- Que relações se estabelecem entre as concepções e práticas para o desenvolvimento da política cultural e a dimensão da formação dos jovens universitários? Ou De um modo geral as ações desenvolvidas contribuem para promoção da vivencia cultural e consideram a inserção dos estudantes – juventude-, almejando o empoderamento social à formação profissional?
- Que desafios as universidades tem enfrentado para o desenvolvimento de políticas culturais?

As principais preocupações do estudo pautam-se em entender: como, por que, e de que forma, e sob quais olhares/perspectivas a cultura tem estado presente nas universidades. Ainda, de que modo a cultura tem contribuído ou de que modo pode contribuir, na pós-modernidade, para a formação na dimensão humana a partir de dentro da universidade. Podemos pensar a cultura como eixo formativo para as instituições de ensino superior, por isso torna-se relevante estudar em que condições e situações encontraram esta postura na universidade. As relações que se estabelecem entre a cultura na universidade e a proposição do pensamento que defende a cultura para humanizar e viabilizar o social estão presentes nos discursos, mas efetivamente teremos que investigar até que ponto está presente no ambiente da universidade, não somente como proposta, mas como prática. O processo de envolvimento dos estudantes é uma outra vertente que instiga a relação teoria-prática, a fim de observar se os estudantes universitários estão envolvidos com esse processo, e como se envolvem, o que a universidade oferta para o desenvolvimento da proposta.

Essas questões de estudo direcionam o desenvolvimento da pesquisa em três eixos que, no percurso da narrativa, interagem e se interrelacionam, sustentam, e constroem um contexto específico a partir do olhar da autora, dos interlocutores entrevistados e do campo observado.

O primeiro eixo trata da reflexão sobre o cenário do movimento feito pela universidade e as políticas culturais nele inseridas na historicidade peculiar, as propostas são: primeiro, identificar de que modo as políticas de cultura estão presentes nas universidades públicas e, em quais concepções e práticas; segundo, quais as principais orientações e diretrizes presentes nas políticas de cultura, as estratégias, ações e atividades; terceiro, quem

pensa, o que faz e sob quais princípios, fundamenta-se a proposta do desenvolvimento cultural nas universidades.

O segundo eixo aborda as discussões no cenário da Extensão Universitária, com os objetivos de investigar se: é a Extensão o lugar na universidade para se desenvolver esta política de cultura; verificar como se encontram as orientações e diretrizes que têm por base o Plano Nacional de Extensão para as Universidades Públicas em seu eixo temático Cultura, e de que forma as iniciativas de parceria e fomento estão presentes nas universidades. Discutir as políticas públicas do Ministério da Cultura (MinC) voltadas para a promoção e o apoio ao desenvolvimento cultural dentro da extensão universitária hoje.

E no terceiro eixo, o estudo busca compreender a forma de inserção da juventude universitária neste cenário. Neste eixo o interesse se volta para juventude, qual o seu papel no contexto atual, na nossa sociedade e de que forma a juventude universitária vem se desenvolvendo/ comprometendo-se com a cultura, se um modo geral. Nesse sentido o estudo busca conhecer por um lado qual o papel, quais as atividades que as universidades promovem neste campo para atender os interesses e expectativas dos jovens e por outro lado, também, para possibilitar, através da cultura melhores e maiores condições de formação humana à este futuro profissional.

Compreendo a proposta referencial deste estudo, na dimensão de uma reflexão sobre a universidade, especificamente a área da extensão universitária, como o lócus que possibilita e torna concreta a finalidade da educação para a cidadania, ou seja, em sua função sócio-educativa a universidade deve atender a concepção de formar para a cidadania.

No Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX) encontramos os princípios e as diretrizes para as práticas na extensão. A orientação sinaliza para priorização das práticas voltadas para o atendimento as áreas consideradas como “necessidades sociais emergentes” relacionadas à “Educação, Saúde, Habitação, Produção de Alimentos, Geração de Emprego e Ampliação de Renda”<sup>1</sup>. Estas áreas devem ser tratadas por temáticas afins, para sistematizar as diversas temáticas o FORPROEX referenda uma terminologia adequada para descrever estas temáticas, considerando assim “eixos temáticos, distribuídos em ordem alfabética: Comunicação, Cultura, Direitos Humanos, Educação, Meio ambiente, Saúde, Tecnologia e Trabalho. Na pesquisa dirijo a discussão para o eixo temático da Cultura” (SISTEMA DE DADOS E

---

<sup>1</sup> Áreas registradas no Plano Nacional de Extensão Universitária, 2001, p. 19.

INFORMAÇÕES: BASE OPERACIONAL DE ACORDO COM O PLANO NACIONAL DE EXTENSÃO, 2001, p. 21-22).

A extensão é locus para além das práticas isoladas de pesquisa e de ensino na universidade. Inclui a possibilidade de construção da interlocução da práxis pedagógica e intelectual com a sociedade, concretizando as propostas e produtos em uma dinâmica de aprendizagem reflexiva e autônoma em suas instâncias, capaz de produzir um vínculo de aprendizagem mútua entre sociedade e universidade. Nesta interlocução, a cultura é o constructo/alicerce que provoca e produz a dinâmica da educação humanizadora, manifestada em suas diversas formas de expressão social e cultural. A cultura como objeto de interlocução na extensão contribui para a realização do conceito de cidadania e com a construção de uma práxis política se compromete com a transformação social.

Dentro da universidade, a extensão se incumbe, conforme proposta do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX), da função de desenvolver a cultura na universidade via seu segundo eixo temático: cultura.

A própria característica da Extensão universitária como o locus de convivência dos eixos do ensino/ pesquisa para ser realizado e integrado na extensão, já se traduz como locus de possibilidade para um projeto de cultura como um eixo formativo junto à juventude e aos demais participantes da universidade e da comunidade atendida e ou integrada em programas e projetos extensionistas.

É simples dizer que a extensão deva atender a comunidade por meio dos serviços que presta. Mas para um processo educativo, isso é muito pouco, não basta um atendimento descontínuo sem a possibilidade de causar um impacto na comunidade atendida, ou vice versa, cujo impacto re-projete a pesquisa e o ensino. A aprendizagem mútua é objeto da cultura, é onde se faz a cultura.

Embora haja uma tensão no campo da extensão universitária para definição de suas funções e diretrizes de atividades a partir de vários discursos sobre as estratégias e as respostas social e academicamente correspondentes, essa tensão é saudável quando se considera avançar das políticas de assistência para políticas reformadoras das intervenções na sociedade.

E é justamente neste campo de tensão que as universidades públicas vivem a incerteza (MORIN, 2001), de seus projetos educacionais diante do desmonte da sociedade racionalista. Os encontros com novas políticas e práticas educativas seguem a dissonância na prática gestora e acadêmica de uma universidade que necessita da interlocução com a sociedade para

definir seus rumos, do encontro com a autonomia e a emancipação de seus projetos. Não se pode esquecer a natureza do que foi e é essa tensão do encontro com a sociedade e a cientificidade, e por ser o local tanto da repetição do poder vigente quanto o de ir de encontro a ele para denunciá-lo e rever seus caminhos.

A universidade se tem atribuído o papel desafiador de olhar a si mesma e encontrar os meios de se manter na resistência ao projeto da globalização neoliberal – vivenciando uma função contra-hegemônica. Embora enfrente a crise de estar dentro de um projeto nacional, por vezes, será necessário entrar em crise para retomar o projeto de ser participativa da reforma progressista que propõe Santos (2005). Assim, está a extensão inserida na universidade, seu campo de tensão também se faz presente e suas políticas, tanto de diretrizes acadêmicas quanto de atendimento e relacionamentos à sociedade acompanham a história-social da universidade, se redefine e tende hoje a caminhar para as propostas de assumir a cultura (MENDES, 2007) como eixo do seu trabalho.

Aqui, fica clara a tensão dicotômica vivenciada na extensão universitária no que tange as políticas de cultura dentro da universidade, pois entre as políticas monoculturais e a nova tendência de política cultural para a formação cidadã e o compromisso social. Há referência epistemológica e ontológica a ser assumida e desdobrada nas estratégias e ações adotadas. Inclusive, comento, mas não desenvolvo na tese, pois seria objeto de outro estudo a partir desta investigação aqui realizada, e diz respeito à problemática, mas no que tange às discussões sobre as políticas da juventude, que buscam a aproximação com a cultura no entendimento da apropriação de suas manifestações como referências sociais implícitas na construção de um processo democrático, em que a juventude é ator social e político.

Esse é mais um ponto do estudo que poderia, futuramente em outra investigação, ser aprofundado; as relações das políticas de juventude e as políticas de extensão; porém nosso foco de atenção está voltado para a parte da cultura.

Os valores e a cultura vivenciados realizam os princípios filosóficos de uma educação humanizadora e, por intermédio da universidade e da extensão, podem ser entendidos como o lugar do desenvolvimento para cultura e tornam-se objeto de empoderamento social e educacional.

A educação via cultura possibilita o uso da estética, como poder de reflexão política por meio da aquisição da “sensibilidade para o patrimônio cultural”, e fortalece a proposta educativa da aquisição de competências para aprender ao longo da vida, pois é nessa interação “*cultural educação*” que podemos compreender o papel da educação como aquela que,

[...] contribui para a preservação e a renovação da base cultural comum da sociedade, bem como para a aprendizagem dos valores sociais e cívicos essenciais, como a cidadania, a igualdade, a tolerância e o respeito, e reveste-se de particular importância no momento em que todos os Estados-Membros são confrontados com a questão de saber como lidar com uma diversidade cultural e social cada vez maior. (UNIÃO EUROPÉIA, PARLAMENTO EUROPEU CONSELHO, 2006).

No estudo, a cultura não está vinculada a uma vertente de pensamento ou a uma ideia isolada no campo científico das artes, mas o entendimento da cultura como objeto de empoderamento e não como ornamento ou matéria de coluna social (TIERRA, 2005, p. 141), nem, muito menos, como “enriquecimento” das atividades acadêmicas ou entretenimento na abertura de seminários ou congressos, nem como meros canais de oportunidade para mostra de “novos artistas”. Parafrazeando Coutinho (2002, p. 5), “A cultura não se reduz à política. Seria um equívoco imaginar que a cultura é mero instrumento da ação política. Mas não há uma política universal que não mobilize valores culturais. A cultura é um momento fundamental da grande política [...]”. Ainda;

[...] a cultura é compreendida como um processo que, ao trabalhar os valores simbólicos da tradição e da invenção, organiza o imaginário, confere identidade, sentido e perspectiva aos saberes e fazeres de determinada comunidade local ou nacional. A cultura é fator constitutivo de um novo projeto nacional que inclua, simultaneamente e de maneira conjugada, o equacionamento de problemas vinculados as questão social e democrática e que seja compatível com as demandas do século XXI. (TIERRA, 2005, p. 141)

A metodologia do estudo se refere a uma trajetória da pesquisa constituída a partir dos dados encontrados no campo, ou seja, uma trajetória que parte do implícito, do avesso de um bordado, do outro lado do direito, do lado em que não se vê teoria, mas do quê se vê no dia a dia. A abordagem qualitativa da pesquisa da presente tese é desenvolvida por meio da pesquisa descritiva, de opção metodológica pautada na fenomenologia, desenvolvida a partir das microssociologias, no campo do interacionismo simbólico e do método da etnopesquisa. De esta forma, parte da descoberta das intenções/ações que estão sendo realizadas na prática cotidiana da universidade e na extensão universitária, e se tangencia com as propostas explícitas em documentos ou não, em vestígios e registros visuais ou audiovisuais, no encontro do entrevistador com os entrevistados; dados, que anunciem os fatos e a efetiva escolha epistemológica e ontológica no campo da cultura dentro da universidade.

Há nesta trajetória um campo extenso de documentos nacionais e internacionais, que se encontram dentro e fora das instituições educacionais analisadas, que são campo de

inserção constante de análise relacional. Há documentos legais e formativos dos órgãos governamentais que desenvolvem a proposta de cultura impulsionadora do desenvolvimento social no Brasil, tais como a do Ministério da Cultura por meio da representação da recém criada Câmara Interministerial do Ministério da Cultura com o Ministério da Educação do Brasil, e ainda a proposta do Plano Nacional de Extensão Universitária do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, que estabelece as diretrizes para as ações da Extensão nas universidades. Ainda podemos citar o atual movimento dos Pró-Reitores de Extensão no desenvolvimento dos *Encontros Regionais de Cultura do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras*, que iniciam as discussões e o futuro da Cultura na universidade, seu entendimento e suas ações.

Pretende a investigação perceber, com cuidado, as ações praticadas para o desenvolvimento cultural no cotidiano e elucidar as estratégias e diretrizes que seguem as políticas que estão determinadas. Isso é fazer o caminho inverso, é o avesso do bordado, o avesso das diretrizes políticas que se busca encontrar. Vasculhar o cotidiano de um passado, de um presente historicamente e socialmente construído para compreender quais os rumos que se seguiram e quais as possibilidades de se vivenciar outra perspectiva na Extensão. Inclusive, uma perspectiva senão ousada, mas desafiadora, compreender a política contextualizada e, capaz de, em sua presença, contribuir como eixo para a sua formação, a qual propicie articulações que vão sendo trabalhadas pelos atores da universidade, dos órgãos públicos do Estado, e da sociedade civil em suas diferentes representações, desde o avesso até chegar ao bordado pronto, para se trabalhar em prol de uma gestão pública de cultura capaz de fomentar a cidadania e a economia (ROCHA, 2008).

O fato educativo considerado *facto* científico por meio das *microsociologias* são veículos para a compreensão metodológica do estudo. Mead (1932) considera as pessoas como produtoras de suas próprias ações e significações. A produção dos símbolos está diretamente ligada ao significado apreendido como valor pelas pessoas, criando sistemas simbólicos e a linguagem é um destes sistemas. Os atores sociais atribuem interpretações aos acontecimentos sociais quando em situação de interação, assim “... interpretam continuamente o que se passa no contexto social local, onde atuam, e a dar um sentido aos atos dos outros para responder a eles” (LAPASSADE, 2005, p. 19). A fenomenologia fundamenta o referencial metodológico e não o referencial teórico da pesquisa, e a corrente utilizada para análise trago a etnopesquisa, pois observamos nesta que o significado social e cultural é

construído pelos sujeitos e trazido ao cenário ativo da construção dos conhecimentos (MACEDO, 2006).

Será preciso ir além das simplificações dos realismos dos sujeitos e considerar as suas criatividades implicadas nas análises realizadas a partir das atividades do cotidiano, como princípio básico da microssociologia interacionista. Assim estão implicados nas análises das atividades do cotidiano das instituições educativas que contemplem seus atores, em nossa pesquisa: gestores universitários, – Pró-Reitores, e seus assistentes - docentes ou não, os jovens e os atores da comunidade externa à universidade. Nessa perspectiva considerar a teoria interacionista nas análises implica aceitar que o sentido dos contextos sociais não é imposto simplesmente pela transmissão da cultura, mas pela sociedade e pelos atores. A idéia básica se volta para a realidade não ser restrita apenas à atividade dos membros, mas construída ou produzida pelos membros no decorrer de suas interações (LAPASSADE, 2005).

Para tal caminho de pesquisa, as interações, as negociações, as significações, são referências de observações, descrições e interpretações cuidadosamente compreendidas pelo autor, em seu papel de pesquisador e mediador das análises mantendo seu distanciamento o mais possível do contexto pesquisado. Procurou-se trabalhar em uma perspectiva multireferencial em que a diversidade de dados permitisse construir uma metodologia própria e fidedigna nas análises desenhadas. Foram ainda consideradas, para estudos outras metodologias das microssociologias que tangenciam a interpretação interacionista, tais como a fenomenologia social, a etnometodologia, de forma a contribuir para as análises esperadas.

O campo de estudos está composto por universidades públicas, as Pró-Reitorias em suas diretrizes e ações na área da cultura: Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e a Universidade Federal Fluminense (UFF). Órgãos públicos das diferentes esferas da governabilidade pública Brasileira, que discutem, organizam e executam políticas de cultura, no caso o Ministério da Cultura (MinC) e sua relação com o Ministério da Educação (MEC).

A dimensão do estudo não se esgota nas discussões aqui apresentadas ao avesso do bordado, pois a trajetória da pesquisa busca elucidar elementos e subsídios como pontos de análise possíveis para se pensar a cultura na universidade, e as propostas para a extensão universitária, considerando-a como parte da formação da juventude em termos de fomentar contextos educativos que privilegiem o compromisso social e a cidadania. Pretende contribuir para se pensar a Extensão e o cenário de sua atuação. Se realmente a extensão é o canal

privilegiado para desenvolver uma política de cultura na universidade, e se não o for, onde e como se realizaria, e quais diretrizes para a proposta de trabalho.

O projeto de estudo seguiu na linha que contempla os princípios da formação integral e cidadã, compreendido no contexto de interlocução social, propositiva, pois o fluxo de relações entre os sujeitos constroem a cultura, tanto na sociedade como na universidade. Percebe a sua participação e aprendizado, pois produzem e reproduzem a cultura e os conhecimentos científicos. Por serem eles próprios sujeitos os detentores de um discurso produzido nos diferentes contextos no qual se inserem, e ali negociam seus interesses, gera significados, construindo novos sentidos ao poder, a todo o momento, no contexto sócio-histórico.

Exponho brevemente abaixo o campo epistemológico da pesquisa a fim de referendar o recorte teórico utilizado.

Considero a compreensão da existência de uma pós-modernidade que como tal apresenta distanciamentos e aproximações à área dos Estudos Culturais, não como área própria da ciência ou campo disciplinar, mas como uma forma de buscar entender os novos mapas referenciais do pensamento sobre as transformações ocorridas nas sociedades nas diversas dimensões apresentadas hoje no cotidiano. Não me preocupando se as denominações “sociedade do conhecimento” e “sociedade da informação” são termos que definem as configurações de uma sociedade hoje, trabalho com o reconhecimento das diversas interferências sofridas pela sociedade nas diversas dimensões integralizadas e relacionadas entre si – tecnologias, comunicação, economia, política, o social, a própria cultura, educação, a forma organizativa e gerenciada dos modelos de sociedade.

A sociedade é hoje um lócus de interrelações das dimensões citadas acima e confere valor e força pela ação dos sujeitos que dela participam e interatuam nas diferentes instâncias institucionalizadas ou não, e por vezes, não podem ser totalmente responsabilizados por atos e fatos ocorridos na sociedade, mas estão intimamente participando neutros ou ativos. Uma sociedade recortada por interesses e constituída por jogos de poder. A partir dos quais se organiza e realiza a gestão de uma série de processos internos e externos a ela, dando forma a grupos e as representações organizacionais de Estado e Nação.

Características marcantes da globalização, as negociações econômicas transnacionais, a circulação acelerada de informações, foram ganhando uma configuração que transborda por linhas territoriais, tornando o mercado trans, ou seja, para além das amarras que eram definidoras de uma diretriz política e econômica de certos territórios Nações/ Estados/ Países.

A globalização não é a consequência ou a causa, trata-se de um novo modelo de negociar, de relacionar, de estabelecer *links* com tudo e com todos, em uma massa complexa e imbricada do tecido sócio-econômico-cultural-político. Quando o fenômeno da tecnociência ganha corpo principalmente no aspecto informático-midiático percebe-se o quanto as explicações para as novas conexões/mudanças feitas no cotidiano, na vida das pessoas, carecem de uma nova possibilidade explicativa e organizativa das idéias, e, principalmente, que considere as dinâmicas sociais e culturais.

A epistemologia do conhecimento sobre a formação do paradigma da racionalidade, da verdade absoluta, da certeza das ciências, da fragmentação, dos registros letrados, do pensamento linear, se perturba ao encontrar um ideário estabelecido na incerteza, na inclusão do erro como processo de aprender nas ciências. A comunicação privilegia a imagem, a descoberta da grande arena social onde se constroem representações do coletivo, a verdade universal vai de encontro às verdades, e estas assumem uma plasticidade no cotidiano. Surge um novo campo para pensar a organização social, “la noción de lo social concebido como espacio discursivo – es decir, que haga posibles relaciones de representación que son estrictamente impensables dentro de um paradigma fiscaliste o naturalista [...]” (LACLAU; MOUFFE, 2004, p. 11).

E ainda vivenciamos a falência de um modelo econômico organizado nas bases da modernidade, sendo metamorfoseado a partir dessas ideias. Incorporando movimentos da globalização, coloca situações de indefinição no cotidiano de suas transações. As questões que fundavam os conceitos hegemônicos de Estado-Nação e soberania passam pela crise de reconhecerem-se, re-estruturarem-se em novas bases, que os fortaleçam a partir de constructos teóricos alternativos capazes de fortalecer a não-hegemonia. Por exemplo, Dupas (2002, p. 9) considera que a situação da economia mundial desdobra consequências para os países da periferia do capitalismo, o caso do Brasil, e comenta; “as pressões das lógicas inerentes aos processos de globalização sobre essas nações e sobre o espaço remanescente de governabilidade têm feito crescer os problemas envolvendo preservação da identidade, exercício da soberania e, por decorrência, dificultando a viabilidade de integrações regionais”. Quando os estados comunistas sofreram a queda nos anos de 1980 ocorre uma perda de referência e instabilidade política e social nos países, de forma mundial. Isso provocou a fragmentação dos Estados Nacionais soberanos, pois passaram a estar submetidos às forças da economia transnacional e às “pressões separatistas de grupos étnicos, saudosos de um passado inviável na nova referência das escalas internacionais” (DUPAS, 2002, p. 9).

Os pressupostos que sustentavam o Estado, já sem fundamento em uma estabilidade econômico-político, ruíram, e entre eles a responsabilidade do Estado pelo bem-estar e pelo emprego de seus cidadãos. As reformas neoliberais do capitalismo, o livre mercado, forçaram a integração das grandes economias da periferia do capitalismo ao mercado global. O discurso político afirmava haver recuperação do crescimento auto-sustentado, a melhora na desigualdade de renda dos países, além de tornar impossível não incluir-se no processo de integração global, sob pena de não obter crescimento. Porém não se esperava que o fluxo intenso das grandes massas de capitais voláteis trouxesse grandes crises internacionais, aumentando o grau de vulnerabilidade externa dos países da periferia. Esses países acabaram sofrendo as conseqüências de uma reforma estrutural baseada em um discurso hegemônico, ditada pela privatização, abertura e exposição à concorrência nacional.

A participação no capital internacional aumentou os desequilíbrios, e os países sofrem danos por sua vulnerabilidade, à entrada dos grandes grupos transnacionais em busca de ampliar suas vendas globais. Dupas (2002) inclui o Brasil como um dos países que sofreu esse desgaste e vulnerabilidade, e acabou por estar em uma categoria de países com a perda de sua soberania.

A vivência desse impasse faz com que dois fatores afetem diretamente a sociedade de um modo geral: a falta de emprego e o agravamento das desigualdades sociais. A crise econômica se desenha pela falta de perspectiva em superar a incerteza de voltar a equilibrar suas contas externas e ter o crescimento de volta, e poder ofertar empregos e melhorar a distribuição de renda. Assim, a tendência de formação das políticas dos blocos regionais “tem se constituído em tentativas de articulação de políticas nacionais defensivas ou ofensivas visando ampliar hegemonias ou resistir a ataques hegemônicos mediante processos de integração”. (DUPAS, 2002, p. 13).

No Brasil, especificamente no governo do atual Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, várias políticas têm sido criadas para ir ao encontro das necessidades de justiça e distribuição de renda. O governo tem procurado manter “o equilíbrio macro-econômico nas contas externas e internas do país” (KRISCHKE, 2006, p. 3). Porém as políticas sociais e de redistribuição de renda são caracterizadas pelo aperfeiçoamento das políticas compensatórias do governo anterior, limitando-se ao combate da pobreza. Esta política desdobra-se nos diferentes ministérios com políticas macro e públicas na maioria das vezes caracterizada como de Assistência Social, inicialmente.

Hoje em seu segundo mandato, as políticas já se encontram em outro patamar de discussão, haja vista o aprendizado prático e político dos processos de negociação econômica. Esses processos difundiram-se aos setores da sociedade e alcançam hoje “a esfera pública do sistema político institucionalizado” (KRISCHKE, 2006, p. 5), via resultado das gestões municipais e estaduais envolvendo partidos políticos e sociedade civil organizada. Criaram-se conselhos consultivos em órgãos e serviços públicos federais e estaduais, incluindo segundo Krischke (2006, p. 5), a “participação dos usuários desses serviços, ao lado de dirigentes públicos, e representantes de trabalhadores e empresários que operam” nas diferentes áreas de organização e gestão dessas políticas.

Mas, diz Dupas (2002), mesmo trabalhando nas resistências, as garantias são temporárias e não há garantia de estruturas que sejam permanentes e permitam arranjos econômicos a ponto de compensar as limitações quanto às questões de soberania e identidade.

Assim vivenciamos a incerteza, marca da sociedade contemporânea, até mesmo para pensar os fluxos do modelo econômico que poderia contribuir para consolidar a ideia de Estado-Nação e as garantias que pode nos ofertar como cidadãos. Alternativas não-hegemônicas apostam na compreensão de um novo paradigma epistemológico social e político, em que se trata de

[...] pensar a transformação social para além do capitalismo e para além das alternativas teóricas e práticas ao capitalismo produzidas pela modernidade ocidental. A transição epistemológica e a transição social e política foram concebidas como autônomas, sujeitas a lógicas, dinâmicas e ritmos distintos, mas complementares. (SANTOS, 2006, p. 26)

O cuidado agora é de se conseguir trabalhar na dimensão humanista. A proposta não-hegemônica não deve criar uma nova condição de regulação social, trazendo a hegemonia do pós-moderno. Mas uma dimensão em que, segundo Jameson (2006) a preocupação deva pautar-se na condição de estudar a nova lógica do capitalismo que designa de tardio, e a cultura, relativamente autônoma se torne expressão da organização social, nesta nova lógica o sistema é cultural em sua expressão. Embora as contradições estejam presentes entre os teóricos da crítica pós-estruturalista da hermenêutica, não é nossa intenção aqui trabalhar esse discurso, mas demonstrar que essa discussão faz parte do referencial teórico do estudo, enquanto identificação do recorte escolhido para as análises, que dizem respeito a marcar como terreno a centralidade da cultura na pós-modernidade por meio do constructo teórico dos Estudos Culturais na visão de Stuart Hall (1998, 2003), Garcia-Canclini (2005, 2006), a compreensão de contra-hegemonia entendendo a política como força discursivo-social

baseada no pensamento de Laclau (1978, 1996) Laclau e Mouffe (2004), e da concepção de *globalização contra-hegemônica* representada pelo *cosmopolitismo e patrimônio comum da humanidade* nas referências de Boaventura Santos (2005, 2006).

Os dados, trazidos ajudam a delimitar o objeto de estudo identificando questões sobre o Estado, contextualizando o momento atual, tornam-se significativos e necessários, visto compreender que estamos falando de cultura e esta cultura está relacionada a um espaço específico, em termos de Brasil, em termos de século XXI, em termos de ser dirigida/promovida por uma Universidade. Poderíamos chamar a atenção para quatro pontos que incidem nesta contextualização da cultura: a globalização, o Estado neoliberal, as novas tecnologias e a sociedade pós-moderna com suas características básicas e diversificadas.

A globalização longe de ser definida pela economia tem seus rumos diversificados e postos nas sociedades, e, por vezes, não definido em territórios demarcados, como é o caso dos problemas políticos ou culturais, raciais ou étnicos, de gêneros, de demarcações geográficas. A globalização ultrapassa muros territoriais e geopolíticos. Há um movimento internacional não definido em fronteiras estanque e isoladas em si mesmas. Os veículos de informação, televisão, computador, - a cibercultura<sup>2</sup>-, permitem que as trocas sejam efetuadas em segundos. Modificaram-se os conceitos de tempo e espaço, definidos em um modelo de pensamento que não podemos mais conceber como explicativo. Surgem os não-lugares (AUGÉ, 2001), as desterritorialidades<sup>3</sup> outros referenciais para se pensar o momento presente.

As novas tecnologias incidem no problema da cultura transformando-a, modificando-a nos seus objetivos e até nos apresentando uma cultura diferenciada (porque informatizada); o Estado neoliberal que faz com que a função do Estado seja sempre menor e os compromissos externos cada vez maiores, e a sociedade pós-moderna que nos apresenta um contexto amplo, uma sociedade espetáculo como diz Lyotard (2008), que faz com que a cultura também tenha que ser produzida em termos muito mais abrangentes e com compromisso em vários campos e setores.

---

<sup>2</sup> O termo *cibercultura* abrange fenômenos mais amplos do que o termo *ciberespaço*, ambos estão associados às formas de comunicação mediadas por computadores. Para Pierre Levy (1999), o ciberespaço pode ser considerado como uma virtualização da realidade, ou seja, migrar do mundo real para o mundo de interações virtuais. Este autor considera que com a emergência da cibercultura ocorre uma mudança radical no imaginário humano, muda a relação do homem com a tecnologia.

<sup>3</sup> O conceito de território diz respeito às manifestadas em ações, relações e expressões, materiais e imateriais. Quando os espaços e territórios estão em movimento de suas propriedades dizemos que se encontra em expansão, fluxo, refluxo, multidimensionamento, em condição de criação e destruição. Segundo Fernandes (2005, p. 35) a “[...] expansão e ou a criação de territórios são ações concretas representadas pela territorialização. O refluxo e a destruição são ações concretas representadas pela desterritorialização. Esse movimento explicita a conflitualidade e as contradições das relações socioespaciais e socioterritoriais”.

Esta pesquisa se funda no pensamento sobre a condição multireferencial como desafiadora do projeto intelectual nesta nova organização social mundial, em que as concepções de tempo e espaço estão subjacentes a uma lógica que se articula pela fragmentação das múltiplas formas de inserção do indivíduo e sujeito no conjunto multidimensional de realidades percebidas como descontínuas (JAMESON, 2006).

Os autores pós-estruturalistas irão trazer demarcações mais aproximadas da centralidade da cultura para a construção de novas categorias na sociedade, que correspondam aos novos arranjos para economia e política e que sejam capazes de lançar bases para estratégias não-hegemônicas. Acredita-se que as novas bases podem ser estabelecidas por meio das análises pautadas na construção de um novo gênero discursivo, ou seja, “[...] mais recentemente, a grande oposição semiótica entre significante e significado, [...] uma concepção de práticas, discursos e jogos textuais, cujas estruturas sintagmáticas” (JAMESON, 2006, p. 40), corporificam sentidos às intertextualidades, ou seja, atribuindo-se diferentes significados no cotidiano, há possibilidades da construção de novos sentidos, movimentado pelos sujeitos em suas múltiplas inter-relações de interesses.

As questões culturais passaram a lugar tanto de “pensar o mundo” como de destaque em diferentes

[...] esferas, acadêmicas, seja nas esferas políticas ou da vida cotidiana [...], mas tal centralidade da cultura não significa necessariamente tomar a cultura como uma instância epistemológica superior às demais instâncias sociais – como a política, a econômica, a educacional; significa, sim, tomá-la como atravessando tudo aquilo que é do social. Assim, assiste-se hoje a uma verdadeira *virada cultural*, que pode ser resumida como o entendimento de que a cultura é central não porque ocupe um centro, uma posição única e privilegiada, mas porque perpassa tudo o que acontece nas nossas vidas e todas as representações que fazemos desses acontecimentos. (VEIGA-NETO, 2003, p. 2)

Na modernidade o conceito de cultura foi desenhado a partir da diferença entre cultura e civilidade, pensada por Kant<sup>4</sup> e por Goethe, Schiller, Herder e Fichte no século XVIII. Esse conceito foi difundido no mundo todo durante os séculos seguintes, hoje, nas sociedades pós-modernas se apresenta como a transgressão do caráter monocultural<sup>5</sup>.

---

<sup>4</sup> Kant, sobre a pedagogia, 2004.

<sup>5</sup> Monocultura - termo se refere à produção ou cultura de apenas um único tipo de produto agrícola. Foi apropriado como metáfora para designar a Cultural. Única com sentido antropológico de representar a Cultura produzida pelo homem. Sendo única e de referência para o poder sobre outras culturas. Expressa o domínio de uma cultura sobre outra em relação de poder e de comportamento superior, fadado ao seguimento de outros menos favorecidos necessitam alcançar a cultura para estarem associados ao *status quo* social.

A desconstrução do conceito de monocultura trouxe a expressão culturas. Em termos referenciais, trata-se de um deslocamento da dimensão teórica, intelectual que não se reduz a uma questão epistemológica, mas muito, além disso, vai de encontro aos significados da dominação material e simbólica, questionando o uso das relações de poder onde estão envolvidas as minorias. Os questionamentos sobre a epistemologia da cultura vão buscar suas bases nos domínios da linguagem entre sociedades e povos diferentes, embora os argumentos ainda sejam vacilantes no que diz respeito à universalidade dos códigos lingüísticos. Mesmo com a tradutibilidade, não haveria como universalizar os códigos, daí segue-se à discussão. Mas daqui para diante a ruptura com a monoculturalidade está presente. Não tem mais sentido identificar ‘cultura erudita’ e ‘cultura popular’, os críticos dos Estudos Culturais irão apresentar avanços nessa categoria de crítica e encontrar outros caminhos para as problematizações das questões culturais.

São tomados diferentes caminhos pelos Estudos Culturais, tanto em suas aproximações como distanciamentos das categorias que utilizam para desenhar a posição em que se insere a cultura na sociedade. As relações contínuas e descontínuas que se estabelecem em variados campos do conhecimento, e da estrutura social interna e externa, constituem significativos contextos de compreensão desse novo lugar que é dado à cultura na pós-modernidade. Lugar esse que reconhece a cultura como categoria organizativa de uma *civilização planetária da diversidade* exige intercâmbios culturais que findam com a supremacia das categorias econômicas, mecanicistas e excludentes. Lugar em que a epistemologia que se faz para o futuro não considera os reducionismos ou determinismos<sup>6</sup> mas traz as condições de ser plural e indeterminada, pois se baseia na “potência dos contextos de atuação dos atores e o enraizamento da economia nas crenças e nas microssociedades locais.

Assim, relações e realizações estabelecidas entre cultura e educação são múltiplas e complexas, pois hoje – mais do que nunca – determinados fatores externos, e até mesmo internos a um considerado sistema de relações para ambas, incidem nesta relação, podendo ou não constituir-se em direcionamentos, políticos de concordância ou de enfrentamento. Entre muitos fatores, é pertinente destacar as questões voltadas à tecnologia, em que a comunicação, em seus matizes de meios e instrumentos, tem papel de destaque e se faz presente nas formas de organização e de criação das sociedades, de atribuição de sentido e significados aos

---

<sup>6</sup> Freire (1998) se refere ao determinismo Os determinismos são posições que nos levam a encarar os fatos como consumados e gerando conformismos e acomodação diante de situações fatalísticas. E deve se pautar como uma condição que devemos superar para alcançar a noção de inacabamento e incompletude, encarando as situações como possibilidades.

contextos, constituindo arenas culturais que no cotidiano se realizam e se manifestam de diversas maneiras.

A complexidade da vida atual, já apontada por Morin (2001), evidencia que o homem deve ir além do que vê e deseja, muito embora essa tarefa seja extremamente complexa pelos ditames apresentados por ela. Esta complexidade pode ser contemplada quando se observa que para além de uma *cultura histórica*, há uma cultura da política referendada por um Estado, e a ele pertencem cidadãos entrelaçados por um coletivo cultural, ou seja, pelo que determinações necessidades e interesses de dada sociedade. Ao abordar essa questão considero o sujeito que deve trilhar/vivenciar a educação, *construindo sua subjetividade* a partir da educação e cultura em seus papéis imbricados relacionalmente.

Buscando uma síntese para esta Introdução, além dos eixos já apontados anteriormente, enfatizamos que o núcleo da pesquisa é a questão da cultura inserida/trabalhada/ promovida pelo espaço da extensão das Universidades e verificar de que forma os jovens participam desta cultura, e por outro lado buscam incentivá-la e enriquecê-la.

A presente tese tem como objetivo maior contribuir para evidenciar a importância da cultura na formação do sujeito/ aluno; na medida em que esta cultura é disponibilizada formalmente pela extensão na universidade, pois pesquisar este espaço vai nos possibilitar conhecer melhor os princípios e finalidades da universidade em relação à cultura.

## 1 CULTURA E UNIVERSIDADE: TENSÕES SAUDÁVEIS

*Falaremos da cultura como ‘o choque de significados nas fronteiras; como a cultura pública que tem sua coerência textual, mas é localmente interpretada; como redes frágeis de relatos e significados tramados por atores vulneráveis em situações inquietantes; como as bases da agência e da intencionalidade nas práticas sociais correntes. (GARCIA-CANCLINI, 2005, p. 48)*

A maneira como vivemos vincula-se a uma série de idéias que foram sendo construídas através dos anos em que o homem teceu suas descobertas, testou-as e aplicou-as no cotidiano, reconstruindo novas idéias. Em função dessa dinâmica, criou e cria manifestações e expressões, bem como linguagens apropriadas para interagir com os demais e organizar-se em diferentes dimensões que fundamentam suas relações com ser e estar no mundo, na sociedade a qual pertence e/ ou pertence de um modo identitário (HALL, 1998).

Os movimentos realizados pelos processos de conhecer, dos quais o homem se utiliza, passam por distintos momentos sócio-históricos e se distinguem uns dos outros por uma série de categorias referentes às dimensões que compõem um conviver social organizado: a economia, a política, a cultura, a educação, as crenças e valores.

Esta organização em sociedade vai sendo caracterizada pelas formas de relações estabelecidas entre os sujeitos que as estruturam, sob regras, preceitos, modos de poder, que direcionam agências, que se colocam na sociedade de modo a mantê-la, subsidiá-la, organizá-la, e de certa forma, direcionar seus interesses. Há nestes modos de estrutura uma maneira de pensar e conceber a sociedade e sua organização.

Buscando na ontologia um significado para além da mera representação participativa dos sujeitos na construção da sociedade, o significado do “clinamen de Epicuro”<sup>7</sup> se aproxima das ideias conferidas ao assunto. Por exemplo, o que se diz do “clinamen de Epicuro” trata de uma abordagem do tema sob a velocidade de pensamento que seja maior que qualquer velocidade já alcançada, ou seja, brotar algo do caos, mesmo que este algo difira muito pouco do caos. Autores como Ulpiano (2008) considera;

---

<sup>7</sup> Epicuro filósofo grego do período helenístico. Em seu pensamento valorizava a percepção sensorial das coisas como a percebemos e é a expressão da própria realidade, mesmo que seja instável e caótica. Herdeiro do Naturalismo, que tem em sua maior expressão Demócrito, concebiam a visão ‘naturalista’ do mundo, em que “[...] as coisas naturais formariam, assim, uma única dimensão, apesar de sua grande diversidade” (LIMA, 2006, p. 3). O princípio da diversidade regeria o universo e pode estar relacionado ao conceito de ‘diferença’, “engendrado por Derrida, na concepção das bases do desconstrutivismo” (LIMA, 2006, p. 3).

[...] implica uma espécie de experimentação tateante, recorrendo a meios pouco confessáveis, pouco racionais e razoáveis [...]. A apreensão do receptáculo não procede da razão, ou mesmo da opinião, mas sim de um processo híbrido e bastardo - é "como em um sonho", ou como se fosse um sonho. O receptáculo, o meio espacial, está fora do mundo das coisas sensíveis e sobretudo fora do mundo das formas inteligíveis: a crença nele não depende de um ato do intelecto, nem da sensação. É uma espécie invisível e sem forma - isto significando que está excluído do mundo das idéias. Ele está entre, no meio, entre as formas inteligíveis e as coisas sensíveis - entre o sujeito e o objeto: ou melhor, antes deles - condição deles. Parece que no receptáculo habitam um pré-sujeito e uma pré-matéria. *Não parece filosofia.* O clinamen não é algo - mas parece comandar uma série de átomos. É razão do encontro ou da relação de um átomo com outro. Não é movimento oblíquo ou alteração de uma queda vertical. O clinamen determina impossibilidades, como determina encontros. "O clinamen é a determinação original da direção do movimento do átomo. É uma espécie de conatus: um diferencial da matéria, e por isso mesmo, um diferencial do pensamento. (ULPIANO, 2008, p. 1)

A presença permanente do sujeito em condição inter-ativa reflexiva, ou não, na sociedade, os jogos de poder e os modos de como esse sujeito lida com e em diversas situações que exigem o constante exercício de significação, fazem com que a complexidade da compreensão da construção social não seja tão simplória. Há que se relevar esta complexidade como tensão saudável<sup>8</sup> permanente no decorrer deste trabalho reflexivo de encontrar interconexões e significações para o trinômio educação-cultura-universidade<sup>9</sup>.

Histórica e socialmente falando, vivemos em uma época que costumamos chamar no senso comum, e em meios intelectualizados, de “mundo globalizado”.

A dinâmica de entendimento deste modo de organização, que se faz mundialmente, não se define em poucas palavras ou em um único conceito. Há controvérsias dentro do próprio conceito de globalização. Mas dentre eles, o que se tem de comum é a identificação de um mundo em que as formas de poder estão disseminadas, os processos econômicos se dão por interesses difusos e não estão passíveis de explicações metanarrativas dos conhecimentos científicos fundados na modernidade, sobre a temática. A globalização é um fenômeno que alguns autores dirão que existe desde “Cristo Andarilho” (ROSANVALON, 2000), e outros dirão que veio com a grande virada da tecnologia, com a introdução da informatização que

---

<sup>8</sup> “Tensão saudável” – uso a expressão para significar a existência de uma real tensão no trinômio, mas que esta tensão necessariamente agrega valores positivos, que partindo da natureza do contexto aplicado neste trabalho referendam aproximações e distanciamentos que na conexão entre eles podem ou não estabelecer vínculos também de natureza diversas, apresentando-se ora positivos ora negativos conforme lhe for atribuído sentido e valor no contexto em que são aplicados.

<sup>9</sup> O trinômio educação-cultura e universidade contemplam as três áreas/ núcleos/ instituições, propositadamente como foi escrito objetivando mostrar o papel da cultura como mediadora da educação no sentido amplo e a Universidade onde se busca se constrói e se desenvolve a educação. Apreendida na/da educação a cultura procura levar à Universidade os eixos que a dimensionam esperando que esta promova uma educação de qualidade, porque a cultura se faz presente.

revolucionou os campos da comunicação e da linguagem. Por sua vez, o campo da antropologia é visitado enfaticamente para se pensar em um constructo teórico pautado na centralidade da cultura, configurando uma “outra sociedade”, em que as explicações caberiam confortavelmente na complexidade. O que se vive refere-se à mudança no pensamento. Vivencia-se um sistema internacional autônomo e sem fronteiras ou raízes nos sistemas nacionais, fortemente vinculado com os movimentos da economia mundial ocorrem transnacionalmente. Diretamente relacionado aos avanços da comunicação e da tecnologia, afeta as pessoas, seus modos de vida e cultura, os conceitos de Nação e de Estado, atinge a organização social, econômica e política das sociedades. Para Benjamin-*et al* (1998, p. 33),

[...] o conceito de globalização não descreve o processo como um todo, mas o faz tão somente por um certo ponto de vista. Junto com a globalização do grande capital, ocorre a fragmentação do mundo do trabalho, a exclusão de grupos humanos, o abandono de continentes e regiões, a concentração da riqueza em certas empresas e países, a fragilização da maioria dos Estados, e assim por diante.

Um fluxo de continuidades e discontinuidades de sentidos é colocado e compreendido na medida em que se identifica que é difícil encaixar “algo que pareça real, tão real como um mapa, este feixe de comunicações distantes e incertezas cotidianas, atrações e desenraizamentos, que se nomeia como globalização” (GARCIA-CANCLINI, 2005, p. 15).

É inadmissível conceber, nesta globalização, os efeitos que sofremos nas diferenças e diversidades entre o global e o local, com políticas decididas por blocos de interesses sócio-econômico-políticos, tais como as condições de acordos globais de comércio, a veiculação da informação e publicidade sem limites. São dinâmicas que integram as novas configurações organizativas de uma sociedade com características alheias às concepções dos idealistas – com explicações da matéria pelo espírito e do materialismo histórico, da dialética interpretativa das relações sociais desiguais pela mais valia, a partir de uma supra-estrutura em condição de dualidade em relação à infra-estrutura. A concepção de dualidade<sup>10</sup> como modelo explicativo dá lugar à concepção de que o homem é linguagem, justamente pela

---

<sup>10</sup> Entendendo (como) dualidade a partir da concepção metafísica como sistema que busca explicar a realidade a partir de duas partes distintas – o material e o espiritual. Na concepção de base marxista a dualidade está presente entre supra-estrutura e infra-estrutura, esta dualidade aparece como uma fragmentação “do todo” da realidade. Assim, tento compreender na pesquisa a possibilidade da existência de uma realidade que possa ultrapassar a fragmentação e estabelecer um processo relacional e ao mesmo tempo capaz de contra-hegemonia em seu sentido de complementaridade e dinâmica de movimentação híbrida. Que embora apareça como movimento contra-hegemônico é fundado nos princípios da diversidade.

plasticidade do ambiente da pós-modernidade<sup>11</sup>, que é vivido pela tecnociência aplicada à informação e à comunicação. As linguagens, da “palavra, desenho, escrita, pintura, foto, imagem em movimento [...] são feitas de signos em códigos que, gerando mensagens [...] representam a realidade para o homem” (SANTOS, 2006, p. 22).

A Teoria da linguagem<sup>12</sup> ganha o território das idéias, e a semiologia (ciência do estudo dos signos), a lingüística, a cibernética, a estética e a filosofia irão dar corpo a um novo pensamento na pós-modernidade, encontrando, neste referencial, base para discutir as escolhas (digital) e a compreensão (analógico). Os paradoxos que se apresentam neste novo modelo são o ponto chave das análises, os conceitos de diferença, diversidade, desigualdade e inclusão/exclusão. Destarte, diz-se que a pós-modernidade é uma condição *sócio-cultural e estética* do capitalismo contemporâneo.

No estudo que apresento, entender esse contexto é fundamental sob o ponto de vista social, político e educacional. De modo como vão sendo apresentados na pós-modernidade, os movimentos da globalização e as novas categorias de discussão exigem uma proposta política para a educação, que possa contribuir na formação de um sujeito social e historicamente situado, capaz de identificar-se e de se apropriar de mecanismos que lhe possibilitem a compreensão e a ação no seu contexto local. Trata-se de um sujeito, que construa referências para mudanças das condições sócio-educativas, intervenha como cidadão inserido nas esferas geradoras das possibilidades de ultrapassar um paradigma de hegemonia social e cultural. Ou seja, um sujeito capaz de obter recursos para construir a não-hegemonia nas sociedades liberais, pois os modelos de hegemonia dessas sociedades ainda persistem na condição de forjar as desigualdades sociais como condições de sustentabilidade de uma sociedade, que se mantém desumana.

Para Santos (2006), a presença de um regime de dominação global atual, liderado pela representação que denomina de globalização hegemônica – dominada pelo atual capitalismo, está perdendo a coerência e se tornando cada vez mais violenta e imprevisível. Dessa forma

---

<sup>11</sup> O conceito de Pós-modernidade pode ser considerado a partir de uma condição sócio-cultural e estética do capitalismo pós-industrial. Alguns autores fazem suas leituras da pós-modernidade a partir de referenciais próprios. François Lyotard (2001) foi um dos primeiros a utilizar o termo, entendendo a pós-modernidade como o fim das metanarrativas. Já Fredrik Jameson (2006) entende-a como a lógica cultural do capitalismo tardio, não busca explicações para tal, mas procura demonstrar um quadro das características para sua existência. Para Zygmund (2001) ela é a modernidade líquida, pois apresenta uma realidade ambígua e multiforme.

<sup>12</sup> A Teoria da linguagem mereceu de nossa parte um importante estudo na medida em que vai-nos possibilitando o conhecimento da cultura pelo viés da linguagem. Considerado a partir do princípio da teoria de Saussure, em que concebe a língua como forma e não como substância, ou seja, possui um lado psíquico e um lado físico, sendo esta psicofísica, e o conceito de valor estará posto na função que cada elemento representa (SILVA, 2008, p.12).

indica o crescimento do fascismo como regime social, e “Contrariamente ao fascismo político, o fascismo social é pluralista, coexiste facilmente com o Estado democrático, e o seu espaço-tempo privilegiado, em vez de ser nacional, é simultaneamente local e global” (SANTOS, 2006, p. 192). O fascismo social decorre de processos sociais nos quais setores da população mantidos no exterior ou expulsos de qualquer tipo contrato social, estão representados pelos excluídos, rejeitados ou lançados à própria sorte. Em nossa realidade, estes fazem parte de toda parcela de população mantida fora de grandes contratos sociais, por exemplo, aqueles relegados a trabalhos precários, desprovidos de direitos ou de mega projetos de desenvolvimento. E a possibilidade de tornar-se fascista não é do Estado, mas das relações sociais, sejam estas locais, nacionais, sejam internacionais. Para contrapor-se a essa proposta e se buscar uma sociedade mais justa, a alternativa de expansão para um fascismo social deveria traduzir-se em possibilidade viável à construção de um novo padrão de relações locais, nacionais e transnacionais

[...] baseadas simultaneamente no princípio da redistribuição (igualdade) e no princípio do reconhecimento (diferença), [...] tais relações devem emergir como globalizações contra-hegemônicas. O padrão que as sustentar deverá ser muito mais do que um conjunto de instituições. Esse padrão implica uma nova cultura política transnacional, inscrita em novas formas de sociabilidade e de subjetividade e mesmo uma nova epistemologia. Em última análise, implica um novo direito ‘natural’ revolucionário. (SANTOS, 2006, p. 193)

A análise de Santos (2006, p. 194) confere um potencial emancipatório da cultura social e política a grupos sociais em que a vida cotidiana denuncia a necessidade de transformar as estratégias de sobreviver em “fontes de inovação, de criatividade, de transgressão e de subversão”. Em outras palavras significa compreender que o poder do Estado ingerir-se sobre a sociedade está agora diluído e, com isso, ganha-se uma nova dimensão a partir da sociedade civil, como um novo poder contra-hegemônico. Santos (2006) dá importância a esta temática que chegou a sugerir uma denominação para o século em que vivemos: *Nuestra América*, onde enfatiza alguns dados de grande repercussão no mundo que habitamos.

Com base nesta definição filosófica e sociológica do funcionamento estrutural das sociedades, desdobrando-as para as instituições que as representam, podemos dizer que as mesmas sentem a instabilidade, entram em crise e são chamadas a mudar seus referenciais de organização e efetivação de suas finalidades. Entre essas, a instituição universitária é uma das que passa por diferentes momentos, num *continuum* de busca de sua sobrevivência e finalidade dentro da sociedade.

Para entendermos como a cultura e a educação se tornam híbridas, e como a universidade vive a crise de perceber-se dicotômica em sua história, e hoje buscando uma nova referência, que se torne espaço para a formação cidadã contextualizada na ótica da percepção de ser também responsável pelo empoderamento social, e não apenas um mero ator para difundir conhecimentos na sociedade na função de transmissora, é necessário elucidar um pouco mais as aproximações teóricas que faço neste estudo, com base nos conceitos de hegemonia e contra-hegemonia do pensamento e seus desdobramentos na sociedade. Para tal utilizo o conceito de globalização contra-hegemônica de Santos (2006), os conceitos da Teoria do Discurso e a *tensão* existente entre os pertencimentos contínuos e descontínuos da cultura, o conceito de *hibridismo*, na construção de uma nova epistemologia, que possibilita refletir idéias sobre a cultura na sociedade e o funcionamento das instituições universitárias que possam contribuir para a formação cidadã.

A apropriação marxista nos Estudos Culturais não se apega aos estudos mais rígidos, e, ao mesmo tempo, é disseminada por uma vasta diversidade de ideias representadas por correntes, cada qual tratando de uma dimensão discursiva própria. Em busca do apoio nas bases pós-estruturalistas, direciona as pesquisas para um campo mais dinâmico, operando nos estudos mais recentes com o questionamento crítico da cultura dissociada da estrutura econômica.

Os Estudos Culturais<sup>13</sup> podem ser pensados a partir de um campo não disciplinar quando entendido sob a dimensão sócio-histórica. A ampliação desse campo possibilita agregar diferentes estudos para pensar a cultura nas áreas da “sociologia, antropologia, psicanálise”<sup>14</sup>, entre outras. Os estudos mais contemporâneos já trabalham nas perspectivas pós-modernas, agregam estudos sobre a crítica da cultura vista no binômio – erudita – popular, e consideram ainda novas possibilidades da leitura a partir da Teoria do Discurso [corrente francesa], entendendo que estamos sempre em processo de significação. Para Garcia-Canclini (2005), esse processo se dá pela perspectiva da falta, uma falta provisória,

---

<sup>13</sup> No final da década de 50 já se iniciam os movimentos de estudos do grupo, com três textos “*The uses of literacy*” (1957) de Richard Riggart, o “*Culture and society*” (1958) de Raymond Williams e o texto “*The making of the english working-class*” (1963) de E. P. Thompson. Em 1964 Richard Hoggart funda o Centre for Contemporary Cultural Studies (CCCS), ligado ao Departamento Birmingham. Cunha um debate original para pensar a cultura a partir de um questionamento teórico considerando a cultura indo além de seu sentido antropológico. Hall (1980, p. 7) define “os Estudos culturais não configuram uma ‘disciplina’, mas uma área onde diferentes disciplinas interagem, visando o estudo de aspectos culturais da sociedade”, e identifica a extensão dos estudos como sendo de forma na absoluta e nem definitiva, de forma que não há uma definição descritiva ou prescritiva do campo de estudo. Busca entender os processos culturais em que o homem é o ator. Na América Latina temos Nestor Canclini e Martin-Barbero.

<sup>14</sup> Notas de aula – Profª Alice Casemiro, em 14 de junho de 2007, PROPED/UERJ.

que se insere como um dos conceitos da sua perspectiva para entender as “culturas como impuras”.

Autores como Garcia-Canclini (2005) e Hall (2003) desenvolvem o pensamento sobre a apropriação da cultura nas sociedades pós-modernas em uma dimensão diferente de Jameson (2006), porém todos estão preocupados com os novos mapas sociais e as condições em que se pode compreender as novas formas de se relacionar nos diversos campos da estrutura social, utilizando a **cultura como eixo principal destes novos mapas** [grifo nosso].

A cultura entendida como termo para ser definido na pós-modernidade, na visão de Garcia-Canclini (2005), cunhada a partir dos Estudos Culturais de tradição inglesa encontra dificuldades. Encontra dificuldades em razão da própria natureza de se entender a cultura a partir dos conceitos de diferença e desigualdades na diversidade vivenciada no cotidiano da globalização, e sob o ponto de vista dos antropólogos, dos sociólogos como também do ponto de vista dos especialistas em comunicação. O autor identifica um dilema para definir cultura, pois;

Para as antropologias da diferença, cultura é pertencimento comunitário e contraste com os outros. Para algumas teorias sociológicas da desigualdade, a cultura é algo que se adquire fazendo parte das elites ou aderindo aos seus pensamentos e gostos; as diferenças culturais procederiam da apropriação desigual dos recursos econômicos e educativos. Os estudos comunicacionais consideram, quase sempre, que ter cultura é estar conectado. Não há um processo evolucionista de substituição de algumas teorias por outras: o problema é averiguar como coexistem, chocam ou se ignoram a cultura comunitária, a cultura como distinção e a cultura.com. (GARCIA-CANCLINI, 2005, p. 16)

Com a globalização tecnológica, “tudo” se conecta a “todos”, simultaneamente, existe uma nova forma de diferença e desigualdade que abala o conceito de multiculturalidade. As interconexões realizadas nos campos das negociações e trocas econômicas, as políticas de educação, políticas de Estado, a própria transfiguração e negociações sobre a geografia dos Estados e países com seus diferentes regimes, o deslocamento de multidões, levam à abertura de barreiras não imaginadas. O mundo passa de multicultural em que há justaposição de etnias ou grupos presentes em uma cidade ou nação para um mundo intercultural e globalizado. Aqui temos dois modelos de produção social: a *multiculturalidade*<sup>15</sup> - que supõe a aceitação

---

<sup>15</sup> Entende-se por multiculturalismo é considerado um fenômeno ou uma diversidade cultural. Ocorre entre pessoas em espaços culturais diversos e se relacionam e convivem em conjunto. O termo busca descrever a existência de várias culturas em uma mesma localidade – cidade, país, entre outro. No multiculturalismo a política é o campo de resistências das minorias – étnicas, raciais, sexualidade, gênero -, resistindo a homogeneidade cultural.

do heterogêneo -, e a *interculturalidade*<sup>16</sup> - que considera os atores serem o que são, em condições de relação de negociação, conflito e empréstimos recíprocos, conforme Garcia-Canclini (2005, p. 17).

A história da diferença cultural manifestada como desigualdade socioeconômica aparece como um problema relacionado às práticas culturais, indo além dos determinismos genéticos ou culturais essenciais, tais como a língua, os costumes herdados e imutáveis, que acontecem nos processos históricos de configuração social. As diferenças culturais são desenhadas pela dimensão sócio-histórica quando não são absolutizadas em uma única dimensão. E ainda se acrescenta que as diferenças não podem ser subordinadas às desigualdades, ou que em um processo de anulação de uma, a outra terá o seu lugar. Garcia-Canclini (2006, p. 8), ressalta que a categoria da hibridação deve considerar as interseções entre as culturas, servindo como metodologia para constituir um trabalho em ciências sociais, situando a hibridação no “entre-lugar” das culturas (super e infra-estruturas), ou seja, os lugares de “cruzamentos, fusões, conflitos e contradições”.

#### A hibridação

Caracteriza processos sociais em que se dão cruzamentos, intersecções, sem nos permitir estabelecer o caráter dessas intersecções ou dessas hibridações. A noção de hibridação me parece útil para reunir vários processos que foram estudados separados, porque o termo sincretismo quase sempre se aplica a processos religiosos ou a mestiçagem, a processos interétnicos, quando se fala também de “crioulização”. Essa diversidade de processos de fusão ou de cruzamentos, alguns de nós apostamos em reunir sob uma noção mais abarcadora, de hibridação, que não só reúne essas formas históricas de organização heterogêneas, como outras, modernas, como podem ser as articulações ou mesclas do culto com o popular e o massivo ou do moderno com o tradicional. (GARCIA-CANCLINI, 2005, p. 9)

A hibridação, então, não será caracterizada pela fusão de uma ou mais culturas gerando um outro componente, ou seja, gerando uma ‘cultura diferente’, não está disposta como um espaço de consenso para o aparecimento de uma solução às tensões entre as culturas, porém, ressalta o ‘entre-lugar’ como espaço do conflito, onde as relações de poder se encontram em constantes negociações.

Outro aspecto a considerar é a questão da identidade, como em Hall (2003), Garcia-Canclini (2005) mantém a posição de identidades não fixas, não globais e que se dão a partir das diferenças.

---

<sup>16</sup> Entende-se por interculturalidade um movimento e nele se busca respeitar as outras culturas. Ele promove o diálogo entre as culturas e busca compreender a riqueza da complexidade nas relações e entre as diferentes culturas, na tentativa de buscar respostas para problemas mundiais.

Hall (2003) apresenta na mesma linha de pensamento de Garcia-Canclini (2005), ambos os autores apresentam algumas idéias sobre a formação da identidade não fixa e identificam nas diásporas ‘contemporâneas’ movimentos de um ‘tipo’ de globalização ‘diferenciada’ – caracterizada por processos de migração de fluxo contínuo, aceleração da informação. Nessa perspectiva as identidades vão sendo constituídas por categorias não mais de ordem binária, entre diferenciações culturais em que o referencial é a divisão de classe onde ocorre a dominação cultural – erudita e popular -, mas uma identidade ‘negociada’. Hall (2003) analisa a experiência da diáspora nas questões da identidade cultural no Caribe<sup>17</sup> e propõe pensar a identidade a partir das relações de poder,

Que luz, então, a experiência da diáspora lança sobre as questões da identidade cultural no Caribe? Já que está é uma questão conceitual e epistemológica, além de empírica, o que a experiência da diáspora causa a nossos modelos de identidade cultural? Como podemos conceber ou imaginar a identidade, a diferença e o pertencimento, após a diáspora? Já que ‘a identidade cultural’ carrega consigo tantos traços de unidade essencial, unicidade primordial, indivisibilidade e mesmice, como deveram ‘pensar’ as identidades inscritas nas relações de poder, construídas pela diferença, e disjuntura? (HALL, 2003, p. 27)

O autor se refere à globalização como responsável pelo deslocamento dos conceitos de tempo e espaço. Estes conceitos são essenciais para a lógica da construção da identidade, pois os mapas que as constituem estão diretamente relacionados a percepções/ construções imaginárias, ou como denomina ‘geografias imaginárias’ (HALL, 1998, p. 71). Estas permitem fluxos culturais amplos entre nações. A própria ideia de pertencimento a uma nação é uma construção imaginária, também o é a ideia de tradição. De modo que nessas arenas de embate de significações ocorrerá a luta pelo poder.

Um destaque essencial na compreensão das identidades é a categoria da *Différance*, ideia de Derrida advinda do contexto do “movimento do jogo que produz [...] essas diferenças, esses efeitos de diferença”, em suma, trata-se de questionar o binarismo, sobre o qual Hall (2003, p. 60) considera que,

[...] não se trata de forma binária de diferença entre o que é absolutamente o mesmo e o que é absolutamente ‘Outro’. É uma ‘onda’ de similaridades e diferenças, que recusa a divisão em oposições binárias fixas. *Différance* caracteriza um sistema em que “casa conceito [ou significado] está inscrito em uma cadeia ou em um sistema, dentro do qual ele se refere ao outro e aos outros conceitos [significado], através de um jogo sistemático de diferenças” (Derrida, 1972). O significado aqui não possui origem nem destino final, não pode ser fixado, está sempre em processo e

---

<sup>17</sup> No livro “Da Diáspora” (ver Referências), Hall analisa a diáspora na comunidade do Caribe.

‘posicionado’ ao longo de um espectro. Seu valor político não pode ser essencializado, apenas determinado em termos relacionais. (HALL, 2003, p. 60-61)

Para Hall (2003), a cultura é uma produção. Considerando os conhecimentos da tradição implicados na construção dessa produção, observam-se sistemas de mutação e genealogia. Esse movimento reflete num olhar sobre o fazer de si mesmo sua capacitação, por meio da cultura, sua constituição de um ‘novo sujeito’, um sujeito que agora não está dependente de suas tradições para construir sua identidade, mas, será resultante daquilo que fizer com suas tradições. É um paradoxo, considera Hall, pois estaremos assim colocados em um processo contínuo e de relações de poder para a formação de nossas identidades culturais. Pode-se dizer que a identidade não está relacionada à ideia de tradição por ser imaginada e inserida a partir de uma série de embates políticos, sobre o quê vai se entender sobre a tradição, há um embate de poder (CASEMIRO, 2007)<sup>18</sup>.

A ideia de *différance* não trabalha na lógica da ‘superação’ da dialética globalizante, ou seja, na identificação do contexto de dependência de uma estrutura sobre a outra, que se baseia principalmente na condição de uma substituição de uma sobre a outra, em que a uma das duas cabe a anulação. A categoria da *différance* incorporada, de certa forma, ao pensamento de Laclau (1996) contribui para pensarmos justamente a construção da idéia de homogeneização, considerando sua fundação a partir da Teoria do Discurso.

Como já mencionado no texto, os estudos culturais apontam como uma das críticas de destaque e fundamental, o questionamento sobre a composição binária, categoria do pensamento moderno, derivado do Iluminismo, (incluindo a discussão entre o universal e o particular, entre o global e o local), de cunho estruturalista e marxista em um primeiro momento. Ainda que na tradição marxista, incorporam-se categorias desse questionamento para pensar a pós-modernidade, porém realizando escolhas individuais e formas combinatórias e dimensões diversas no desenvolvimento desses estudos.

A abordagem que aprofundamos daqui em diante trata de algumas idéias do pensamento de Laclau (1996), a partir da Teoria do Discurso, fundante de sua teoria.

Laclau e Mouffe (2004, p. 8) olha a tradição marxista de forma diferente, pois distingue seu posicionamento do husseliano. Enquanto que para Husserl as “*Las categorías teóricamente sedimentadas son aquellas que ocultan sus actos de institución originaria, em tanto que El momento de La reactivación hace nuevamente visibles esos actos [...]*” (apud, LACLAU; MOUFFE, 2004, p. 8).

---

<sup>18</sup> Notas de aula – Profª Alice Casemiro, em 14 de junho de 2007, PROPED/ UERJ.

[...] esta reactivación debe mostrar la contingencia originaria de aquellas síntesis que las categorías marxistas intentaban establecer. En lugar de adherirnos a nociones tales como “clase”, La tríada de niveles (lo económico, lo político y lo ideológico) o La contradicción entre fuerzas e relaciones de producción como fetiches sedimentados, lo que intentamos fue revivir las precondiciones que hicieron posible su operatividad discursiva, y nos interrogamos acerca de su continuidad o discontinuidad en el capitalismo contemporáneo. (LACLAU; MOUFFE, 2004, p. 8)

Na Teoria do Discurso encontramos dois conceitos fundamentais para serem relacionados ao pensamento da teoria política de Laclau e Mouffe (2004), são encontrados na Teoria do Discurso: o conceito de Antagonismo e de hegemonia.

Antagonismo significa dizer que em dois elementos distintos há uma relação de anulação de um sobre o outro do ponto de vista de suas essências, “quando eles não podem ser concebidos no mesmo sistema sem tornar esse sistema incoerente e/ou, por outro lado, no plano de suas existências, quando eles não podem coexistir no mesmo sistema sem tornar esse sistema impossível” (MENDONÇA, 2003, p. 4). Conforme a lógica mecânica, cartesiana, a exclusão é a condição de existência desses dois elementos em um mesmo sistema, no entanto em uma lógica hegeliana, dois fenômenos antagônicos podem existir em uma relação de complementaridade ao mesmo tempo em que estão em relação de exclusão. Significa que simultaneamente os elementos são a negação entre ambos, e são, também, complementares dentro do sistema contraditório global considerado.

Considerando em termos políticos não há possibilidade, a partir da noção filosófica, destes elementos manterem alguma relação de padrões mínimos de convivência, ou seja, os sentidos de um elemento automaticamente anula o outro. Mas quando um e outro permanecem em condição de negação mútua, um sobre o outro ocorre uma relação antagônica que pressupõe uma complementaridade entre os dois elementos, daí entendermos a possibilidade de existência de ambos.

[...] a relação antagônica, portanto, guarda em si o paradoxo da possibilidade e da impossibilidade dos elementos antagônicos tomados entre si. Em outras palavras: num sistema contraditório global considerado A só é A porque nega B; B só é B porque nega A; contudo, ambos somente são, uma vez que o outro se faz presente. (MENDONÇA, 2003, p. 5)

Em Laclau e Mouffe (2004), o conceito de antagonismo, componente central da Teoria do Discurso, orienta as categorias de sua teoria política. No campo do discurso haverá um espaço em que os discursos negociarão os sentidos hegemônicos, ou seja, um sentido

determinado por um sistema constituído estará em condição de antagonismo diante de outro sistema. Veremos a seguir as características desse pensamento.

Uma das preocupações de Laclau (1996) é questionar as condições de existência entre o universal e o particular, criando os conceitos de sua teoria: hegemonia, antagonismo, interior e exterior constitutivo. Preocupa-se em como o universal e o particular são constituídos. As ciências sociais clássicas refletem o real em si mesmo, o sujeito é o objeto descritivo neste contexto, em desacordo com esta idéia Laclau identifica que o caráter constitutivo da realidade será medido pelo sentido atribuído ao contexto, desse modo modifica a maneira de compreender a formação da realidade, no sentido filosófico/ epistemológico, caracterizada pela tensão entre o universal e o particular, nos diferentes contextos sociais.

Para trabalhar com o pensamento de Laclau, tendo como entrada a Teoria do Discurso, é preciso considerar duas características: uma é a noção de discurso como a ativação de recursos lingüísticos, nesse caso, nos referimos ao uso social da linguagem, geralmente visto por nós associado a uma fala estruturada por uma pessoa com representação significativa socialmente. A outra característica é reconhecer e incorporar o campo da ciência da lingüística, campo disciplinar das ciências humanas que, em ciências sociais, já formalizou seu objeto de estudo, portanto, consideramos “que os conceitos de discurso irão dar conta de unidades de significação que estão além da frase, incluindo o sistema de relações entre objetos, entre elementos que constituem a unidade significativa, um conjunto de regras de produção de sentido” (BURITY, 2007). Tende-se assim a chamar de ‘discurso’ tudo o que articula uma comunicação no contexto social. Nessa perspectiva é necessário considerar, também, que a ‘teoria da política’ deve estar marcada pela historicidade.

Laclau (1996) introduz desta forma o conceito de discurso na reflexão sobre a política no que se refere aos sentidos aplicados em uma razão social. Sua proposta ultrapassa a teoria social clássica, inclusive indo além do realismo filosófico. É no contexto de discordância dessa postura clássica que Laclau insiste na relevância da dimensão da significação em que o sentido é sempre produzido socialmente, insistindo no caráter constitutivo da realidade que a significação produz. Essa aproximação está presente na concepção subjetivista do sentido no qual o sujeito o circula socialmente, nunca a partir de suas próprias idéias, mas de um sistema de regras já formadas, autorizadas e interiorizadas pela educação, pela interação do discurso no contexto social, em que não há como se obter controle sobre sua elaboração. Outro aspecto é a produção da significação que é equivalente a uma articulação entre o significante e um significado.

Partindo dessas duas entradas na teoria do discurso, Laclau considera que esta noção “permite de um lado recuperar para as ciências sociais o caráter insubstituível, inseparável, inerradicável do processo de significação para a compreensão dos fenômenos sociais” (*apud*, BRURITY, 2007). Os diferentes discursos podem ser incorporados em um sistema mais amplo originando uma ‘Formação Discursiva’, um conjunto heterogêneo de discursos, com regras de produção de sentido, e agora “hegemonizada” por um dado discurso nessa pluralidade dos diferentes discursos. Significa dizer que dentro de um sistema de regras em que os discursos diferenciados encontram um sentido e significado que os torna complementares por si só estarão compondo a ‘homogeneização’, mas a condição desta é o antagonismo entre eles.

Constituída a ‘Formação Discursiva’, ou seja, um discurso já trabalhado na condição de articulação com os demais discursos, e encontra uma dimensão inclusiva de outras unidades discursivas, não necessariamente em torno dos mesmos sentidos e significações – plurais, agora parte de outro sistema de regras de produção de sentido encontra, como fenômeno, seu lugar no mundo social.

Laclau e Mouffe (2004) utilizam o conceito de discurso enquanto categoria teórica, assim a caracterização de um fenômeno com direcionamento social identificado será o fato de percebermos a sua heterogeneidade, ou seja, o discurso único que articula um conjunto de diferenças nele representados se insere na categoria da “hegemonia”. Refere-se à capacidade de um discurso representar a articulação entre diferentes discursos.

Contudo o discurso hegemônico não necessariamente é um discurso articulador sobre os mesmos interesses, pois se constitui pela negação ou se constitui pela ameaça que pode gerar. Então não há uma coligação de idéias comuns, há sim razões múltiplas em torno de ‘algo’ que une os discursos e justamente o que os une é a oposição que possuem em comum, considera Mendonça (2003). A ameaça que liga os grupos será o ‘exterior constitutivo’. Essa ameaça, embora seja para cada grupo referida de maneira diferente por seus múltiplos interesses constitui o ‘exterior’ pelo qual estão unidos.

É um paradoxo posto nas duas formas de identificação, enquanto A exclui B, ambos embora excludentes são complementares, e ao complementarem-se o fazem em função de uma ameaça de suas existências, desta forma que Laclau incluirá o pensamento de Derrida sobre a *différance*, e com o qual Hall trabalha a perspectiva da identidade e do entendimento de que o global e o local estão constantemente em negociação/ conflito. Hall considera;

*As culturas emergentes que se sentem ameaçadas pelas forças da globalização, da diversidade e da hibridização, ou que falharam no projeto de modernização, podem se sentir tentado a se fechar em tono de suas inscrições nacionalistas e construir muralhas defensivas. A alternativa não é apegar-se a modelos fechados, unitários e homogêneos de 'pertencimento cultural', mas abarcar os processos mais amplos – o jogo da semelhança e da diferença – que estão transformando a cultura no mundo inteiro. (HALL, 2003, p. 47)*

A força do sistema de significações pode levar a mudança de diferentes contextos.

As demandas particulares podem em conjunto com outras demandas, se articularem de tal forma a reconhecer a demanda particular como representante mais ampla movendo um processo de universalização do particular. E essa demanda não é necessariamente a representação de uma classe social, indo no sentido contrário às ideias do pensamento marxista, ou seja, das estruturas de dominação de classe. Burity (2007) comenta,

*[...] na medida em que uma demanda particular é capa de assumir a representação de outras demandas igualmente particulares e sem deixar de ser aquela demanda particular, passa a falar em nome desse conjunto, é precisamente aquilo que a se chama de hegemonia. (BURITY, 2007, p. 5)*

O conceito de universal e particular é discutido no interior da teoria de Laclau (1996) assim exposto;

*[...] a separación entre lo universal y lo particular es infraqueable – lo que es lo mismo que decir que lo universal no es outra cosa que um particular que em um cierto momento há pasado a ser dominante, que no hay forma de acceder a una sociedad reconciliada. (LACLAU, 1996, p. 53)*

O autor chama a atenção para o cuidado que devemos ter com os 'particularismos puros', pois não atingem interlocução possível aos problemas vividos nas sociedades contemporâneas, esta seria uma condição que nega a si mesma pelo fato de somente existir o particularismo pela afirmação do universal. Exemplifica as razões;

*[...] yo puedo defender el derecho de las minorias sexuales, raciales o nacionales em nombre Del particularismo; pero si el particularismo es el único principio válido, tengo también que aceptar los derechos a la autodeterminación de todo tipo de grupos reaccionarios dedicados a prácticas anti-sociales. Aun más: como las reivindicaciones de los distintos grupos estará en muchos casos en conflicto entre si, tendremos que apelar – menos que postulemos una armonia preestablecida – a ciertos principios generales que regulen esos conflictos. No hay em los hechos, ningún particularismo que no apele a esos principios em la construcción de su propia identidad (LACLAU, 1996, p. 53-54)*

Uma outra razão para a negação do particularismo não sustentar-se em si mesmo é exemplificado;

*“[...] aceptemos por un momento la posibilidad de que la armonía preestablecida que antes mencionáramos fuera posible. En tal caso, los varios particularismos no estarían en una relación antagónica entre si sino que coexistirían en una totalidad coherente. [...] Porque si cada identidad está en una relación diferencial, no antagónica, con todas las otras identidades, la identidad en cuestión es puramente diferencial y relacional; en consecuencia, ella presupón no sólo la presencia de todas las otras identidades sino también el espacio global que constituye a las diferencias como diferencias.” (LACLAU, 1996, p. 54-55)*

A hegemonia é contingencial, é, construída, mas pode durar muito conforme as articulações que forem sendo estabelecidas nas demandas particulares.

A compreensão da abordagem da cultura como categoria para discutir os processos de incorporação de novos discursos e possibilidades de mudanças nos contextos sociais, a partir do pensamento de Laclau, diz respeito a se tentar trabalhar com a compreensão das dinâmicas dos fenômenos políticos e econômicos em uma instância histórico-social contextualizada. Trata-se de buscar as possibilidades de uma leitura em que a identificação do particular e do universal, inscritos em seus sistemas incorporados por elementos discursivos, traga uma compreensão do real, um real que alimente a mudança, caso seja o objetivado.

A Teoria do Discurso fornece uma série de compreensões possíveis sobre a realidade mantendo a dinâmica de questionamento em estado de latência, ao mesmo tempo em que forja em si mesma a contradição no interior de sua estrutura para manutenção de sua sobrevivência enquanto teoria.

O sentido é reproduzido socialmente, e formado a partir das regras de produção de sentido e significado que são institucionalmente, socialmente criados e necessariamente legitimados pelo sujeito para uso na comunicação em um dado contexto sócio-histórico. Esta visão de Laclau ajuda a pensar a partir do jogo de sentidos e significados, como o jogo político se estabelece na sociedade, entre os diferentes atores e os objetos que tem de luta política. Suas negociações, suas articulações, suas aproximações e divergências. As categorias da hegemonia, do interior e exterior constitutivo, a *différance*<sup>19</sup> o antagonismo<sup>20</sup>, o universal e o particular, trazem um diferencial, arriscaria dizer, um tanto mais próximo de uma explicação viável para projetos de mudança em determinados contextos.

<sup>19</sup> O conceito de *différance* é do filósofo Derrida. O termo faz um neologismo da palavra francesa *différence*, fazendo alteração gráfica do (a) para (e). Toma o sentido do termo como a realidade de um sentido. Ou seja, o significa particular de um jogo entre os significantes e de uma escrita diante da fala.

<sup>20</sup> A ideia de sistemas opostos podem estar vinculados a diversas naturezas em que for utilizado o termo.

Desta forma, pensar a cultura na contemporaneidade e desenvolver pesquisas a partir da compreensão dos processos de constituição da sociedade em novas bases epistemológicas, em processos discursivos, pode contribuir para o entendimento e elaboração de novas propostas educativas que aplicadas em seus contextos, ajudariam a pensar a viabilidade de outras em diversos contextos.

Na pós-modernidade a educação não pode mais se revestir do fenômeno da transmissão dos conhecimentos, isolados, disformes de significação para a vida cotidiana, como foco na inclusão no mercado de trabalho e principalmente na socialização que se concebe no viés da identificação do contexto social a qual pertence. Trata-se de uma educação que possibilite ao sujeito a competência de saber discernir sobre esse contexto, realizar escolhas que favoreçam o desenvolvimento da cidadania, e por fim contribua para o fortalecimento de uma sociedade democrática. Não é um projeto tão simples, quando tratado com a necessidade de se implicar na construção de um processo que seja formativo das competências ainda, da crítica, da reflexão e da ação capaz de produzir impacto na vida, tanto do sujeito quanto da comunidade a qual pertence. Para tal projeto, as políticas de educação não podem suprimir a dinâmica das políticas sociais de uma construção teórico-metodológica contextualizada; ao mesmo tempo, devem ser capazes de compreender por onde estão caminhando estas políticas, se estão desenhadas em contextos hegemônicos, e quais seriam as possibilidades de criar referenciais de não-hegemonia.

As sociedades hegemônicas possuem suas bases na formação social que divide a população em desiguais, implica a lógica neoliberal e, ainda, trata o sujeito como sendo o detentor das mazelas de seu próprio fracasso. Sendo assim, não permite que este sujeito construa fortalezas intelectuais voltadas para intervenção social e política que contribua para a construção de uma democracia. O cidadão não pode responder sozinho pelos Estados que se apresentam condições precárias de manter seus poderes, pelo próprio esvaziamento de suas forças tanto políticas como de governabilidade.

Para entender um pouco a referência do pensamento que traduz um caminho para pensar a possibilidade não-hegemônica devemos considerar que, a centralidade do pensamento filosófico/ epistemológico é deslocado do conhecimento de base científica para o conhecimento de base sócio-antropológica, e aqui a cultura é o valor de um novo sentido para os movimentos que ocorrem nas sociedades pós-modernas. Ao mesmo tempo em que, na representação da incorporação destes conceitos, às instituições que as representarão, tanto como veículos da produção de novos conhecimentos na área como serão a porta de crítica

sobre os mesmos. Dentre tantas instituições educacionais que representam essa dinâmica na sociedade, a universidade, entre essas agências, é um local privilegiado à formação diretamente implicada com a sociedade, e as demandas que emanam dela, justamente por ser o local que propõe os novos conhecimentos como os critica e refuta.

### **1.1 A Cultura: projeto para democracia e desenvolvimento**

Considerando que a cultura desenha um território sem fronteiras construído na diversidade da nossa realidade se entende que possui, então, uma importância estratégica na construção de nossa sociedade. E essa condição não se restringe em entendê-la somente dentro do nosso país, mas em uma concepção mais abrangente da sua condição de socialização e valorização do patrimônio cultural dos povos.

A palavra cultura provém do latim *colere* significa qualquer coisa, desde cultivar e habitar, adorar e proteger. [...]. Se cultura significa cultivo, um cuidar que é ativo, daquilo que cresce naturalmente, o termo sugere uma dialética entre o artificial e o natural, entre o que fazemos ao mundo e o que o mundo nos faz. [...]. Trata-se menos de uma questão de desconstruir a oposição entre cultura e natureza do que de reconhecer que o termo cultura já é uma tal desconstrução. (EAGLETON, 2005, p. 10-11)

A cultura aqui deve ser entendida para além das atividades manifestas por meio das expressões artísticas, ultrapassando os limites da geopolítica e da economia, constituindo-se, também, na possibilidade de realizar um papel estratégico que provoque os monopólios de poder, propondo uma nova ordem social mais justa e plural. Podemos dizer que a ampliação do conceito de cultura nos permite trabalhar em uma dimensão não somente da arte em si, mas com todas as manifestações que possuem a força simbólica de representar a sociedade e nela, no coletivo, ter a capacidade de modificá-la.

É mister considerar a cultura como um eixo ampliado de possibilidades para serem desenvolvidos dentro de um projeto de Nação. Lima (2007, p. 264) nos diz que todo projeto de Nação por meio da cultura “[...] deveria priorizar conteúdos reveladores da identidade”, e que devemos ter o cuidado de não confundir o projeto de Nação com um desempenho administrativo e financeiro que seja subserviente ao modelo imposto por uma política vinculada somente à economia e à globalização. Toda política de Nação não pode ser realizada independente de sua identidade e nem da política cultural, nem da política global,

mas deve estar atrelada ao seu caráter estratégico-financeiro em termos de organização e distribuição. Nesta perspectiva a cultura não deixa de ser identificada com um projeto de Nação em que se faça presente a realidade social da Nação, sua organização e seu projeto financeiro de investimentos e de distribuição dos bens culturais.

A compreensão da cultura implica a organização social de uma Nação e envolve a escolha de um caminho político que a funde, como tal, considerada no contexto da pós-modernidade. A cultura, por si, já é uma produção, um bem, um valor do próprio povo, que a produz e dá sentido ao que produz, por diferentes canais de expressão e manifestação que pode ser até vinculada como bem de valor pertinente ao desenvolvimento desta Nação.

A cultura entendida como projeto democrático privilegia em suas políticas a diversidade de expressões culturais referentes a diversidade de públicos. E para tornar realidade esta proposta, faz-se necessária a participação das três esferas administrativas do poder público – o federal, o estadual e o municipal, participando com mecanismos de diálogo que em sua articulação possam garantir os direitos e os deveres como de fato deve ser o exercício da cidadania.

A democracia é definida como um sistema em que os atores coletivos e múltiplos elaboram e executam políticas dentro de um padrão mais ou menos competitivo. E produzem resultados e efeitos que, às vezes, não são os esperados (BOTELHO, 2007). Essa definição vem ao encontro do pensamento de Laclau e Mouffe (2004), pois significa dizer que os atores que estão participando dos processos de construção do momento político e das realizações, não têm garantias absolutas de que os seus interesses serão os escolhidos para serem executados, porém as suas convicções serão respeitadas, e ainda poderá estar presentes em diferentes discursos, apresentando suas propostas, movimento este que faz com que se estabeleça a democracia. Dessa forma, para definirmos uma política cultural que nos conduza à democracia será necessário entender que exercitar os “arranjos institucionais básicos”<sup>21</sup> deve ser incentivado, pois, por meio deles, pode se dar voz aos diversos grupos sociais e indivíduos através da manifestação materializada de seus interesses culturais.

A efetivação deste projeto se dá pelos mecanismos de negociação, discussão e propostas, em diferentes campos da sociedade, estabelecendo canais de produção e recepção da vida cultural. A articulação entre as diferentes esferas do poder público, poderá ser a força motriz de uma outra organização sócio-econômica. Aqui podemos entender a possibilidade de

---

<sup>21</sup> A autora Botelho (2006) considera “arranjos institucionais básicos” o permanente diálogo entre os três poderes da Nação, acreditando nas possibilidades de criar um modelo institucional que seja representativo dos indivíduos e dos diversos grupos que compõe a sociedade.

se pensar uma política cultural comprometida com a sociedade e seu crescimento, com possibilidades de uma ação não hegemônica. No modelo de gestão social pública atual, as marcas das diferenças e da diversidade são fortalecedoras das desigualdades e da falta de capacidade de uma proposta que efetivamente valorize a vivência de um povo, independente dos domínios econômicos, mas sim referidos as dinâmicas de interesses dos atores políticos.

Esse contexto apresenta a relevância da cultura com estratégia em um plano de sociedade, de Nação e de desenvolvimento político-econômico. Considera-se assim, que o processo de construção de políticas culturais automaticamente necessita da vivência social com base na articulação e interlocução ativa entre os grupos diversos e as instâncias do poder público, o processo necessita e abrange, ainda, organismos internacionais e nacionais que creditem a potencialização do caráter transformador da cultura à dimensão simbólica à econômica, pois se pensa uma cultura abrangente, inclusiva e de direito.

Quando falamos da universidade e da cultura no contexto da interlocução colaborativa e construtiva da democracia, devemos considerar a capacidade de discutir com os conhecimentos em profundidade, que a universidade junto aos seus atores é capaz de consolidar. A universidade já ofereceu vários exemplos no que tange ao seu potencial constitutivo das diretrizes de ação social junto à comunidade. O próprio projeto da Extensão Universitária nos dias atuais demonstra o grande valor agregado e realizado das ações que podem ser não somente desdobradas, mas tomadas como contínuas e de caráter a gerar impacto. Convém questionar que desses impactos, o que realmente foi constituído ou avaliado como mudanças sociais por parte do conjunto de atores da comunidade local e que se constituíram a partir da universidade uma política de cultura?

O cenário mundial já clama por esta perspectiva desde a década de 60 do século XX, quando o cenário internacional vivia uma tensão grande do pós-guerra “Fria” e buscava alternativas para pensar uma forma de estabelecer a unidade entre os povos que não fosse pelas diferenças. A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) tem importante papel neste momento histórico, pois ela própria vivia as decepções e conflitos na busca de um canal que respondesse ao desgaste dos projetos de universalidade das propostas humanizadoras e de desenvolvimento sustentável. Nessa época, a UNESCO entendia a cultura como um direito, que poderia ser operacionalizados por meio do respeito a diversidade em condições de contribuir para salvaguardar uma unidade entre os povos, como também a capacidade de elaborar seu projeto de abertura ao diálogo e a colaboração em toda humanidade (MAHEU, 1969).

Na Declaração dos Princípios da Cooperação Cultural, expressa e aprovada na 14ª. CG- 1966 são afirmados

[...] o direito a cultura em todas as suas formas de expressão e o respeito a diversidade e a originalidade das culturas, defendendo-se a promoção da criatividade de cada uma delas. Defende-se também a reciprocidade na cooperação cultural internacional, cujas finalidades são a paz, a amizade, a educação moral e intelectual da juventude e o respeito a soberania do Estado nacional [...]. (EVANGELISTA, 2003, p. 100)

Ao objetivar como ideal a constituição de uma unidade mundial, em termos de ciência e tecnologia disponível e acessível a todos, se deve entender que as ações para alcançar este objetivo não podem estar dissociadas da importância do papel da centralidade da cultura junto ao desenvolvimento econômico, reforçado pela ideia da identidade cultural.

[...] a identidade cultural, pelo reconhecimento e respeito aos valores e crenças que unem as populações locais, nacionais, regionais, possibilitar sua abertura aos valores e crenças que deve unir todos os povos numa cultura mundial, ou seja, harmonizar o desejo de salvaguardar a autenticidade das culturas, expresso de diversas formas, sobretudo, diante da possibilidade técnica da invasão cultural pelas novas tecnologias, com a necessidade de difusão e assimilação das técnicas modernas. (EVANGELISTA, 2003, p. 101)

Os valores da cultura são destacados como referência mundial, disseminados pela UNESCO na realização de reuniões regionais e nacionais, conferências por blocos de países.

As tentativas por interesses localizados também estão presentes na história da construção da ideia de cultura que a UNESCO se dispõe a disseminar, aparecem inclusive para percebermos como o processo de incorporação de caminhos epistemológicos intervém diretamente no cotidiano, por meio da negociação dos interesses discursivos, como referenda Laclau e Mouffe (2004). Temos como exemplo o caso da EURO CULT, que aparece na pauta na 16ª CG- 1970 da UNESCO, em que os países da Europa Ocidental e Oriental [fora a República Democrática da Alemanha], se manifesta com interesses de unificação da Europa em um conjunto de princípios culturais e da civilização. A pauta de discussão foi considerada lamentável por outros representantes de países que não estavam presentes no grupo, tais como a Romênia, Bulgária, Polônia e Iugoslávia.

No andamento das discussões, a temática da pauta remete aos conceitos de desenvolvimento, cultura e educação que já eram previstos pela UNESCO na década de 60. De certa forma a EURO CULT impulsionou uma série de conferências regionais sobre os aspectos culturais, diz Evangelista (2003). Para que a virada se efetivasse fato importante o

esforço que a UNESCO imputava na busca de repensar o universal por meio da cultura contava com duas condições: em primeiro a Europa unida pelos seus “... elementos comuns e transcendentais à diversidade de organização econômica e político-ideológica pretendem-se fazer nos quadros da cooperação regional” (EVANGELISTA, 2003, p. 106) e em segundo, a abertura da Europa ao mundo.

O ideal questionável da UNESCO de universalizar pela cultura, que se pretende realizar no momento de crise da hegemonia do modelo que se impunha pela crítica de todas as formas de organização da sociedade e dos domínios de alguns países sobre outros, em um mundo característico das crises da pós-modernidade, se demonstra universalizante<sup>22</sup>.

O discurso Encontra suas bases em dois princípios fundamentais para justificar o modelo universalizante: a *diversidade qualitativa das culturas*, que tenta eliminar a primazia do pensamento cultural Europeu, e o *direito à cultura em todas as suas formas de expressão*. Como resultados desse processo, na Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural, estão os princípios da identidade, diversidade e pluralismo, como referência para reafirmar a vivência dos direitos humanos e das liberdades, universalmente reconhecidos por mecanismos e pactos internacionais, bem como os direitos civis e políticos, os direitos econômicos, sociais e culturais<sup>23</sup>.

A cultura é vista como resposta à unidade, por meio do reforço às identidades culturais dos países, respeitando a diversidade das populações em suas manifestações locais, nacionais e regionais, buscando salvaguardar uma autenticidade das culturas. Esse discurso é praticamente autorizado e agregado ao valor do desenvolvimento humano por meio da cultura. Realizam-se, então, as lutas pela desconstrução das supremacias econômicas e imperialismos culturais. A UNESCO faz recomendações aos Estados membros, de forma a manter sua postura de respeito à diversidade e ao desenvolvimento por meio da cultura nos países,

Recomendam-se, entre outros, que eles encorajem a realização de atividades pan-européias, desenvolvendo relações de intercâmbio entre instituições culturais nos diversos campos – cinema, música, belas artes, bibliotecas, museus, rádio, televisão, edição; associem políticas culturais e políticas de comunicação, de modo a harmonizar os diversos meios, antigos e modernos, na difusão da cultura; promovam iniciativas para a criação e o desenvolvimento de fundações com fins culturais e sociais. (EVANGELISTA, 2003, p. 107)

<sup>22</sup> Termo utilizado por Evangelista (2003).

<sup>23</sup> Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais – MONDIACULT, México, 1982.

Dessa forma, a UNESCO busca zelar pela permanência das negociações que possam ser desestabilizadoras dos interesses de domínios importantes como os meios de comunicação, pois a falta de acesso aos bens culturais mundiais, não permitiria o desenvolvimento do patrimônio cultural, como proposta universal, e como proposta local e projetada para permitir o desenvolvimento humano e social.

As conferências regionais culminam na MONDIACULT, em 1982. Neste evento é aprovada a Declaração do México, que coordenada pelas reflexões da UNESCO, conceitua que o universal é definido por aquilo que ele não pode ser, ou seja, por qualquer cultura particular, mas se constitui na experiência de todos os povos do mundo, em que cada um afirma sua identidade, congregando valores comuns que unem os povos (EVANGELISTA, 2003, 108).

Perceber a cultura como unificadora dos interesses não é de todo um constructo não-hegemônico, é preciso verificar que, quando a UNESCO se propõe a trabalhar os valores no campo da sintonia entre objetivos nacionais com os dela, precisa deixar claro que não está impondo uma hegemonia na identidade dos povos, ou na forma de organização econômico-política e social. Não obstante, em seu discurso busca a afirmação da identidade cultural dos povos como fator de liberdade e dignidade, em que as condições desses povos traga uma proposta de nova ordem social, tendo como base a cooperação cultural nacional, regional e inter-regional e internacional. Com isso, ressalta valores da reciprocidade e solidariedade, da tolerância e compreensão, e que podem ser vivenciados pelo patrimônio cultural de cada cultura em suas experiências democráticas, aprendendo a trabalhar por um mundo em desenvolvimento e mais humano.

Não se pode esquecer que os movimentos realizados para efetivar os objetivos explícitos pela UNESCO, se desdobram em minúsculas células locais, em realização por meio da vontade e da articulação a que os atores se dispõem. Trabalhar para a organização de uma ordem nova por meio da cultura é outro projeto para humanidade, devemos pensar até que ponto as nossas universidades, com sua responsabilidade de estabelecer a crítica, a reflexão, a criação sobre os conhecimentos se posiciona diante destas novas mobilizações que estão se efetuando no mundo, e que em vários momentos se desdobram e se refletem nos nossos loci institucionais. À guisa de ilustração, a juventude brasileira, nos anos 60, reuniu uma força motriz junto às universidades por meio de ações extensionistas que tinham como pano de fundo a cultura, realizaram atividades culturais e estabeleceram até movimentos que até hoje estão nas nossas marcas da construção social. Outro exemplo são os jovens das caras pintadas

que refletiram as mudanças nos anos 80, relacionados a uma série de mobilizações advindas do encontro política e cultura, em busca de um ideal democrático. Não se trata de ressaltar contextos de diferenciação somente no eixo da reivindicação, mas dos discursos que estavam presentes e que, manifestos, têm subjacente ao contexto a cultura como veículo reflexivo do vivido no momento histórico.

Podemos dizer que esta historicidade dos atores em discurso é constitutiva de culturas e por isso produtora *in lócu* da cultura de um grupo, um povo, uma identidade, que articulada as políticas, instituições representativas, os conhecimentos que se articulam, são capazes de criação.

O projeto da UNIÃO EUROPÉIA (2006, s/p.) comunga para a mesma finalidade de destaque à cultura como motivadora da educação quando considera que para a aprendizagem ao longo da vida se fazem necessárias *competências essenciais*, dentre essas competências a cultura é um dos eixos fundamentais. Essa proposta está descrita no Relatório do Conselho sobre o papel da educação, a qual deve contribuir para preservar e renovar a base cultural comum da sociedade, para desenvolver aprendizagens de valores sociais, cívicos como a cidadania, a tolerância, a igualdade e o respeito. Hoje somos convidados a aprender a viver na diversidade cultural e social, de certa forma isso implica na profissionalização, assim a educação deve exercer papel importante no que se refere a formar e em prol de uma coesão social (UNIÃO EUROPÉIA, PARLAMENTO EUROPEU, CONSELHO DE BRUXELAS, 6 dezembro 2006).

Essa mesma proposta considera, ainda, as políticas culturais dentro do conjunto de políticas que referenciam a formação dos cidadãos no que se refere, inclusive, as demais políticas existentes na sociedade, chegando a citar as políticas para a juventude.

Quando descreve as *competências essenciais* e as *habilidades necessárias* para o aprendizado da cultura, citadas no eixo de número 08 que se refere somente à cultura e às bases de desenvolvimento educacional;

#### 8) Sensibilidade e expressão culturais

Definição: Apreciação da importância da expressão criativa de ideias, das experiências e das emoções num vasto leque de suportes de comunicação, incluindo a música, as artes do espetáculo, a literatura e as artes visuais. Conhecimentos, aptidões e atitudes essenciais correspondentes a esta competência O conhecimento cultural inclui a sensibilização para o património cultural local, nacional e europeu e para o seu lugar no mundo. Pressupõe um conhecimento básico das grandes obras da cultura, incluindo a cultura popular contemporânea. É fundamental compreender a diversidade cultural e lingüística na Europa e nas outras regiões do mundo, a necessidade de a preservar e a importância dos factores estéticos na vida quotidiana. PE-CONS 3650/06 ILC/aam 17. ANEXO DG I - 2A PT

As aptidões dizem respeito tanto à apreciação como à expressão: a apreciação e fruição de obras de arte e de espetáculos e a realização pessoal através de múltiplas formas de expressão, utilizando as capacidades individuais inatas. As aptidões incluem também a capacidade de confrontar os pontos de vista próprios sobre a criação e a expressão artística com os dos outros e de identificar e aproveitar oportunidades sociais e econômicas na actividade cultural. A expressão cultural é essencial para o desenvolvimento das aptidões criativas, as quais são susceptíveis de ser transferidas para múltiplos contextos de índole profissional.

Uma sólida compreensão da sua própria cultura e um sentimento de identidade podem constituir a base para uma atitude aberta e de respeito em relação à diversidade das formas de expressão cultural. Uma atitude positiva inclui ainda a criatividade e a vontade de desenvolver o sentido estético através de uma prática pessoal da expressão artística e da participação na vida cultural. (UNIÃO EUROPÉIA, PARLAMENTO EUROPEU, CONSELHO DE BRUXELAS, 6 dezembro 2006)

Nota-se que os referenciais para se trabalhar a cultura estão muito claros no que diz respeito a mobilizar um novo eixo de convergência das idéias sobre a convivência humana e ainda coloca o vínculo com a educação formal, prevista em objetivos e competências para a vida. Percebe-se a proposta como um desafio e, ao mesmo tempo, uma reflexão para concepção de novas propostas políticas para educação e para os projetos culturais que efetivem a cidadania e a democracia, na busca de uma construção social diferenciada e referendada em valores que, de uma forma ou de outra, estão na base do pensamento humanista. É importante observar que incluem os jovens e políticas que os afetam como destaque para o resgate do vínculo social aos menos favorecidos e aos que ainda estão em formação.

Como, então conjugar todas estas propostas? O desafio para se pensar a universidade e as políticas de cultura são muitos e necessitam, como podemos ver, de reflexão e discussão na área que contribuam, de alguma forma com a realidade que vivemos em nossa sociedade.

## 1.2 A universidade que se pensa

Na sociedade, a educação tem grande responsabilidade em função das concepções que assume e que norteia e organiza as instituições educacionais. Esse *lugar educador* tratado nesse estudo é a Universidade, entendida como lugar de excelência que contribui no desenvolvimento do papel científico e formador dos conhecimentos, e que em si, “entre outros motivos porque à semelhança dos níveis de ensino que a precede elas estão voltadas à produção do conhecimento e ao aprendizado” (MENDES, 2007, p. 1), trabalhando além do

desenvolvimento do processo de aprendizado a própria refutação dos conhecimentos apreendidos e a criação de novos aprendizados.

A incorporação do questionamento trazido para este estudo fica na dependência da compreensão da Universidade e seus matizes de crise na sociedade, pois é preciso entender como a Universidade se posicionou, legitimou-se e instituiu a ação hegemônica ou não que desenvolveu na sociedade e no conhecimento, pelo modo como se organizou e realizou seus projetos educativos e sociais.

A Universidade tem no centro de suas funções a contribuição para o crescimento e difusão do conhecimento científico e para o desenvolvimento social, quanto mais a universidade for comprometida com a sociedade, “mais esta se transformará na universidade da sociedade. Quanto mais recursos forem investidos em educação, inclusive na superior em pesquisa e em desenvolvimento científico e tecnológico, mais se consolida a democracia e a soberania nacional” (MENDES, 2007, p. 1). A universidade é um espaço de construção do conhecimento e convivência coletiva, realizando o projeto de humanização e socialização ao mesmo tempo em que fomenta idéias desiguais capazes de estimular a produção de experiências plurais.

Essa concepção da função e as ações que devem se desdobrar da universidade remete a um pensamento atual e contextualizado, no qual a aproximação conceitual do deste estudo se faz presente. Mas nem sempre foi assim, a Universidade passa por crises que vão desde a epistemologia que a funda até o desdobramento de seus fazeres políticos, educativos e sociais.

Nos séculos XVII e XVIII, assistimos ao avanço das idéias liberais colocando a universidade em dois momentos, primeiro ela deixa de ser o centro da produção do pensamento “passando a ter papel complementar aos saberes mais imediatos emergentes de ações densas das relações de trocas” (SILVA, 2002, p. 123), e em segundo, já no século XVIII passa a valorizar a objetividade do conhecimento, com ênfase no caráter instrumental e formação de profissionais para o mercado. Este modelo assistiu à luta de pensadores da época, tais como Espinosa, Diderot, Nietzsche, entre outros, que defendiam o saber universitário que estivesse próximo do povo, da linguagem comum, não erudita. Mas as forças do discurso técnico-acadêmico mantiveram a posição centralizadora do conhecimento que representa o modelo direcionador das posturas que a sociedade deve tomar. Conduziu à noção de cultura como representação deste modelo, imprimindo características isoladas às atividades que se realizam na Universidade. Este modelo ainda persiste nas universidades, embora a compreensão de um novo paradigma de pensamento sobre a cultura esteja presente no

cotidiano da sociedade e dos pensadores, que já identificam a força motriz da cultura como representações de uma sociedade diferente.

Na pós-modernidade, a universidade se apresenta tanto como o lugar da denúncia pelos seus intelectuais que a utilizam como um canal de apoio para suas expectativas não respondidas, como para servir de terreno para uma condição de universidade mais nova, mais crítica do que a universidade da modernidade.

A compreensão desse debate se articula pela condição que a universidade se encontra endêmica na educação superior contemporânea, devido às guerras de cultura, com isso se coloca como um reflexo do declínio do Estado-nação como produtor do capitalismo e que acabou por esvaziar a missão social da universidade moderna. Se a missão era produzir pesquisas para atendimento dos projetos nacionais, realizados em forma de implantação e reprodução de uma forma de cultura indissociada da identidade nacional, hoje com a perda do sentido da noção de identidade nacional e o esvaziamento do compromisso social do Estado-nação, a noção de cultura se torna irrelevante para sustentabilidade de um projeto de conteúdo específico em que a missão da Universidade estivesse assegurada simplesmente pela afirmação da identidade cultural da nação.

Nesta visão, Readings (2002, p. 244) aponta três posições que a Universidade pode tomar em torno desta tensão: a primeira diz respeito a manter a condição de representante da condição social que afirma a identidade da nação, caracterizando-se como conservadora. A segunda posição seria a de “reinventar a identidade cultural de maneira a adaptá-la às circunstâncias cambiantes” (READINGS, 2002, p. 24) que seria uma posição multicultural. A terceira posição seria o abandono da posição da dependência do projeto da realização da identidade da cultura nacional deixando de pensar a articulação social da pesquisa e do ensino em termos de missão, porém esta postura pagaria um preço alto, pois os acadêmicos deveriam assumir sua condição de acumulação do próprio capital simbólico, como também significaria abandonar a pretensão de intelectuais que assumem a prestação de serviços à sociedade, de acordo com Readings (2002, p. 24). A terceira opção, apesar de ser um risco e ainda muito instável pela própria constituição da área dos Estudos Culturais, na visão de Readings (2002), pode ser uma Universidade que esboça um futuro como instituição, a partir do momento em que considerarmos a emergência do conceito de cultura entendido em um novo paradigma para as humanidades. Além disso, os Estudos Culturais trazem a perda da noção do *intelectual da história*, ou seja, o indivíduo professor responsável pelo processo de *inculcação* e *aculturação* no qual os alunos se percebem como sujeitos eruditos da cultura. Essa noção se

esvai com a apropriação que os Estudos Culturais fazem da cultura como identidade sendo ela realizada nas ciências humanas de diferentes formas, inclusive trazendo para a Universidade a tensão de lidar com a noção de cultura des-significada, de sua sobrevivência da missão social de reprodução.

Observa-se que a ênfase dedicada à pesquisa pode-se fazer isolada do ensino, quando do pragmatismo, tanto institucional quanto na formação, experimentado por meio do atendimento às demandas da sociedade imediatistas e dissociadas da construção acadêmica de um sujeito integral. E aceitar o pragmatismo sem luta significa manter a Universidade em estado de crise. Mas esta visão mantém a Universidade ainda em uma condição dual, não transcende para a formação humanística por meio de um outro discurso que não o de encontrar a Universidade em meio a condições de relegar suas funções aos espaços extra-muros, e permanecer na crise vinculada a uma visão de cultura, agora sem registro e conexão com às ciências. A dualidade permanece, pois não há o reconhecimento de que mesmo que ocorra a transdisciplinaridade nas áreas do conhecimento a noção de disciplina por si só implica a dualidade.

Quando os Estudos Culturais propõem revisar a noção de disciplina o discurso da cultura transcende ao patamar da compreensão de que não se pode contar com uma ideologia da cultura de caráter fragmentado. A própria noção de cultura passa a um outro lugar compreensivo que não mais o de referência de uma condição que se deve alcançar, mas de uma vivência experimentada na formação integral, realizando o ensino, a pesquisa e a extensão em condições de interdependência e dinâmicas integradas. Quando Readings (2002) traça um diagnóstico da ruína da universidade moderna não se preocupa em traçar previsões dentro das tendências dos Estudos Culturais. Pelo contrário, até se preocupa com este novo campo de Estudo não estar definido de forma a estabelecer uma metodologia, mas também assinala uma importante noção, a de que a Universidade irá se repensar e trabalhar em contextos desconhecidos da sua relação interna e integralização das suas funções, também com as políticas e diretrizes que deverá desenhar nessa nova condição que se encontra na pós-modernidade, a crise interna e externa pela noção de cultura que se atrelou ao Estado-nação, e assiste à sua falência.

Quando me refiro à reflexão sobre a construção de uma Universidade a partir das perspectivas dos Estudos Culturais, não me detenho nas análises de que as áreas dos conhecimentos humanos não conseguem estabelecer uma ligação com a área das ciências naturais, como nos apresenta Readings (2002), mas me aproximo do entendimento da cultura

na universidade como um conceito que agrega valor formativo para além da interdisciplinaridade, que avança para todos os campos de formação do sujeito independentemente da sua escolha técnica/ profissional. Trata-se da cultura com eixo de compreensão do mundo, da profissão e da missão, que cada sujeito se compromete consigo mesmo e com a sociedade a que pertence. As ciências sociais são a arena da discussão na Universidade, não no sentido de divisor de águas, mas de agregador de condições dos diferentes posicionamentos que advém das identidades e dos hibridismos que realizamos enquanto sujeitos culturais produtores e manifestantes de expressões, no uso de sua intelectualidade profissional e social.

Assim podemos entender como a Universidade chegou ao século XX. Assumiu sua autonomia e privilegiou a tomada de posições políticas como orientadoras das opiniões encaradas de forma acadêmica, como uma questão cultural e intelectual que se estrutura pela ciência, de maneira crítica e livre para beneficiar a construção do conhecimento. Esse pensamento que começa a falar sobre cultura é construído na base do entendimento da cultura como um poder dividido em dominados e dominante. Embora a tentativa de modificar a postura da universidade para com o vínculo social, não há expressão que se transcenda para o valor da relação cultural e produtiva com a sociedade. Mantém-se o vínculo pelo cientificismo e vinculado aos interesses do capitalismo. Com Gramsci (1984), a função da universidade é vista para ir além dos interesses do capitalismo, trabalhando para uma nova compreensão do homem, a partir de suas dimensões políticas, econômicas, naturais e culturais. O papel da universidade deveria ser de transformador das relações sociais capitalistas, inclusive causando uma revolução no modo de conceber e pensar as relações sociais. A cultura é considerada no eixo da transmissão, na difusão dos conhecimentos e na manutenção das tradições. É justamente essa posição em que a cultura se situa nos interesses do Estado-nação.

Este viés do pensamento marxista muito presente na época evocava uma autonomia universitária no modo de constituir-se e pensar, desvinculada das amarras do Estado e das condições em que se colocava a sua produção intelectual e tecnológica.

A discussão sobre os desdobramentos das ações da extensão nessa época pouco aparece, pois o destaque está voltado para o ensino e a pesquisa. Tanto a instrução quanto a pesquisa aplicada, eram o mote condutor da relação entre universidade e sociedade. Apesar de discurso colocado pelos pensadores ser de ideal de igualdade presente a todos, conforma Gramsci em que a universidade deveria ser o local onde tanto a reflexão cultural e científica quanto sua estrutura deveria ser produtora de conhecimentos e discernimentos capazes de

gerar produtos para atender a todos, se observa que os ideais permanecem distantes da população. A discussão contínua e a identificação da universidade como um local de massificação dos conhecimentos, caracterizado pelo modelo econômico de produção, é fomentador do entendimento como função da universidade a formação de pessoas para ingressar no mercado.

Apesar das tentativas de estabelecer um outro vínculo da universidade com a sociedade que não fosse somente o da racionalidade científica inserindo conhecimentos e produzindo-os para uma sociedade de mercado, não houve modificações. Mas, no século XX, a universidade foi marcada pelos discursos pós-modernos, as crises atravessam a universidade, desde as lutas para avançar nas divisas do pragmatismo, do tecnicismo, e da falta de acesso aos conhecimentos por parte da massa de ingressantes nos acentos acadêmicos, às “antigas” discussões sobre finalidades e funções da universidade na sociedade.

Boaventura Souza Santos (1996) coloca a universidade diante do desafio de constituir seu projeto em um novo tempo/espço – a pós-modernidade. Considerando a característica marcante das sociedades pós-modernas, as discussões sobre a exclusão social e a diversidade cultural. A proposta para a universidade é contemplar um projeto que seja de democratização e emancipação, identificando contradições intrínsecas a ela. A integração sociedade/universidade deve se estabelecer na produção de conhecimentos, com democratização e acesso aos mesmos. Identifica a universidade como instituição dinamicamente pedagógica e de uma capacidade de produção intelectual inovadora, inclusive no âmbito da política e da economia. Considera que os movimentos sociais que emergem diversos no mundo ampliam sua função para além do ensino e da pesquisa. Na interação com o social absorve e ressignifica suas demandas, inclusive abrindo-se para diferentes e novas áreas do saber, “As novas funções da universidade favoreceram o objetivo de integrar as comunidades às perspectivas de desenvolvimento” (SILVA, 2002, p.145).

A universidade hoje tem desafios tanto no que tange aos seus ideais quanto na sua realização. Vamos encontrar a discussão em torno de seu papel ainda vinculado a um mecanismo excludente nas sociedades como encontramos perspectivas de avanços na busca da compreensão e entendimento sobre a inclusão dos novos desenhos sociais e dos saberes atuais. O risco que se corre de entendê-la dentro das amarras do Estado ou na esfera civil, vai ser direcionado conforme o discurso que à ela se busca atribuir e compreender o universo estudado. Não podemos esquecer que, em natureza, a universidade se mantém na proposta de ser autônoma independente dos interesses que nela possam vigorar por determinados

espaços/tempos sócio-político-econômicos, de fomentar a reflexão, a crítica e a criação do/no conhecimento, identificando novos projetos de conhecer/conceber e áreas inter-relacionadas, colocando-se na posição de interlocutora contínua com a sociedade, em posição de integração.

É assim que a cultura, entendida hoje como *empoderamento social*<sup>24</sup>, se estabelece como um campo de possibilidades para configurar a legitimidade e a sobrevivência da instituição Universitária. A substituição da monocultura para a cultura híbrida, incluindo os processos de enfrentamento político, social e econômico sentido por meio das crises efetivamente ocorridas dentro dos projetos de Universidade que não correspondiam mais aos domínios de uma sociedade liberal. Ampliam-se os espaços incluindo as novas demandas de participação dos sujeitos nos projetos de construção de uma nova democracia. Assim, os critérios do cientificismo permaneceram como pano de funcionamento da estrutura institucional, mas o conhecimento pelo conhecimento - que era o fio condutor das atividades universitárias e ainda regulamentariam e exerceriam o poder sobre as diretrizes sociais -, não correspondem mais às novas configurações sociais. A Universidade que foi construída sobre o patamar da exclusão e da divisão social, mantendo o *status quo* implantado por uma relação estreita com os ditames do modelo capitalista, entra em crise, em busca de um novo sentido que a legitime socialmente. O fazer da Universidade que enfatizava a pesquisa e o ensino precisam ser repensados, e incluir a Extensão como um eixo responsável por essa ponte de relacionamento com a sociedade. Mas a solução não politizada no fazer da Universidade que congrega a primazia da pesquisa e do ensino, passa por longo processo de institucionalização da extensão como eixo acadêmico concebido na indissociabilidade juntos às outras duas funções.

Embora possamos dizer que a cultura sempre esteve presente na Universidade, devendo preservar o legado cultural da humanidade, a primazia da idéia de cultura vinculava-se à referência da *Alta-Cultura*, como aquela relacionada aos padrões de uma cultura representante de um segmento social que detinha um poder político-econômico. Poder assegurado por meio das representações do grande mistério que não se desvenda nas experiências do senso comum e muito menos nas que são geradas no cotidiano advindo das esferas em que a *Cultura Popular (das massas)* produzia. Assim, a Universidade era freqüentada pela elite da sociedade.

---

<sup>24</sup> Entendo a expressão *empoderamento social*, como o conjunto de habilidades e competências necessárias para o sujeito adentrar na sociedade provido da capacidade de agir sobre o universo social para reconstruí-lo em conjunto a outros atores sociais. Para tal ação, é preciso reconhecer a cultura presente na sua via cotidiana, o seu potencial de formação instituinte tanto do sujeito como da sociedade, em condição de *interjogos* com seus interlocutores.

Esta concepção vai ao longo dos séculos até chegarmos ao XX, desenhando-se entre lutas e novas tentativas de desvinculação do pensamento que nasce e vive da crença “de que o cultivo da razão é o mais poderoso dos instrumentos de humanização” (MENDES, 2007, p. 2). As lutas tanto das concepções francesas quanto das alemãs colaboram para que a identidade da universidade se faça conforme os interesses políticos e econômicos de cada época. Mas é justamente no do Buraco-Cego de Hegel (incompatibilidade entre o dizer e o fazer), que se percebe e reside a existência constante de um paradoxo, que emerge da força da intelectualidade dos próprios sujeitos nas universidades que o criam, da busca contínua da ressignificação do espaço universitário como sendo autônomo em sua produção, e que nele contém a capacidade de refutação.

Assim, quando as crises da universalidade moderna estão em pleno vapor menciona-se em conjunto a crise da Universidade, pois se “tal universalidade é a universalidade eurocêntrica da filosofia da liberdade (Hegel) e do progresso (Comte), a crise da universidade moderna corresponderia à crise da liberdade e do progresso. A crise do universal progresso e do progresso universal da liberdade estaria na base da crise universitária atual” (THAYER, 2002, p. 58).

A crise na universidade se faz perante seu lugar na sociedade e também em sua gestão interna. A crise traz a vivência da incapacidade de responder às exigências sociais, não encontrando o vínculo adequado do que possui de mais valioso – a pesquisa e o ensino, com as formas de construir novas propostas que atendam as demandas da sociedade e do público que a frequenta. A capacidade que deveria possuir na condução de seus processos internos para se relacionar com os externos, não correspondem ao modelo de gestão dos recursos humanos e financeiros. O modelo voltado somente para a produção do conhecimento na pesquisa não permite ser transferível para o ensino, e muito menos se estende às atividades de Extensão. Será preciso um modelo de gestão que integre as três funções da universidade em um fluxo contínuo de recursos demandados das três áreas. Não há mais como responder somente a pesquisas isoladas sem reconhecer seus desdobramentos na sociedade. O trabalho intelectual é pleno de conhecimentos que precisam ser colocados ao atendimento de uma demanda social, carente de programas e projetos, que ajude a organizar e distribuir eqüitativamente a vida, as instituições, os recursos, etc. A universidade não é a responsável pelas ações do Estado, mas em condição de instituição educacional, zela pelo compromisso do desenvolvimento social por meio da educação que gera e oferta a comunidade. Bem como se alimenta desta comunidade para realizar descobertas, ou seja, gerar conhecimentos novos.

A crise da universidade na visão de Santos (2000), ainda se apresenta enfática, atingindo as instâncias da hegemonia, da legitimidade e da instituição.

Ao pensar as três crises apresentadas por Santos (2000), considero as seguintes questões que permanecem no cotidiano da Universidade e trago alguns pensamentos que contribuem para refletir as mudanças do eixo centralizador da Universidade, passando da cientificidade para a cultura, em uma perspectiva emanada dos conceitos que trabalha, não o divisor de águas da cultura, mas como uma política para a universidade capaz de potencializar o capital social, cultural e educacional de um povo.

Para se entender uma Universidade que, apesar de suas crises, pode ser uma das instituições sociais que busca impactar mudanças a respeito das nossas desigualdades históricas, precisamos nos desafiar a confrontar a opulência de nossas elites, os hábitos de consumo nos países desenvolvidos, os ícones culturais pautados na modernidade e localizados nas metrópoles, diz Porto (2007), permitindo-nos não aceitar a invisibilidade dos pobres e das desigualdades. O canal da cultura pode ser uma possibilidade, quando é entendido como formação para o compromisso social.

Como a Universidade pensaria a Cultura, que nela sempre esteve presente? Poderia ser pela estética e ética de uma política que tem como cerne o capital social em uma dimensão constitutiva de saberes locais em constante relação aos saberes científicos contextualizados?

A correspondência que a universidade manteve com o Estado e seus ditames não colaborou para que o conhecimento científico fosse direcionado a um patamar de compreensão das desigualdades, mas sim ficou à mercê do esvaziamento do Estado e suas funcionalidades. A Universidade permaneceu ao mando das classes que preservam a Alta Cultura como viés de produção e manutenção do corpo acadêmico e dos diferentes projetos pedagógicos, que ora contemplaram a profissionalização, ora o conteúdo mínimo, ora a diminuição da carga-horária, como projetos hegemônicos que pudessem dar conta da crise emanada da pluralidade de referenciais.

A desestabilização da hegemonia do conhecimento científico no que tange às adaptações necessárias ao atendimento das demandas sociais, culturais e de um novo contingente de estudantes, requer da Universidade um esforço de rever como se apresenta e constrói seu espaço institucional capaz de gerar conhecimentos de diversas naturezas em condição relacional. A estrutura organizacional e seu projeto pedagógico contemplam a cultura na esfera do fazer dissociado da formação integral do aluno. A cultura se apresenta

como eixo fragmentado dos conhecimentos necessários para estabelecer relação com a vida e a profissão.

As diferentes formas de se conceber a cultura na Universidade nos dá pistas de que não há uma política cultural que venha integrar as atividades formadoras dos conhecimentos básicos da cidadania e da inter-relação necessária dos conhecimentos técnicos aos conhecimentos sociais, de forma a capacitar o sujeito para lidar com a diversidade e dar-lhe condição de melhor aplicabilidade do conhecimento científico.

É neste contexto atual, tumultuado de crise e descobertas, que a Universidade tenta estabelecer uma nova política de trabalho a partir dessa nova postura de inclusão da cultura como fundadora de uma gestão emancipatória. Ou seja, uma política que busque produzir arranjos institucionais básicos que permita a expressão dos interesses dos indivíduos e grupos da sociedade, possibilitando a vivência democrática, ao materializar suas propostas por meio das negociações e discussões dos seus interesses, considerando os recursos que podem dispor para sua efetivação. Saliento que, inclusive, a cultura dentro da universidade pode até ser vista como setor relevante e estratégico, pois se integra a um amplo sistema de políticas sociais e desenvolvimento, estruturantes e transversais, que se voltam para potencializar as transformações possíveis de se integrar, pela universidade, à dimensão simbólica da formação, da própria cultura e até da economia.

Dessa forma, a universidade e os sujeitos que dela participam, alunos, professores, técnicos, são capazes de elaborar tentativas de resistências, e de buscar mudar a lógica de permanecer vinculada ao mercado, em que a excelência dá o tom da interdependência aos circuitos do capital global e às políticas transnacionais. Para entender-se, até como reconhecimento de si mesma em seus compromissos com a ciência e a formação humana, uma instituição que se analisa e rever internamente suas condições, necessidades, características e possibilidades de gestão dos seus processos em suas três dimensões funcionais – o ensino, a pesquisa e a extensão, de forma integrada e contínua em suas propostas.

Essa postura requer um esforço de realizar o exercício democrático a partir da sua organização interna, para pensar o quê oferece e se compromete com a sociedade. Haverá, necessariamente, de efetivar uma escolha política epistemológica e ontológica que deve tomar para, rever as questões do ensino, da pesquisa e da extensão enquanto quadro significativo da realização da sua missão, ao efeito de si mesma. Santos (2006, p. 29), desafia o pensamento sobre a pós-modernidade e traz uma proposta dinâmica para reflexão, que identifico como

uma diretriz para a Universidade começar a questionar sua postura a partir do contexto em que se insere, tanto local quanto globalmente, para realização de suas diretrizes e ações, diz ele:

Em vez da renúncia a projectos coelctivos, proponho a pluralidade de projetos colectivos articulados de modo não hierárquico por procedimentos de tradução que se substituem à formulação de uma teoria geral de transformação social. Em vês de celebração do fim da utopia, proponho utopias realistas, plurais e críticas. Em vês de renúncia à emancipação social, proponho a sua reinvenção. Em vês da melancolia, proponho o optimismo trágico. Em vês do relativismo, proponho a pluralidade e a construção de uma ética a partir de baixo. Em vez da desconstrução, proponho uma teoria crítica pós-moderna, profundamente reflexiva, mas imune à obsessão de desconstruir a própria resistência que ela funda. Em vez do fim da política, proponho a criação de subjectividades transgressivas pela promoção da passagem da acção conformista à acção rebelde. Em vez do sincretismo acrítico, proponho a mestiçagem ou a hibridação com a consciência das relações de poder que nela intervêm, ou seja, com a investigação de quem hibrida quem o quê, em que contextos e com que objectivos. (SANTOS, 2006, p. 29)

Conceber uma universidade em que se possa trabalhar as múltiplas crises. Crise que podemos dizer, ser de legitimidade do seu papel, ou seja, qual o compromisso dessa universidade, quando o compromisso é da formação profissional (em termos de aquisição de conhecimentos e saberes) ela realiza, mas quando é algo vinculado a formação humana, e que pode ser promovida na extensão universitária, é pouco enfatizado, por exemplo, a universidade assegura as bolsas e informações, mas pouco explorada as questões e/ ou atividades que favoreçam a formação humana, entendendo-a no contexto da interação e da subjetividade existentes é viver o desafio de trazer revoluções ao seu contexto, na sobrevivência social e institucional. Reconhecendo a transição paradigmática da ciência moderna à pós-moderna, e contingencial à universidade, Santos (2006) indica a sobrevivência da universidade quando da sua postura assumida diante da condição epistemológica, que viemos elucidando ao longo do texto. Esta necessidade recai sobre a transformação dos processos de investigação, de ensino e da Extensão sob três princípios:

[...] a prioridade da racionalidade moral-prática e da racionalidade estético-expressiva sobre a racionalidade cognitivo-instrumental; a dupla ruptura epistemológica e a criação de um novo senso comum; a aplicação edificante da ciência no seio de comunidades interpretativas. (SANTOS, 2006, p. 223)

A comunidade interpretativa<sup>25</sup> não está relacionada a domínio territorial do espaço, mas a um local e tempo que está na dimensão global. Quando Santos (2006) considera a comunidade como um princípio constituidor do conhecimento-emancipação, está relacionando-a a um valor relativo e dependente da profundidade e do alcance que se produzirá por meio dele, ou seja, a trajetória do conhecimento que se constrói no encontro de relações intersubjetivas.

Daí as possibilidades múltiplas de interlocução entre a universidade e os diferentes saberes dos setores dentro da própria universidade e com os grupos da comunidade local, são possibilidades de formarmos comunidades interpretativas.

Essa interpretação elucida as relações que podem estabelecer tanto atitudes como atividades consolidadas junto ao compromisso social da universidade com seus parceiros, a fim de exercitar as múltiplas possibilidades de construção acadêmico-científica e extensionista da universidade junto à comunidade interna e externa.

A concepção de comunidade interpretativa convida a pensar nas possibilidades de construir propostas de formação para a juventude universitária, haja vista o caráter intercultural da argumentação que se estabelece entre as atividades curriculares e os conhecimentos aí contidos. De certa forma, essas propostas trazem o caráter de confronto com a realidade social e profissional dos jovens, quando em contexto extensionista da aprendizagem. A cultura é o viés oportunizador reflexivo, argumentativo e refutador da aprendizagem.

### 1.3 Ações universitárias, cultura e juventude

Introduzindo a exposição das idéias de Laclau e Mouffe (2004), em que a reflexão se amplia à discussão de cultura em uma perspectiva não hegemônica na instituição educacional, universidade, enquanto realização de sua função social e acadêmica, pergunto se há ressonância desse discurso dentro da instituição universitária que contribua na formação do jovem universitário em uma prática para além das propostas que se revestem de uma política social assistencialista, mas que possam refletir sobre o modo em que se constroem

---

<sup>25</sup> Santos (2006) comenta sobre as *comunidades interpretativas* estão relacionadas ao sentido de saber refletir e selecionar modos de vivenciar a interação e a comunicação com outras comunidades, estabelecendo jogos de linguagem.

possibilidades para o desenvolvimento de uma política social baseada na cultura, que em seu arcabouço atrele compromisso social e subsidie a condição econômica capaz de provocar desenvolvimento sustentável. Essa reflexão carece de uma análise mais detalhada, pois ainda se observa que os conceitos do pensamento de Laclau e Mouffe (2004), que vão além dos dualismos, e da consideração de que se é necessário considerar mais as matrizes de dualidade, configurando até uma nova hegemonia, do que as matrizes das relações contextualizadas pela identificação de novas identidades que se constituem dentro de sistemas discursivos. E que formando interiores e exteriores constitutivos podem ser capazes de manter a renovação do poder em condição de latência, operando nas bases de constantes relações e interações que constituem a aprendizagem da politização e da profissionalização como condição ampliada ao compromisso social e respectivamente cidadão. Será uma condição de reflexão viável para se criar condições alternativas não hegemônicas para provocar mudanças na forma da Universidade se relacionar com a comunidade e com a realização da função e de seu compromisso social.

Na Universidade o conhecimento da cultura ainda é visto como isolado da condição mínima de reflexão e crítica aos contextos em que o aluno se insere socialmente e/ ou profissionalmente. Falar de cultura se traduz em mais uma ocupação de cargas-horárias ou de mais uma atividade de entretenimento, se isolando em atividades curriculares estanques e dissociada do contexto de vivência do aluno na comunidade a qual pertence. O aluno não consegue perceber que por meio da cultura a sua formação poderá passar por uma reconstrução do projeto político de democratização da vida social na sua integralidade.

A até bem pouco tempo as políticas para juventude eram consideradas um campo sem fundamento, pois não se considerava a juventude um grupo pertencente a sociedade como, e de igual valor, para os grupos dos adultos e das crianças.

Nas sociedades modernas a Juventude foi considerada a partir de representações das suas atitudes, por vezes identificada em cenas de protestos e de reivindicações de mudanças sociais, econômicas e políticas em determinadas épocas, e geralmente por meio de movimentos localizados, que de certa forma contribuíam para o contexto de mudanças de uma determinada ordem sócio-política-econômica.

Há que se compreender que não basta definir juventude em que seu reconhecimento na sociedade é feito pelas preocupações primeiras com as condições psicológicas e físicas, por uma idade, por um rito de passagem ou por um movimento de reivindicação na sociedade seja de que natureza for, mas que vai se apropriando de uma outra linguagem epistemológica, a de

que seu reconhecimento vem pelo encontro com a sociologia em que o termo “juventude” está pautada nos sentidos possíveis atribuídos pelos atores sociais. Groppo (2000) discute as reflexões das análises estéticas de Walter Benjamin e de Tehodor Adorno, em que estes observam valores que são imputados pela publicidade à juventude. Esses valores coincidem com qualidades que são atribuídas ao conceito de moderno: “grandes interesses pela novidade, extravagância, irreverência, espontaneidade, ousadia, rebeldia, exclusividade, diferença, entre outros” (GROPPO, 2000, p. 30). O conceito de moderno sobre intensas discussões por meio das áreas da sociologia e da história, e são identificadas “intensas transformações” no processo social chamado de modernidade. As contínuas transformações trouxeram os “abalos econômicos, revoluções políticas e culturais” (GROPPO, 2000, p. 30), o que se denominou, segundo Lefebvre “socialização da sociedade”. Esse movimento foi percebido pelos pensadores sociais como fonte inesgotável de mudanças e discontinuidades, em que a juventude se identifica nestes movimentos, de desterritorialização e pulverização das idéias. Um movimento de identificação da categoria juventude como social.

[...] juventude torna-se, ao mesmo tempo, uma representação sócio-cultural e uma situação social. [...]. Ou seja, a juventude é uma concepção, representação ou criação simbólica, fabricada pelos grupos sociais ou pelos próprios indivíduos tidos como jovens, para significar uma série de comportamento e atitudes a ela atribuídos.”(GROPPO, 2000, p. 32)

As políticas públicas para/da juventude, hoje, além de em primeiro lugar, os cientistas e os políticos brasileiros terem produzido um extenso material analítico sobre a condição da juventude no Brasil, a atuação/ resultados dos programas e projetos desenvolvidos pelo atual governo, e lançar mão de vários exercícios de discussão para a formação de uma política pública da juventude, feita por meio da gestão pública juntos aos jovens, distribuídos por todo Brasil em Fóruns de discussão, em que os resultados não são dos mais promissores em termos de impactos sociais significativos<sup>26</sup>. Todas essas condições concorreram para uma determinada solução por meio dos instrumentos de ação política, por uma ação prevista nas decisões coletivas que atenderão a toda coletividade, e mesmo assim restringe-se a algumas áreas de interesse, em que a área da cultura somente, recentemente, na década de 90, se inicia a pensar a cultura como relacionada a juventude e suas políticas avançando de uma perspectiva hegemônica para uma alternativa de contra hegemonia. Porém, compreende-se

<sup>26</sup> As pesquisas de Espósito (2003 - 2006), apoiada pela FAPESP, demonstram que os projetos do governo de atendimento aos jovens, incluindo-os como protagonistas para o desenvolvimento social nas comunidades não trazem impactos reais para cidadania, nem do jovem nem da comunidade a qual pertence. Ver pesquisas no site da Ação Educativa (Ong.).

que a luta pela política pública de juventude na América Latina nasce em um contexto de atendimento aos problemas de exclusão dos jovens na sociedade. Na busca da integração ao mundo adulto, no sentido de facilitar a entrada do jovem no mercado de trabalho, usando a produção de renda como veículo de concretização da cidadania, optou-se pela *política social* da juventude. A crítica nos ajuda a refletir sobre os caminhos de opção por uma “política cultural” que ultrapasse a “política social”, no sentido de não incorporar e se aproveitar das lutas de emancipação da juventude para a reestruturação e estabilização das desigualdades sociais com aspirações do Estado em mudar situações estruturais, que estão implícitas na incorporação dos componentes antagônicos da luta no discurso de igualdades de oportunidades, que são paradoxais no momento em que necessitam para sua subsistência das lutas libertárias dos jovens. No caso as políticas públicas de juventude, enquanto “políticas sociais” serviram de certa forma para manutenção do sistema, pois a

[...] superação estaria em situar as políticas no marco definido entre os Direitos Humanos, o Estado de Direito e a Democracia. Entretanto, na prática, isso não é possível até transcender não tanto o esquema de *até hoje* e que aponta simplesmente para as reformas dos sistemas de *distribuição e redistribuição da renda*, mas sim indo contra a lei de “até hoje”, que não é nada mais do que a imposição, transformada uma e outra vez para atualizar sua vigência, da lei do valor. (ABAD, 2003, p. 22-23)

O cuidado deve ser redobrado para que se possa elucidar a problemática que se instalou nas políticas de juventude calcadas nos princípios das políticas sociais, que autovaloriza a juventude como sujeito do projeto de emancipação e libertação das desigualdades sociais, e que através de consecução foi incorporado ao surgimento das demandas que se articularam a partir dos movimentos realizados pela juventude nas periferias por meio da cultura como canal, primeiro de manifestação de suas demandas, e em segundo pela possibilidade de aculturação e integração aos modelos econômicos vigentes, como citado no parágrafo anterior. Tal movimento não explica de todo, o empoderamento cultural que se criou nas favelas e subúrbios da zona urbana, pela ação dos atores sociais e as articulações discursivas que realizam nos diversos territórios – geopolíticos-coletivos, mas nos demonstra que um outro poder pode ser alternativa de enfrentamento das condições hegemônicas, que esteja posto nas diferentes dimensões que compõe a sociedade.

Assim, trabalhar para a construção de uma política pública de cultura voltada para juventude que estabeleça canais de formação para cidadania não pode está à mercê de um conjunto de aspirações e projetos ligados a cultura que mantenham articulações estritamente socioeconômicas, mas que se paute no entendimento que cultura é produção de sentidos, é

condições de acesso aos bens culturais, é valorização da diversidade e da diferença. E que as condições que forem criadas para estas políticas devem contemplar a criatividade e a qualidade dos jovens pela formulação de suas imagens sociais, dos valores e sentidos atribuídos à democracia.

Hora se a instituição formadora por excelência da pesquisa, do ensino e da extensão, a universidade, em sua função social buscará realizar este projeto, só que não será mais por meios apenas voltados para o ensino e a pesquisa, mas na articulação dos mesmos dentro da extensão, que por sua natureza se forma com o caráter de trabalhar em uma dimensão crítico-reflexiva para formação dos universitários e, por conseguinte aos jovens que nela ingressam para realizar suas práticas profissionais e para aprender a enfrentar e conviver com a realidade social. Essa dinâmica contribui para extensão na busca de estratégias para realização de uma educação humanista.

Enfim, pensar a relevância da política cultural na universidade pode trazer diferentes e/ou diversas implicações para a legitimidade da instituição, como também pode se apresentar ou não como possibilidade de alternativa não hegemônica para a crise que vive, e contribuir com reflexões para a área da Extensão e a consolidação de diretrizes e atividades desse campo. Nesse sentido, os Estudos Culturais referendam as análises deste estudo e fortalecem as reflexões sobre a Universidade, a Extensão e o desenvolvimento das políticas culturais para e da juventude.

## 2 EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E O CAMPO DA POLÍTICA CULTURAL

A partir da compreensão elaborada, levantamos os primeiros questionamentos sobre uma política de cultura, presente ou não, na extensão universitária, com vistas a superar as práticas de assistencialismo que marcaram a universidade. Em nossas aproximações com o campo da cultura, partimos do entendimento da cultura como elemento *constituidor* de um sistema discursivo político fundado na compreensão dos antagonismos existentes em sua estrutura interna, e que, sendo de tal forma articulado, se torne possível a sua realização na universidade como campo formativo.

Quando se pensa a Extensão Universitária há um senso comum entre os teóricos, citando somente dois – Nogueira (2000) e Mendes (2007), de que o conceito nasce permeado por uma história conturbada e polêmica, pois existem contradições e paradoxos, equívocos e imprecisões, tal a diversidade de entendimentos sobre sua função. Se o conceito é, digamos, polissêmico, a função ficará a cargo do que dele se fizer nas diferentes instituições de ensino superior, este entendimento ainda hoje luta para que haja um conceito mais abrangente e que traga uma unidade quanto às funções a desempenhar.

Considerando que a Extensão não está dissociada da trajetória realizada pela universidade, entende-se que estão implicados nesse processo de compreensão a história, o papel social, os objetivos e o contexto em que se insere o desenvolvimento da extensão nas Universidades. A análise deve contemplar estes aspectos, conotados em condição de não-fragmentação, constituem o processo de conhecer a Extensão no Brasil.

Entre restrições e avanços nas discussões sobre a finalidade da Extensão, o entendimento da função da extensão passou por vários momentos difíceis de controle das atividades, pois se concebiam *as atividades* de extensão como mero canal de transmissão para a sociedade do resultado do ensino e da pesquisa, de forma isolada.

Atualmente, a prestação de serviços e os cursos continuam a ser o viés de interligação, não há uma interação onde os saberes se articulem da sociedade para universidade e vice versa, a sociedade é tida como passiva e receptora. Nessa perspectiva, não se insere qualquer ideia de cultura como articuladora do pensamento, mas daquela produzida pelos “acadêmicos” que deveria ser levada ao interior por meio de ações extensionistas. E basicamente desenha a condição de função assistencialista da Extensão Universitária, longe de se pensar uma política que avance o olhar sobre a cultura. Uma cultura dentro da

universidade que fosse um eixo instigador do propósito questionador do pensamento acadêmico reflexivo.

Nas décadas 80 e 90 do século XX, o Plano de Extensão articulou uma política participativa dos docentes, discentes e servidores. Buscou a integração interna na universidade, pois sugeria que se tivesse na estrutura central da universidade um órgão responsável pela extensão, o qual deveria manter a interação com o ensino e a pesquisa. A institucionalização da Extensão considerava ainda, as demandas das comunidades locais articulando as ações com órgãos públicos ou privados.

Entender as mudanças de concepções da função da extensão nessas décadas é também compreender que as políticas que foram traçadas trabalharam em uma dimensão crítica. Essa dimensão propunha que a função social da universidade deveria ser cumprida por meio da Extensão, cujo papel seria de contribuir para o desenvolvimento harmônico da sociedade, envolvendo-se com as comunidades carentes assistindo-as realizando políticas sociais do governo para combater a pobreza, produzindo e difundindo tecnologia, formando recursos humanos para a solução de problemas sociais, de forma a auxiliar no desenvolvimento das comunidades. Por essa dimensão, vislumbra-se, também, a formação da consciência cívica, e a distribuição e preservação da cultura criando novas mentalidades <sup>27</sup>.

Essa função social se desenha com base no assistencialismo, pois a Extensão deve ser o canal para ensinar uma sociedade como ela *deve ser*, e não para cuidar junto com ela dos problemas sociais existentes. Também não se considera que deva estabelecer proposições conjuntas para encontrar caminhos de interlocução que vão além de se oferecer ações isoladas, desvinculadas de uma continuidade que possibilite uma mudança em suas demandas.

No entanto a oportunidade que a sociedade tem de se encontrar com a universidade é via Extensão. Se este canal é permeado por uma política que não identifica formas de ações contínuas, de pensar o ensino e a pesquisa inseridos na trajetória das negociações para atender as demandas sociais da comunidade, então não se tem a Extensão como canal de efetivação do conhecimento produzido na universidade ou mesmo como forma de causar algum impacto social favorável na comunidade atendida.

É neste caminho, a partir da década de 80 do século XX, em diante, que se vão permeando as lutas que visam à democratização, à “reestruturação de políticas sociais”, conforme Frantz e Silva (2002, p. 188) e novas políticas educacionais. Nota-se aqui um

---

<sup>27</sup> FRANTZ, SILVA (2002, p. 187), cita Silveira (1987) esclarecendo a necessidade de criar uma mentalidade na universidade diferente. Que necessita ser pautada em outros referenciais que não os da modernidade.

movimento na sociedade que poderia se aproximar da teoria de Laclau<sup>28</sup>, pois é no jogo entre os grupos com interesses distintos que se travam as batalhas do entendimento sobre qual direção o país, Brasil, vai tomar. É a década das eleições diretas e do fervilhar por um país com uma demanda para reestruturação política e econômica, além da nova Constituição e uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, buscando ser aprovada.

Naquele momento o contexto exigia das universidades um caminhar concreto. E os novos reitores das universidades públicas passaram a ser eleitos, e entre seus compromissos tratavam de “efetivar os princípios da indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão, já expressos na Portaria nº 742/85” (SILVA, FRANTZ, 2002, p. 188). Tratava-se de um compromisso da universidade com a população e a efetivação seria realizada pela extensão.

As propostas para a Extensão partem de diferentes frentes, porém a mais idealista toma corpo. Mas essas ideias que se podem chamar, para a época, de progressistas, não couberam na Constituição de 1988, e enfim, em 1996, na Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional, do dia 20 de dezembro de 1996 (LDB 9.394/96) indicou no Ensino Superior, a tarefa da extensão universitária como responsável pela manutenção da relação de reciprocidade com a comunidade via participação popular, por meio de prestação de serviços e com forte vertente na “difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição” (SILVA, FRANTZ, 2002, p. 190). E em 1999, o Plano de Extensão Universitária define o caminho da extensão como um locus capaz de encontrar soluções para a demanda dos problemas sociais, por meio da interlocução com o ensino e a pesquisa, definindo atividades de cursos e programas.

Hoje, a diversidade de políticas e ações que são exercidas nas diferentes instituições universitárias no país demonstra a fragilidade da diretriz, embora a extensão tenha ganhado sua autonomia. Ao mesmo tempo percebemos que uma dimensão teórico-explicativa não consegue abranger a realidade social completamente, e, desta forma, a vida social se torna mais complexa do que a busca de uma definição. Os movimentos de hegemonia não conseguem dar fundamento à complexidade que circunda as atividades/ ações extensionistas.

---

<sup>28</sup> Em Laclau e Mouffe (2004), no campo do discurso haverá um espaço em que os discursos negociarão os sentidos hegemônicos, ou seja, um sentido determinado por um sistema constituído estará em condição de antagonismo diante de outro sistema. Laclau e Mouffe (2004) introduzem desta forma o conceito de discurso na reflexão sobre a política no que se refere aos sentidos aplicados em uma razão social. Sua proposta ultrapassa a teoria social clássica, inclusive indo além do realismo filosófico. É no contexto de discordância dessa postura clássica que Laclau insiste na relevância da dimensão da significação em que o sentido é sempre produzido socialmente, insistindo no caráter constitutivo da realidade que a significação produz. Essa aproximação está presente na concepção subjetivista do sentido onde o sujeito o circula socialmente, mas nunca a partir de suas próprias idéias, mas de um sistema de regras já formados, autorizados e interiorizados pela educação, pela interação em que dado o discurso no contexto social não há como se obter controle sobre sua produção.

## 2.1 Aproximações: uma política da identidade cultural na extensão

De outro lado, as metanarrativas, hoje, já consideradas interrompidas, pois não respondem às diversidades e diferenças presentes nos contextos tanto da sociedade como da educação, não conseguem explicitar os modos como se relacionam educação e sociedade no que diz respeito a função da extensão pensada e concebida nos dias atuais. E aqui, arrisca-se uma significação que contemple a centralidade da cultura como um viés de construção política não hegemônica, desafiante do fazer da ação extensionista. Entender os discursos - tanto do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras quanto as demandas de uma sociedade na qual o poder se coloca *no saber ensino e pesquisa* -, está longe pensar uma política de extensão que contemple identidades diferentes para as universidades, e lhes dê a autonomia necessária para trabalhar suas demandas da interlocução sociedade/ universidade/ extensão.

Em primeiro lugar, é preciso refletir sobre o papel da universidade como produtora do conhecimento e responsável pela sua integração na sociedade. Conceber a produção do conhecimento na perspectiva da **integração** já pressupõe uma dimensão disciplinar, ou seja, dissociam-se as duas instâncias, pois implica dizer que uma está sob condição de integrar-se à outra e não em condição de negociar suas expectativas e propostas para ambas.

Na medida em que entendemos que a extensão necessita afirmar-se acadêmica e social ao mesmo tempo, não podemos mais concebê-la sob a ótica da disciplinaridade. Conceber a disciplinaridade está distante das ideias de Garcia-Canclini (2005), Laclau e Mouffe (2004) e Hall (2003), pois deparamo-nos com a ausência da interlocução que encontra apoio no discurso do outro, na mediação e na negociação dos interesses, causando a exclusão de um deles.

A fragmentação das áreas do conhecimento é um dos pontos-chave na discussão dos Estudos Culturais. Para Hall (2003), a identidade se faz no contexto da vivência cultural, na presença das contradições. A Extensão não se firmaria pela divisão dos conhecimentos e sim pelo apoio dos interlocutores<sup>29</sup>, pois todos estão em seus momentos sócio-históricos, com interesses diferentes – comunidade – universidade – conhecimento criado, porém a

---

<sup>29</sup> A noção de interlocução adotada aqui trata de conceber a relação entre ambos os sujeitos do discurso em que se comprometem com a negociação realizada, porém não perdem a identidade de referência, associando-se aos interesses e realizando ações conjuntas que estão além das narrativas igualitárias e hegemônicas. A interlocução é o canal de parcerias e apoios em busca de consolidar um interesse comum, não necessariamente descaracterizando as identidades dos participantes.

negociação de seus papéis e o sentido que irão atribuir para ligar os diferentes interesses é único para cada ação, cada problema e cada solução. Não se concebe nesta forma de ação uma divisibilidade entre os campos do conhecimento<sup>30</sup>: cada ator se envolve a partir de um conhecimento próprio a ser gerenciado e a ser integrado da forma pela qual a negociação permitir.

Não há como visualizar a extensão buscando uma afirmação única em seu fazer, mas há uma determinação hegemônica nos interesses de cada grupo que esteja colocado no jogo de poder representativo. Ou seja, isso ocorre nas instâncias em que a própria sociedade elege para representá-la, como se observa nos programas do Ministério da Educação e Cultura (MEC), nas ordens políticas dos diferentes momentos do governo na definição de diretrizes para a educação, mas que em seu fazer se propõe contra-hegemônico a partir da prevalência das teorias da união sobre as teorias da separação. As teorias da união concebem as relações entre movimentos, associações, campanhas e iniciativas. Embora apresente um componente de utopia, esse caminho lógico demonstra forças em três procedimentos, segundo Santos (2006): a sociologia das ausências, a teoria da tradução e as práticas de Manifesto. Voltarei no capítulo 4 à discussão dessas propostas contra-hegemônicas, segundo Santos (2006), no contexto de análise das realizações das ações extensionistas exercidas nas universidades públicas do Rio de Janeiro.

Uma política que contempla a cultura como centralidade deve considerar as vozes dos discursos presentes no poder das tendências hegemônicas dos interesses. É necessário “[...] examinar o campo semântico dentro do qual qualquer cadeia ideológica ganha significado [...]. O momento da formação histórica é crítico para qualquer campo semântico”, conforme HALL (2003, p.181); essa formação ganha moldes de acordo com o período histórico construído pelos atores sociais e o contexto social, na busca da atuação contra-hegemônica.

Como exemplo, a extensão universitária, por longo tempo, foi utilizada para atender à sociedade fornecendo-lhe o que produzia, mas não buscando saber como essa política, com suas ações localizadas, poderiam causar um diferencial de mudanças na sociedade. Ainda hoje, podemos identificar que a escolha de uma política que atende aqueles em condições de carência na sociedade pode ser entendida como de assistência, porém não sendo uma escolha infundada por causa das necessidades advindas das condições de miséria e pobreza que afetam essa população em todos os níveis, corre-se o risco de se trabalhar esta política apenas

---

<sup>30</sup> O campo dos Estudos Culturais abrange compreenderem os conhecimentos em múltiplas relações, não estabelecendo a concepção de disciplinaridade, em que também não se aplicariam suas dimensões, tais como a interdisciplinaridade, a multidisciplinaridade e a transdisciplinaridade.

como uma assistência imediata. Por um período, as relações de poder não se faziam a partir da compreensão das diferenças, mas em nome da busca de uma unidade nacional que, altamente controlada, não correspondia às diferentes vozes dos sujeitos sociais.

Mas as expectativas do campo de lutas na afirmação da Extensão não se fazem de forma diretiva, há, como se destaca no decorrer da história, dinâmica ora de um grupo ora de outro, com suas ideologias que lutam por uma extensão mais, digamos, *afinada com a sociedade e a universidade* (grifo da autora). “Mas, enquanto sujeitos-em-luta por um novo tempo na história”, parodiando Hall (2003, p.183), a extensão em relação à cultura chega à década de 90 do século XX sob a forma de duas políticas, o Plano Nacional de Extensão Universitária (1999) e o Programa de Fomento à Extensão Universitária – PROEXTE<sup>31</sup> (primeira edição em 1994) e ambas promovedoras de um espaço de discussão e negociação da identidade e definição do papel da Extensão na universidade e no contexto das políticas educacionais do Ensino Superior.

O que definirá a diferença entre o assistencialismo e o compromisso contínuo com a mudança social está no questionamento: que desafios enfrentam a Extensão de construir uma ação social responsável em conjunto com a comunidade? Essa questão se faz enorme em seu contexto de discussão, indo desde a economia, à política do país e da educação, e às diversidades culturais de modo geral. Para aproximar-se de uma possível resposta, opta-se por identificar-se nas condições em que uma política de Extensão universitária pode avançar para além das ações desvinculadas do desenvolvimento social como um todo, para aquelas que contemplem o homem em sua diversidade e sua capacidade de produção sócio-cultural.

É preciso considerar, a princípio, a necessidade de trazer para o lugar da Extensão a intenção de afirmar-se como um lócus de identidade em que, tanto o conhecimento produzido na universidade como o conhecimento produzido pela comunidade, sejam considerados bases da produção cultural e social dos sujeitos em seus grupos. Nesse sentido, a interdependência entre eles está diretamente vinculada às diferentes formas de constituírem-se e de se manifestarem na alteridade, nos jogos de seus interesses, gerando poderes em lugares diferentes ou comuns ao mesmo tempo.

---

<sup>31</sup> O Programa de Fomento para Extensão Universitária – PROEXTE surge como uma das respostas, quando da crescente articulação e diálogo entre Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e a Secretaria de Educação Superior (SESu) do Ministério da Educação e Desporto (MEC), que tinham como objetivos, a partir da constituição de uma política para as universidades públicas brasileiras, “elaborar programas específicos que definam princípios, diretrizes e formas de fomento à extensão nas IES.” (FORUM PRO-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, 2001, p. 1). Em 1993 É PLANEJADO O Programa de Fomento a Extensão Universitária pela SESu/MEC, e é implementado em 1994 e 1995.

A sociedade precisa dizer à universidade que é um interlocutor na relação universidade-sociedade, e necessita de sua presença e vice-versa. Essa relação não deve envolver-se de romantismo nem mesmo distanciar-se do hibridismo de Garcia-Canclini<sup>32</sup> (2005), mas estabelecer que não haja dois saberes diferentes ou culturas distintas, uma da universidade outra da sociedade. Desta relação-interlocução universidade-sociedade se propõe que surjam identidades diferentes a partir das negociações tecidas entre ambas instituições, para ir ao encontro das resoluções dos problemas sociais colocados na base das políticas de atendimento aos mais carentes na sociedade. E na via de mão dupla, a própria universidade tornar-se produtora de novas tecnologias científico-sociais.

Na segunda metade da década de 90 do século XX, observamos os fatos culturais da sociedade brasileira ganharem uma nova forma histórica. Esse fato é sentido na Extensão como continuidade e descontinuidade em suas diretrizes políticas ao longo das décadas anteriores, incluindo as atuais discussões nas quais diferentes grupos de teóricos trabalham com ideais pautados em diversas concepções do fazer extensionista, seja nas universidades públicas, viés desta discussão, seja nas universidades particulares. Uma tendência geral é observada, o pacto social que a Extensão estabelece com o público atendido e a sociedade a torna capaz de, então, tratar seu eixo de construção política, pautado em uma visão mais aberta às diferentes vozes sociais, tratar os discursos como fundador dos sentidos e novos significados para suas práticas.

Podemos destacar como exemplo dessa presença do desenho político que Laclau e Mouffe (2004) tecem em sua teoria e são reflexionados aqui: a oferta do primeiro edital para desenvolvimento em cultura nas universidades, lançado a partir do ano de 2007.

Na análise em tela, o que interessa é a maneira como este documento foi construído e como ele se faz presente como instrumento de mudança na política da ação extensionista. Avançando do assistencialismo para as negociações a presença dos atores e seus discursos atua em prol de uma Extensão de caráter consistente e dinâmico junto à demanda da sociedade, e ainda, se dá nas universidades públicas. Trata-se de compreender como as políticas públicas de cultura e de universidade se tangenciam, e se a universidade está ou não tratando deste assunto com propriedade prática no cotidiano das ações e atividades propostas.

---

<sup>32</sup> Garcia-Canclini (2005) ressalta que as diferenças culturais são desenhadas pela dimensão sócio-histórica quando não são absolutizadas em uma única dimensão. As diferenças não podem ser subordinadas as desigualdades, ou que em um processo de anulação de uma, a outra terá o seu lugar. A categoria da hibridação deve considerar as interseções entre as culturas, servindo como metodologia para constituir um trabalho em ciências sociais, situando a hibridação no “entre-lugar” das culturas (super e infra-estruturas), ou seja, os lugares de “cruzamentos, fusões, conflitos e contradições” (GARCIA-CANCLINI, 2005, p. 8).

Como vem se desenhando a tendência desta proposta? Como se compreende o que cabe à Extensão em suas propostas do fazer da política cultural? Justamente pela ação dos atores envolvidos nos processos políticos, administrativos que se desdobram em regulamentações e mobilizam, inclusive, financiamentos para recursos alocados em programas e projetos.

É fundamental esclarecer que a experiência explicitada aqui conta com jogos de interesses distintos e a análise em profundidade irá nos direcionar para a diversidade de aspectos da questão. Para alguns autores, essa análise poderia conter críticas severas devido aos interesses sócio-econômicos atravessando as instituições; segundo os mais radicais ou de vertente ideológica da dialética marxista, e se poderia optar por essa condução de análise, o que não é o caso desta investigação reflexiva, segundo as quais entendo a postura dos aspectos em que divergem os autores, deixando claro, no entanto, o campo de exemplificação analítica ao cuidado de recortar a discussão tecida aqui sob a base das concepções sobre a função da Extensão e seu papel ativo junto às comunidades que atende. Assume-se uma postura de fundamentação que considera a pluralidade e a formação das ações com base nos diferentes discursos que surgem em situações, por vezes, locais, mas que negociam e criam novos sentidos gerando novas políticas regionais ou nacionais, atendendo de forma peculiar seus interesses.

Olhando o nosso exemplo, o Edital Público do “Programa de Apoio à Cultura: Extensão Universitária” - **ProExt Cultura 2007**. Este edital abre a parceria entre os Ministérios da Cultura e da Educação. O Programa conta com o apoio de dois parceiros a o Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX) e a Fundação de Apoio à Universidade Federal de São João Del-Rei (FAUF). Dele participam as Instituições Federais e Estaduais de Ensino Superior, apresentando seus projetos no âmbito da Extensão Universitária, e na área de Cultura, e que estejam de acordo com a Lei Federal 8.313 de 1991, a lei conhecida como “lei de incentivo à cultura”.

Este Edital, recortando especificamente ao assunto tratado, pode ser considerado um instrumento, entre outros, que vem consolidar o entendimento no Governo Brasileiro de responder às tendências mundiais [caminhos norteados pelas orientações da UNESCO, não entrando aqui no mérito crítico da questão sobre a representatividade desse órgão nas políticas internacionais como sendo de direita ou esquerda]<sup>33</sup> em estabelecer outro discurso para a

---

<sup>33</sup> Os valores da cultura são destacados como referência mundial, disseminados pela UNESCO a partir da década de 1960, na realização de reuniões regionais e nacionais, conferências por blocos de países. Na Declaração dos Princípios da Cooperação Culturais expressos e aprovados na 14ª. CG- 1966 são afirmados; “[...] o direito a cultura em todas as suas formas de expressão e o respeito à diversidade e a originalidade das culturas, defendendo-se a promoção da criatividade de cada uma delas. Defende-se também a reciprocidade na

cultura na sociedade como canal de transformação dos processos organizativos e estruturais, a partir do contexto da globalização, ou seja, responder a uma nova organização mundial que, de certa forma, afeta todos os campos, definem/ desenham uma sociedade [a economia, a informação, modelos de governabilidade, a política, a produção do conhecimento sobre] e estão identificados em condições de múltiplos referenciais complexos e interdependentes em suas decisões.

O Brasil, por meio do Ministério da Cultura, participante desse momento histórico, traz ao cenário nacional a proposta de atingir um novo patamar conceitual e de gestão institucional da cultura.

Uma política cultural central, permanente, abrangente, pública, democrática, descentralizada, integrada e conectada com o mundo. A instituição de um Plano Nacional de Cultural e um Sistema Nacional de Cultura, com financiamento adequado, é peça fundamental e estruturante deste novo momento histórico [...]. (MEIRA, 2006, p. 13)

Nesse cenário, em 1º de junho de 2005, um Projeto de Emenda Constitucional que previa a elaboração do Plano Nacional de Cultura foi aprovado pelo Congresso Nacional, incorporando à Constituição da República o parágrafo 3º, ao Artigo 215, estabelece:

“§ 3º - A lei estabelecerá o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, visando ao desenvolvimento cultural do país e à integração das ações do Poder Público:  
I-defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro;  
II-produção, promoção e difusão de bens culturais;  
III-formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões;  
IV-democratização do acesso aos bens de cultura;  
V-valorização da diversidade étnica regional.”

E em novembro de 2006, acontece no Brasil na cidade do Rio de Janeiro, o Fórum de Cultura Mundial. Esse evento foi realizado com a finalidade de criar um espaço de debates sobre a cultura. A idéia do fórum surgiu na Conferência Intergovernamental da UNESCO, em 1998, em Estocolmo, pois foi entendido que havia necessidade de se “repensar o papel das artes em um mundo globalizado”<sup>34</sup>. Durante o Fórum, o ministro da cultura, lançou o “*Programa Cultural para o Desenvolvimento do Brasil*”, entre os objetivos encontramos; em

---

cooperação cultural internacional, cujas finalidades são a paz, a amizade, a educação moral e intelectual da juventude e o respeito à soberania do Estado nacional [...]” (EVANGELISTA, 2003, p. 100)

<sup>34</sup> Notícia veiculada na página do Ministério da Cultura, em 24/11/2006 e 01/12/2006.

primeiro lugar consolidar e manter os processos já em andamento do Ministério da Cultura (MinC), entende-se

A política cultural deverá estar inserida em um projeto nacional de desenvolvimento, cujo desafio maior é o de acelerar o crescimento sustentável e gerar uma melhor distribuição de renda. Os avanços sociais, políticos e culturais precisam ser institucionalizados e perenizados, para que novos ciclos regressivos não venham a erodir os avanços, zerando novamente o jogo e sacrificando processos históricos. O desafio é construir um mercado consumidor de massas, que represente inclusão e possibilite a auto-sustentabilidade do país. Construir um desenvolvimento que considere a sustentabilidade ambiental, o aprimoramento da nossa democracia e o aprofundamento da justiça social. (PROGRAMA CULTURAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO BRASIL, 2006, p. 37-38)

A cultural é entendida como ferramenta “*poderosa*”<sup>35</sup> para reduzir as desigualdades e atingir a qualidade de vida para todos, ainda sendo capaz de permitir o desenvolvimento de capacidades cognitivas<sup>36</sup>, da capacidade inventiva e do discernimento crítico da população. Traz a idéia da política cultural como sendo ainda uma atuação simbólica, mas que deve ser ampliada e ganhar corpo institucional, capaz de fazer surgir “uma estrutura de Estado sob um processo de ampliação de horizontes, de liberação de forças sociais e simbólicas, para que a imaginação não sirva exclusivamente à fantasia dos mundos possíveis, mas seja a construtora de realidades efetivas entre nós” (BRASIL, 2006, p. 37-38).

Para as ações fundamentais à articulação e realização desse projeto, uma participação, no entender do MinC, se faz fundamental: a universidade como veículo, também significativo, de formação e viés de dar condições aos cidadãos de vivenciar socialmente a nova concepção de cultura na sociedade pós-moderna. O momento é propício e muito fértil para a participação dos movimentos articuladores que nascem a partir do FORPROEX, especificamente representado na figura do Prof. Alberto Ferreira da Rocha Junior (Prof. Tibaji).

No ano de 2004, o Prof. Tibaji assumiu a Pró-Reitoria de Extensão na Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ) e, em 2005 foi eleito Coordenador Nacional da área de Cultura do FORPROEX. A partir das discussões realizadas nas reuniões gerais dos coordenadores desse organismo e dos encontros nos Congressos Brasileiros de Extensão Universitária (CBEUs), algumas metas foram estabelecidas para a área temática de cultura, entre elas: o desenvolvimento do Sistema de Dados e Informações da Extensão Universitária (SiexBrasil) e a criação de um Edital de cultura para a Extensão. Iniciaram-se os diálogos com

<sup>35</sup> Termo do PROGRAMA CULTURAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO BRASIL, 2006, p. 37-38.

<sup>36</sup> Observa-se a referencia aos termos do documento da UNIÃO EUROPÉIA.

o Ministério da Cultura, em particular, as negociações são produtivas com o Sr. Alfredo Manevy, secretário executivo do Ministério da Cultura.

No final de 2006, o MinC anunciou a aprovação de patrocínio da Petrobrás para a realização do primeiro Edital de financiamento para Extensão apoiando o desenvolvimento de projetos culturais nas universidades. Assim, o Programa de Financiamento para Projetos de Extensão na área de Cultura – o ProExt Cultura, foi financiado e realizado em 2007, e nesse momento o Ministério da Educação (MEC) não estava presente com nenhum tipo de apoio financeiro. O anúncio da liberação da verba e o caminho para executar o edital foram muito rápidos, conta o Prof. Tibaji (2009) [notas de entrevista],

Você precisa em uma semana me apresentar a proposta junto ao mecenato, a LEI ROUANET. [...] mas como aqui eu já tinha bastante experiência com a Lei Rouanet por conta do nosso Festival e tudo mais, eu consegui fazer, o Ministério se incumbiu de toda parte burocrática, fiquei acompanhando durante o mês de dezembro, e conseguimos em dezembro de 2006 aprovar este projeto que começou a ser executado em 2007, e os projetos mesmo foram realizados em 2008. (TIBAJI, 2009, p. 1)

Alguns problemas aparecem, tais como, a realização do Edital via mecenato exige uma fundação que gerencie o projeto. A presidência geral do FORPROEX concordou que o gerenciamento fosse feito pela Fundação da Universidade Federal de São João del-Rei, sob a responsabilidade do Prof. Tibaji. Para a realização do Edital, várias negociações foram realizadas entre o MinC e o FORPROEX. Uma discussão relevante foi quanto ao limite máximo de projetos a serem submetidos ao Ministério da Cultura – proposta do FORPROEX enquanto o MinC desejava que a quantidade de projetos submetidos fosse livre. O objetivo do MinC era mapear ações de cultura. Decidido pela quantidade livre de submissão dos projetos, o primeiro Edital ProExt Cultura recebeu em torno de 633 projetos. Porém, a verba contemplava somente 50 projetos, “infelizmente”, comenta o Prof. Tibaji. O mesmo processo ocorreu para o ProExt Cultura 2008. Na tabela abaixo<sup>37</sup>, podemos verificar o quantitativo de projetos enviados e aprovados nos dois Editais ProExt Cultura de 2007 e 2008.

---

<sup>37</sup> Informação constante no documento “Balanço ProExt Cultura 2008 – documento preliminar”.

Tabela 1 - Balanço ProExt Cultura 2008

## 1.1 Projetos

ProExt Cultura PROJETOS ENVIADOS região	2007		2008	
	abs	%	abs	%
1 Sudeste	268	42%	234	44%
2 Sul	69	11%	103	19%
3 Nordeste	158	25%	98	18%
4 Centro-Oeste	79	12%	58	11%
5 Norte	59	9%	40	8%
total de projetos enviados	633	100%	533	100%

ProExt Cultura PROJETOS APROVADOS região	2007		2008	
	abs	%	abs	%
1 Sudeste	18	36%	42	44%
2 Sul	4	8%	19	20%
3 Nordeste	16	32%	21	22%
4 Centro-Oeste	6	12%	7	7%
5 Norte	6	12%	7	7%
total de projetos enviados	50	100%	96	100%

Fonte: Balanço ProExt Cultura 2008.

A pessoa do Prof. Tibaji nesse processo tornou-se fundamental, pois sua atuação concorreu para a realização de políticas públicas na área temática de cultura do FORPROEX de forma inédita no Brasil, na história da Extensão e da universidade. Algumas situações emblemáticas concorrem a favor desse momento político e cheio de energia despendida, organizada, entusiasmada e, diria, com um sentimento de alegria, por parte do Prof. Tibaji e seus interlocutores no MinC. No fim de 2007, o Ministério da Cultura estava em processo de criação do Conselho Nacional de Política Cultural, e havia solicitado a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais do Ensino Superior (Andifes) a indicação de um integrante pra o conselho, porém a associação não indicou ninguém. Sabedor deste fato, o Prof. Tibaji articula que a representação da Andifes seja o FORPROEX, e sendo ele o Coordenador Nacional da área temática de cultura, acaba sendo indicado para integrar o Conselho Nacional de Política Cultural, tomando posse em dezembro de 2007, com aquiescência do Reitor da Universidade Federal de São João del-Rei junto a Andifes e da atual presidência do FORPROEX. Essas ações pautadas em negociações políticas e articulações burocráticas fortaleceram os órgãos envolvidos de forma a consolidar as políticas de cultura na universidade via extensão universitária. O ProExt Cultura 2009, já apresenta outra configuração administrativa e estrutural, está sendo realizado via PROEXT e não mais por intermédio da Fundação de São João del-Rei. Essa perspectiva, considera Tibaji (2009), é positiva e confere um caráter de institucionalidade a ação na extensão, mas há um processo mais burocrático, pois terá que seguir o trâmite da estrutura universitária. Outro aspecto fundamental é a elaboração de um Edital que contempla todas as universidades públicas. Tibaji (2009) comenta,

[...] isso é bom também, pois dá uma institucionalidade [...] eu acho que também teve uma coisa importante, claro que a Fundação aqui gerenciou isso tudo, mas é um

Edital que era para todo mundo sabe. Nós conseguimos incluir todas as públicas, então isso acho que fortaleceu.

Hoje, o edital do ProExt Cultura 2009 utiliza para o financiamento dos projetos o orçamento do Ministério da cultura. O Prof. Tibaji é Assessor da Secretaria Executiva do Ministério da Cultura, atuando nos assuntos relacionados a interface cultura – educação, além de atuar em outras frentes acadêmicas.

O I Seminário nacional de Cultura e Extensão Universitária, realizado na UFSJ, teve como objetivo “contribuir para a construção de uma política nacional de cultura e extensão universitária, realizando um debate público sobre o tema, de forma a proporcionar reflexão e formulação de propostas relacionadas à cultura e extensão universitária no país”<sup>38</sup>. No evento foram apresentados os projetos contemplados nas edições dos Editais ProExt Cultura 2007 e 2008, além de agregar valor à discussão com várias atividades, entre elas, mesas de discussão temática em diversas áreas presentes no desafio de realizar o projeto da cultura como ferramenta de desenvolvimento social, cidadania e formação pessoal e educacional.

Essa discussão vem consolidar a Portaria Normativa Interministerial MEC/MinC nº 1, publicada em 04 de outubro de 2007, que estabeleceu diretrizes para a cooperação entre aos ministérios da Cultura e da Educação. A integração e a articulação são os critérios para realização de ações conjuntas entre os Ministérios, e que passa a trabalhar os programas *Mais Cultura* e *Mais Educação* da Agenda Social.

Com o Plano Nacional de Cultura a articulação das políticas culturais ganha a dimensão de participação da sociedade por meio dos conselhos de políticas culturais, colegiados setoriais da cultura e as conferências de cultura da União, Estados e Municípios, incluindo um Sistema Federal de Cultura.

Com referência aos projetos que o Ministério da Cultura vem estabelecendo e criando, observa-se o interesse de estabelecer a cultura, não somente como eixo estratégico na política nacional, mas também, como eixo que se integra a base educacional, incluindo a formação cultural.

Porém, esse processo recente de compreensão do lugar da cultura como referencial estratégico de desenvolvimento social, político e econômico de uma Nação/ sociedade é difícil de ser, inclusive, entendido pelo conjunto de sujeitos, instituições e até mesmo de reconhecimento da cultura como produção própria de um povo capaz de dar corpo as suas propostas mais ousadas de mudança social.

---

<sup>38</sup> Objetivo expresso no documento “carta ao participante” redigida pela coordenação geral do I Seminário Nacional de Cultura e Extensão Universitária, São João del-Rei, 20 a 23 de maio de 2009.

Para poder corporificar esta nova proposta surgem duas iniciativas do MinC no sentido de caminhar para a construção de um novo processo de compreensão e produção da cultura como estratégia na sociedade, um é o Plano Nacional de Cultura (PNC) e outro, a I Conferência Nacional de Cultura.

No Plano Nacional de Cultura já se pode visualizar as propostas da parceria interministerial, MEC/ MinC. Souza (2006) considera que seja “[...] salutar a integração dos processos de construção do Plano Nacional de Cultura com a revisão do Plano Nacional de Educação”, já que está em jogo o benefício da sociedade civil via segmentos da educação e da cultura em condição de complementaridade. Nas propostas, que ainda se encontram em fase de estudo, para o PNC encontramos;

- “Tornar cada escola, em um centro ativo de produção e difusão cultural da comunidade escolar e sua vizinhança.
- Difundir, em todo sistema educacional, um conceito amplo de cultura, entendido como o conjunto de saberes e fazeres das sociedades, valorizando a diversidade cultural brasileira.
- Estabelecer, em âmbito nacional, processos de formação e profissionalização continuada na área da cultura.
- Promover a permanente integração e troca de informações e conhecimentos, entre as instituições educacionais e culturais.”

Espera-se utilizar duas ferramentas para a realização das propostas, a articulação com os sistemas de ensino incluindo, nos Programas de Formação de Professores, conteúdos pertinentes à área cultural e, ainda, a inclusão de ações na elaboração do Projeto Político-pedagógico das escolas. Essa inclusão seria uma forma de estabelecer complementaridade nas propostas que congregam interesse nas duas áreas, educação e cultura, tais como: a igualdade de direitos, considerando as diferenças e as desigualdades em função da equidade; a função da escola em estar próxima à comunidade representando sua expressão política; o desenvolvimento de uma consciência crítica; a participação e cooperação entre as várias esferas do governo; a autonomia, a responsabilidade e a criatividade como processo e produto do projeto (GADOTTI, 2000); e incluir na prática pedagógica elaborada pelos professores a cultura como elemento da dinâmica escolar.

Nota-se que não há nenhuma referência às Instituições de Ensino Superior. As Universidades, não aparecem nas diretrizes e estratégias nominalmente, como é feito com as Unidades Escolares. Não deixa clara a referência aos níveis de ensino em que serão desenvolvidas tais propostas, e se há uma diretriz para cada uma.

Assim, a referência dada para as universidades será a efetivação da proposta contida nos Editais do ProExt Cultura, citado acima. E atualmente, pode-se dizer, é uma diretriz da parceria MEC/MinC, um projeto que ganha vulto na Extensão como proposta para as Universidades com aquiescência e apoio do MinC e MEC, hoje articulados para o financiamento dos programas e projetos na área de cultura, estabelecendo uma política definida para a universidade. A iniciativa recente e em processo de construção e consolidação já apresenta experiências concretas na busca da institucionalidade cada vez mais correspondente ao projeto de sociedade do governo atual, na significação conferida à cultura.

Porém, um aspecto precisa ser reflexionado: como fica a cultura na universidade? Somente realizada via Extensão? Há uma referência para entender a cultura em um processo contínuo dentro da universidade que não seja conferida somente à difusão ou a algumas atividades e eventos localizados em projetos dissociados nas diferentes áreas de ensino, pesquisa e extensão? Há referência de integração? Acredita-se ser a cultura não somente para ser difundida, mas vivenciada em todas as esferas da universidade, mas como isso vem acontecendo e como será daqui em diante é um grande cenário investigativo. E ainda não abordado neste recorte de estudo, o qual busca somente a identificação de tendências.

Considerando a descrição do documento e objetivo da agenda do MinC e MEC, entende-se que a sua consolidação não pode mais ser considerada, epistemologicamente a partir de uma superestrutura, mas de um jogo de complexas negociações, também estéticas, entre as instituições envolvidas. Trata-se de uma linguagem que transborda da estética da cultura e ganha consistência na política, na economia, na educabilidade dos sujeitos envolvidos na tarefa de tratar os conhecimentos formais sistematizados da universidade. E ainda, na interação com os conhecimentos plurais, tanto da produção quanto das manifestações populares, soma esforços administrativos e sustentáveis para o aprendizado mútuo dos sujeitos em dada situação social, na forma com que agem e transformam uma realidade local. A realização desta tarefa exige da universidade um esforço de direcionar sua potencialidade tecnológica e humana para a compreensão desse *continuum* d no universo social.

Outra questão essencial é o fortalecimento da Extensão Universitária como o veículo de realização desta tarefa, pois suas responsabilidades estão não somente em atender e justificar a produção realizada nos programas e projetos acadêmicos, mas também em fundamentar o conhecimento produzido pela oportunidade de vivência na interlocução teoria-prática.

No Plano Nacional de Extensão Universitária (1999) a cultura é contemplada como uma das “áreas temáticas” que sinaliza a prioridade das práticas de Extensão que devem atender as necessidades sociais, entre outras descritas como prioridades do atendimento da extensão. E na área da cultura, por iniciativa dos Pró-Reitores de Extensão, estão sendo realizados os Fóruns Regionais de Cultura das Universidades Públicas.

Os caminhos metodológicos serão o grande campo do fazer, e aqui poderá nascer à perspectiva que Laclau e Mouffe (2004) lançam: um campo contra-hegemônico nem excludente nem de acomodação, mas significado de produção de outras políticas correspondentes às necessidades de resposta a determinadas situações. Por meio dos interesses e constantes interseções na relação Extensão Universitária e Sociedade, espera-se, inclusive, que a universidade se compreenda inserida em uma proposta com a intensa necessidade de rever sua estrutura e seus caminhos perante a sociedade. As negociações estão além dos mandos hierárquicos. Já não se constituem simplesmente “mandos”, mas discursos de poder e suas negociações, que, para Laclau e Mouffe (2004), trarão uma política diferente de todas as propostas fechadas dos grupos em participação na situação. Um hibridismo que, para Garcia-Canclini (2005), necessita de ferramentas culturais e não de ferramentas técnicas.

É desta forma que as possibilidades de pensar a Extensão com sua função social necessitam buscar uma fundamentação política para suas propostas, pautadas em um discurso coerente com os movimentos da sociedade que suas instâncias educacionais trazem. É buscando compreender o campo de tensões, das negociações, de escuta de discursos diferentes, de manifestações de poder em constante relação que, talvez, possamos pensar uma aproximação mais realista do fazer universitário e da sociedade em interação. A busca de uma concepção a partir da polissemia cultural e da plasticidade estética permitida pode impulsionar as mudanças mais significativas e de impacto na relação do conhecimento com a realidade social.

O que se vê são os desafios para avançar nas diretrizes político-sociais apostadas na mediação da universidade - via Extensão - com a comunidade. O desafio se coloca para ambas comunicarem seus interesses e desbloqueios para avançarem em conquistas contínuas que, de alguma forma, pressionem os atores a assumirem um trabalho socialmente responsável de forma a gerar impactos, causando diferenciais nas comunidades atendidas. Esta seria uma prática da extensão assumida como função: trabalhar o projeto extensionista que ultrapasse as barreiras da fragmentação social e de saberes localizados e descontínuos. As

suas manifestações trariam frutos para a formação dos universitários congregando valores humanos à sociedade em que vivem.

O significado construído no conjunto de esforços para o crescimento da responsabilidade com as ações sociais por meio de cursos de formação, de programas e/ou projetos das diferentes áreas do conhecimento, pela demanda da comunidade em seus diversos interesses, presentes no trabalho cotidiano da extensão, tem como fim a continuidade e o impacto social entendido, por ora, como o que favorece o desenvolvimento do grupo envolvido. E, ao compreender a extensão do ponto de vista do desenvolvimento cultural, pode-se proporcionar aos sujeitos inseridos na Universidade um espaço significativo e importante para o aluno cidadão no que diz respeito à construção da subjetividade, ao conhecimento/ saber, e a um saber / fazer que o leve a um saber/Ser na concepção de uma formação – tanto quanto possível, mais integrada e relacionada com todos os espaços que envolvem qualidade na e da educação.

### 3 PERCURSO METODOLÓGICO: DIMENSÕES EM ANÁLISE

Para realizar uma contribuição à extensão, em especial, resolvi traçar um caminho metodológico diferenciado de pesquisa qualitativa em educação, capaz de contemplar o seu universo de informações, relação existente, interpretações reflexivas - críticas e direcionamento. Optando por uma trajetória mitificada dos autores/interlocutores da base teórico-epistemológica que considero aproximações mais coerentes ao objetivo do estudo, ou seja, a fenomenologia<sup>39</sup>, mais especificamente a fenomenologia social, procurei agregar-lhe algumas correntes teóricas em pesquisa social a partir das microssociologias, optando por duas correntes em especial, o interacionismo simbólico e a etnopesquisa crítica. Essas considerações constituem o objeto deste capítulo.

#### 3.1 O constructo metodológico

Na investigação, refiro-me ao fenômeno estudado a partir da visão na qual a fenomenologia é a ciência dos fenômenos e método ou modo de ver a essência do mundo e de tudo que nele existe. A rigorosidade se realiza na descrição metodológica, a apresentação das evidências e na interpretação cônica das inferências do fenômeno observado. A presença do pesquisador mediado por construções teóricas assumidas e recortadas conforme a relação com o objeto na busca da compreensão da essência do fenômeno. A descrição dos dados colhidos não os trata com simples dedução, mas sim o conhecimento intelectual serve-lhe de instrumento para analisar o objeto do estudo, os dados analisados e as inferências realizadas, reconhecendo-os na condição de “processo de conhecimento”.

Conforme a pesquisa se desenvolvia, o conhecimento sobre o objeto crescia em todos os aspectos da análise: as propostas e as relações políticas assumidas tanto pelo governo quanto pelas universidades, o envolvimento dos sujeitos responsáveis pelo desenvolvimento da Extensão nos setores das universidades; o envolvimento dos alunos e seus aspectos de inserção nos diversos eventos oferecidos; as trajetórias institucionalizadas ou não para o alcance efetivo de políticas culturais dentro da universidade. Caracterizando-se nesse

---

<sup>39</sup> A fenomenologia tratada neste capítulo tem por objetivo fundamentar a questão metodológica e não especificamente a fundamentação teórica, filosófica de uma corrente de pensamento específica.

crescimento do conhecimento multifacetado o movimento da fenomenologia como a intencionalidade da consciência direcionada para uma determinada análise, e ambos – objeto e consciência de que estão em condição de correlação.

Uma das características da aplicação do método fenomenológico esteve presente quando assumi a atitude de abertura e flexibilidade para estar livre de conceitos ou pré-conceitos para apreender o que de fato estava se apresentando nos dados colhidos nas entrevistas, nas observações e estudo documental, procurando interrogar o fenômeno sem se ater às preocupações de trazer generalizações ou explicações, mas conduzir a pesquisa de forma situada, vivenciando com os entrevistados, nos espaços de campo a problemática de estudo, sem estabelecer reducionismos, entendendo a condição de correlação entre sujeito e objeto de pesquisa, pois “um não pode existir sem o outro” (OLIVEIRA; CUNHA, 2009, p. 5).

A legitimidade da investigação na fenomenologia se coloca na postura que o pesquisador assume diante do objeto de pesquisa e sua correlação com o mesmo. Nas interpretações e análises, deve estar garantido o afastamento dos conceitos e preconceitos do pesquisador, como citado acima. Essa postura de neutralidade não significa negar o mundo das experiências vividas, mas refletir e questionar de maneira própria para possibilitar o “emergir do sentido de fatos que não tinham sido antes adequadamente observados e analisados [...]” (OLIVEIRA; CUNHA, 2009, p. 7). Isso significa que se podem obter novos sentidos à atitude natural. Ainda nesta trajetória de construir a legitimidade da pesquisa estão as descrições da experiência pelo investigador que vivencia o fenômeno e oferece a compreensão e a significação na linguagem, de forma que a diferencia de outras experiências.

Nesse sentido, ao realizar a descrição dos atributos, das especificidades sem que haja mera atividade mecânica, ocorre um encontro social do pesquisador e do seu objeto pesquisado, que é caracterizado pela empatia, intuição e imaginação. Essa forma de pensar e conduzir a pesquisa apresenta em si a questão da subjetividade. Contudo, reconhecendo no campo e amostra pesquisada o envolvimento com o fenômeno e com os sujeitos entrevistados vivenciei e percebi no fenômeno sua dimensão relacional. Os sujeitos “trabalhadores” com ou na cultura, direta ou indiretamente, atuam, produzem, realizam atividades extremamente humanizadoras e exigem dos mesmos a capacidade de articulação de diferentes linguagens e interpretações compreensivas da realidade. Assim, minhas participações diretas nas experiências vividas em comum compartilham entendimentos, interpretações, comunicação formando-se a esfera da intersubjetividade.

Essa experiência fascina o pesquisador, o distanciamento para rigorosidade é o exercício de encontrar as evidências no universo de informações colhidas fidedignas ao objeto de estudo para garantir a confiabilidade científica do trabalho do pesquisador. O entendimento do pesquisador é fundamental no reconhecimento dos seus limites na intersubjetividade constituída junto ao objeto e seus dados, achando a esfera do fenômeno científico e descrevendo-o com segurança. Os procedimentos são rigorosos. Para Martins (1992) existem três momentos da trajetória fenomenológica: descrição, redução e compreensão.

- I. Na **descrição**, encontramos três elementos: a percepção me forneceu oportunidade de vivenciar nos setores das universidades que desenvolvem Extensão, notas e entrevistas das diferenciações e proximidades das ações caracterizadoras de cada *modus vivendis* da estruturação à realização das ações, os pensamentos que regem as mesmas e as dificuldades para realizar os projetos tanto de Extensão como de cultura das diferentes demandas da universidade. E durante esta convivência, permitiu-se exercitar a **consciência** do meu envolvimento com os sujeitos social e culturalmente, trazendo informações sobre a forma de empenho na crença da realização do trabalho extensionista e com a cultura na universidade, suas expectativas e esforços empregados.
- II. A **redução** se fez na opção do recorte, na seleção das partes que julguei como pesquisadora, essenciais da descrição pesquisada, encontrando a mediação na capacidade cônica de dar forma, sentido e significado, compondo as evidências. Foi o exercício de análise da experiência pela descrição realizada. Na redução é preciso decidir quais as partes da descrição são essenciais, ou seja, expor a experiência verdadeira da consciência distanciando-se das suposições. Uma vez que a interpretação é simultânea à compreensão fenomenológica, neste momento meu objetivo foi conseguir o significado essencial na descrição por meio da redução. Esse momento foi especial no sentido de trabalhar no processo de construção do conhecimento sobre o objeto pesquisado. E assim foi estabelecido o recorte da amostra, dos sujeitos entrevistados e a seleção dos documentos referendados.
- III. A compreensão deve considerar o processo de consciência que o pesquisador tem do fenômeno. Nesse momento considere os seguintes pressupostos: os sistemas de conhecimento mesmo sendo relacionais mantêm as suas características ideográficas, pois se justificam internamente as próprias ontologias e os padrões de concepções a cerca da mesma vivência; esses sistemas apresentam “regras” seguidas independentemente do

contexto nos quais atuam, mesmo com olhares diferentes os atores sociais envolvidos, definem determinado padrão reflexivo internamente constituído e externamente como padrão comum às diferentes universidades, todos atribuem valor à extensão, à Cultura e à sua necessária presença na Universidade. Assim, passei por esse processo de compreensão considerando a consciência do que consegui obter do fenômeno estudado e dos seus limites, ou seja, do quanto consegui perceber, descrever e referendar como síntese verdadeira do fenômeno estudado. As análises se voltam para síntese das unidades de significado encontradas na pesquisa para então, elucidar as convergências, divergências e idiosincrasias.

Fui mantendo alguns cuidados para legitimar a pesquisa, entre eles: a) considerar os sujeitos envolvidos com voz de ator social com uma dialogização específica a partir de onde atua na extensão, sua função, suas ações, suas concepções e a correspondência ao contexto da universidade ou outro lugar em que trabalha, [e se percebe em vários trechos deste estudo quando trago as declarações colhidas nas entrevistas]; b) considerar o papel da linguagem como papel co-constitutivo repleto de significações e sentidos para com as ações e concepções sobre o objeto estudado, tanto dos sujeitos entrevistados como da forma como foram abordados pela pesquisadora; c) considerar que os sujeitos entrevistados “[...] não falam pela boca da teoria”<sup>40</sup> ou de uma estrutura específica, usam os termos técnicos referentes à área extensionista e cultural, porém sem compromisso de direcionar as reflexões, e ao mesmo tempo, percebê-los proprietários de um conhecimento específico da sua área de atuação, corroborando com estruturas reflexivas e de criticidade potencializando uma configuração para as análises. Nesse momento apresentaram “um cenário ativo da construção do conhecimento, com tudo aquilo que lhes era próprio: regularidades, contradições, paradoxos, ambiguidades, ambivalências, *assincronias*, insuficiências, transgressões [...]”<sup>41</sup>, que vivenciam no cotidiano de construir cultura na universidade. d) considerar que pelos instrumentos escolhidos para coleta dos dados, documentos, observação e entrevistas, o objeto de pesquisa está presente na vida dos participantes e do pesquisador, o pesquisador realizará o esforço de compreensão das informações que estão no senso comum e nos documentos

---

<sup>40</sup> Nota de Macedo, 2006, p. 10.

<sup>41</sup> Opto neste momento por inserir as notas de referencia em nota de rodapé para condução melhor da leitura, desta forma o autor citado aqui é Macedo (2006, p. 11), quando observa na etnopesquisa crítica que o significa social e cultural construído pelos sujeitos não é esquecido em uma pesquisa, pois é trazido pelo cenário ativo da construção do conhecimento.

encontrados; e) finalmente considerar que, o estudo faz parte de uma determinada realidade social, [a realização da política cultural nas universidades via Extensão Universitária] constituída por pessoas estabelecendo relações através de práticas que são significadas pela linguagem que as descreve, invoca e executa.

A opção pelo método indutivo foi guiada pela abordagem qualitativa na visão de Taylor e Bogdam (1986), pois os pesquisadores podem seguir um desenho de investigação flexível. Os estudos são formulados por questionamentos e os pesquisadores assumem a condição de integrar-se ao campo da pesquisa e perceber os cenários sendo formados em condição relacional. A visão do pesquisador sobre as pessoas e o contexto de seu passado e das situações nas quais se encontram diante do objeto de estudo é formada em consideração ao todo e não a variáveis distintas. Na relação objeto de estudo/ investigador, os limites estão presentes na interação e na percepção da interferência dos valores e subjetividades de ambos no processo de investigação. Ao mesmo tempo, as interferências podem ser identificadas e apresentadas, conforme o desfecho e os direcionamentos interpretativos, conscienciosos dos recortes feitos pelo pesquisador e as percepções que identifica interferirem no objeto de estudo, no esforço cômico de legitimação e confiabilidade das técnicas aplicadas e do método percorrido. “Para o pesquisador qualitativo, todos os contextos e pessoas são dignos de estudo. Nenhum aspecto da vida social é demasiado frívolo ou trivial para ser estudado” (GONZAGA, 2006, p. 74-75). Desta forma, os métodos qualitativos são humanistas permitindo o contato com as experiências cotidianas das pessoas, os saberes e fazeres culturais.

O movimento metodológico rigoroso e legítimo da trajetória escolhida foi sendo elaborado por sucessivas aproximações, buscando estabelecer coerência do objeto de estudo em análise e o próprio movimento de investigação em contínua descoberta dos conteúdos existentes nos dados coletados. Assim, desde a elaboração do referencial teórico, a forma de inserção no campo e as técnicas utilizadas para coleta de dados suscitaram elaboração metódica, crítico-reflexiva e criativa, construindo significados para as interpretações cuidadosas dos fatos em face das afirmações subjetivas e impressionistas dos dados colhidos nas técnicas de entrevista.

### **3.2 A arena da construção do objeto de estudo: do campo, dos sujeitos e das técnicas da pesquisa**

O campo é o lugar onde encontrei não apenas a possibilidade de perceber, experienciar, e recolher os dados, mas também de construir novos conhecimentos a cerca do objeto. As descobertas e a criação de outros saberes estiveram presentes no período de inserção no campo. Durante o início da pesquisa, quando o objetivo se concretizava em termos de busca e escolha do referencial analítico-teórico, tive a oportunidade de já estar trabalhando na extensão universitária em uma instituição particular, tendo assumido a função de Assistente da Pró-Reitoria e Coordenadora do Setor de Desenvolvimento Cultural da Universidade. Essa experiência foi demasiada importante para continuar recortando o objeto de estudo. Durante a pesquisa, fui percebendo o andamento das atividades políticas propostas pelos diferentes âmbitos da sociedade, tanto as advindas das instâncias governamentais como as da sociedade civil organizada, quando fui conselheira de cultura na cidade de Duque de Caxias, Baixada Fluminense, no Estado do Rio de Janeiro.

Trabalhando com análise, elaboração e submissão de projetos culturais entendi as necessidades emergentes das ações que deveriam ser realizadas para concretizar o projeto de desenvolvimento cultural dentro da extensão em uma universidade. Contudo os processos lançados para realização das ações de cultura que efetivam o objetivo do Setor Cultural estavam muito aquém de sua consolidação problemáticas que envolviam, desde questões emanadas das escolhas e diretrizes políticas quanto do entendimento da universidade sobre o que seria “desenvolver cultura” até as questões mais práticas do financiamento e aquisição de recursos materiais mais rudimentares para a realização das atividades/ eventos culturais.

Além disso, as compreensões sobre as atividades de extensão para cultura se restringiam a um pequeno espaço desconexo a todo um projeto de viver a cultura e apropriar-se dos bens imateriais e materiais que um projeto social/ cultural nos permite. Assim, a realização de eventos dispersos, localizados, sem consistência metodológica, descaracterizavam o entendimento de cultura como significado de produção, empoderamento e fortalecimento da formação humanística.

A partir desse cenário de instigações, o objeto de estudo ficou mais consistente e resolvi avançar nos estudos sobre as políticas culturais, a universidade e o fazer dessas políticas. O momento era propício para investigação devido uma série de acontecimentos

emanados das políticas de cultura do MinC para o apoio às universidades públicas de todo o Brasil e oficialmente para sua realização via Extensão. O recorte da amostra ficou claro e definido: as universidades públicas no Rio de Janeiro, o entender, o saber e o fazer da política cultural nestas universidades e a Extensão como *loci* deste fazer, em sua forma de institucionalização e ações dessas políticas.

Os critérios para a definição do campo praticamente se consolidaram na discussão com as orientadoras desta pesquisa, fato que foi fundamental para definir a relevância da contribuição do estudo para o momento sociocultural e para a efetivação de políticas públicas vivenciadas, elaboradas e construídas a partir de uma experiência governamental diferenciada – a construção dos sistemas governamentais junto à sociedade civil. Outro fator decisivo foi a escolha de universidades com tradição em Extensão Universitária, que já desenvolvessem projetos na área temática de cultura no FORPROEX, apresentassem estrutura organizativa onde a cultura tivessem espaço reconhecido, já realizassem ações culturais envolvendo a comunidade, e de alguma forma estivessem envolvidas com as políticas culturais do MinC mediadas pela Extensão Universitária.

Assim, constituem a amostra a: Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e a Universidade Federal Fluminense (UFF).

Os sujeitos ocupam um lugar primordial, pois a vivência em uma dinâmica de interação social fazem destes sujeitos construtores de uma determinada história que está sendo investigada, e o campo pode assim, se transformar em um *locus* das “manifestações de intersubjetividade e interações entre pesquisador e grupos estudados propiciando a criação de novos conhecimentos” (MINAYO, 1994, p.54). São gestores e outros dirigentes na área de extensão universitária envolvidos com desenvolvimento cultural na universidade (Pró-Reitores, assistentes, diretores de cultura, coordenadores de centros de cultura e arte, ou seja, atores envolvidos nas ações relativas à cultura), bem como os representantes do MinC, do FORPROEX e outros professores atuantes na área. Os alunos tanto os envolvidos como público receptivo quanto os que trabalham efetivamente como alunos de Iniciação Científica, monitores, bolsistas, ou inseridos em projetos de Extensão ou pesquisa.

Das técnicas utilizadas, foram escolhidas duas por se tratarem de instrumento de coleta de dados mais adequados ao tipo de pesquisa qualitativa por que optei. Fontes primárias como documentos oficiais publicados em Diário Oficial da União, divulgados de forma impressa e em ciberespaço, cito alguns como referência: o Plano Nacional de Cultura, a legislação –

portarias e resoluções, documentos das conferências regionais e da Conferência Nacional de Cultura, projetos de emenda constitucional, o Programa de Cultura para o Desenvolvimento do Brasil, Editais e boletins dos balanços dos ProExt Cultura, periódicos e publicações do Ministério da Cultura [Coleção Cadernos de Políticas Culturais]; Plano Nacional de Educação, documentos do FORPROEX, Plano de Extensão Universitária, os volumes da Coleção Extensão Universitária, Editais do ProExt, legislações emitidas pelo MEC/ SESu, e os documentos legais e outras publicações disponíveis das universidades pesquisadas. Ainda foram pesquisadas teses e dissertações, periódicos e livros das áreas da cultura, da educação superior e extensão universitária.

O segundo instrumento utilizado foi a entrevista semi-estruturada com perguntas abertas, de modo a permitir ao sujeito verbalização sobre seus pensamentos, suas tendências e suas reflexões sobre o tema proposto. Perguntas abertas instigam os sujeitos entrevistados a expressar o seu modo de pensar, agir, refletir e organizar as idéias, facilitando as lembranças dos informantes quanto à trajetória que dada universidade percorreu e o momento atual vivenciado. Foi respeitada a sequência particular de cada sujeito na forma com que elaborou e abordou os fatos a partir do roteiro da entrevista, apresentando-os da maneira como melhor lhe conviesse. Na sequência de apresentação, marcação e realização da entrevista, fiz uma primeira comunicação através de e-mail e carta impressa e telefonemas, para a apresentação e explicitação do objetivo do contato, convidando para a entrevista, deixando bastante à vontade a sua participação.

É preciso considerar que a relação estabelecida entre os sujeitos, na entrevista, proporciona um caráter de interação social no jogo pesquisador-pesquisado, onde ocorre motivação e intencionalidade. No trato entre entrevistador/entrevistado pode ocorrer a influência tanto no curso como no tipo de informação revelada, um espaço relacional “é o entrelaçamento do linguajar e do emocional” (MATURANA, 1993, p. 9), que defini uma coexistência em interações na conduta de forma consensual.

A entrevista face a face é fundamentalmente uma situação de interação humana, em que estão em jogo as percepções do outro e de si, expectativas, sentimentos, preconceitos e interpretações para os protagonistas: entrevistador e entrevistado. Quem entrevista tem informações e procura outras, assim como aquele que é entrevistado também processa um conjunto de conhecimentos e pré-conceitos sobre o entrevistador, organizando suas respostas para aquela situação. A intencionalidade do pesquisador vai além da mera busca de informações; pretende criar uma situação de confiabilidade para que o entrevistado se abra. Deseja instaurar credibilidade e quer que o interlocutor colabore, trazendo dados relevantes para seu trabalho. (SZYMANSKI, 2008, p. 12).

Na entrevista foi utilizada a técnica da **reflexividade**. É o sentido de refletir a fala do entrevistado, ou seja, o entrevistador submete uma afirmativa para compreensão ao próprio entrevistado de forma a resguardar a fidedignidade da informação, na tentativa de conferir as respostas obtidas uma veracidade que, no momento, não sofra influências pelas condições de aplicação e do conteúdo do instrumento. Outro recurso foi a **intervenção**. Durante o processo de interação o jogo de significações está presente no que se refere ao conteúdo da fala e à situação da entrevista como um todo, instalando a relação interpessoal, a história de vida do entrevistado e o seu ambiente sociocultural. Neste espaço também o conteúdo da fala do entrevistador deve ser de cuidado, com esforço de manter a compreensão do que o entrevistado relatou, neste sentido para explicitar melhor a sua compreensão do discurso do entrevistado, usando da intervenção, o entrevistador toma a palavra e dá voz às ideias que foram expressas pelo entrevistado<sup>42</sup>.

Alguns procedimentos basearam a condução da entrevista, pois introduzir a entrevista e mantê-la não é tarefa tão simples como um jogo comunicacional cotidiano. Mas para tornar esse momento o mais agradável possível, de modo que ambos os sujeitos da entrevista estejam em condições de diálogo aberto, sem ruídos, procurei manter no comportamento a transparência de alguns critérios, tais como: explicar os objetivos da pesquisa no início da entrevista, anunciar a não publicação do relato no documento oficial de tese, mas a transcrição estaria disponível para consulta pessoal do entrevistador, procurei não induzir as respostas – silenciar e aguardar a organização e verbalização dos fatos, escolha dos termos que são da área do conteúdo pesquisado aproximado da área de conhecimento do entrevistado. Também tratei de levantar as questões relativas ao como realizou a experiência para a descrição do fato praticado. Procurei não induzir às respostas e sim silenciar e aguardar a organização e verbalização dos fatos, buscando o eixo norteador da amplitude da informação pesquisada.

De maneira geral todas as entrevistas ocorreram com tranquilidade, em consonância do objeto pesquisado na correspondência às respostas recebidas, sendo possível inferir a satisfação do entrevistado em participar e em relatar suas experiências com entusiasmo e segurança das suas concepções. Em um universo de 03 professores entrevistados na UERJ, 03 professores entrevistados na UNIRIO, 01 professor entrevistado na UFRJ e 02 professores e

---

<sup>42</sup> Szymanski (2008, p. 17-18) explica a tentativa do entrevistador, por meio da técnica da intervenção, conseguir atingir áreas mais ou menos expostas ou secretas da experiência e do discurso do entrevistado. Pois é comum que o entrevistado apresente um grau de envolvimento emocional em seus relatos, exercendo essa atitude de forma “inocente, questão provoca uma reação emocional imprevista e transformação do comportamento comunicativo, desencadeada por mudanças de significados nos diferentes âmbitos de comunicação, ou seja, do conteúdo específico, da situação interpessoal, do discurso como um todo, do social ou cultural”. (SZYMANSKI, 2008, p. 17-18).

01 aluno bolsista entrevistados na UFF, 02 professores entrevistados no Seminário Nacional de Cultura e Extensão Universitária, somente 01 entrevistado se sentiu bastante desconfortável demonstrando dúvida em participar da entrevista, não encontrando conexão dentre a sua atual atividade exercida com o objeto pesquisado. Este fato, concluiu ter ocorrido pela seguinte percepção; o entrevistado já estando afastado da extensão universitária há pelo menos 05 anos, e não exercendo atualmente atividade próxima à área, não compreendeu o objetivo do estudo e nem a busca pelo seu relato, que objetivava elucidar uma parte da trajetória da cultura tecida a partir do FORPROEX e os objetivos para a área de cultura ser desenvolvida nas universidades via Extensão. Mesmo neste contexto inusitado o entrevistado participou construindo seu arcabouço de informações. Apesar de, no momento da entrevista, ter ocorrido esta indisposição, as notas da entrevista foram extremamente favoráveis contribuindo para a compreensão da trajetória da cultura na extensão via FORPROEX. Ressalto que o fato se constituiu irrelevante diante da participação de todos os outros entrevistados que também comentaram sobre esta trajetória. Gostaria de destacar algumas participações especiais, tais como a de professores envolvidos em atividades do Ministério da Cultura e Ministério da Educação que, gentilmente, forneceram publicações originais sobre o assunto.

O conteúdo das entrevistas que foi investigado incluem segundo Lakatos (1993 *apud* SZYMANSKI, 2008, p. 10), os “fatos, opiniões sobre os fatos, sentimentos, planos de ação, condutas atuais e do passado, motivos conscientes para opiniões e sentimentos”, e vão constituir nas interpretações as análises a partir das especificidades da etnopesquisa. A etnometodologia constitui uma teoria do social preocupando-se em compreender como a ordem social se realiza a partir das ações cotidianas, ou seja, constituir o “real” com sujeitos em ação. Essa postura implica considerar o ator social com sua capacidade de fazer cultura e de aculturar-se por meio de suas ações em constante processo de intersubjetividade. A perspectiva traz o sujeito em sociedade agindo para além das meras alternativas de ação preestabelecidas e legítimas fornecidas pela cultura, mas, como diz Garfinkel<sup>43</sup> quanto ao “seu objeto de estudo: os procedimentos intersubjetivamente construídos que as pessoas na sua cotidianidade empregam para compreender e edificar suas realidades.” É assim considerado nos etnométodos em que a atividade institucionalizada é produzida e mantida pela constituição do saber social, pois as atividades práticas, das situações e do raciocínio sociológico produzem acontecimentos extraordinários. Na vida cotidiana as atividades que

---

<sup>43</sup> Macedo, (2006, p. 70), explica as ideias de Garfinkel retiradas do seu livro original *Le domaine d'objet de l'éthnométhodologie*, de 1985.

nela emergem serão as realidades, os fenômenos sociais de direito. Desta forma a etnometodologia de Garfinkel “assume uma visão fenomenológica, local, da ação humana.” (MACEDO, 2006, p. 71).

Aos entrevistados me dirijo em primeiro lugar, agradecendo a disponibilidade, o carinho e a atenção dispensada ao me receber e falar, falar, falar... por horas seguidas, incansavelmente, sobre as implicações da cultura e da extensão na sua universidade. Em segundo, solicito a compreensão se não divulguei informações que considerassem fundamentais ou importantes, tentei de todas as formas para responder ao objeto de pesquisa e, neste sentido, como pesquisadora e na conduta metodológica adotada, não me permiti tecer considerações que pudessem fugir à legitimidade das evidências encontradas, e em hipótese alguma tecer comentários de natureza valorativa quanto as trajetórias instituídas em cada universidade, mas sim respeitar a confiança e fidedignidade dos atores sociais envolvidos e das informações recebidas. O objetivo se refere a pensarmos juntos a diversidade de situações e a complexidade das problemáticas nelas contidas, a partir de nossas ações enquanto atores sociais no cotidiano, vivenciando cada esforço emanado para responder e corresponder às demandas de diversas naturezas impostas para desenvolvermos e realizarmos nas universidades, em particular na extensão universitária, a cultura e a formação cultural, nos veios humanísticos.

Certamente *simples* é palavra distante do momento analítico da pesquisa, dando significação ao objeto de pesquisa. A iniciativa e a mediação do autor, pesquisador – eu -, se faz por uma trajetória onde o esforço de compreensão se realiza por meio das evidências singularizadas da pesquisa etnográfica. No início, encontrar nos dados as evidências foi o *princípio* do processo analítico. A interpretação dos dados na etnopesquisa é uma realidade constante durante o desenrolar de todo o estudo. O levantamento bibliográfico pertinente é, ao mesmo tempo, um momento de interpretação das informações coerentes que fundam o objeto de pesquisa e o arcabouço hipotético das questões de estudo feitas pelo autor. A sua continuidade na coleta de dados no campo também passam pelo movimento de interpretação contínua, sem buscar o compromisso de criar um resultado final para o estudo, mas vivenciar a noção do compromisso com a realidade investigada sob a concepção de uma produção contextualizada de conhecimentos a serviço de um momento histórico-social. É certa a realização de um produto de pesquisa, um produto, porém, não conclusivo, aberto, e ao mesmo tempo, propositor de novos questionamentos. Essa perspectiva fiz questão que estivesse presente durante toda a trajetória de pesquisa, justamente por entender que:

pesquisar não é fundar novos conhecimentos, mas brotar novas interrogações. E por se tratar de uma escolha metodológica fenomenológica e de investigação pautada na etnopesquisa, na abordagem qualitativa, fica ainda mais evidente a minha opção pelo entendimento do lócus sociocultural como movimento dinâmico, instituindo-se permanentemente a partir do fazer cotidiano dos sujeitos, das/nas instituições e das/nas relações tecidas, significadas, direcionadas e politicamente escolhidas e oficializadas.

Na recolha e na organização dos dados, duas técnicas foram utilizadas: os documentos como *etnotextos* e as *entre-vistas* como constitutivas dos significados sociais a partir das conversas com os entrevistados (MACEDO, 2006, p. 102-110).

Os *etnotextos* são de diversas naturezas e considerados fontes estáveis de pesquisa. Os *etnotextos* que utilizo constituem documentos oficiais, pois “[...] na realidade, um ‘fixador de experiências’, como registro objetivo do vivido [...]” segundo Blumer (apud MACEDO, 2006, p. 108). Além disso, o documento em sua especificidade pode elucidar em sua redação o que subjaz ideologicamente, concordando com Macedo (2006), e geralmente estão expressos em documentos da política educacional. Nos *etnotextos* considerei os documentos específicos das áreas do FORPROEX e do MinC, das Universidades na área de Cultura e Extensão, em seus setores organizacionais e de realização da proposta político-cultural como principal fonte de dados; os documentos específicos da UNESCO e da Comunidade Européia sobre os referenciais da cultura como projeto educacional e social a partir da diversidade.

As *entre-vistas* como instrumento na etnopesquisa possui característica para além da função instrumental da coleta de dados. Utilizei a *entre-vista* aberta e flexível permitindo que a estrutura ocorresse durante a conversa com o entrevistado. Nesse contexto as entrevistas permitiram relações travadas mediadas pela linguagem e pelas narrativas específicas de cada sujeito, [o sujeito situado realizando a proposta da extensão, envolvido com a política cultural da universidade, e do MinC], donde este recurso fosse capaz de captar as representações e os sentidos da vivência do sujeito na realidade que se inseri. Observei a forma da verbalização, os gestos e as expressões conotadas de sentimento que revelavam a compreensão das práticas cotidianas, considerando ainda que

A linguagem nasce socialmente com aquilo que ela exprime. Ela não é nem falsa nem verdadeira, portanto. É seu uso social que lhe dará status de verdade ou mentira. Até porque, como elabora Bakhtin (1981, p. 98), ‘cada sentido terá sua festa de ressurreição’, e em toda ação humana existe uma política de sentido. “Em educação, certas práticas não são discursos, mas os discursos sustentam, orientam e justificam a prática (MACEDO, 2006, p. 104)

Entendendo o discurso associado às práticas como capaz de ser instituidor de culturas da cultura.

O processo ocorreu de forma associativa, se posso assim chamar, pois a cada momento da realização de uma tarefa, por exemplo, o exame minucioso das informações colhidas no campo da pesquisa, concomitante as tarefas que deveriam ser subsequentes, iam se evidenciando integradas e associadas, clareando a construção da discussão sobre o objeto de estudo. Segui estabelecendo relações e construindo uma sequência própria de notas que referendavam a discussão. Em um dado momento, havia construído um quadro referencial sobre as quatro universidades estudadas, um bloco de notas servindo de suporte aos registros dos gestos e atitudes, comportamentos e correlações de pensamento entre os atores entrevistados e um bloco de notas sobre os possíveis pontos reflexivos quanto aos desdobramentos das análises e os limites da pesquisa<sup>44</sup>. Houve então uma quase sequência de fatos para análise, caracterizada como associativa o tempo todo, fiz uma primeira descrição de todos os dados colhidos, por exemplo, a partir das entrevistas, sem deixar escapar nenhuma palavra dita pelos entrevistados e a lembrança dos gestos e atitudes referentes àquele momento, após efetuei uma leitura cuidadosa e escolha dentre os fatos narrados pelos entrevistadores, como os de relevância e correspondência com as questões de estudo, procurando estabelecer a distinção entre dados significativos ou não, caracterizando o momento da *redução* [conforme a metodologia fenomenológica]; então segui a descrição/notação sínteses das informações, as proposições que sustentam a investigação, as *sínteses das unidades significativas*, as quais condensam os detalhes, a pluralidade e a densidade das informações, e o enquadramento da contextualização situacional que articulados devem gerar a confiabilidade; enunciado o que deve ser compreendido, conceitualizado e teorizado na interpretação. Segui para o exercício intelectual da interpretação no esforço de ultrapassar as meras constatações. Aqui foi necessário considerar a mediação do pensamento crítico que tive sobre as informações e travar a arena das contradições, das ambiguidades, dos distanciamentos e também das aproximações e identificações entre os dados em relação aos espaços, tempos, gestão, estrutura e forma de atuação dos atores e das representações institucionalizadas em cada universidade.

A partir do processo descrito e das diversas interlocuções com as orientadoras deste meu processo de estudo, chegamos a uma configuração da análise, a qual julguei ser a mais

---

<sup>44</sup> Esses dados demonstrados abaixo estão resumidos para efeitos de incluí-los no corpo da tese, porém disponho-me a colocá-los a disposição de quem os desejar pesquisar, pois devido aos registros serem muito extensos não os coloquei como apêndices à tese.

aproximada para responder as questões de estudo, e estabelecemos quatro dimensões: dimensão universidade e cultura; dimensão das políticas de cultura na universidade; dimensão do financiamento da cultura e a dimensão da participação da juventude.

A escolha dessas dimensões teve como fundamento dois grandes núcleos, o primeiro a pertinência dos temas e sua estreita relação com a questão da cultura e o segundo ocorreu a partir da caracterização dos fatos pelos principais protagonistas nas universidades: alunos, professores e gestores. Deste levantamento realizamos uma ampla e extensa lista das dimensões e fomos selecionando-os a partir da sua presença nas diferentes entrevistas realizadas, desta forma chegamos às quatro dimensões que tentam sintetizar todo contexto trabalhado e desenvolvido pelos entrevistados.

### 4.3 Dimensões de análise

#### 4.3.1 Dimensão *Universidade e Cultura*

Na composição desta categoria, as informações destacadas são orientadas pelas seguintes questões: a trajetória que a universidade percorreu para a realização de uma política cultural até os dias de hoje; como está feita a institucionalização (há planejamentos, está inserida no Plano de Desenvolvimento Institucional, registro de programas e projetos na área de cultura, há processo de acompanhamento e de avaliação); Segue as diretrizes do FORPROEX, está envolvida com o trabalho nas regionais do FORPROEX no eixo de cultura e finalmente a como é feita a organização da participação dos docentes e técnicos.

A princípio, é preciso retomar a idéia da diversidade e das diferenças que cada universidade realiza para escrever a história da Extensão e da Cultura. Uma percepção que fica clara é que todas contam uma história da cultura bastante próxima da história da extensão, e com veemência, se faz presente o entendimento da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Vamos às trajetórias.

Um pouco desta trajetória histórica da Extensão é resgatada na fala do *Entrevistado A*, cuja inserção na Extensão da UFRJ provém de longa data, é atuante e participante das políticas públicas, realizando pesquisas na área de cultura. Na UFRJ, a história da Extensão

está bastante próxima ao fomento das discussões sobre a institucionalização da Extensão nas universidades de maneira mais efetiva e com sua diretriz e função definidas a partir da experiência de descoberta da instituição como locus de utilização da comunidade não acadêmica. A Extensão na UFRJ teve início na década de 1980 e seu representante era o Prof. Horácio Macedo, colaborador e um dos fomentadores das discussões do FORPROEX<sup>45</sup>. Um dos grandes acontecimentos que emoldura esse contexto da extensão na UFRJ acontece a partir do momento em que a comunidade da Maré ocupou o Campus do Fundão como área de lazer. A partir desse fato, a universidade realizou um diagnóstico que se estendeu da Zona da Leopoldina à Ilha do Governador à procura de equipamentos culturais disponíveis para essa população de baixa renda, e se deu conta da inexistência dessa oferta, gerando as iniciativas da Extensão voltadas para o atendimento à comunidade direcionado para cultura e lazer. A universidade abriu seus espaços e ofereceu atividades como cinema, teatro, esporte, dança e shows, iniciaram-se projetos de festivais de inverno, cursos nas férias e espetáculos pela cidade do Rio de Janeiro. Conta o *Entrevistado A* que chegaram a ter atividades de extensão com público de 3 a 5 mil pessoas e a oferta de 100 cursos em período de férias. Outra característica peculiar da UFRJ era poder contar com cursos tradicionais da universidade, tais como a Escola Nacional de Música, datada de 1937, na ainda Universidade do Brasil, e em, 1965, a Universidade foi designada Universidade Federal do Rio de Janeiro e na década de 80 criou o primeiro Programa de Pós-Graduação de Música do país. Hoje é integrada pelo Centro de Letras e Artes (CLA), a Escola de Belas Artes (EBA), a Faculdade de Letras (FL) e a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU). A Escola de Direção Teatral, mais recente e já na IX Mostra de teatro em 2009, Escola de Comunicação, Curso de Dança e uma iniciativa pioneira da Escola de Educação Física, que a partir de pesquisa criou a Companhia Folclórica do Rio com trabalhos desde sua fundação, em 1987, pela Prof<sup>a</sup> Eleonora Gabriel<sup>46</sup>. Já na

---

<sup>45</sup> O primeiro documento de registro do I Encontro de Pró-Reitores de Extensão Das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX) data de 04 e 05 de novembro de 1987, justamente o ano de 1987 a UFRJ cria um Centro na comunidade da Maré, junto com a associação de moradores, para atender a demanda desta comunidade ofertando atividades de extensão, e realizando o projeto que se chamou “Muito prazer Fundão”. Neste projeto a UFRJ, se caracteriza pioneira no momento em que se relaciona com a comunidade da Maré para realização da interação comunidade/Universidade, realizando a metodologia da *ausculta* e com a participação de 600 alunos atuando em diferentes áreas. Vale ressaltar as iniciativas sobre a política da extensão advindas dos Prof. Horácio Cintra de Magalhães Macedo (1985 – 1989) e Prof. Cristovão Buarque, contemporâneos na Universidade de Brasília (UnB), e que na época eram Reitores. É concomitante a criação da primeira Pró-Reitoria de Desenvolvimento e Extensão da UFRJ, comenta o *Entrevistado A* “a super recém criada sub-reitoria, era na época sub-reitoria de desenvolvimento e extensão” (notas de entrevista, em 04/09/09).

<sup>46</sup> Professora da Escola de Educação Física e Desportos (EEFD/UFRJ) criou este projeto a partir do Grupo de Danças Folclóricas da UFRJ, que vem desde a década de 70 fundado pela Prof<sup>a</sup> Sonia Chemale. Importante por inserir na formação de profissionais de educação física a cultura popular tanto nas práticas educativas como na divulgação da cultura popular na Universidade e em outros espaços.

década de 1990 até mais ou menos 2003, a UFRJ esteve diante de um retrocesso [considera o *Entrevistado A*], pois não havia uma política de Extensão e nem de cultura ativa, as realizações foram caracterizadas por *atividades intimistas*<sup>47</sup> no âmbito das unidades acadêmicas, sem apoio nem para infra-estrutura de recursos necessários a estas atividades<sup>48</sup>.

A crítica apresentada pela *entrevistado A* sugere as dificuldades que a Extensão passa em sua trajetória, como trabalhamos no capítulo 2, nesse caso, fica muito claro o processo de desautorização do funcionamento e institucionalização da extensão por uma política que prioriza o compromisso com uma concepção epistemológica positivista e trabalha na lógica do ensino e da pesquisa como produto da universidade e a Extensão com características de assistência, engendrando um política cultural da “Alta Cultura”<sup>49</sup>. Além disso, fecha-se na perspectiva monocultural desprovida da condição de entendimento do princípio da diversidade como possibilidade de desenvolvimento emancipatório do cidadão e da sociedade em si, embora, nas Diretrizes do FORPROEX, esteja claro no princípio da indissociabilidade do ensino-pesquisa-extensão, o papel da extensão como atividade fundadora da formação dos alunos, bem como a opção na busca da transformação da realidade da desigualdade social. Atualmente, a gestão do Reitor Prof. Aloísio Teixeira e da Pró-Reitoria Prof<sup>ª</sup> Laura Tavares Ribeiro Soares, convidaram o *Entrevistado A* para *pensar uma política de extensão para a universidade*<sup>50</sup>. Retoma-se o debate sobre a política cultural na UFRJ via extensão, fortalecendo tanto a política extensionista como a política cultural. Um fato que potencializou este fortalecimento foi a gestão do antigo Ministro da Cultura, Gilberto Gil, no governo Lula, a partir da movimentação para a Conferência Nacional de Cultura. Aí, se começa efetivamente a pensar uma política cultural como política educacional, e permite marcar e ter um diferencial nesta gestão dos últimos 4 anos, comenta o *Entrevistado A*. Quanto à institucionalização da cultura na UFRJ, podemos dizer que se inclui no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), quando em algumas diretrizes e ações se dispõe em seus Objetivos Permanentes, descreve (PDI, 2006, p. 13-14):

---

<sup>47</sup> Podemos inferir que o *Entrevistado A* considera atividades intimista as ações realizadas a partir dos cursos e que não tem integração com a comunidade externa.

<sup>48</sup> O *entrevistado A* considera esse retrocesso como característico do período neoliberal, o papel do Estado reduzido não prioriza o “[...] compromisso social da universidade do ponto de vista de procurar os caminhos para contribuir para acabar com a desigualdade social, não se fazem políticas públicas para isso [...]”, notas de entrevista – 04/09/09.

<sup>49</sup> O termo “Alta Cultura” associa-se a valores culturais de uma parcela da sociedade que detém o direito a bens culturais em detrimento dos demais.

<sup>50</sup> Pensar uma política de extensão para a universidade que o levou a assumir, em 2005, a Superintendência Geral da Extensão e atualmente a Assessoria Especial de Extensão (2009).

- “O trabalho de pesquisa e investigação científica, filosófica e tecnológica, voltado para o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da criação e difusão da cultura ; o que permite o conhecimento do ser humano e do meio em que vive;
- a criação artística;
- a divulgação da cultura e dos conhecimentos científicos e técnicos, que constituem patrimônio da humanidade, através do ensino nos níveis fundamental, médio e superior, de graduação e para graduados, da extensão e da difusão dos resultados da pesquisa, bem como por meio de outras formas de comunicação;
- a formação de cidadãos movidos pelo desejo de aperfeiçoamento cultural e profissional permanente e capazes de contribuir para o desenvolvimento científico e tecnológico, para a criação cultural e para a valorização da ciência, do pensamento reflexivo e crítico e das conquistas da razão humana;
- a prestação de serviços especializados à comunidade;
- a contribuição, através de todos os meios à sua disposição, para a formação de uma opinião pública informada acerca dos grandes temas do desenvolvimento científico, tecnológico e cultural e dos desafios enfrentados para a construção de uma sociedade social e ambientalmente justa;
- a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição;
- o desenvolvimento de permanente intercâmbio com a sociedade civil, assegurando o ingresso e a circulação no interior da Universidade das múltiplas formas de saber e da experiência técnica, bem como da cultura e da arte, diversas daquelas que são associadas às práticas estritamente acadêmicas, com reconhecimento da relevância dos conhecimentos e experiências desses atores sociais para a pesquisa e o ensino universitários.”

Em outubro de 2006, a temática do 3º Congresso de Extensão da UFRJ foi a Institucionalização da Extensão. A Pró-Reitoria de Extensão (PR-5) divulgou as “Propostas para institucionalização da Extensão na UFRJ”. Nesse, documento, algumas ações de extensão são destacadas como pontos de partida para essa institucionalização sob a Coordenação da Pró-Reitora de Extensão, a Profa. Laura Tavares R. Soares [atual Pró-Reitora de Extensão/2009] por exemplo, a: criação do Programa Institucional de Bolsas de Extensão (PIBEX) para estudantes de graduação (financiadas pela Reitoria). Em 2006 o PIBEX apresenta novos princípios nesta política, entre eles, a indissociabilidade extensão-ensino-pesquisa, a extensão reconhecida como atividade acadêmica, integração de projetos que se apresentavam isolados em Programas, a promoção do caráter inter e transdisciplinar das atividades e estabelecer o compromisso com as populações-alvo e a definição dos territórios prioritários de ação, entre outros<sup>51</sup>. Hoje as bolsas são em torno de 1000, conta com as parcerias junto ao poder público via editais e outras agências parceiras de fomento. O esforço de superar a fragmentação busca valorizar as múltiplas iniciativas.

---

<sup>51</sup> Estas diretrizes estão no documento Propostas para a institucionalização da extensão na UFRJ. 3º Congresso de Extensão da UFRJ. Rio de Janeiro: Pró-Reitoria de Extensão (PR-5)/ UFRJ, outubro, 2006.

Nessa perspectiva, a Extensão hoje se organiza na universidade a partir de 03 grandes eixos: as *Áreas Temáticas*, *Território*, *Grupos Populacionais*. No eixo das *Áreas Temáticas* tentam agrupar os projetos que estão atuando isoladamente<sup>52</sup>; no outro eixo, o do *Território*, busca-se a integração entre projetos que atuam na mesma região/território e estavam isolados entre si, propondo a articulação e integração inter e transdisciplinar da realidade estudada, dessa forma permite identificar as prioridades de ação capazes de gerar impacto e visibilidade. Em 2006, a prioridade era a “Ilha do Fundão e entorno, a Baixada Fluminense e a Região Litorânea do Norte Fluminense onde já existiam programas de interiorização”<sup>53</sup>, hoje o projeto de interiorização em Macaé apresenta uma proposta diferenciada em termos de gestão integradora para a estrutura universitária, mas ainda em construção, não obtive muitos detalhes sobre ele. E o último eixo, o de *Grupos Populacionais* – são considerados os grupos de risco social em consonância a outros já existentes, priorizando grupos de Mulheres, Idosos, Crianças e Jovens. Neste eixo se faz também o recorte econômico-social identificando-se os grupos com piores condições de vida, estabelecendo critérios inclusive para a área de atuação no eixo território, onde estão presentes grupos em condição de exclusão, pobreza e outros *desfavorecimentos* socioeconômico e humano-culturais.

Essas políticas de Extensão foram construídas a partir de um Fórum na Universidade, onde os participantes convidados foram “todos aqueles que permanecem trabalhando em a extensão, aqueles que têm interesse em trabalhar com a extensão, e pensam em um grande plano e programa de ação” [sic], comenta o *Entrevistado A*. Porém ainda não existe um Conselho de Extensão, há o processo de elaboração final de um regimento que vai tramitar na Universidade para aprovação, o que reconhece o *Entrevistado A*, sem este documento e sem um Conselho de Extensão pouco se avança, ou se avança com menos potencialidade. Há registros de Programas e Projetos, mas não foram abordados seus processos de avaliação e acompanhamento. De modo que somente consegui alguns documentos sobre os editais.

Quanto a seguir as Diretrizes do FORPROEX, a UFRJ, na fala do *Entrevistado A* e nos documentos estudados demonstra estar em consonância com essas diretrizes e, ainda, particularmente integrada ao trabalho das Regionais no eixo cultura do FORPROEX,

---

<sup>52</sup> “[...] Como exemplos dessas áreas temáticas, podemos citar: Meio Ambiente, Cultura, Comunicação – incluindo a Produção Audiovisual, Direitos Humanos, Saúde, Trabalho, Tecnologia e Educação - em especial a Formação Continuada de Professores e Ações voltadas para o Acesso e a Permanência de jovens de origem popular na Universidade”. (*Propostas para a institucionalização da extensão na UFRJ. 3º Congresso de Extensão da UFRJ*, 2006, p. 05).

<sup>53</sup> Trecho retirado do documento *Propostas para a institucionalização da extensão na UFRJ. 3º Congresso de Extensão da UFRJ*. (2006, p. 05).

trabalhando em um projeto piloto e interinstitucional - PRINC<sup>54</sup>. Fazem parte deste projeto a UFF e a UERJ. A UNIRIO demonstrou interesse pelo projeto, mas ainda não integrou o grupo de trabalho e estudos efetivamente. Busca-se a participação dos diferentes segmentos que atuam na Extensão, bem como também dos atores interinstitucionais e da sociedade civil e dos poderes públicos. Foi criado um Fórum de Extensão para participação dos “professores, técnico-administrativos, estudantes, instituições governamentais e não-governamentais parceiras no desenvolvimento dos projetos, e as comunidades”<sup>55</sup> com as quais a Extensão trabalha, e pretende-se fazer uma discussão das diretrizes políticas, das formas de relacionamento de experiências, de avaliação e elaboração de propostas para extensão. Além disso, a participação dos docentes e técnicos ocorre na integração para realização dos projetos de pesquisa e extensão.

Na UFF, a história da trajetória da Extensão não ficou muito clara, por falta do encontro com *etnotextos*. Porém alguns dados achados em publicações isoladas forneceram informações que se podem caracterizar por épocas, tais como a ação desenvolvida no início da década de 80, pela então Faculdade de Medicina e as Escolas de Enfermagem, Serviço social e Nutrição, que juntas construíram um Programa de integração Docente Assistencial em Saúde (PIDAS). Este programa articulou-se com outras áreas de conhecimentos, tais como a Engenharia e, a Educação, caracterizando, na época uma perspectiva intersetorial e ainda atuando em integração com a comunidade local (Comunidades e Unidades de Saúde de Niterói e São Gonçalo) desenvolvendo uma metodologia particular de ensino para tal demanda. Na época este programa caracterizou a política de Extensão Universitária da UFF, que por meio da Pró-Reitoria de Extensão, passou a valorizar a integração do ensino-serviço-sociedade, como era tal construção representacional. Este projeto apresentou alguns resultados até 1996, e podemos verificar a mudança da proposta sobre a área da Extensão, que foi incorporando outras demandas para a sua formatação. Nessa época, 1996, o FORPROEX já havia realizado o seu primeiro encontro dez anos antes, inclusive o documento para a compreensão da Universidade e Cultura, que havia sido registrado no VI Encontro, datado de 21 a 25 de abril de 1992. Dessa forma, subentende-se que as exigências das novas propostas para a Extensão estavam em plena articulação, embora a luta ainda fosse intensa quanto às realizações na busca da sua integralização na universidade. Já havíamos alcançado o Edital do

---

<sup>54</sup> O PRINC - PROGRAMA INTERINSTITUCIONAL DE CULTURA DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS DA REGIONAL SUDESTE (PRINC) – FORPROEXT SUDESTE.

<sup>55</sup> Trecho retirado do documento *Propostas para a institucionalização da extensão na UFRJ*. 3º Congresso de Extensão da UFRJ. 2006, p. 06 -07.

PROEXT em 1995. E, obviamente, as respostas dos programas e projetos deveriam se adequar, no que se percebe no *etnotexto*, quando relata as novas dificuldades para adequar-se aos novos modelos de Assistência, em equidade à oferta dos serviços, uma vez que a realização dos programas deveria contemplar a educação permanente e contribuir para o fortalecimento da cidadania e do controle pela sociedade e não mais somente pela aplicação de atividades isoladas a partir da extensão, e finalizando deveriam buscar uma nova base teórico-prática capaz de subsidiar a reformulação do papel da universidade junto da sociedade. Percebe-se, claramente, as dificuldades que as universidades passam para adaptar-se e compreender o papel da Extensão dentro da instituição e a correspondência do conhecimento produzido que seja relevante para a formação cidadã. Não implica mais somente a articulação entre as áreas e prestação de um serviço ou um atendimento social descomprometido com a mudança social. Tal qual a UFF, as outras universidades pesquisadas também sentem as mudanças e passam a seguir as diretrizes do FORPROEX. A UFF faz isso com muita propriedade quando coloca em seus documentos oficiais e públicos, claramente, a opção de incorporar estas novas práticas e diretrizes. Assim, todas as ações de extensão devem ser organizadas a partir dos eixos de impacto e transformação sugeridos pelo FOPROEX, da interação dialógica, da indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão. O fazer da extensão, na UFF, deve considerar os processos educativo, científico e cultural articulados com o ensino, a pesquisa contemplando a indissociabilidade dos três pilares, e viabilizar a relação de transformação que deve existir entre universidade e sociedade, para tanto, referenda a sua política de Extensão, pela participação em editais para o financiamento de programas e projetos e busca a articulação com os demais órgãos da universidade e da sociedade para realizar suas ações. A política de extensão da UFF ainda busca atender as populações “historicamente excluídas pelo processo de desenvolvimento do país. E nesse sentido, a Pró-Reitoria de Extensão, atua como espaço técnico, político e pedagógico, tendo como objetivos”<sup>56</sup>.

A UFF desenvolve ações em que professores e alunos de diversas áreas estão envolvidos em projetos de extensão, realizando cursos, eventos, programas artísticos, culturais, comunitários e de difusão científica e tecnológica. Possui programas de apoio aos níveis de ensino fundamental e médio na comunidade e desenvolve prestação de serviços, assessorias, consultorias, em diferentes áreas do conhecimento. Quanto à participação nas reuniões regionais do FORPROEX, a UFF é uma das universidades ativas na área de cultura.

---

<sup>56</sup> Informação contida no *etnotexto* da HP da Extensão Universitária da UFF.

O atual Pró-Reitor da Pró-Reitoria de Extensão (PROEX), apoia integralmente a representação da UFF no projeto interinstitucional, nomeando o Prof. Luiz Augusto no projeto PRINC.

A estrutura organizacional da extensão está assim representada: a Pró-Reitoria e eventual substituto, Assistente do Pró-Reitor, Coordenadoria de Infra-Estrutura da Extensão – CIAPEX, Coordenadoria de Projetos Institucionais – CPIX, Coordenadoria de Integração Acadêmica – CIAEX, Coordenadoria Financeira, Coordenadoria de Convênios e Editais, Coordenadoria Escola de Extensão, Secretaria Administrativa, Núcleo de Tecnologia da PROEX, Centro de Apoio à Extensão – CEAEX, Departamento de Difusão Cultural - Orquestra Sinfônica Nacional e a UNITEVÊ.

No PDI de 2008-2012, podemos identificar metas para a área cultural, que vão do apoio financeiro por meio de concessão de bolsas até apoio para participação em eventos e apoio aos projetos e atividades culturais permanentes, os quais trataremos com maiores detalhes na *dimensão de política cultural e financiamento*. As estratégias principais são a participação e o apoio a projetos interinstitucionais [como o PRINC], e ações como busca de parcerias com órgãos governamentais e não governamentais, instituições da sociedade civil, agência de fomento e empresas públicas. Outra ação se refere ao estímulo à representação da UFF em Fórum de gestão, programas e ações e políticas governamentais ou não. A ação ainda se direciona s instâncias culturais, representadas no seu Centro de Artes, programas e projetos institucionalizados.

Possui uma Câmara Técnica de Extensão e um Conselho Social de Extensão, composto por Ex-Pró-Reitores de extensão da UFF e representantes da comunidade.

A Extensão na UFF se realiza em uma estrutura organizacional que *parece* estabelecer diferenciação entre o desenvolvimento cultural e a Extensão na forma como está articulada no cotidiano, embora contemple programas a partir do edital do Proext Cultura e Departamento Cultural, especificamente representado pela gestão do Centro de Artes, com sua funcionalidade diferenciada, contemplado e entendido como componente da extensão. O *Entrevistado B* comenta que, no PDI da universidade, constam duas bases que representam a cultura na UFF, a Orquestra Sinfônica Nacional da Universidade Federal Fluminense, que possui apoio do MEC, e o Centro de Estudos e Iniciação Musical (CEIM).

É relevante destacar estes dois equipamentos culturais que permanecem na história da extensão da UFF. A criação da Orquestra Sinfônica Nacional da UFF é a única orquestra sinfônica mantida por uma universidade federal e o Centro de Estudos e Iniciação Musical.

A Extensão na UNIRIO tem como diretriz contribuir na efetivação das políticas públicas comprometidas com a emancipação social. Desta forma busca ampliar e trabalhar com/ em espaços que caracterizam esta política. Busca articular o saber acadêmico produzido na universidade com as práticas encontradas nas comunidades e populações em que atua na empreitada da formação profissional cidadã.

Desde 1993, a extensão vem implementando e apoiando programas e projetos que atuam diretamente com as comunidade, seja institucionalizadas pela administração pública, seja as associações de moradores, escolas, asilos, presídios, hospitais, bem como com crianças, jovens, adultos e idosos atendidos pelo Hospital Universitário Gaffrée e Guinle – HUGG. Ficam evidentes a inserção e integração da UNIRIO com a sociedade da qual faz parte. Tais ações vêm sendo fundamentadas por uma política estabelecida coletivamente pela comunidade universitária em consonância com o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Faz-se necessário dar continuidade a essa política, visando à sua ampliação e fortalecimento. (PDI, 2006-2010, p. 20)

A extensão na UNIRIO tem uma base forte vinculada ao FORPROEX. De sua trajetória histórica na Extensão participa uma das figuras representativas nas discussões sobre a eExtensão no Brasil: a atual Reitora. Em sua segunda gestão [1ª gestão a partir de 2004], a Profª Malvina Tania Tuttman apoia, fomenta e procura institucionalizar as políticas culturais na universidade conforme dito pelo *Entrevistado D* que foi convidado para ser coordenador da área cultural da universidade, no segundo ano da primeira gestão da atual reitora (2006). Naquele momento não havia uma designação nominal para a área, então se chamou de *Projeto Cultural* as propostas e ações direcionadas para cultura. Mas, afirma o entrevistado, o seu desejo era que realmente assim fosse denominada por se tratar de uma função de Assessoria Cultural, a proposta de denominar *Projeto Cultural* descaracterizaria uma personalização que carrega o termo Assessoria. E, além disso, já ficaria implícita a idéia de um Projeto de cultura. Desta forma, iniciou-se a institucionalização da cultura na UNIRIO e passou a ter visibilidade e eixos prioritários já nessa gestão, inclusive contribuindo para a formação de uma “[...] conscientização da importância da cultura dentro da instituição como um todo”<sup>57</sup>. Dois princípios fundam o Projeto Cultural, o primeiro trata de buscar uma contribuição para uma questão considerada séria característica da UNIRIO, a questão está presente dentro da estrutura universitária, pois a universidade se apresenta em multicampi, fragilizando a identidade institucional da universidade. Por exemplo, os sujeitos lotados nos diferentes e distantes campi da universidade não se identificam como pertencentes à Universidade em seu todo. Essa dimensão traz um sentido de desterritorialização na

<sup>57</sup> Notas da entrevista com o *Entrevistado D/ UNIRIO*, 2009.

instituição, como se a unidade geradora do sentido institucional fosse somente a unidade da Urca e não os vários lócus de sua representação. Dessa forma, *Projeto Cultural* poderia contribuir, favorecer ou mesmo trazer a possibilidade de “[...] amalgamar esses vários territórios da universidade”, comenta o *Entrevistado D* (2009, p. 1). O segundo princípio vai ao encontro da própria vocação para as linguagens artísticas, isso significa dizer, a UNIRIO possui referência nas áreas das linguagens artísticas em seus diferentes cursos, inclusive o curso de Teoria do Teatro, atualmente, referência no Brasil. Seus cursos em sua grande maioria são na área das artes, música, museologia, cenografia, teatro, entre outros<sup>58</sup>. E ainda, objetiva-se alcançar notas máximas em seus cursos de modo a manter esta referência de excelência, o que agrega valor ao projeto da cultura como eixo prioritário desta universidade.

Uma observação cabe ser feita, esclarecendo a questão da compreensão de atividade cultural e da atividade artística, pois ambas são compreendidas em seus espaços diferenciados quanto a sua concepção. A atividade artística está diretamente relacionada à produção da arte em si e a cultura sob o ponto de vista mais amplo, como produção antropológica situada e manifestada, transdisciplinar e agregando diferencial à formação, inclusive à artística. Por esta dimensão cultural já ser, digamos assim, uma pulsação da dinamicidade e vocação da universidade, parodiando o *Entrevistado D*, podemos considerar que a cultura já possui referência na UNIRIO e esta dinâmica pode significar o “[...] maior avanço institucional”<sup>59</sup>, e fica registrada em dois eventos, o Encontro e a Feira de Extensão, o Encontro de Extensão está em sua XIV edição, em 2009, e aconteceu nos dias 15 a 19 de julho, e a Feira de Extensão, em sua XI edição, dentro da Semana nacional de Ciência e Tecnologia, este ano com a temática – “Ciência no Brasil”, e aconteceu dias 19 a 25 de outubro na UNIRIO. Há ainda, os programas e projetos prioritários da extensão, os quais interagem com a cultura. Entre eles podemos citar: o Programa interdisciplinar de formação, ação e pesquisa “Enfermaria do Riso”, coordenado atualmente pela Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ana Achcar<sup>60</sup> e o Projeto “Teatro na prisão – uma experiência pedagógica para a construção do sujeito em direção à cidadania”, sob a coordenação das Professoras Denise Telles, Maria de Lourdes Naylor e Paul Hertage (Universidade de Londres). Em 2008, foram contabilizados 66 projetos e 2 programas na área da cultura, e nas outras áreas somente a área de saúde aparece mais próxima à de cultura com 58 projetos e 2 programas, depois temos, educação com 14 projetos,

---

<sup>58</sup> Para verificar os cursos oferecidos em detalhes o link do site é: <http://www.unirio.br/>.

<sup>59</sup> Notas da entrevista, 2009.

<sup>60</sup> Que também é a atual Diretora do Departamento de Extensão da PROExC/ UNIRIO.

meio ambiente com 8 projetos e 1 programa, direitos humanos e justiça com 6 projetos, tecnologia e produção com 5 projetos e 1 programa e nada em comunicação e trabalho.

Continuando a trajetória da cultura na UNIRO, o documento do PDI/ 2006- 2010 apresenta sua estrutura organizacional, nela consta o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão como suportes anteriores às Reitorias, as Pró-Reitorias. A Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários é ainda a nomenclatura utilizada e também assim aparece na *homepage* institucional<sup>61</sup>, porém já houve uma modificação para incluir a área de cultura nesta estrutura, este procedimento é recente, ocorrido há sete meses, de modo que não consta no PDI atual. A atual Pró-Reitoria de Extensão e Cultura – PROExC está em funcionamento e estudando sua nova organização [voltaremos nela ainda neste texto]. Porém no PDI 2006-2010 ainda não apresenta uma *fala* direta para as orientações sobre a efetivação do *Projeto Cultural*, mas indiretamente o considera como eixo norteador da promoção e desenvolvimento da cultura. *Entrevistado D* (2009, p. 4) nos informa que, no início de 2009, a proposta da reforma da Pró-Reitoria de Extensão vem acontecendo, e diz

“...] agente está sendo institucionalizado, a reforma da PROExC tem uns 6 ou 7 meses, pouco tempo, eu acho que o que já existe são reflexões, parâmetros e algumas ações. Para bolsa de cultura existe uma percepção do papel da cultura e a importância dela na universidade, existe um lugar, uma gestão, a gente tem uma Pró-Reitoria muito atípica, nós temos uma Pró-reitoria com três professores do departamento de teatro. Então isso já dá um lugar muito privilegiado a gente porque nós já exercitamos no dia a dia nas nossas ações em sala de aula a cultura e a arte como uma ferramenta, então eu acho que isso já dá um lugar muito privilegiado. [sic] (*Entrevistado D*, 2009, p. 4)

A preocupação com a institucionalização da cultura não está isolada da forma com que vem se construindo a concepção da mesma dentro da universidade, o que se espera que atenda e de como se articulam a Extensão e a cultura em um mesmo lócus de representação. Alguns questionamentos estão engendrados no momento atípico que a UNIRIO vem passando com esse movimento de compreensão e da construção do lugar da cultura na universidade bem como de que forma ela estará sendo veiculada, organizada, instrumentalizada e o principal vivenciada pelos atores que ali estão, no cotidiano da PROExC. *Entrevistado D* (2009, p. 04) comenta

Isso ainda não está institucionalizado, o que que é cultura, o que que é extensão, como a gente faz, então a cada dia a gente é procurado por uma série de pessoas e a gente vai na medida do possível atendendo a tudo que dá para atender. [sic]

<sup>61</sup> Site sítio: <http://www.unirio.br/propg/extensao/apresentacao.html>.

Consideram um privilégio e atípico ter em um mesmo espaço organizacional e representativo da universidade [uma Pró-Reitoria], três pessoas que são de origem acadêmica da área do teatro, pois a visão cultural destes atores é ampla. Sentem que o momento é positivo para institucionalização e para o estudo deste espaço, haja vista a Reitora fazer parte da história da Extensão no país e ainda proporcionar uma interlocução favorável para a mudança que está ocorrendo. Inclusive a Coordenadora de cultura da PROExC, *Entrevistado E* comenta que a proximidade de trabalho no mesmo espaço físico do Pró-Reitor da PROExC, com a participação da Reitora que faz parte da história da Extensão, favorece muito a interlocução da área da cultura e a forma de buscar construir o momento da compreensão da cultura, do seu lugar e do seu fazer, na UNIRIO.

Em relação ao trabalho que vem sendo desenvolvido nas reuniões regionais do FORPROEXT na área de cultura, a UNIRIO sediou o 2º Encontro regional sudeste de cultura do FORPROEX – Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras – *Diversidade cultural: Desafios para as políticas públicas*, que aconteceu nos dias 12 e 13 de março de 2008. Porém os participantes da UNIRIO não estão, no momento, envolvidos com o processo de realização do PRINC, pois se encontram justamente no momento de pensar como vai acontecer e de que forma vão organizar a nova PROExC. Outro fato que deixou a UNIRIO afastada dessa atividade foi o processo de eleição por que passaram entre 2008 e 2009, por isso somente agora começa a se desenhar um quadro mais estável de atividades. A partir desse momento, o *Entrevistado D* relata que deverá retomar o envolvimento nessas atividades, até mesmo porque interessa à Pró-Reitoria participar das atividades que envolvem o FORPROEX ou dele emanam, e assegura serem as diretrizes deste órgão que orientam as ações da extensão na UNIRIO. A Pró-Reitoria hoje funciona em um pequeno espaço de 03 salas, os três professores responsáveis por cada área – Pró-Reitor, Departamento de Extensão e Coordenação de Cultura e mais dois funcionários.

Na UERJ, encontramos a extensão na seguinte disposição na estrutura da universidade: Sub-Reitoria de Extensão e Cultura (SR-3), dois Departamentos: Departamento Cultural (DCULT), sob a Direção do Prof. Ricardo Gomes Lima, e o Departamento de Extensão (DEPEXT) sob a Direção da Profª Nadia Pimenta Lima. A trajetória da extensão na UERJ tem um caminho consolidado em suas práticas, porém não tem registro no PDI, pois a universidade ainda está com este documento em construção. A extensão conta com um sistema de informações sobre todos os projetos registrados, ações e relatórios registrados na sua rede interna. Há uma *homepage* da extensão onde se encontram as informações

orientadoras das atividades e ações dos participantes da extensão, que são professores, alunos, servidores, e comunidade externa. Encontramos alguns documentos de referência para extensão neste *etnotexto* do ciberespaço, são eles: Ordem de serviço – Identificação: OS - 002 / SR-3 / 2006, folha: 1, vigência: 11/12/2006. Assunto: Regulamenta as atividades de extensão; e Ordem de serviço – identificação: OS -003 / SR-3 / 2006, folha 1-3, vigência: 11/12/2006. Assunto: Regulamenta a operacionalização de bolsa-auxílio da extensão. Podemos dizer, a institucionalização das atividades da Extensão na UERJ está identificada por suas ações e por sua estrutura organizativa e administrativo-funcional, incluindo as ações do departamento cultural. Embora não constem ainda no PDI, a história e a memória registradas ao longo dos anos transparecem claramente a efetiva ação e o quanto já se construiu nesta área

Nessa trajetória da Extensão da UERJ, temos, na década de 80, a estruturação da Sub-Reitoria de Extensão e Cultura, pois anteriormente era a Sub-Reitoria de Assuntos Comunitários, o que diferencia muito para a área cultural, pois inclui a cultura em uma condição mais identificada como intrínseca à extensão e à universidade. Essa Sub-Reitoria é responsável pela relação da universidade com outros espaços sociais, e promove a interface com as unidades acadêmicas a partir das suas diferentes demandas. Nessa época, a extensão estava caracterizada por particularidades, ou seja, o trabalho extensionista se fazia presente, por vezes, representada na figura de um professor. A natureza dessas atividades era diversificada e havia ações assistenciais e empresariais pela oferta de cursos; ações voltadas para atendimento às comunidades ou grupos populacionais específicos por meio de atividade acadêmica e outras ações através relação com instituições governamentais ou não governamentais, caracterizando uma ação da extensão voltada para atender a sociedade, nos conta o *Entrevistado G*. As ações de cultura, na época, eram entendidas, sub-repticiamente como ações não formais da universidade, não ganhando um caráter organizativo em termos institucionais, embora muitas das ações tivessem um viés da cultura presente. Então resolveu-se dar um caráter mais institucional para estas ações feitas na universidade, e o reconhecimento disso é traçando uma diretriz política. Interessante identificar que, na própria universidade, já existiam equipamentos culturais na sua estrutura física e que naquela época, antes da década de 80, já eram um diferencial da nossa universidade em relação a outras. Já existia o Teatro Odylio Costa Filho, em “cimento e concreto nos degraus”, comenta o *Entrevistado G* (2009), mas era um espaço privilegiado, pois possuía ótimas acomodações para platéia e um palco grande. Também, a Concha Acústica, que existe desde o primeiro

projeto da universidade. Na década de 80, foi criado o Centro de Tecnologia Educacional não vinculado à extensão, porém hoje já está dentro da Extensão.

No momento em que se criou a Sub-Reitoria de Extensão e Cultura, o Departamento de Extensão se organizou com todos os projetos que as unidades acadêmicas já realizavam, aconteceram os cadastramentos das ações e se criou um sistema, ainda manual, para se começar um controle mais preciso dessas ações. Neste momento, as ações passaram a ser qualificadas, pois se consegue fazer o acompanhamento do desenvolvimento e da evolução das mesmas e ainda acompanhar a diversidade de produção e produtos das unidades acadêmicas. O Departamento Cultural fica restrito à responsabilidade dos equipamentos culturais e promoção de atividades nessa área. Nesse momento, o Centro de Tecnologia Educacional passou a ser responsabilidade da Sub-Reitoria de Extensão e Cultura. Para dar um caráter ainda mais efetivo, a Sub-Reitoria está se propondo à retomada do trabalho de construção do PDI, que já tinha sido iniciado na gestão passada. As documentações que caracterizam oficialmente às ações da extensão e da cultura, atualmente, são as Ordens de Serviço, alguns textos elaborados e divulgados e o próprio processo de amadurecimento da discussão que se faz sobre a extensão nesta universidade. Por exemplo, as discussões internas tecidas entre os departamentos da extensão, o DEPXT com DECULT, e com Centro de Tecnologia Educação (CTE), com a Universidade Aberta da Terceira Idade (UnATI).

Outro exemplo das ações institucionalizadas de forma transversal e, se podemos chamar, de oficial não registrada, é o acontecimento da relação existente da Sub-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa com a Sub-Reitoria de Extensão e Cultura, pois se observa cada vez mais a pesquisa necessitar da “tradutibilidade”<sup>62</sup> da extensão, que se concretizam em projetos nos espaços físicos, com a participação de professores pesquisadores, alunos, técnicos. Desta forma, os projetos de extensão dialogam com os de pesquisa, inclusive, percorrendo um processo de registro e relatórios destas ações. Há uma luta para executar esse processo, pois o crescimento da extensão e da cultura na universidade inviabilizou o sistema de registro dessas informações, pois o sistema encontra-se insuficiente.

Há uma proposta de revitalização e possível criação dos Sistema de Informação da Extensão na UERJ, mas está previsto somente para final do ano de 2009. Espera-se inclusive que este novo sistema possa emitir relatórios que sejam utilizados como fonte de dados para consulta, e poder se avaliar melhor as ações da universidade nesta área. O sistema *on-line* hoje permite visualizar os projetos, os cursos, os programas, todas as atividades de extensão

---

<sup>62</sup> Termo usado pelo *Entrevistado G* para explicar a relação da extensão com a pesquisa no âmbito do fazer entre as duas sub-reitorias.

cadastradas, desta forma se pode institucionalizar, também, pois no momento em que a atividade é cadastrada, ela deixa de ser voluntária, como no passado, e passa a ser reconhecida pela unidade acadêmica, passando a ser responsabilizada na promoção da formação. Outra característica que institucionaliza a atividade é o processo de aprovação no âmbito da unidade acadêmica, pois a atividade só será autorizada a cadastrar-se no sistema on-line depois desse procedimento. E ainda terá que passar pela Comissão de Avaliação da Extensão, para então ser constituída no âmbito do Departamento de extensão, que avalia a natureza da atividade e a enquadra no censo<sup>63</sup> depois.

A cada ano, os projetos devem apresentar relatórios e produtos, e serem apresentados à comunidade acadêmica e externa na Mostra de Extensão, em sua 13ª edição, que acontece no evento da “UERJ SEM MUROS”, em sua 20ª edição, de 5 a 9 de outubro de 2009. Como nas demais universidades, a UERJ tem suas características no desenvolver das atividades extensionistas e culturais, e particularmente, nos conta o *Entrevistado G*, há dificuldades em trabalhar os critérios que orientam as ações em extensão, há crise de construção de indicadores para avaliar e definir com maior precisão a atividade de extensão e também de identificar qual seria a contribuição para a formação do estudante que a atividade de extensão propõe e faz interface com a formação. Será que se tem alcançado esse objetivo? Questiona o Entrevistado G.

Esse caráter experimental dá possibilidades na UERJ de se criar novos indicadores, e se vem buscando isso. Na UERJ se busca avaliar todos os resultados que se tem e discutir sobre essa institucionalização, sobre o reconhecimento, a valorização e o fomento. Podemos observar na Ordem de Serviço Identificação: OS - 002 / SR-3 / 2006, folha: 1, vigência: 11/12/2006. Assunto: Regulamenta as atividades de extensão, a seguinte redação para critério de avaliação produção do Relatório da atividade:

“4.1 – Objetivos do Relatório das Atividades de Extensão

- a) Avaliar os impactos decorrentes das atividades de extensão nas áreas de ensino e de produtos de conhecimentos, bem como nas relações interinstitucionais, intersetoriais e com a comunidade;
- b) Identificar a natureza dos fatores que interferem no desenvolvimento das atividades de extensão, estabelecendo alternativas para seu redirecionamento;
- c) Divulgar os resultados das atividades de extensão da Universidade realizadas no âmbito dos Programas, Projetos, Produtos e Cursos.” (Ordem de Serviço OS - 002/SR -3/ 2006, p. 01)

---

<sup>63</sup> O censo referido é o de Extensão Universitária.

Mas o *Entrevistado G* (2009) considera que não é só um movimento da UERJ estabelecer estas investigações constantes sobre critérios para avaliar a extensão. O *Entrevistado G* identifica ser um movimento da extensão em todo o Brasil, e diz não se sentir isolada nesta empreitada. Acrescenta ainda a problemática quanto à própria compreensão a cerca da extensão, pois ainda vivencia a problemática da classificação da ação, e descreve; “Quando eu não consigo classificar a minha ação como sendo uma atividade de ensino da graduação ou da pós, uma atividade de pesquisa eu digo que ela é extensão e aí fica resolvido o meu problema” (*Entrevistado G*, 2009, p. 4).

Dessa forma, fica clara a necessidade do espaço de discussão dentro da universidade que garanta a participação de professores, alunos, servidores, técnicos administrativos sobre a proposta da extensão. Na UERJ, estes espaços têm sido promovidos pela atual SR-3, e o último foi realizado em junho deste ano [2009], como foi relatado pelo *Entrevistado G*.

A atual Sub-Reitora da SR-3 assumiu a Coordenação Da Regional Sudeste no FORPROEX, e pretende promover mais discussões nas áreas temáticas da extensão, bem como dar atenção especial á área de cultura que vem desenvolvendo um trabalho interessante<sup>64</sup>.

#### 4.3.1.1 Algumas reflexões

Depois deste extenso relato da primeira categoria, passo a tecer algumas reflexões, como sugerido no título do capítulo, a fim de reflexionar nossas compreensões e complementar as investigações a que me proponho, mas lembrando da condição de inacababilidade decorrido da opção metodológica e ao que a própria tese se presta: direcionar os argumentos a partir de um contexto, de um modo e de um fazer colocado nos fatos [fenomenologia] e na situação histórico-social no qual é fomentado.

Segundo o FORPROEX, para a formalização da extensão na estrutura organizacional da instituição de ensino, é preciso verificar os indicadores traçados pela avaliação da extensão universitária. Os indicadores abordam três níveis dispostos interrelacionalmente: “O compromisso institucional para a estruturação e efetivação das atividades de extensão; O

---

<sup>64</sup> O julgamento de valor relatado pelo *Entrevistado G*, se refere ao projeto PRINC, no qual a entrevistado vem participando ativamente, e inclusive é autor e proponente também, junto com outros autores de outras universidades da Região Sudeste.

impacto das atividades de extensão junto aos segmentos sociais que são alvos ou parceiros dessas atividades; os processos, métodos e instrumentos de avaliação”. Buscamos nesta categoria as respostas que caracterizam a extensão realizada nas Universidades a partir dos indicadores que estão descritos na primeira vertente: a institucional<sup>65</sup>, para assim podermos compreender a institucionalização da cultura na universidade, em suas bases estruturais e de apoio. De uma forma ou de outra, observamos que nas universidades pesquisadas, todas orientam suas atividades de extensão a partir dos princípios do FORPROEX e o alimentam de alguma forma, umas conquistando mais avanços na institucionalização da cultura e outras ainda buscando efetivamente compreender melhor este espaço e efetivar políticas para tal institucionalização.

Há o reconhecimento das dificuldades para esta institucionalização, pois são evidentes, e nos próprios relatos percebe-se a intimidade que estes gestores possuem com a realidade cotidiana da sua pró ou sub-reitoria. Ao mesmo tempo em que percebem e na realidade vivenciam processos burocráticos e sistemáticos para realizar a institucionalização, identificam a necessidade de manter a discussão sobre essas dificuldades na tentativa de ir ao encontro de anseios comuns à comunidade universitária em seus diferentes níveis e estruturas. Reconhecem a necessidade e relevância de manter esta discussão nas suas universidades, em perspectiva investigativa, como é o caso da UNIRIO, na busca do encontro com a compreensão dos múltiplos matizes apresentados pelas atividades de extensão, incluindo aqui o *tangenciamento* com a cultura.

Das quatro instituições estudadas somente uma não possui o PDI. E embora isso não seja um fator que demonstre claramente a presença relevante da cultura na universidade há menção sempre e a preocupação, em pelo menos ser a universidade um veículo de divulgação e difusão. Algumas universidades, como demonstrado, avançam mais um pouco dando

---

<sup>65</sup> Os indicadores para “O compromisso institucional para a estruturação e efetivação das atividades de extensão” estão colocados no registro do VII Encontro Nacional do Fórum de Pró-Reitores de Extensão Das Universidades Públicas intitulado: “Avaliação da extensão no contexto da autonomia universitária, UFMT – Cuiabá, 15 a 18 de junho de 1993” (NOGUEIRA, 2000, p. 56-61). E tem a seguinte redação: “Quanto ao compromisso institucional devem ser considerados os seguintes indicadores: a) Grau de formalização da Extensão na estrutura universitária; b) Definição clara das políticas institucionais de Extensão com explicitação de metas e prioridades; c) Conceituação e tipologia das atividades de extensão; d) Existência de sistemas de informações, especialmente banco de dados, sobre as atividades de extensão desenvolvidas; e) Grau de participação da Extensão no orçamento da instituição; f) Grau de valorização da Extensão nas carreiras docente e técnico-administrativa; g) Existência de programas institucionais de fomento às atividades de extensão, especialmente programas de bolsas; h) Grau de envolvimento dos docentes/ discentes e técnicos da Instituição nas atividades de extensão; i) Grau de interação das atividades de extensão com o ensino (graduação – pós-graduação) e com a pesquisa; j) Grau de interação entre as instituições públicas de ensino superior na realização das atividades de extensão; l) Grau de inserção das atividades de extensão nos programas departamentais, de unidades acadêmicas e da instituição; m) Grau de abrangência disciplinar das atividades de extensão; n) Grau de participação das atividades de extensão na produção acadêmica da instituição” (NOGUEIRA, 2000, p. 59 - 61).

relevância ao papel da cultura até como um “4º pilar” dentro da universidade, e se comprometem e se preocupam com a forma e a estética de como a cultura será transmitida à comunidade. Incluindo atividades culturais no seu calendário que não são apenas eventos, são a resposta de um fazer e pensar que funda um outro olhar sobre a cultura e que infrinja sua institucionalização. As formas mais comuns de institucionalização estão presentes e correspondem aos critérios propostos pelo FORPROEX, e nisso todas as Universidades seguem em suas peculiaridades as formas de institucionalizar a cultura, o que é relevante e positivo no que tange ao alcance das conquistas da extensão como lócus representativo *daquela* comunidade acadêmica e seus projetos de interlocução com a sociedade, bem como na contribuição para formação da cidadania e comprometimento com as demandas da sociedade.

Apresento abaixo um pequeno resumo das formas de institucionalização da extensão, estabelecendo como parâmetro possuir (X) ou não possuir (---), tomando por base os critérios propostos pelo FORPROEXT, tecendo comentários sobre a institucionalização da cultura, apenas para verificar se há medidas para a institucionalização da cultura<sup>66</sup> na extensão e não medir a universidade.

Tabela 2- Formas de institucionalização da extensão

<b>Crítérios/ Universidades</b>	<b>UFRJ</b>	<b>UFF</b>	<b>UNIRIO</b>	<b>UERJ</b>
a) Existe formalização da cultura na extensão, via PDI;	X	X	---	---
b) Existe definição clara das políticas institucionais para cultura na Extensão com explicitação de metas e prioridades, considerando registros formais (plano de desenvolvimento da extensão)	X	--- No PDI	---	---
c) Existem classificação das atividades de extensão nos eixos temáticos segundo FORPROEX	X	X	X	X
d) Existem sistemas de informações da extensão Neste sistema contempla em especial uma área para as atividades culturais	X Via base da extensão	X Via Centro de Artes base da extensão	X Via base da extensão	X Via Decult e base da extensão
e) Existem programas institucionais de bolsa para cultura no orçamento da instituição via extensão (bolsa ou parcerias)	X	X	X Específica para cultura com orçamento da Pró-Reitoria	X

<sup>66</sup> A tabela segue como orientação os critérios do FORPROEX, com algumas adequações para atender a investigação.

f) Existem demandas dos docentes, alunos ou servidores com projetos de cultura (atendimento da demanda informal)	X	X	X	X
g) Existe espaço para discussão e participação dos servidores e/ou técnicos administrativos nos assuntos referentes à extensão e à cultura	X	----	----	X
h) Existe envolvimento dos docentes/ discentes e técnicos da Instituição nas atividades de cultura	X Técnicos em aberto	X Técnicos em aberto	X Técnicos em aberto	X
i) Existe articulação das atividades de cultura com o ensino, a pesquisa e a extensão	X	X	X	X
j) Existe interação em projetos de cultura com outras instituições de ensino superior	X	X	X	X
k) Possui Conselho ou Câmara de extensão (ou similar)	---- Em construção	X	X Conselho de Ensino, pesquisa e extensão	X Comissão de avaliação

Fonte: O autor, 2009

Torna-se necessário esclarecer alguns itens no que diz respeito às peculiaridades do funcionamento em cada instituição que se distanciam na forma como estabelecem as articulações. No item (B), estou considerando a possibilidade de a cultura estar institucionalizada pela existência de um Plano de Desenvolvimento específico da área da extensão na universidade, não considerando o PDI, mas as metas e os alcances somente da extensão por algum período determinado, e isso encontrei na UFRJ, e na UFF o plano da extensão encontra-se dentro da redação do PDI. No item (C), todas as instituições a partir da sua base de dados conseguem informar o registro dos projetos e classificá-los dentro das áreas temáticas da extensão. Nestas informações encontramos a classificação dos programas e projetos de cultura, e algumas instituições incluem o registro dos projetos aprovados pelos programas de fomento do PROEXT e ProExt Cultura. No item (D), todas as instituições apresentaram uma base de dados através de sistemas de informação. Mas todos contemplam a origem do banco de dados nas atividades de extensão, não há uma área especial para a cultura. No item (E), a origem do fomento é variada, alguns tem bolsas públicas e específicas da área de extensão, tais como o PROEXT e o ProExt Cultura, outros têm bolsa específica da área cultural prevista nos seus documentos da extensão, que é o caso da UFRJ, da UFF e UNIRIO, porém todas contemplam os projetos que são da área cultural, também, com bolsas da extensão. A UNIRIO tem a bolsa-cultura. No item (F) considero o atendimento que se faz informalmente, mas com recursos das Pró ou Sub-Reitorias para diversas naturezas de solicitações, exemplos: pequenos eventos dos alunos, professores ou servidores, que não está inserido em nenhum programa ou projeto específico registrado no sistema, mas que necessita

de um apoio para filipetas, cartaz, equipamentos, entre outros. Pois essa demanda existe e por vezes é pertinente de apoio. No item (G), verifiquei que algumas universidades realizam grandes Fóruns para a comunidade interna para discutir sobre os caminhos da extensão e seus modos de fazer nesta área, foi o caso da UFRJ e da UERJ. Pois estão em busca de um processo mais “dialogizado” com a comunidade e apresentam processos culturais mais amadurecidos, embora com vertentes políticas para área de cultura diferenciada. Vale ressaltar que a UFF vem realizando um esforço de construir essa possibilidade de interlocução, e a UNIRIO apresenta uma proposta também muito madura nos objetivos que deseja alcançar com seu *Projeto Cultural*, e tem toda a situação que vivencia no cotidiano da instituição a seu favor para esta realização. Digamos que está concebendo estas perspectivas e tem a favorabilidade das ações que engendram em alcançar sucesso, pois vem articulando uma compreensão e uma maneira de trabalhar a *cultura da Cultura*<sup>67</sup> na Universidade. No item (H), não tive muitas respostas quanto ao envolvimento dos técnicos, o que percebi foi o direcionamento das falas somente quanto à participação dos professores e alunos, e somente na UERJ soube que os funcionários se envolvem e, inclusive, são proponentes de programas e projetos também. No item (I) todas realizam esta diretriz e, no item (J), todas realizam embora com características diferentes, por exemplo, a UFRJ, a UERJ e a UFF estão com atividades em extensão interinstitucional via o projeto PRINC disparador da organização das ações em cultura destas universidades e tem uma série de desdobramentos e eixos, ao qual a UNIRIO pretende participar. É um projeto já aprovado pelo MinC, está diretamente relacionado à área temática cultura do FORPROEX, e está acontecendo a partir dos trabalhos da Regional Sudeste do FORPROEX. Mas a UNIRIO e a UFRJ possuem projetos interinstitucionais na área de cultura a partir da realização de eventos que são a culminância dos projetos de conclusão de cursos das graduações em áreas afins, realizam a Mostra de Teatro, entre outros eventos.

Finalizando este reflexão, a institucionalização da cultura ainda necessita ser elaborada, e em primeira instância ser concebida de maneira ampla, mas na sua especificidade do cotidiano pensar quais mecanismos podemos criar para trabalhar melhor a sua visibilidade institucional. É preciso realizar planejamentos na extensão em que a área de cultura seja contemplada, não a partir de eventos isolados, mas na mediação com a e integração das

---

<sup>67</sup> Quando me refiro a realizar um projeto de *cultura da Cultura*, é porque a UNIRIO tem buscado fundar seu *Projeto Cultural* em perspectivas diferentes do trabalho e entendimento da cultura, ou seja, como compreendem a cultura como mote de transformação de outras culturas que estão postas, construídas por produtores de culturas no cotidiano, a *cultura da Cultura* poderia até vir a transformar uma cultura cotidiana em outra que se possa criar e instituir por meio de outras práticas culturais.

demais atividades, diferenciando-a também das produções de arte, entretanto integrando-as. Nessa perspectiva é relevante configurar esforços das múltiplas áreas acadêmicas da universidade para conduzir um processo de reconhecimento da cultura como eixo de integração, e assim lutar pelo devido canal do registro burocrático como proposta política tanto na prática formal enquanto na informalidade, que muito ainda acontece nas nossas universidades. E quando estas práticas e fazeres acadêmicos estão fora dos meios adequados institucionalizados, sem que estejam devidamente registrados, costuma-se referenciar uma perda no crescimento das iniciativas e das vontades políticas.

Estabelecendo algumas reflexões podemos dizer que as universidades apresentam o mesmo discurso sobre a visão da integralidade da cultura na diversidade. “A Política Nacional de Extensão é pactuada pelas Instituições Públicas de Ensino Superior” (UFF, 2008, s/p.), e estão reunidas no projeto das Diretrizes do FORPROEX, e o documento oficial/referencial é o Plano Nacional de Extensão. Dentre as Diretrizes, as ações de extensão se expressam em quatro eixos: O impacto e transformação, a interação dialógica, a interdisciplinaridade e a indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão. Para visualizar o conjunto das ações de extensão se faz uso de uma sistematização e terminologia própria onde se definem as Áreas Temáticas da Extensão, entre elas a Cultural. As Prós e Sub-Reitorias já incorporam estas Diretrizes e organizam seus planejamentos, documentos e ações. As prioridades correspondentes aos eixos citados se voltam para opção do respeito às diferenças e à opção pelas demandas sociais. Nesse contexto, estão incluídas as políticas sociais do atual governo brasileiro, que privilegiam os excluídos, as condições de pobreza, vulnerabilidade e risco, discriminações étnicas, raciais, entre outras. Faz-se presente, então, na universidade, o entendimento de que a cultura é, e pode ser um dos caminhos para contribuir efetivamente para minimizar estas diferenças, sendo promotora de inclusão social e cultural. Esse projeto se desenha não somente pelo entendimento da necessidade da mudança de concepção na sociedade, mas em ações através da organização de programas e projetos realizados no âmbito da política, da economia e da produção em cultura.

Não basta pensar, mas conceber, criar e realizar a cultura como fonte de transformação social. Assim, o desenvolvimento da cultura dentro das universidades, contempla e promove as várias modalidades de expressão cultural e artística. Esta é uma compreensão real para as Universidades pesquisadas, como podemos observar nos relatos das experiências e da constante busca de efetivação dessa proposta, que ganha corpo de forma mais concreta a partir do convite às universidades para fortalecer a cultura em seu âmbito de atuação na sociedade.

Porém devemos considerar a trajetória percorrida por essas universidades e perceber o quanto a efetivação dessas propostas ainda se encontra em um processo, digamos, inicial. A opção pela cultura na universidade, historicamente, denuncia ações em que a opção se faz pela realização da chamada *Alta Cultura*, representada pela *indireta obrigatoriedade*<sup>68</sup> de freqüentar Museus, assistir apresentações de Orquestras, participar de Corais ou ter contato com as Artes Visuais de autores consagrados. Na trajetória das políticas de Extensão a cultura não foi tão relevante nesse aspecto, no que tange ao fazer da universidade. O espaço escolhido privilegiado da extensão foi a prestação de serviços e os cursos em primeiro plano, e seguindo o atendimento de assistência como forma de realizar a função social da universidade. O que por longos anos não agregou valor à área cultural<sup>69</sup>. Ainda hoje estas arenas são uma forte representação da cultura na universidade, apesar de iniciativas mais recentes na extensão venham trabalhar para a construção de outro cenário. As ações a partir da extensão na área temática cultura articulam outros saberes:

- a) o reconhecimento das comunidades/grupos com cultura própria devem ser compreendidos e assistidos respeitando sua identidade e as interrelações tanto do grupo que chega da universidade [seja pra pesquisar ou outra ação] quanto do grupo assistido;
- b) a compreensão dos simbolismos trazido pelas diversas expressões e manifestações culturais em seus diferentes âmbitos;
- c) a compreensão dos interesses sociopolíticos e econômicos implicados no fazer cotidiano da produção cultural nos diferentes âmbitos da instancia governamental;
- d) o reconhecimento da capacidade de empoderamento cidadão via conjunto de interlocuções com a cultura produzida e manifestada e;
- e) o reconhecimento do poder de transformação política e social.

---

<sup>68</sup> Não estou me referindo a um comportamento obrigatório, mas a um comportamento obscuro existente no senso comum, em que se compreende ser o sujeito culto àquele participante ou freqüentador desses espaços. Este mito na referencia que se faz aos sujeitos cultos, hoje já se pode ser vislumbrado de outras formas, mas ainda vivenciamos esta “cobrança” em nossa sociedade. Inclusive reduzindo a compreensão de cultura a realização de eventos.

<sup>69</sup> Faço a afirmativa considerando a falta do reconhecimento da cultura presente nos espaços de atuação via extensão, que de uma forma ou de outra concebida, se faz presente, antropológicamente, nos grupos e na interação entre eles. Essa perspectiva de compreensão da cultura efetivamente no lócus da extensão vem sendo cada vez mais privilegiada, devido ao momento em que é, também, concebida como forma de empoderamento social, via mecanismos internacionais como as referencias da UNESCO e os Documentos da União Européia/Parlamento Europeu – Conselho de Bruxelas (2006), os quais faço referencia na introdução e capítulo 3.

O *fazer*, então, precisa ser modificado. As ações promotoras e proponentes das ações culturais na universidade não podem mais deixar de incluir as referências a todo tipo de manifestação e expressão cultural, muito menos ignorar a existência dos interesses dos diferentes grupos com identidades e objetivos específicos, que, em estado de negociação por intermédio de agências governamentais ou não, direcionam políticas e podem chegar, até, a mudá-las.

O desenvolvimento da cultura na universidade está em processo de compreensão e consolidação. As formas de institucionalização entre as universidades pesquisadas seguem as mesmas orientações com estruturas reconhecidamente necessárias: formar câmaras, conselhos, comissões; registrar no PDI as ações da área cultural; registros capazes de proporcionar acompanhamento, avaliações, visibilidade e fomento. Seguem a estrutura administrativa e orgânica da universidade – os processos devem ser institucionalizados pelos tramites burocráticos da estrutura administrativa da universitária.

As diferenças entre as universidades quanto aos seus processos de institucionalização estão no alcance ou não da realização de algumas etapas. Um exemplo, ter ou não registrado no PDI as políticas para o desenvolvimento da cultura. Ou seja, se a universidade ainda não possui PDI, mesmo que realize muitas ações culturais, não podemos dizer que o comprometimento com o desenvolvimento cultural esteja garantido quando da mudança das gerências. Esse é um problema das políticas em via da consolidação e/ou fortalecimento, a busca da institucionalização. E o seu fazer precisa deixar de ser meramente por interesses particularizados, mas como diz Laclau (2004, p. 90), “[...] *el campo de la política no puede ser ya más considerado como ‘representación de intereses’, dado que la supuesta representación modifica también la naturaleza de lo que es representado*”. A necessidade é urgente na efetivação da institucionalização para garantir a continuidade dos objetivos.

### 3.3.2 Dimensão das Políticas de Cultura

A concepção de política cultural nas universidades estudadas demonstra ser a cultura um campo com trajetória intimamente vinculada a uma especificidade, assim, cabe à universidade possuir cursos que possam de alguma forma, relacionar-se e corresponder à justificativa de realizar ou desenvolver a cultura na universidade.

Entre as universidades estudadas, todas justificaram possuir cursos nas áreas artísticas como se esta identificação já concorresse para a inclusão do viés cultural na universidade. Porém trago para discussão a cultura que não somente se relaciona à arte elaborada em cursos relacionados à arte ou à produção ou eventos sobre a mesma. A cultura que elabora o contexto antropológico se faz na universidade em todos os espaços/tempos em que os sujeitos se relacionam. Especificamente, concorre para este objetivo o fato de possuir cursos afins, mas não necessariamente isso justificaria a presença de uma política cultural. Essa política diz respeito a ampliar esse entendimento localizado, e utilizá-lo como equipamento. E, nesse ponto, todas as universidades estudadas concordam e concorrem em seu modo de saber e fazer a política cultural na universidade. Todas conjugam a compreensão da cultura como objeto mais amplo, antropológicamente situado e capaz de movimentar estruturas tanto na indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão quanto à concepção de algo a agregar valor à formação. Porém o fazer destes espaços/tempos universitários<sup>70</sup> se efetivam com uma realidade de dificuldades de diversas ordens, indo dos recursos humanos e financeiros à real efetivação da política cultural adotada.

A UFRJ possui a concepção de cultura diretamente relacionada à produção nas unidades acadêmicas, em suas pesquisas com desdobramentos na extensão, volta-se para a área de divulgação do trabalho acadêmico e de difusão do conhecimento, correspondendo ao que se realiza do ponto de vista da formação.

Nesta concepção de política cultural, a UFRJ realiza a cultura através de projetos e atividades, que podemos chamar de acadêmico-culturais, pois fazem uso da interdisciplinaridade das diferentes áreas do conhecimento com as áreas das linguagens, expressões e manifestações artísticas.

Por conter cursos considerados linguagens artísticas, tais como os já citados no item 4.3.1 *Dimensão Cultura e Universidade*, mobiliza atividades a partir das produções desses cursos, ou propõem outras convidando professores, alunos e artistas. Por exemplo, as atividades consideradas da área de cultura desenvolvidas na Casa de Ciência. Este espaço é considerado uma unidade acadêmica da UFRJ. Ali se busca concretizar um *locus* onde devem convergir diferentes áreas do conhecimento com interesse de popularizar a ciência. Objetiva levar ciência para um público não especializado, divulgar e difundir conhecimento de uma maneira diferenciada, a ideia “é extrapolar o campo da comunidade científica e trabalhar com público não especializado no assunto”, comenta a *Entrevistada A*. Cita o exemplo do Projeto

---

<sup>70</sup> Falo das Pró-Reitorias, Sub-Reitorias de extensão, e/ou espaços específicos e não específicos para cultura na universidade.

Portinari, no qual se trabalhou na área da óptica na Física, mostrando a mistura e a perspectiva das cores na obra do artista Portinari. No mesmo projeto se falou sobre o espelho e na área de Letras abordou-se a discussão sobre os personagens da literatura que têm relação com o espelho, por exemplo, Alice (*Alice no país das maravilhas*, de Lewis Carrol), o mito de Narciso, entre outros. Sob esse ponto de vista a arte interage com outras linguagens do conhecimento científico e contribui para uma perspectiva de formação cultural, e, ao mesmo tempo, é cultura sendo vivenciada pelas pessoas que têm a oportunidade de participar de um evento como este. As realizações neste espaço também são elaboradas a partir de exposições que passam a circular nas escolas conveniadas. Assim, essa Casa da Ciência é um Centro Cultural da UFRJ.

Sob esta concepção, que é interdisciplinar, a cultura se dá pelo trabalho com diferentes linguagens como suporte para a divulgação da produção acadêmica, enfim, da pesquisa.

A UFRJ possui com vários espaços para realização das atividades acadêmico-culturais, ou somente acadêmicas ou somente culturais. Podemos listar alguns espaços: a) Museu de química Professor Athos da Silveira Ramos criado em 2001; b) Museu da Geodiversidade, abriga a terceira maior coleção de fósseis do país; c) a já citada como exemplo, Casa da Ciência – Centro Cultural de Ciência e Tecnologia da UFRJ e funciona desde 1995; d) Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ, que é o chamado “Palácio Universitário”. Este espaço tem como objetivo integrar ensino, pesquisa e extensão, na busca de compartilhar o conhecimento e criar “uma rede de troca entre a academia e a sociedade a partir de áreas da ciência, das artes, da política e das tradições” (UFRJ, 2009, s/p.). Costuma abrigar por ano cerca de 300 eventos, neste ano de 2009, foram 370 eventos. É um prédio histórico onde se realizam atividades culturais, eventos acadêmicos, e também, disponibiliza espaço para o calendário cultural da cidade, possui um teatro de arena onde acontecem shows, musicais, entre outras atividades; e) Museu Nacional - recebeu esta denominação em 1922, mas inicialmente denominava-se Museu Real e sua fundação foi em 1918, no Campo de Sant’Ana, hoje está sediado na Quinta da Boa Vista, antiga residência da Família Real. Em 2005 o atendimento ao público foi de 300.000 pessoas; f) Observatório do Valongo, realiza estudos de astronomia, funciona desde 1924; g) Museu da Escola Politécnica, inaugurado em 1977; h) Espaço COPPE Miguel de Simoni – Tecnologia e Desenvolvimento Humano guardam pesquisas em tecnologia e aplicações no cotidiano, é um dos maiores centros de pesquisa na área de engenharia no Brasil; i) Museu D. João VI - guarda a história da formação artística em nosso país. J) Parque da Descoberta, que data de um projeto de 2001, com

capacidade de abrigar vários espaços culturais. Localizado na ponta do Catalão, na Cidade Universitária/ Ilha do Fundão, no projeto consta desde aulas de vela à recuperação do hangar de hidroaviões, da década de 1920. L) Centro Cultural Prof. Horácio Macedo, é um auditório histórico, chamado de Roxinho pela comunidade universitária. Ali são promovidas apresentações culturais e eventos acadêmicos, é freqüentado pela comunidade acadêmica.

Hoje um programa que pode representar a política cultural da UFRJ é o Núcleo Interdisciplinar UFRJ - Mar, da Escola de Engenharia Naval e Oceânica. Compreende quatro projetos: Festival UFRJ - Mar, Projeto Aurora, Escola Municipal de Pescadores de Macaé e a Escola Municipal de Pescadores de Cabo Frio. Ainda compões estes projetos: Os Projetos do Pólo Náutico; TecNaval, Colégio Politécnico de Cabo Frio, Centro de Pesquisa Marinha e Oceanográfica, Qualipesca, Centro de Cultura Náutica (Cabo Frio), Gem – Grupo de Educação Multimídia, Marina Escola (Ilha do Fundão e Cabo Frio, Laboratório de Pesquisa em Piscicultura (Cabo Frio), LabCoest – Laboratório de Pesquisas Costeiras e Estuarinas, Museu do Mar, Colégio Municipal de Pescadores (Macaé), Programa de Educação e Trabalho, Monitoramento ambiental participativo do litoral macaense e foz do rio Macaé, Sistema de Monitoramento Ambiental de Baías e Ambientes Costeiros e o Festival UFRJ Mar.

Alguns projetos têm apoio do Ministério da Cultura pelo Edital ProExt Cultura do MinC/ MEC/ 2008, são: “Ação pela palavra: literatura e cidadania”, “Os cinco sentidos para cidadania” e “Raízes e frutos: uma vivência nas comunidades Caiçaras de Joatinga Parati”.

Outras atividades acadêmicas e culturais acontecem no âmbito interinstitucional: a Mostra de teatro da UFRJ com a UNIRIO, por conta dos cursos de direção teatral (UFRJ) e curso de formação de ator (UNIRIO), também são interdisciplinares, pois dele participam a escola de música - com a preparação de trilhas sonoras para os espetáculos - e a escola de artes - para preparação de cenários. Essa mostra é decorrente dos trabalhos de final de curso.

Na estrutura da UFRJ estes diferentes lócus culturais estão registrados na Extensão, porém seu funcionamento e administração acontecem por diferentes parcerias, entre fundações de apoio a pesquisa, institutos e mesmo os Ministérios da Cultura e da Educação.

Mas a cultura na UFRJ, com seu caráter de divulgação e difusão, entendendo-a interdisciplinar, começa a pensar uma política cultural na extensão com mais propriedade quando se estabelece a atual Pró-Reitoria de Extensão, quando se vai buscar a participação na

política cultural do país. E inicia uma trajetória de participação neste espaço<sup>71</sup> de discussão e formulação de propostas/ projetos para a efetivação da política cultural proposta pelo MinC. A *Entrevistada A*, inclusive, relata já ter assumido cargo e função dentro da representatividade do Ministério da Cultura no Rio de Janeiro. O relevante está na participação dos representantes da universidade na participação direta em discussões convergentes à política nacional de Cultura. Vale pensar como as universidades podem contribuir para a construção de um *projeto maior*, de uma política nacional. Essa é uma das ações reconhecidas pela UFRJ como sendo um dos canais da sua política de cultura para universidade. Essa perspectiva de trabalho junto ao MinC é considerada de maneira positiva, do ponto de vista em que as iniciativas para institucionalização de uma política cultural a partir da universidade, quando ela é federal, se tornam difíceis pelos próprios trâmites burocráticos empreitados. Então quando há oportunidade de se trabalhar uma política nacional torna-se mais fácil de se obter uma política institucional, ou seja, ter uma “extensão institucionalizada, uma política de manutenção das iniciativas e da ampliação das mesmas”, considera a *entrevistada A*. Para a *entrevistada A*, as políticas só causarão impacto se associadas a uma maneira de efetivar a política nacional, mudando e transformando a legislação. Cita como exemplo o PROEXT, que também é uma política de investimento de recursos do Ministério da Educação, na universidade, correspondente a se estar, no momento, vivenciando a política de cultura dentro da universidade. Houve o momento de a cultura ser “um bom negócio” para o mercado cultural, considera *entrevistada A*, hoje a ideia é outra, o que se pretende é construir uma proposta cultural que não seja refém do mercado. A *entrevistada A*, conta sua vivência na década de 90, quando as iniciativas dos projetos culturais na universidade não tinham apoio do Ministério da Educação. O Ministério da Cultura começou a perceber essa dinâmica, porque as universidades não poderiam concorrer à Lei Rouanet para a realização dos seus projetos. Nessa época, o MEC estava preocupado em assistir à pesquisa.

Quando pergunto sobre o FORPROEX, como esta universidade conversa com o FORPROEX e a área temática cultura, logo recebo uma notícia até então desconhecida no meu universo de pesquisa. Trata-se do projeto denominado Programa Interinstitucional de Cultura das Universidades Públicas da Regional Sudeste (PRINC).

No II Fórum de Cultura da Região Sudeste, em março de 2008, os participantes resolveram ter como foco de trabalho a cultura popular, e, nessa vertente, levantar as

---

<sup>71</sup> Considero o espaço de relação entre as políticas de cultura do Ministério da Cultura e a convocação das universidades para participar das discussões sobre a cultura no país e no que as universidades podem ajudar a pensar e a consolidar as propostas do Plano Nacional de Cultura.

produções que já existentes. Mapearam as atividades de extensão nos seus eixos temáticos, agora iniciam o mapeamento das ações em pesquisa com interface na cultura, com intuito de criar uma metodologia própria e começar a organizar uma *interinstitucionalização* desse trabalho e das ações que poderiam realizar a partir dele. Participam desse projeto UFRJ, UFF, UERJ e UNIRIO. No princípio, a UNIRIO se afastara, mas, esse ano de 2009, anunciou que participará mais ativamente em 2010. Hoje, 2009, o mapeamento das atividades das três universidades já foi feito e existem 860 projetos no Estado do Rio de Janeiro em todas as áreas temáticas da extensão<sup>72</sup>. Um planejamento também já foi elaborado, e, a partir de dezembro de 2009, serão oferecidos cursos na área de formação de gestores e dirigentes sociais referentes à cultura. Estas decisões foram tomadas neste ano, a partir da reunião da Regional Sudeste do FORPROEX, realizada em maio.

Nessa mesma reunião foram escolhidos os representantes da região para participar deste projeto desdobrando-o nos outros estados. Este projeto foi apresentado no I Encontro Nacional de Cultura e Extensão Universitária em São João del-Rei/ MG. Logo após, ele foi apresentado no FORPROEX 2009, ocorrido na Universidade Federal da Paraíba. Esse projeto possui convênio com o MinC e tem uma dimensão ampla e bem organizada. Pode perceber a interlocução com as três universidades mais envolvidas no momento, UFRJ, UFF e UERJ, interativas e atuantes. O PRINC tem o foco no planejamento regional e a interferência na formulação de políticas públicas, pois vai conversar com municípios.

O Projeto PRINC possui três eixos de atuação: *gestão, formação e informação*.

Na *gestão* objetiva pensar e discutir a vocação cultural de determinada região e trabalhar o desenvolvimento local e regional, incluindo a articulação intermunicipal e elaboração de planejamentos regionais. O eixo da *formação instituinte*, trata do entendimento da cultura como objeto que institui a sociedade, ou seja, a cultura

[...] ela não é instrumento de transformação da sociedade, ela é a sociedade, a cultura de um povo reflete o que é esse povo. [...] o campo é o que o povo produz. Não é você levar a cultura para é você perceber que a cultura está ali, e quais são as trocas simbólicas que estão ali e que a gente consegue realizar. É fazer essa cultura circular. [...] não há essa ausência da cultura, não é você levar a cultura para transformar, a cultura está lá, ela está sendo produzida no dia a dia, e pode ser esse simbolismo e representações, no caso da universidade quando se insere e como ela se produz naquele local, até mesmo de modificação e desenvolvimento ou não, ou até mesmo de novas produções culturais. (Entrevistada A, 2009).”

<sup>72</sup> No momento, não sei precisar quantos na área de cultura, pois este dado somente poderia ter acesso se tivesse acesso ao projeto, que não foi o caso, até porque seria outra proposta investigativa.

O eixo da *formação* se volta, com esta visão, para a formação dos dirigentes e agentes na área da cultural, buscando parcerias das secretarias municipais de cultura e outros que possam colaborar com essa proposta. Observa-se que a proposta não se vincula a agendar calendários de eventos, como normalmente as secretarias municipais de cultura agenciam suas atividades, mas pretende envolver o efetivo papel dos líderes do governo estadual e municipal para uma articulação comprometida em interferir nas políticas públicas, e entende-se que a formação dos dirigentes pode ser a garantia da continuidade dessas políticas, tal qual o modelo de política exercida pelo MinC (Conselhos de Cultura para gestão das políticas locais). Outra vertente da discussão sobre o eixo formação inclui a questão da sensibilidade para ajudar os governantes a pensar e a formular as políticas públicas em cultura, que ofereçam algumas possíveis soluções à informalidade na cultura e à indústria cultural, isto é, busquem alternativas para a economia da cultura, para além da indústria cultural.

O terceiro eixo é a *informação*. O mapeamento das atividades em pesquisa e cultura realizadas na extensão irá contribuir para criação de novos projetos de extensão, e também para devolver à sociedade os resultados das pesquisas. O objetivo é criar um portal da extensão, com um banco de dados com a função da interface com a sociedade. “[...] um canal direto com a sociedade. A ideia é ser um portal que abra primeiro por território, depois por área temática, depois por instituição”, comenta a *entrevistada A*. A intenção não é criar um modelo padrão, mas abrigar *blogs*, e outros, para fornecer informações e proporcionar visibilidade e possíveis conexões para atividades; disponibilizar um diagnóstico das atividades no município e as pesquisas que foram realizadas naquele local, ou por região, entre outras formas de utilização do banco de dados. Na continuidade dessa proposta, também cabe uma interlocução em modelo de Fórum, e a promoção de discussões entre as representações municipais, os atores sociais, as universidades, o terceiro setor, e outros.

Na UFF, a política de cultura se desenvolve por meio de atividades específicas para realizar a difusão, a divulgação e a formação de público. Como observamos nos parágrafos da descrição, o projeto cultural da UFF também está diretamente envolvido com as políticas culturais do MinC e do FORPROEX. Há representantes da UFF no projeto PRINC, e também são proponentes das discussões nos Fóruns realizados para se discutir e encaminhar o projeto.

Para desenvolver atividades nas Unidades da UFF, é proposto: fornecer bolsas para projetos culturais – Pró-Cultura, no projeto Pró-Música ampliar as atividades da Orquestra Sinfônica nacional da UFF e aumentar as bolsas para estudantes. Ainda há a Unitevê e a Rádio Universitária; consta no PDI a realização de criação de infra-estrutura na Instituição

para realizar programas televisivos e de rádio. Na UFF, também encontramos projetos culturais não formais acontecendo a partir dos estudantes, por exemplo, conforme o *Entrevistado B*, “Há um grupo na área de engenharia que articula cultura e realizam atividades, porém não tem projeto registrado na extensão, as iniciativas são dos próprios jovens”.

As atividades culturais estão localizadas a partir no Centro de Artes, pois nele são realizadas todas as programações, eventos e atividades que são consideradas cultura. A UFF tem como projeto tornar o Centro de Artes da UFF um centro de referência em produção e difusão cultural em âmbito regional<sup>73</sup>. Nesse contexto, a atual Diretora do Centro, Prof<sup>a</sup> Teresa Cristina Nascimento Machado, elaborou um projeto de reformulação do Centro e em conversa com o MinC conseguiu o apoio para toda a reestruturação do Centro. Neste centro acontecem as manifestações artísticas, exposições, shows, concertos, ciclos cinematográficos, peças teatrais, apresentações de diversas manifestações da cultura popular. Local de interação cultural e artística, o centro possui uma Galeria de Arte UFF, um Espaço UFF de Fotografia, um Espaço Aberto UFF, o Cine Arte UFF e o Teatro da UFF. Nesse espaço são realizados, cursos, palestras, seminários, debates e outras atividades, servindo também para atividades e eventos acadêmicos. Abriga projeto de música a partir de pesquisas, realizando estudos e ensino. A Orquestra Sinfônica hoje, que conta com concursos públicos para músicos, encontra muitas dificuldades de funcionamento por falta de apoio. O Centro é um espaço que hoje está para ser reformado e ganhar maior efetividade nas suas propostas. O *entrevistado C*, relata as dificuldades que o Centro passa para realizar as atividades costumeiras devido à grande deterioração em que se encontram as instalações e os recursos e equipamentos disponíveis no local. Mas está muito animado com o apoio recebido do MinC para a revitalização do espaço. O Cine Arte da UFF possui uma programação voltada para a cultura não industrializada, procura oferecer todo tipo de filme que instigue a discussão, que é promovida após as exibições.

Sendo a formação de público uma das metas da política cultural da UFF, as programações são divulgadas para todos os cursos e também, às vezes, são direcionadas a um determinado tipo de platéia, como é o caso de filmes com vertentes na história ou na tecnologia, em que são chamados os cursos que têm afinidades com a área do conhecimento. Mas a formação do público é uma questão de *formação cultural da cultura* de participar das atividades culturais. É uma conquista, mas o cinema tem uma platéia que é cativa, comenta a

---

<sup>73</sup> Nota do PDI atual nas ações programadas pela extensão na área cultural.

*entrevistado C*. A frequência é grande e a programação diversificada e com valor de ingresso mais acessível. Às vezes se convidam atores “famosos” e cobram preço popular. O aluno da UFF participa e vem ao Centro com frequência, mas se pretende aumentar a frequência dos mesmos.

Observamos que na UFF há, digamos assim, um amadurecimento das práticas culturais mais vinculadas às produções que são veiculadas no Centro de Artes. Os projetos de cultura que nascem nas pesquisas, muitos ainda estão isolados em suas ações e não comungam de uma interdisciplinaridade, há um movimento de fazer com que esta interdisciplinaridade aconteça e para isso, comenta o Entrevistado B, “[...] estamos tentando identificar os projetos e conversar com os coordenadores” de modo que estes projetos estejam mais interligados. Essa proposta é da extensão e a dinâmica de atuação também tem se preocupado em dar apoio aos alunos com bolsa na área cultural e de ser participativo e proponente dos projetos nos Editais, como o ProExt Cultura. A UFF realiza cursos para formação de gestores e já está envolvida no PRINC desde a sua concepção.

Na UNIRIO verificamos que a política cultural está em plena fase de conhecimento das suas possibilidades, das suas *injunções*, como diz o *entrevistado D*, que relata

Contrapondo-se à perspectiva mais tradicional sobre o fenômeno cultural, e suas injunções, a PROEX institui e desenvolve uma política cultural calcada na promoção e construção de uma desejável "cidadania" cultural ainda não consolidada na Universidade até então. Neste sentido, ao invés de difundir apenas o que seja considerado cultura sob a perspectiva econômica do que interessa à indústria cultural, a PROEX, em consonância com as metas estabelecidas pela Reitoria da Universidade, apóia e difundi, através de seu Projeto Cultural, as diversas manifestações culturais - sejam estas consideradas aqui como clássicas, populares, eruditas, consagradas, emergentes ou de vanguarda, sem quaisquer distinções. O Projeto Cultural desenvolvido na PROEX pretende apoiar, desenvolver e implantar atividade e ações oriundas da escuta das demandas culturais advindas da comunidade universitária. (*Entrevistado D*, 2009).

Nesta concepção, a cultura é aberta para toda a comunidade acadêmica e social, e deve ser oriunda das atividades de ensino, pesquisa e extensão, direcionam-se para atender as demandas “urgentes e sociais do país”, segundo o relato do *Entrevistado D*. Não somente nas atividades de extensão está localizada essa perspectiva que chama de “concepção do fenômeno cultural”, mas pode ser realizada em todos os âmbitos sociais, inclusive onde os seus projetos já alcançam; presídios e hospitais, por exemplo. O *Entrevistado D* relata, ainda, que a extensão está em fase de reformulação<sup>74</sup>, e nesse contexto, o lócus onde essa política cultural deve ser referência para os professores, alunos e funcionários é a Coordenação Cultural, e o lócus de representação será o

---

<sup>74</sup> Como já discorrido no texto no item 4.3.1 categoria universidade e cultura.

futuro Centro Cultural, no bairro de Botafogo. Nesse centro estão previstas instalações para multimídia, exposições artísticas de produção acadêmica, mostras artísticas de teses e dissertações e espaço para encenações contemporâneas.

Afirma o *entrevistado D* que a reitora da UNIRIO no sentido em que ela conduz a política cultural, entende como prioridade e está disposta a reverberar todas as solicitações que possam corroborar para a institucionalização da cultura, neste momento, na UNIRIO.

Outro detalhe sobre a concepção da política cultural da UNIRIO é a preocupação em não fazer desta política um “dirigismo cultural”, ou seja, a instituição pretende direcionar o que deve ser feito *dessa e com* essa política, pois o objetivo é o respeito à diversidade e não apenas a práticas e ações em que as demandas da UNIRIO não sejam respeitadas. A prioridade é o diálogo das diversas linguagens artístico-culturais e as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Devem ser contempladas as atividades artísticas em suas diferentes formas, erudita, populares, vanguarda, contemporâneas ou não, e devem atingir os espaços internos e externos da universidade, fazer conferir as atividades de cultura uma “verdadeira invasão cultural, no sentido de possibilitar que a cultura, que as atividades artísticas da universidade ganhem voz e *veio* nos diversos espaços, hospitais, presídios” (*Entrevistado D*, 2009), inclusive estas ações já contam com uma tese de doutorado e uma dissertação de mestrado.

Há uma preocupação quanto e essas atividades não estimularem o preconceito, de qualquer natureza, respeitando a diversidade de expressões e manifestações. E ainda, do mercado cultural não ser o determinante do que é bom ou não do ponto de vista cultural. E acredita o *Entrevistado D* (2009) “[...] a universidade agora vai ficar com quatro pilares que é Extensão, Ensino, Pesquisa e Cultura”, embora esta ideia não seja muito aceita por alguns pensadores da extensão.

A cultura deve atingir a todos dentro da universidade, comunidade interna, professores, alunos, funcionários, e comunidade externa, parceiros para realização de ações apoiadas e parceiros para divulgação da produção. Inclusive é uma das propostas da Coordenação Cultural a busca de parcerias em diversos equipamentos culturais, tais como lonas culturais, centros, universidades, outros, para apresentar os produtos que a UNIRIO tem pela sua própria característica das linguagens artísticas.

Alguns projetos da extensão estão relacionados à área temática cultura e tem apoio do Edital ProExt Cultura 2008, por exemplo o programa, “Dez anos do programa enfermagem do riso – ação interdisciplinar de divulgação de resultados”.

A coordenação de cultura hoje apoia a demanda da universidade no que hoje existe de mais imediato, cartazes, programas, filipetas, cartas de autorização, trâmites para conseguir locais para a realização das atividades, essas ações já estão sendo uma referência para onde não havia

nada nesse sentido. O projeto da cultura em 2009 foi a data comemorativa dos 30 anos da UNIRIO, com seis painéis comemorativos em que o contexto político dialoga com o contexto social do país, por exemplo, a realização do Julgamento histórico de Antígona, de Sófocles; os alunos da escola de teatro encenaram um trecho de Antígona, os alunos da Escola de Música tocaram, houve a participação de convidados da Junta Federal e da Promotoria do Rio de Janeiro. Houve lotação do teatro. Desta forma, o que prevalece é a cultura como interlocução dos saberes entre escolas e linguagens. Há uma produção editorial na área cultural, a revista CHRONOS. A área de teatro está sendo privilegiada devido à grande produção realizada ao final de cada semestre, são em média quatro a cinco peças e se necessita de espaços para estas apresentações, os esforços vão de encontro a procura de espaços para isso, pois a população precisa ter acesso a esta produção, considera o *entrevistado E*. A função da Coordenação de Cultura hoje é fazer circular a produção, dar fruição e realizar intercâmbios.

Existem, alguns projetos que estão sendo pensados para os próximos três anos e já estão em fase de elaboração, são; o Festival Universitário de Teatro, de cunho nacional e internacional; o projeto em que a UNIRIO se tornaria um dos Pontões de Cultura do MinC, promovendo diálogos entre os diversos pontos de cultura do Rio e interrelacionar com os cursos da instituição, trabalhando também com memória do conhecimento social, com a música, o teatro e agregando valor a formação do aluno; e o maior projeto que é criar a identidade cultural da UNIRIO.

O diálogo que a UNIRIO tem realizado com o MinC e com o MEC é um grande desafio, pois a responsabilidade da Coordenação de cultura, enquanto departamento de extensão. É assumir este diálogo não para a realização de eventos pontuais, mas na busca de participar dos editais e mais ainda, tentar ser um Pontão de Cultura é uma forma de institucionalizar a cultura na universidade. Por longo tempo, a universidade esteve de portas fechadas para diálogos dessa natureza, pois em uma visão ainda do passado, as universidades não eram bem compreendidas quando dialogavam com os órgãos governamentais, havia o receio ideológico. Poder dialogar com o governo e não estar necessariamente reafirmando uma postura ideológica é uma mudança significativa para a universidade. E ainda, hoje, se pode contar com as aprendizagens interinstitucionais, quando não se tem a experiência é possível trocá-las com quem as possui, como é o caso, comenta o Entrevistado D, “[...] eu pela experiência de lá porque eu tenho pouca”.

Desta forma a UNIRIO segue conciliando sua experiência em extensão em que suas ações são “[...] claramente reflexos ou substratos dos princípios do FORPROEX, e os princípios da política cultural” (*Entrevistado D, 2009*) proposta pelo MinC, contemplando nas atividades de artes ou de cultura nestes princípios.

Quanto aos espaços para desenvolver as atividades culturais, os entrevistados comentam que os campi têm características próprias para o ensino e não agregam valor para realização

dessas atividades. Além disso, as pessoas compreendem o espaço da universidade para trabalhar, ensinar, assistir aulas, então nos campi, que consideram mais áridos, há a busca por instalar uma livraria com um café, o caso do campus da Urca (CLA), para melhorar as condições, apesar de ter um auditório que virou teatro e se tornou um espaço de convivência importante. Mas as tentativas vão sendo criadas para serem criados mais espaços de convivência cultural. As atividades artísticas ou culturais geralmente estão associadas aos eventos, por exemplo, ao final de um espetáculo certamente há uma palestra. Os projetos que realizam estão sempre acompanhados de um debate após o espetáculo, agrega-se um valor à platéia e aos realizadores em termos de pensamento sobre aquela obra. Consideram a possibilidade, de alguma forma, ocorrer influência sobre os participantes em geral nos eventos, mas essa construção efetiva-se nas pessoas não é possível de ser medida. Pode-se perceber que há retorno, quando a cultura da participação cresce em quantitativo por meio da presença nas atividades promovidas. E ainda consideram a aprendizagem do aluno, que se modifica tanto com o trabalho artístico que executa quanto com o momento em que vivencia estar em público, e ainda com as discussões realizadas sobre a obra. Beneficiam-se os alunos artistas e o público participante.

Chegando à última universidade nesta categoria, a UERJ, tradicional em desenvolvimento cultural, é privilegiada em seus espaços e na sua experiência.

A concepção de cultura passa por uma política cultural manifestada nas suas ações, ou seja: na forma de ocupação dos espaços e na garantia do acesso das pessoas aos bens culturais para que de algum modo estas pessoas possam ser apresentadas às diferentes linguagens. A divulgação, a difusão de conhecimentos e produtos produzidos e a interação com a comunidade externa mobilizam diferentes estruturas da universidade e da sociedade, participando desde órgãos públicos como as escolas públicas da rede municipal do Rio de Janeiro às entidades culturais como o Teatro Municipal, artistas diversos e suas produções. Enfim a UERJ busca trabalhar com a cultura em uma dimensão transdisciplinar. A compreensão do termo cultural em sua abrangência democrática comenta o *Entrevistado G*, “[...] não limitando exclusivamente às artes, mas trazendo os fazeres e os costumes dos povos”.

No que tange à implantação de Políticas Culturais a universidade serve à difusão das atividades, a rádio é um espaço onde os artistas de várias linguagens fazem a divulgação do seu trabalho, o que não deixa de contemplar, também, a promoção do consumo cultural. Há assim um serviço que se presta tanto para a ciência quanto para à cultura e a produção da mesma também. Há produções de vídeos na universidade, com investimento e organização da memória da instituição. O acervo remonta à década de 80, estão registrados os grandes

eventos, tais como a “[...] inauguração de grandes laboratórios, a entrega de títulos de Doutor *Honoris Causa* da personalidades do mundo científico cultural, seminários, encontros, eventos científicos promovidos pelas unidades, entre outros. Também realizam a produção e a distribuição de materiais científicos ou culturais, além de colocar a disposição das unidades para utilizarem de forma ampla adequada a formação. O Centro de Tecnologia Educacional (CTE) na década de 80 tinha a proposta de oferecer recurso audiovisual para as unidades através de salas especiais, então, em cada andar do prédio principal da UERJ havia duas salas disponíveis com recursos, como televisão, vídeo, retroprojektor, projetor de *slides*, o que para época eram recursos avançados. Havia o agendamento e a utilização sob controle da Central do CTE. Com o desenvolvimento das atividades do CTE, surge um acervo do material gravado pelo CTE, incluindo a compra de produtos, disponível para utilização do público interno e externo. Nesse momento a universidade passou a fazer parte do consórcio UTV de universidades produzindo programas para a rede regular da UTV. Hoje a UERJ possui quatro programas regulares, fixos na grade da UTV e há mais um em via de produção e em parceria com a Faculdade de Comunicação Social. Atualmene, na estrutura do CTE, se realizam produção em áudio e vídeo, mas, os campi e outras faculdades possuem suas próprias ilhas de edição, como é o Caso da Faculdade de Formação de Professores (FEBF), que possui a rádio Caxinauá e TV. Há a Webrádio, em funcionamento de oito horas às vinte horas, com programação musical variada, que representa um veículo de divulgação e difusão, também, realizando entrevista com artistas, pesquisadores e professores que falam sobre seu trabalho e divulgam suas atividades.

A participação do público, nas atividades culturais, e de diversas naturezas dentro e fora da universidade, por exemplo, a UERJ SEM MUROS, que é um evento para a comunidade interna e a externa. Na sua organização contamos com atividades acadêmico científicas e de extensão, agregando diferentes tipos de interação com a comunidade externa, quer em atendimentos ou quer prestação de serviços, ou quer oficinas acadêmicas para aprendizagem.

O órgão da estrutura organizativa da universidade que responde pelo desenvolvimento cultural é o Departamento Cultural, localizado na Sub-Reitoria de Extensão e Cultura, que desenvolve ações em diversas áreas. Dirigido pelo Prof. Ricardo Gomes Lima, o objetivo desse Departamento é “planejar, organizar, dirigir e programar políticas de cultura para a UERJ” (UERJ, 2008. s/p.). A cultura é concebida nesse departamento de forma “abrangente e democrática”, não sendo limitada às artes e estendendo-se às diferentes linguagens, e

privilegiando a popular. Nesse espaço é elaborada a programação cultural da UERJ, e volta-se para atender as demandas do público interno, como as Mostras dos alunos do curso de artes, ou outras que venham dos professores ou funcionários. Para realização das atividades da área cultural há uma certa “falta de pessoal”, conta-se com os alunos bolsistas dos cursos que a universidade já possui, Artes Cênicas e Artes Plásticas, isso facilita o fluxo para realizar as ações e disparar novos processos.

O Departamento Cultural também é responsável por mudar algumas diretrizes, desta forma se posiciona também na relação com as unidades acadêmicas buscando dar sentido à maneira como a cultura pode ser produzida a partir e dentro desses espaços agregando esses processos à formação. Pergunta-se o que as unidades acadêmicas acrescentariam para pensar projetos culturais e como a equipe responsável poderá se colocar à disposição para realizar as propostas. O centro possui ações de apoio, na montagem de exposições ou na sugestão de alguma atividade para ser incorporada à programação, na divulgação, com produção de cartazes, por exemplo [possuem equipe de técnicos na área audiovisual]. O Departamento Cultural tem a capacidade de promover uma discussão antropológica sobre a cultura, trabalhando no sentido de levar a compreensão do que é a cultura de como ela está imersa na vida das pessoas, indo além dos cursos com características muito técnicas e produzindo o questionamento na universidade.

No Departamento Cultural (DECULT), encontramos projetos de Extensão abertos à comunidade interna (alunos, professores e funcionários) e externa. Encontramos o Projeto de Extensão Música Coral na UERJ, as Oficinas de Criação Artística – OCAs (funciona no Centro Cultural), a MEDIATECA Arte e Cultura (financiado pela FAPERJ), que exibe uma vez por semana um filme brasileiro “privilegiando discussões sobre a identidade cultural do carioca” (Entrevistado G, 2009), Eventos da Coordenadoria de Exposições de Arte e Cultura (COEXPA), organizados pela Prof<sup>ra</sup> Cascia Frade e sua equipe. O Departamento Cultural também é responsável pela programação das duas Galerias, Cândido Portinari e Gustavo Schnoor, ambas no campus Maracanã. Os corais Altivoz e Meio Dia, que são regidos pelo maestro Mário Assef com acompanhamento de Bianca Malafaia, artista visitante e responsável pelo coral Art’Canto da Faculdade de Formação de Professores, de São Gonçalo. Existe uma Divisão de Teatros, com os projetos “Conversa de Artista”, “UERJ em Casa”, e o “Happy UERJ”, o DECULT iniciou o projeto Centro de Referência do Carnaval (CRC).

Ainda na realização da cultura articulada com as unidades acadêmicas, o Centro procura promover eventos que prioriza a reflexão sobre as temáticas abordadas. Encontramos

lançamentos de livros e debates e a realização do “Seminário Permanente Políticas de Cultura do Estado do Rio de Janeiro” – COMCULTURA<sup>75</sup>.

Neste ano de 2009, o DECULT, lançou o projeto “2 por 1”, conta o *Entrevistado H* (2009), estão em andamento as obras para o espaço que se caracteriza como uma espécie de biblioteca pública em que o leitor pode freqüentar e levar os livros para ler, mas precisa deixar outros dois livros no local. Uma iniciativa inovadora e, no mínimo, desafiante do processo de formação autônoma dos seus futuros leitores e circulantes.

Na UERJ, a extensão tem procurado fazer a ponte com a cultura e trazer mais a sociedade para dentro da universidade. Alguns projetos demonstram este esforço, como a articulação de espetáculos em parceria com o Teatro Municipal, ou até mesmo o projeto UERJ CIÊNCIA, que se propõe a trazer as escolas públicas do município do Rio de Janeiro, nos níveis do Ensino Fundamental e Médio para dentro das dependências da UERJ e integrar atividades das diversas unidades acadêmicas, realizando um circuito de atividades científicas e culturais, com exposições, oficinas, apresentações de músicas e contação de histórias, planetário inflável; o ônibus da ciência da FIOCRUZ ; e a equipe do Departamento Cultural, que realiza oficinas artísticas. Todos os materiais utilizados nas atividades servem de suporte aos professores que podem levar para as escolas para dar continuidade aos trabalhos no cotidiano das escolas, “É aprender ciência brincando”, comenta o *Entrevistado G* (2009).

Quanto à articulação da UERJ com as Políticas de Cultura do MinC, encontramos a unidade na situação das informações já encontradas na UFRJ e na UFF, relacionada ao momento vivido. Essa situação favorece a interlocução entre a universidade e as políticas públicas do ministério, como desafio dos anseios de atendimento à sociedade nas suas necessidades de capacitação e formação dos gestores culturais para dar continuidade s propostas políticas junto aos municípios. Favorece também, buscar a fruição, difusão e produção de equipamentos, espaços e realização de projetos em sua concretude capazes de inferir via cultura às necessidades de empoderamento autônomo dos cidadãos. Permite, ainda, articular, inclusive, as questões da economia da cultura e a sua capacidade de mudar concepções e conceitos sociais nesta área. O *Entrevistado G* (2009) conta que,

---

<sup>75</sup> A partir de 2002 a Comissão Estadual de Gestores de Cultura do Rio de Janeiro (COMCULTURA/ RJ), a Sub-Reitoria de Extensão e Cultura (SR-3/UERJ) iniciam um programa de qualificação para os gestores de cultura dos municípios fluminenses. A perspectiva foi de contribuir, por meio de formação crítica que resultou na elaboração de Seminários permanentes, para o desenvolvimento das políticas de cultura dos municípios. Em 2006 tem o apoio financeiro do MEC-SECAD para realização de palestras e publicações sobre os resultados obtidos desde 2003 a 2006, das discussões e encontros, que foram publicados em dois volumes pela Ed. Casa de Rui Barbosa.

[...] alguns fatores que favoreceram. Porque a gente teve por um lado uma política no Ministério da cultura que começou a entender que as universidades precisavam participar mais também, então começa a fomentar essas atividades, e ver nas universidades parceiras para implementação de uma política nacional de cultura. Então esse é o mote, está sendo muito interessante este movimento, e para regional sudeste nós tivemos assim a presença de Pró-Reitores ou de dirigentes próximos aos pró-reitores que tinham essa visão, da necessidade da universidade fazer um trabalho na área de cultura mais efetivo numa contribuição real com a sociedade e com a própria apresentação de uma política cultural que pudesse apoiar os municípios em suas dificuldades para que eles pudessem desenvolver essas ações.

As articulações sobre cultura na universidade foram favorecidas pela atuação de algumas pessoas chave, digamos assim, que, no momento, estavam assumindo funções e/ou cargos no FORPROEX na área de cultura tanto como representante nacional, no caso o Prof. Tibaji, quanto nas representações Regionais, no caso a Prof<sup>a</sup> Isabel Cristina. No 1º Seminário de cultura houve o encontro das universidades para a discussão de uma agenda nesta área, travada em âmbito regional. No 2º Seminário, que contou com a presença de Secretários do Ministério da Cultura, houve uma discussão a partir da cultura popular. Foram apresentados trabalhos de pesquisa com mestres populares, e dos resultados várias ideias, o *Entrevistado G* (2009), relata o processo de surgimento, digamos assim, do fortalecimento das ações por força do FORPROEX Regional, como referência para a atuação na área temática cultura e a universidade nos âmbitos do que saber e do que fazer, vejamos,

“Na verdade a gente traçou junto com os secretários qual era a agenda prioritária do Ministério e onde é que as universidades entravam nessa questão, a partir daquilo que as universidades já vinham fazendo, como é que a gente montava uma rede com as universidades e com o Ministério e suas representações regionais? [...] começamos, UFRJ e UERJ, chamamos as outras universidades para iniciarem esse debate conosco, e a representação regional do Ministério da cultura que pegava Rio e Espírito Santo. Iniciamos um processo de discussão onde nós pensamos assim, porque nós não vamos beber da experiência vivida no SUS das parcerias, onde a universidade teve um papel tão importante na implementação do SUS, na sua discussão, na questão da reflexão, na questão da capacitação de Conselheiros, na organização da gestão local, [...]. Naquele momento nós ficamos com a UERJ, a UFF e a UFRJ mais presente, a UNIRIO passou por um processo eleitoral se afastou um pouco, as outras, o CEFET participou um pouco, mas também não incorporou-se de forma mais definitiva, as outras universidades não conseguiram chegar, então nós montamos um projeto, essas três universidades, para que a gente pudesse traçar para o estado do Rio de Janeiro o que se gente podia fazer. A gente primeiro mapeou o que nós fazíamos, onde as universidades estavam, não só para cultura, mas para a extensão como um todo, porque se você for olhar mesmo em profundidade os projetos de extensão, quantos deles eles fazem interface com várias dessas áreas. De educação muitos deles vão estar baseados na cultura muito fortemente, e você também está enraizado na cultura local, quando você desenvolve você está penetrando em uma organização social ali, que tá também, que tem a sua própria cultura, que tem a sua própria forma de ver a vida naquela região, então por conta disso a gente não separou, a gente vai dar destaque aos projetos que já se reconhecem como projetos da área cultural, mas a gente não vai deixar de fora nenhum outro. Até porque eles podem também somar-se um ao outro e tornar-se uma potencialização.”

Na visão do *Entrevistado G*, as universidades não podem mais estar pesando uma política cultural individualista, existem condições de realizar um trabalho em rede, pautado na filosofia de ação para além da competitividade entre as universidades. Não que as vaidades não sejam preservadas a cada instituição no seu âmbito do fazer específico, mas as redes solidárias entre as universidades podem contribuir para facilitar as trocas e efetivar projetos mais consistentes na área cultural. Inclusive, o *Entrevistado G* ressalta que a cultura tem a vantagem de ser mais despojada no seu saber e no seu fazer, e isso contribui para a isenção das vaidades. No início, esse tipo de relacionamento foi chamado de consórcio, pelas características, hoje já se entende como uma *Rede Interuniversidades*. Chamar de consórcio não foi o termo adequado, pois se tornou esclarecedor o fato da necessidade de respeitar a própria dinâmica, a formatação administrativa, os trâmites internos dos processos em cada universidade, o que não permite padronização. A condição é a construção nas parcerias e não a imposição. A proposta é uma discussão mais ampla, incluindo mais tarde os municípios e suas necessidades no que tange à organização, à gestão, e ao planejamento na área cultural para efetivar as políticas públicas de cultura regional e mais ampla, como referencia o PNC. Contudo, essa proposta que também foi apresentada, em parte, na política de cultura da UFRJ, vem ao encontro do momento nacional em que se vivenciam as políticas de cultura para o Brasil. Podemos notar o envolvimento das representações das universidades UERJ, UFRJ e UFF, buscando interagir com o MinC, para atuar no que concebem para a política cultural do país e a capacidade que as Universidades têm de interferir e contribuir não somente para pensar mas para propor efetivamente, projetos na área temática cultura. Nota-se a referência da cultura por meio da extensão como fator de articulação, pois o FORPROEX, na sua representatividade, fortalece indiretamente a sua política de extensão e, inclusive, hoje, encontra reverberação nos veios da área temática cultura.

A UERJ tem projetos aprovados pelo ProExt Cultura 2008, são eles: “cinema e outras artes”, “divulgação da física através da música e vice-versa”, e o ganhador do Selo de Qualidade [projeto aprovado mas não contemplado com financiamento] “Elaboração do dicionário histórico-biográfico de Guajará-mirim”.

Costuma-se ouvir “a UERJ é privilegiada em seus espaços culturais”, significa que possui equipamentos capazes de proporcionar bons projetos culturais, entre eles: Centro Cultural e galeria Gustavo Schnoor, Galeria Cândido Portinari, Concha Acústica, Teatro Noel Rosa e Teatro Odylo Costa Filho. Será inaugurada a MIDIATECA ARTE E CULTURA, com

espaço para projeção de filmes e debates, espaços individuais independentes. A Concha Acústica é pouco utilizada, pois o som se espalha e atrapalha as aulas, “acaba conflitando com as atividades das unidades” (*Entrevistado G*). As programações dos teatros estão sempre ocupadas, e inclusive estes guardam a apresentação da Orquestra do Teatro Municipal, além de ceder o espaço para ensaios do corpo de balé do Teatro Municipal.

Quando o Ministério da Educação estabelece, nas Diretrizes Curriculares dos Cursos nas diferentes áreas do conhecimento, a necessidade de realizar a formação integral, direciona a política educacional para um projeto mais amplo de inclusão social e realização do projeto de uma educação que ultrapasse a dimensão do projeto neoliberal. Porém as amarras das superestruturas constituídas em modelos hegemônicos nos desafiam na realização desta tarefa educativa, de cunho mundial e local ao mesmo tempo. Essa dinâmica do global e do local deve ser considerada em sua complexidade, pois, em cada instituição universitária, as diretrizes passam por estratégias diferentes para realização de um projeto que se inclui em forças de poder disseminado e constituído a partir de relações de interesses locais, embora se tenha um projeto global. As divergentes orientações para a realização do projeto de cidadania não se constituem somente por uma Diretriz Curricular, mas por todas as forças de poder que coexistem, seja na comunidade interna das Universidades <sup>76</sup>seja da comunidade externa, que, de certa forma, mantém a presença da Universidade no contexto educacional. E hoje, em um processo educacional, costuma decidir seu currículo nas ações do cotidiano, por vezes muito além das propostas formais da educação no que tange aos processos para alcançar as Diretrizes Curriculares. Essa dinâmica do cotidiano instituinte do *modus* de formação fortalece a dimensão da extensão e qualifica o seu trabalho. A necessidade de superar as atividades do cotidiano, as ações que não se caracterizam oficialmente institucionais porque são construídas e vivenciadas a partir da vontade coletiva, devem ganhar representação e poder contra-hegemônico para se tornarem institucionalizadas pelos trâmites da formalidade da estrutura acadêmica universitária. A extensão é um veio acadêmico, também, no momento da efetivação da indissociabilidade do ensino da pesquisa e do fazer extensionista. Isso como já comentado acima, todas as universidades estudadas reconhecem e executam, tanto que a cultura se realiza em um patamar, ainda de difusão e divulgação de suas práticas acadêmicas envolvidas de alguma forma com o desenvolvimento e a expressão cultural, mas necessitamos muito mais do que isso para compor um projeto de educação humanista. Essa necessidade comunga e pode fortalecer uma perspectiva nova em termos do crescimento em ações

---

<sup>76</sup> Carregam anos de idealismo e concepção da natureza da instituição universitária.

político-sociais que conduzam o processo de globalização contra-hegemônica, a partir de nossas práticas. O momento é favorável, diria, pois compõe um terreno que comunga as mesmas diretrizes do FORPROEX, a partir das suas especificidades na localidade, como diz Santos (2006), a globalidade é feita de localidades respeitadas as suas diferenças e diversidades. Um arcabouço de forças contra-hegemônicas pode constituir o patrimônio comum de resistências na busca da institucionalização assertiva para a cultura na universidade, tanto pela extensão como por outras articulações sociais/ locais que conduzam a novas políticas na compreensão de que a cultural implica todas as atividades universitárias do ensino e da pesquisa. O paradigma universitário da celebração ao ensino e à pesquisa ainda é presente e se justifica, por exemplo, considerando Santos (2006, p. 197-198) pela sociologia das ausências que

[...] aparece como central a noção de que experiência social é feita de inexperiência social. Isto constitui um tabu para as classes dominantes que promovem a globalização capitalista hegemônica e o seu paradigma cultural legitimador, a modernidade eurocêntrica [...]. As classes dominantes sempre consideraram um dado adquirido terem de passar pela experiência específica de sofrer as conseqüências da ignorância, das baixezas ou da *perigosidade* das classes dominadas. Mas esteve sempre ausente das autoconstruções simbólicas da sua dominação a sua própria inexperiência do sofrimento, da morte, da pilhagem impostos como experiência às classes, grupos ou povos oprimidos. [...] (SANTOS, 2006, p. 197-198)

A institucionalização efetiva, regulamentada por ações conjuntas, politicamente elaboradas pelos atores sociais, das ações da extensão na área cultural, fortalece as ações instituintes da formação cidadã e humanista. A prática da sociologia das ausências torna possível pensar um novo *modus* do saber e do fazer da experiência extensionista e cultural, nesta abordagem cresce a capacidade do conhecimento mais esclarecido dos mecanismos utilizados tanto para tornar suas ações formais politicamente como para dar fundamento às mesmas. Outra concepção se faz presente, a capacidade de construção coletiva, o que Santos (2006) incorpora teoricamente como a construção de um cosmopolitismo que se assenta no procedimento da teoria da tradução. Quando da interação entre as universidades, através da extensão<sup>77</sup>, seus interesses nas construções de uma política cultural fortalecida no jogo de relações que estão acrescentando pela realização de práticas acadêmico-culturais, os Festivais,

<sup>77</sup> E aqui me refiro às políticas de cultura via a participação destas universidades estudadas em se mobilizarem em encontros, fóruns de reflexão, para associar práticas extensionistas em cultura no Rio de Janeiro, e a partir delas manter continuidade reflexiva sobre os novos saberes e fazeres nesta área temática indicada pelo FORPROEX, e que abre caminhos para encontrar, pela primeira vez, um diferencial para a cultura dentro da universidade, cria um espaço totalmente novo para esses saberes e fazeres da extensão e das políticas de cultura na universidades.

as Mostras e os projetos interinstitucionais mais recentes, como o projeto PRINC, podemos notar o movimento de uma *inteligibilidade mútua*<sup>78</sup>, que é um pré-requisito para uma “[...] mistura, auto-reflexiva e interna, da política da igualdade e da política da diferença” (SANTOS, 2006, p.198). Quando essa política criada ganha interlocução entre os grupos envolvidos e constrói procedimentos, significa dizer que a unidade entre estes grupos está identificada e o elemento que os une são suas diferenças recíprocas. Então, os objetivos comuns se tornam o eixo da luta contra-hegemônica. É neste campo de tensão e cooperação que as práticas necessárias para institucionalização da cultura na universidade por meio da extensão<sup>7</sup> se fazem viáveis de efetivação.

A cultura está intimamente ligada à arte e aos cursos na base da produção artística, como música, teatro e coral compõem uma trilogia presente nas universidades. Entre uma e outra universidade, outros cursos agregam valor a essa trilogia, e ainda assim identificam suas atividades na área cultural a partir desses cursos. Uma nota se faz relevante, se na universidade a proposta educacional se organiza pela finalidade de promover o ensino, a pesquisa e a extensão, então não há outro caminho para se fazer a cultura senão por essa trajetória estruturada para alcançar a formação. Uma proposta em que se pensar o cotidiano e o aprendizado. Mesmo no caso do ensino por meio de expressões e manifestações culturais, será um pouco difícil compreender qual o produto alcançado, já que a formação é identificada nos paradigmas da modernidade. Ainda são poucas as realizações que nos fornecem dados relevantes para assumir a condição da cultura intrínseca às finalidades da universidade, e não como viés na formação dos jovens universitários. Mesmo que todas as universidades trabalhem com seus cursos desenvolvendo de atividades envolvendo a cultura não significa ir ao encontro da cultura como formação intrínseca à produção cotidiana. O isolamento das práticas culturais realizadas como algo a mais na formação, ou como algo que pode ou não ser agregado, ou muitas vezes visto como entretenimento e sem valor frente a “tão corrida” prática dos estudos durante os períodos semestrais, concorrem para a percepção da cultura como dissociada da vida cotidiana e da formação para a cidadania.

As atividades culturais são identificadas como transdisciplinares. Por exemplo, o projeto realizado na UERJ sobre os *100 anos de Machado de Assis*, do qual participaram várias unidades acadêmicas com atividades de Sarau, leitura oral, apresentação de música da época, entre outras atividades. Outro exemplo foi o evento dos trinta anos da UNIRIO, realizando peças de teatro como o julgamento de Antígona, com a presença das áreas do

---

<sup>78</sup> Termo utilizado por Santos (2006) para ilustrar o conhecimento que é um pré-requisito aos grupos como construção interna que permite as suas iniciativas baseadas nos princípios da igualdade e da diferença.

Direito conversando com a área artística do teatro. Outro projeto é o da UFRJ “Projeto Mar”, do qual participam as áreas da educação, oceanografia, engenharia naval entre outras. Esse modo de conceber a cultura transdisciplinar ainda é caracterizado pelo entendimento da fragmentação dos conhecimentos. É preciso rever esta lógica e agregar a cultura a uma lógica em que as identidades dissociadas da classificação tipológica<sup>79</sup> formulem espaços de opção e não de segregação, inclusive econômica.

A vinculação que se faz dos projetos de extensão na área temática cultura precisa ser mais do que entendida como eixo. Esses projetos precisam ser compreendidos na sua amplitude, pois todos agregam de alguma forma valores e crenças presentes no âmbito das relações antropológicas. Então, as atividades de extensão, ou do ensino, ou da pesquisa, na própria realização forjam culturas [no próprio sentido plural]. A extensão respira e transpira a cultura da universidade, não por ser um órgão de registro nas áreas temáticas contemplando a cultura, mas por compilar, exteriorizar e dar vida às expressões do ensino e da pesquisa. Nessa perspectiva, não somente a extensão, mas toda a universidade produz, de certa forma, uma cultura, em seus modos antropológicos de pensar/agir/criar novos modos do fazer sobre o ensino, a pesquisa e a extensão. A estrutura é necessária, contudo não pode ser o enraizamento das práticas.

Os avanços alcançados a partir da relação das universidades com o MinC, na área de cultura, na visão dos sujeitos participantes, foi através da caminhada assertiva a partir da dinamização da gestão realizada pelo Prof. Tibaji como Coordenador Nacional da área temática cultura do FORPROEX. Acreditam ser este momento o mais favorável para pensar e efetivar políticas públicas de cultura nas universidades, contando com o apoio dos Ministérios da Cultura e da Educação. O Entrevistado D considera este momento muito importante tanto para a educação como para a cultura, pois os projetos dos dois ministérios trazem um momento em que a “universidade está sendo gerida e ceifada”. Estamos caminhando para atingir os objetivos dos princípios de oportunidade e igualdade para todos, no sentido de minimizar as desigualdades sociais, através das políticas públicas, tais como a do Programa de apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e do ProExt Cultura. Ainda, reconhecem os entrevistados, a cultura possui um universo mais amplo que a própria ação de assistência. Por exemplo, quando da realização da assistência, a cultura está presente como mediadora das ações, do cuidado, da forma em respeitar a

---

<sup>79</sup> Considero que a classificação usual - cultura popular, cultura clássica, cultura ... , além de fragmentar, reduz a cultura a um campo estratificado de poderes que se estendem à divisão de classes, ao consumo, ao acesso e às formas de rentabilidade dissociadas da real concepção da cultura produzida pelos sujeitos, mas para o consumo dos sujeitos.

comunidade local e sua identidade sócio-cultural, econômica e histórica. Ao mesmo tempo, a cultura está nas atividades e ações, mas isso também ainda é uma dúvida, para alguns entrevistados, a atividade de extensão não necessariamente pode ser caracterizada por um viés cultural. Essa também é uma questão presente e bastante polêmica do ponto de vista da cultura como produção no cotidiano. Mas se a cultura estiver localizada na arte, então ações extensionistas dessa natureza sempre serão registradas como culturais. Também se percebe a localização da cultura como um veículo de divulgação e difusão dos produtos das pesquisas, porém a cultura, na perspectiva na qual discuto, se encontra em outra dimensão, não na mera identificação dos produtos ou eventos. Mas media as ações e é instituinte de outras culturas, agrega ao formando sua condição de cidadão.

A cultura humana difere muito e essencialmente da natureza, pois ela não apenas ocorre em um lugar onde as capacidades e poderes trabalham por si mesmos, mas o homem/ a pessoa humana torna-se o que é, mediante o fazer e se comporta de acordo *com a cultura* vivenciada. Eagleton (2005, p. 10) diz que a palavra cultura “mapeia em seu desdobramento semântico a mudança histórica da própria humanidade da existência rural para a urbana, da criação de porcos a Picasso, do lavrar ao solo à divisão do átomo”. A discussão torna-se cada vez maior não no sentido de saber de *que cultura* o homem é proveniente e como, nele, ela interfere, mas em saber como este homem *produz e é produzido pela cultura e cria “artefatos* <sup>80</sup> *culturais no seu tempo histórico vivido*. E neste processo está presente a educação.

### 3.3.3 Dimensão Financiamento da Cultura

Compondo esta categoria, as informações destacadas preocupam-se em buscar a correspondência com a questão da institucionalização e do reconhecimento da cultura na universidade e resguardar a garantia de sua efetivação sob a via do financiamento. As seguintes questões orientam esta categoria: se possui bolsa própria para cultura; se possui financiamento pelo Edital ProExt Cultura; se possui verba da universidade para desenvolver cultura.

---

<sup>80</sup> A palavra artefato é utilizada no sentido figurado, o que é produzido e reproduzido em constante interação, não somente para o conjunto de objetos e manifestações, mas considera as ações e direcionamentos subjetivos, formação de juízos e valores, [incluindo as descobertas da linguística], políticos e sociais que permeiam o universo da palavra cultura

A extensão na UFRJ possui um Programa Institucional de Bolsas de Extensão (PIBEX-UFRJ), mantido com recursos da Universidade, contempla estudantes de graduação atuando no desenvolvimento de programas e projetos de extensão, e acontece por meio de Edital. Em 2008, o Edital contemplava 500 bolsas, com valor unitário de R\$ 300,00 (trezentos reais) ao mês, para um ano de vigência da bolsa. A Pró-Reitoria estimula que os professores busquem também submeter seus programas e projetos aos Editais promovidos pelo Governo Federal, por intermédio do Ministério da Educação [podemos considerar o PROEXT], da Saúde, do Desenvolvimento Social e de outras áreas, como os Editais Petrobrás Cultural, e outros que podem ser firmados via convênios com Prefeituras Municipais e outros. Em 2006, no conjunto de Editais e convênios, a Extensão contou com 250 bolsas para seus estudantes.

Na UFF, a bolsa não é específica, no Edital de bolsas de extensão, o projeto é classificado dentro da área temática, relata o *Entrevistado B* (2009). Ocorre também o incentivo aos professores para concorrerem aos editais para financiamento dos seus programas e projetos em outros órgãos e agências de fomentos dos níveis de governo federal, estadual e municipal. Buscar também em ministérios e prefeituras ou secretarias de governo. Além disso, as atividades de extensão também podem buscar financiamentos em empresas estatais, privadas ou de economia mista. Desta forma, amplia o apoio da extensão.

Na UNIRIO, o financiamento na extensão contempla bolsas específicas de extensão, bolsa de pesquisa, bolsa de monitoria e, no apoio à cultura, possui a denominada “bolsa de Iniciação Artística e Cultural”. A bolsa para cultura não se caracteriza artística obrigatoriamente, entende-se que, para determinadas atividades no âmbito da cultura, não é necessário corresponderem necessariamente a uma sistematização, como nas bolsas da pesquisa ou da extensão, que são a longo prazo. Para a bolsa de cultura pode ser contemplada um determinado projeto, por prazo pequeno ou enquanto durar uma organização de evento. A bolsa contempla as necessidades imediatas, por exemplo, de alguns alunos do curso de artes que não podem se engajar em determinados trabalhos por precisarem de auxílio para o transporte. Essa modalidade de bolsa não é nenhuma novidade, pois a UFRJ também a possui há muito tempo, comenta o *Entrevistado D* (2009). Dentro das limitações da falta de orçamento da Pró-Reitoria, se inclui esta modalidade de bolsa.

Na UERJ, as bolsas de extensão são em torno de 420. Com estas bolsas são contemplados os projetos que, conforme os eixos temáticos do FORPROEX devem ser submetidos ao Edital e solicitados por docentes e servidores técnico-administrativos. As solicitações devem ser feitas através do Formulário de Cadastramento de Atividades de

Extensão. No Departamento Cultural, há bolsas para os alunos engajados nas atividades, estas bolsas são por projeto e algumas por solicitação do Departamento para suas atividades regulares.

Como podemos perceber, as universidades seguem em primeiro lugar os procedimentos indicados para fomento da extensão, em uma estrutura administrativa universitária já estabelecida e muito uniforme, o Edital, com submissão de projetos com solicitação de bolsa. Os projetos são classificados nas áreas temáticas indicadas no Plano de Extensão Universitária e submetidas a comissões de avaliação dos projetos quanto ao interesse e relevância para a comunidade acadêmica. Os procedimentos peculiares ficam a cargo das Pró ou Sub-Reitorias de Extensão. Por exemplo, as necessidades do apoio aos bolsistas nas atividades do Departamento Cultural na UERJ, ou as necessidades de bolsistas em projetos artísticos ou de apoio às atividades de cultura na UNIRIO, e mesmo a UFF contempla o Projeto CEIM (Centro de Estudos e Iniciação Musical – UFF), com verba direta do PDI.

Todos os dirigentes e assessores falam da dificuldade para o financiamento. A verba é pequena e não contempla a demanda. Os projetos apoiados por outras iniciativas, outros editais e convênios são bem-vindos. O exemplo disso é a Orquestra Sinfônica Nacional da UFF, que sofre com a verba que lhe é disponibilizada, apoio direto do MEC, mas não é suficiente para a manutenção dos instrumentos nem das apresentações. Há outros exemplos relativos à necessidade de apoio para apresentações de teatro, já que os equipamentos, por vezes, precisam ser terceirizados, pois a universidade não dispõe de certos recursos da área cultural. Algumas soluções chegam quando há algum tipo de verba por ingresso, mas não é suficiente para cobrir os custos. Este tipo de apoio financeiro não é o objetivo das universidades que se propõem a difundir a cultura à população, em geral, de baixa renda e que não tem acesso aos bens culturais, assim o ingresso “sempre” está com valores populares. Contudo as universidades continuam buscando promover a cultura, em sua difusão, divulgação e produção, por meio de parcerias e trocas em serviços.

Os entrevistados consideram a cultura além dos ditames do mercado cultural. Não há sintonia entre diversidade e mercado cultural, e sim uma proposta de ser a contramão da cultura “vendável ou consumível” do senso comum. Na UERJ, tenta-se montar as atividades a partir do que pode vir a instigar o público, apresentando, por exemplo, espetáculos com artistas da mídia e espetáculos feitos pelos próprios alunos iniciantes realizando sua primeira montagem profissional. A escolha pela cultura popular é comum em todas as universidades,

contemplar as expressões desconhecidas é outra característica da busca da valorização e diversidade da cultura produzida nos diferentes meios artísticos, acadêmicos e dos espaços da comunidade do entorno.

Ao alcance do projeto aprovado e dos seus participantes, alunos e professores coordenadores, está a bolsa de extensão como principal fomento. É necessário pensar o objeto do financiamento para outras formas de compreensão da cultura no âmbito da universidade. A institucionalização de novos processos para apoiar e desenvolver a cultura devem ser estabelecidos, pois atividades culturais não são frutos somente de projetos acadêmicos ou artísticos. Sabemos das necessidades indiretamente implicadas ao fazer da cultura, tais como equipamentos, espaços, montagens de cenários, de iluminação e outros serviços que movimentam e exigem um fluxo de financiamento não correspondente a uma bolsa pessoal.

Nessa categoria, penso no financiamento como um promotor fundamental para a realização da cultura, mas não podendo estar restrito á distribuição de bolsas. É preciso que seja ampliado além do âmbito do projeto em si, e encontrar-se, inclusive, com as atividades dimensionais da cultura que não se enquadram em um formato específico da estrutura universitária. Como contemplar essa proposta?

#### 3.3.4 Dimensão da Participação da Juventude

Compondo esta categoria as informações destacadas são orientadas pelas seguintes questões: como pensa a inserção da juventude e quais os modos de inserção da mesma, se há demanda da juventude para área cultural; como se realiza a participação dos jovens universitários nas propostas de cultura na universidade; se a cultura é entendida como eixo de formação educativa para cidadania, como acontece. Como eixo reflexivo, estarei trazendo a questão da interlocução dos jovens com a área da cultura na universidade: há propostas “dialogizada” entre os dois grupos?

Na UFRJ, a participação da juventude está diretamente implicada na inserção nos projetos de extensão. A preocupação com a formação volta-se para a continuidade na ação em que o sujeito aluno esteja envolvido. Não há preocupação com eventos localizados, a questão é a continuidade. Na UFRJ, as ações voltadas para a política de extensão buscam contemplar a questão do amadurecimento enquanto atividades consolidadas de forma a trazer a mudança em seu processo de desenvolvimento das ações. Por exemplo, o Projeto Mar (citado no item

4.3.1 deste trabalho). Desta forma, os eventos precisam ganhar um suporte mais elaborado por parte dos estudos acadêmicos. O evento é considerado uma possibilidade de formação, sem dúvida. Nele, identifica-se a atuação no momento, mas não como pode ser avaliada a continuidade daquela ação. Então, a preocupação está voltada para a formação continuada, não localizada no evento, mas no que a participação no projeto do evento proporcionou de conhecimento ao aluno participante. Na UFRJ, os eventos têm público direcionado, em sua grande maioria. E depende muito do que está sendo oferecido. Na história de extensão, vimos que o quantitativo de público atendido na década de 80 era grande, havia atividades que atendiam cerca de 3.000 (três mil) pessoas. Hoje a diversidade de eventos faz com que essa característica mude. Mas há o público que frequenta, por exemplo, a Casa da Ciência em horários alternativos.

Quanto à participação da juventude e seu modo de inserção, é feito pelo engajamento na extensão. Não soube se há outro modo de inserção.

Na UFF, a área de cultura se direciona com maior intensidade para as atividades do Centro de Artes, incluindo a responsabilidade da programação do Cine-Arte UFF, do teatro, exposições nos espaços do Centro, música e projetos especiais.

A participação dos alunos, conta a *Entrevistada C* (2009), é irregular em relação às programações. Algumas iniciativas, como um projeto de exibição de filmes pela tarde, têm um público cativo e os alunos da universidade costumam participar. Os projetos também podem ser direcionados por interesse de algum curso, e a participação é grande. Ainda não se verificou a participação dos alunos por interesse envolvendo certificações para atividades acadêmicas complementares. O público que frequenta o cinema é um público diferenciado, justamente pela proposta de o cinema não promover uma cultura de massa. Há algumas exibições de filmes que estão entrando no grande circuito, mas, de um modo geral, os filmes são mais voltados para a reflexão, envolvendo linguagens do cinema que não são as dos a que assistimos no grande circuito. Por essa característica, a *Entrevistada C* (2009) comenta ser o espaço bastante frequentado nos finais de semana, porque o público da UFF já sabe desta perspectiva formativa. Essa referência de público serve para as demais atividades. Mas esse público do final de semana compõe-se da comunidade externa, não propriamente dos alunos da universidade. Ao mesmo tempo considera o envolvimento do público ainda muito baixo, e há necessidade de formação de platéia. E acredita que seja uma constante busca da criação da cultura de vir aos espaços culturais para assistir a uma programação diferenciada e a produzida pela indústria cultural.

Os alunos do curso de artes costumam freqüentar o centro e as atividades com maior estabilidade. Os demais alunos envolvidos nos projetos de extensão em cultura também têm frequência regular. E há demanda dos alunos para utilizar os equipamentos e o espaço para realização de atividades que eles mesmos elaboram. Todos os entrevistados envolvidos concordam que a cultura na universidade agrega valor à formação.

Quanto a outros modos de inserção, que não sejam via extensão não obtive informação.

Na UNIRIO, a concepção sobre a participação se dá na perspectiva da compreensão de ser esta dinâmica formação cultural, ou seja, obter a cultura da cultura da participação, e entender que o espaço universitário é um lugar mais do que somente de ensino. E que este movimento é uma cultura institucional, e como cultura ela é demorada em sua formação, relata o *Entrevistado D* (2009), sobre a cultura na universidade e a formação,

[...] isso está possibilitando a universidade não ser um lugar onde a pessoa vá só pegar o conhecimento específico da sua área de formação mas ela é na realidade um lugar onde as pessoas vão ter outras formações. [...]. É dar essa marca da universidade ser uma universidade comprometida com as demandas sociais com a construção de uma cidadania cultural dentro da universidade. Que o aluno saia daqui não só formado na sua área de conhecimento mas agregado nas áreas que dizem respeito a Pró-Reitoria de Extensão, com um enorme *plus* que a cultura propicia em termos humanísticos para esse ser humano e com a atividade de extensão.

Os relatos permitem observar que, na UNIRIO, trabalha-se a cultura direcionando a determinado público. Mas também encontram dificuldades, como por exemplo, quando da realização do evento Fórum de Psicanálise e Cinema, que é um projeto antigo da universidade, é uma dificuldade para conseguir público, apesar de realizar uma série de ações para divulgação. Mais recentemente se tem percebido que o evento está lotando nas suas edições. Então acreditam que já esteja com uma formação de platéia.

O *entrevistado E* (2009) argumenta que o aluno artista, quando atua em uma peça, ele se modifica na sua formação, comenta “[...] até a escolha da próxima peça que ele vai fazer se modifica completamente, então pode não ter um impacto naquele trabalho naquele momento, mas tem um impacto enquanto cidadão, enquanto artista, enquanto aluno, a formação dele, eu vejo que faz diferença”. A formação acontece intrínseca à participação do aluno nos projetos de extensão, relata o *Entrevistado F* (2009), “[...] com relação à formação se tem uma integração com os outros no projeto, nós temos depoimentos de alunos, emocionantes, falando como eles tinham se transformado no fato de estarem em projetos artísticos e projetos

de extensão”. E ainda, o *Entrevistado F* comenta que algumas seleções no mercado [empregabilidade] estão exigindo que o candidato tenha realizado alguma experiência em atividade extensionista ou na área artística, e acredita que esta experiência agrega um valor diferencial ao profissional. A formação pode ser realizada por meio de palestras ao final das atividades artísticas ou culturais, por exemplo, uma palestra após um espetáculo, experimentando inclusive o quanto a platéia sugere em termos de pensamento sobre o que foi suscitado na atividade cultural, ou na obra artística apresentada. E considera que é difícil mensurar a influência das atividades culturais à formação, é uma vivência intrínseca ao sujeito, mas que, de alguma forma, fará diferença.

Voltando à participação, consideram uma conquista: é uma conquista do projeto cultural da UNIRIO, e deve ser visto como uma conquista institucional. Para tal, é importante trabalhar a política de criação de espaços de convivência, pois as pessoas devem vir à universidade para além do ato de trabalhar ou estudar, e ultimamente se tem percebido que as pessoas estão “começando a vir e a ficar”, comenta o *Entrevistado D* (2009).

Outra ação importante na divulgação é a existência de um sistema de mala direta com cadastro do público dos eventos, e este cadastro está direcionado aos públicos específicos, o que vem a facilitar o contato e a divulgação. Além disso, as parcerias são outro canal de formação de público e da cultura da participação, por exemplo, os *entrevistados D e E* citam o trabalho conjunto da Coordenação de Comunicação para a exibição de um filme direcionado aos alunos de história. Foram chamados os professores, compareceu um público grande. Consideram que ocorreram avanços em relação às experiências dos anos anteriores, em que nos eventos tinham 4 (quatro) ou 5 (cinco) pessoas assistindo.

Para desenvolver cultura na universidade e ter presença é necessário ter qualidade nas atividades e ganhar a confiança das pessoas, pois estas passam a identificar “[...] tem coisa boa ali à tarde” (*Entrevistado E*, 2009), e criam o hábito de estar presente no programa que é alternativo. Então, é uma questão de conquista via formação e que acontece gradativamente, de forma lenta, mas que tem acontecido positivamente.

Na formação do aluno artista, considera o *Entrevistado E* (2009), que ocorre um impacto profundo, pois

Ele sai de um espaço fechado, que no caso a zona sul, dentro de um teatro, por exemplo, e ele vai para uma comunidade, o local, o chegar, o apresentar para aquelas pessoas tem um impacto transformador, nas pessoas porque é uma fruição de uma obra artística, mas tem o impacto nesse aluno, nesse artista. Que estabelece uma relação completamente diferente com a interlocução com a comunidade. Então eu acho que a experiência transformadora ela não é só na comunidade, eu vejo o

quanto os nossos alunos aqui vivenciam esta transformação, porque a gente está situado na zona sul do Rio de Janeiro.

Esta atuação e forma de relação são caracterizadas pelo *Entrevistado D* (2009), como “profundamente extensionista”, pois relação estabelecida no espaço de atuação na extensão cria mecanismos de diferenciação para o aluno em qualquer local que se encontre.

A cultura na universidade pode contribuir para a formação inteligível dos alunos, seja do futuro juiz, seja do médico. Se a universidade tem um projeto cultural claro e um profissional se expôs a esse projeto, realiza-se a ênfase na aprendizagem, comentam os *Entrevistados D e E* (2009), pois quando esse aluno vai realizar sua profissão, o juiz, por exemplo, se ele entendeu os vários matizes culturais, ele irá perceber o que significa especificamente para uma determinada cultura uma transgressão, e na hora em que estabelecer os atenuantes levará em consideração o que significa especificamente para aquela cultura aquele atenuante, ele poderá agregar o valor da aquela comunidade ou não. Essa capacidade inteligível pode ser vivenciada na formação pessoal do sujeito que passa pelas atividades culturais na universidade.

Essa perspectiva de pensar a cultura como contribuição à formação é bastante clara, na UNIRIO. A questão da inserção do aluno está relacionada às atividades extensionistas oferecidas e vivenciadas neste espaço. Não soube de outro modo de inserção.

Na UERJ, pude observar que a inserção do jovem ocorre a partir de diversas naturezas e é apoiada pela extensão. Em primeira instância, como nas demais universidades, ocorre a participação através de programas e projetos de extensão da área cultural, via bolsas para atividades diferenciadas, tanto nos próprios projetos extensionistas como nos de cultura. Os projetos das diversas naturezas, considerados pela *Entrevistada G*, são encontros, eventos e apoio com verba para a produção de material de divulgação, incluindo grupos de estudantes com seus pequenos projetos<sup>81</sup>.

Para garantir público, tem sido feito um esforço de trazer atrações interessantes e se tem conseguido resposta, por exemplo, a peça Hamlet com a presença do artista Wagner Moura, a um preço popular, garantindo teatro com entrada esgotada. Quanto à participação do público jovem, a *Entrevistada G* comenta que estes têm participado, pois os espetáculos realizados no teatro são gratuitos. Há uma negociação com relação aos valores pagos aos artistas e ao preço popular. E os espetáculos são abertos para toda a comunidade interna e externa. A comunidade do entorno é usuária desses espaços.

---

<sup>81</sup> O *Entrevistado G* considera como pequenos projetos atividades que não estão diretamente cadastradas ou relacionadas à extensão e a cultura. São projetos independentes realizados por estudantes.

Quando se realizam atividades a um público direcionado também não é fechado, fica aberto para quem da comunidade interna ou externa desejar participar. Para as atividades de cultura procura-se direcionar, sim, a um público determinado, a uma unidade acadêmica que esteja com a temática mais aproximada, e a frequência varia muito pelo interesse do público.

Na UERJ, observa-se que há uma demanda para a troca de participação do aluno por carga horária de atividades complementares do currículo, mas isso não é uma prática constante, depende do interessado e não da atividade que está sendo oferecida em si. Geralmente os jovens de “dentro” da universidade participam.

A contribuição da cultura na universidade identifica-se com a possibilidade de desenvolver projetos, respeitando a diversidade de linguagens, comenta o *Entrevistado G* (2009), “sem restrições de qualquer tipo de eixo da cultura: artes e outros. Entendendo a cultura na sua dimensão ampla de aplicação – divulgação, difusão, produção, consumo, formação de público, formação acadêmica”.

Contribuindo na formação, as Universidades vêm buscando, através do programa Cultura Viva do MinC tornarem-se Pontão de Cultura<sup>82</sup>. Alguns entrevistados entendem esse modo de inserção dos participantes como sendo uma possibilidade que contribui para a formação humanista, pois os alunos e outros participantes terão a oportunidade de vivenciar os modos do fazer cultura com mais propriedade. Estarão em contato com a diversidade de linguagens, expressões e manifestações, empoderando-os da vivência social, e as dimensões contidas para sua existência da igualdade nos seus fazeres cotidianos.

Os estudantes jovens universitários procuram apoio na extensão para as suas atividades nas suas mais variadas formas de expressão, não somente para atividades relacionadas à cultura, mas em eventos acadêmicos, eventos de entretenimento e divulgação das suas atividades, também de iniciação artística. Alguns entrevistados relatam que o apoio também é solicitado para passagens, produção de filipetas, cartazes, espaço.

Não consegui identificar a participação dos jovens universitários vindos a partir de uma dinâmica de interlocução da extensão com os mesmos. Não obtive relato sobre este tipo de vínculo. Fato que me preocupa, pois se limita o entendimento da participação ao que é ofertado e não ao que talvez fosse proposto pelos jovens universitários, mas este será um novo

---

<sup>82</sup> Os Pontões de Cultura são o agrupamento dos Pontos de Cultura de uma determinada localidade. A proposta pretende que sejam espaços culturais que serão geridos por consórcio. Estes pontões recebem apoio financeiro para o desenvolvimento de suas programações que devem ser integradas, para aquisição de equipamentos e de adequação de suas instalações físicas. O financiamento está previsto ser em parcerias com diversas naturezas de organizações. Tem como missão articular atividades e ações entre os pontos de cultura que o compõem.

campo para estudos. Já que não consegui informações e nem campo para lidar com esta questão, que considero de extrema importância na efetividade da cultura na universidade. Então não pude verificar a existência de propostas dialogizadas entre extensão e juventude universitária. De modo a limitar o campo de estudo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS: COMEÇANDO UM TEMPO...

Como venho demonstrando no decorrer do trabalho, a cultura não é um fazer somente de expressões e manifestações de um povo, ela é instituída por um povo, via a interação dos diferentes grupos sociais que o compõem, e em constante interação escrevem as suas histórias. Histórias das relações sociais, econômicas e políticas, desenhando sua memória<sup>83</sup>, Preservar significa *culturar*<sup>84</sup>, e nesse contexto as linguagens são a arena das interlocuções e realizações sociais, políticas e econômica. Não me preocupa o grau de imposições ou referências estruturais, mas sim como estas se dão.

E assim, trago em evidência que a cultura na universidade não pode estar restrita à realização de atividades isoladas com sendo representações da cultura, pois compreendo que a capacidade de empoderamento social da mesma deve contribuir para formação da juventude.

Para além dos determinismos localizados nas dificuldades das trajetórias e pertencimentos particulares da dinâmica de cada universidade em seu escopo de compreensão do *fazer* extensionista, trago uma discussão que busca agregar valor aos sujeitos das comunidades em que estão inseridas as propostas e práticas da política cultural na universidade.

Enquanto o MinC pensa a universidade como um dos *locus* para realização do projeto social por meio do desenvolvimento cultural, a própria universidade ainda não se reconhece portadora desse discurso

Podemos identificar no Plano Nacional de Cultura<sup>85</sup> a incorporação do *fazer* da universidade; ora identificada como agente, ora como promotora, ora como parceira para implantação e efetivação de políticas, estratégias e ações na área cultural,

Na tentativa de categorizar esses diferentes itens e interrelação com as propostas vigentes, elaborou-se a tabela síntese e apresento a seguir:

---

<sup>83</sup> Faço somente uma referência a memória, apesar de não ser objeto neste estudo, mas a relevância da mesma para a compreensão da *cosmovisão* dos sujeitos sociais em relação ao seu presente, futuro é fundamental.

<sup>84</sup> Entendo o termo no sentido de estar em constante dinâmica de interrelação cultural, o passado, o presente e o futuro interagindo na subjetividade proporcionando um ir e vir de reflexões sobre a condução da própria existência do coletivo e as formas que escreveu a história que vive. O presente como respostas do passado ou o passado como respostas do presente, não necessariamente determinantes, mas constantemente em interlocução nas ações e decisões dos sujeitos em sociedade.

<sup>85</sup> O PNC referido é a primeira versão documento produzido em 2007, onde apresenta as diretrizes gerais.

Tabela 3 – Itens referentes à Universidade

<b>Aspectos destacados no PCN</b>	<b>Plano Nacional de Cultura / universidades</b>
	Participação das universidades no processo de elaboração do PNC
<b>Desafio para políticas públicas</b> <b>Item: identidades e redes socioculturais</b>	<b>Item: Tornar a música popular brasileira um elemento dinamizador da cidadania e da economia</b> <i>Universidade deve:</i> Fortalecer o circuito de festivais de música
	<b>Item: Reconhecer e apoiar as expressões e o patrimônio cultural afro-brasileiro</b> <i>Universidade deve:</i> criar estratégias para equiparação de oportunidades para negros e brancos, e garantia de acesso e inclusão de negros nas universidades
<b>Item: políticas gerais</b>	<b>Item: Fortalecer a esfera autônoma da crítica como elo indispensável na dinâmica cultural</b> <i>Universidade deve:</i> colaborar para ampliar o espaço de crítica.
<b>Propostas e diretrizes de ações</b> <b>Item</b> <b>1  Preservação e valorização do patrimônio artístico e cultural</b>	Item 1.8: <i>Universidade deve:</i> participar como ator para Incentivar a aproximação entre as ações de promoção do patrimônio dos órgãos federais, estaduais e municipais de cultura
	Item 1.12: <i>Universidade deve:</i> Fomentar a pesquisa, o registro e a preservação das práticas socioculturais, espaços de memória.
<b>Item</b> <b>2  Estímulo à reflexão sobre as artes e a cultura</b>	Item 2.8: <i>Universidade deve:</i> ator para realizar o inventário das línguas faladas no Brasil. Realizar o estudo e pesquisa das línguas indígenas, afro-brasileiras e variantes regionais do português.
	Item 2.9: <i>Universidade deve:</i> participar das políticas de formação de pesquisadores e núcleos de pesquisa sobre as manifestações afro-brasileiras nas universidades públicas e privadas.
<b>item</b> <b>3I Fluxos de produção e formação de público</b>	Item 1.8: <i>Universidade deve:</i> participar como ator nas parcerias para promover o incentivo e apoio a inovação e a pesquisa tecnológica no campo artístico e cultural.
	Item 1.13 : <i>Universidade deve:</i> Parceiras com para estimular o reconhecimento das práticas artísticas e culturais populares, a exemplo do mamulengo e do cordel. Legitimar a atividade profissional dos mestres de ofícios por meio do título de “notório saber”.
<b>1  Capacitação e assistência ao trabalhador da cultura</b>	Item 1.3: <i>Universidade deve:</i> ser ator das parcerias para o aprimoramento contínuo de cursos voltados à formação de gestores de instituições e equipamentos culturais.
<b>2  Estímulo ao desenvolvimento da economia da cultura</b>	Item 2.4: <i>Universidade deve:</i> parceira para Instituir programas de incubadoras de empresas culturais
	Item 2.21: <i>Universidade deve:</i> participar de parcerias para o desenvolvimento, absorção e apropriação de materiais e tecnologias de inovação cultural.
	Item 2.24: <i>Universidade deve:</i> ator na promoção da articulação da crítica contribuindo para a formação de inovações.

Fonte: O autor, 2009

Nesse interjogo das políticas esperadas pelo PNC e as tentativas da universidade em correspondê-las aparecem às dificuldades e as tentativas para minimizá-las, onde a universidade deve descobrir novos fazeres e práticas políticas e gerar novos conhecimentos e tecnologias.

Não discordando diretamente dessas políticas, cabe interpelar sobre qual serão os condicionantes econômicos e sociais para efetivar essas políticas. É o momento de pensarmos com maior profundidade na questão e verificar no que as universidades, em suas condições atuais, são capazes de responder a estas propostas. Na pesquisa, identifico as propostas do MinC para as universidades como projeto colaborativo para o desenvolvimento cultural no país, haja visto às condições em que se movem estas universidades com seus projetos peculiares para desenvolver cultura nas universidades.

A estreita relação das políticas públicas de cultura com os fazeres da universidade, embora consonantes na área cultural, demonstram a tensão que experimenta a universidade em corresponder aos projetos do governo e aos projetos de uma sociedade mais justa e igualitária no que tange as definições e instâncias incumbidas de realizar a cultura na universidade.

De modo geral, muito recentemente, os interesses tanto do governo quanto da universidade, na área do desenvolvimento cultural, tendem a ser convergentes.

Conforme nos relatam os entrevistados e os esforços identificados nas ações do FORPROEX, do MinC e mais recentemente do MEC, por meio de negociações e de documentos efetivados, o fazer extensionista em cultura começa a receber suporte financeiro e legal. Até então, os fazeres da universidade não apresentavam uma repercussão tão favorável ou mesmo de expressão aos apoios e às atividades da área cultural na extensão.

Esse *momento favorável*<sup>86</sup> é um dos marcos na trajetória do desenvolvimento cultural na universidade, e vem a contribuir para escrever uma página diferenciada na história, tanto da extensão como da concepção de cultura na universidade. Há possibilidade de uma nova concepção para que a cultura possa ser entendida a partir de sua capacidade mediadora de todos os processos disparados para a formação integral do sujeito e cidadão humano, e não somente para atingir a objetivos isolados de reconhecer a cultura como fragmentada nas instâncias do ensino, da pesquisa e mesmo da extensão. A cultura deve permear toda a formação, sendo um eixo de valor mediador e não um elemento a mais, ou um eixo de sustentação da universidade. A cultura se faz no dia a dia e é instituída pelos sujeitos que a vivenciam como forma de resguardar seu passado, valorizar sua memória, refletir sobre ele e as condições que se vive no presente.

Não se trata de romantismo no resgate dos sujeitos como único ator capaz de manter e criar as trajetórias da cultura, mas de entender que esse sujeito, em condição relacional,

---

<sup>86</sup> Considero as dinâmicas das lutas dos atores comprometidos e envolvidos com o desenvolvimento cultural dentro da extensão e na universidade como um todo, se fazendo representar nas instâncias governamentais.

presente em grupos e constantemente reconstruindo suas instituições, é capaz de mudar o curso das histórias instituídas. Nesse contexto, é compreensível pensar na *Cultura das culturas*, não como marcos isolados por grupos e seus interesses, mas pelo conjunto dos grupos, instituindo poderes e reconstruindo trajetórias.

Hall (2003) reconstrói a noção do circuito da produção capitalista podendo ser interpretada de várias maneiras pelos teóricos mais modernos da ideologia, e insiste em contrapor a noção de ideologia fundada a partir de uma relação fixa e inalterável entre o econômico e como este se expressa ou se representa nas idéias.

Os críticos mais modernos tentam romper a noção de determinação econômica sobre a ideologia realizando trabalhos recentes sobre a natureza da linguagem e do discurso. A linguagem passa a ser representada no pensamento, onde a ideologia é gerada e transformada. Assim, a linguagem não é fixada e sim compõe significados diferentes e “multireferencial”, construindo diferentes significados em torno do fenômeno em constante estado de relação social (HALL, 2003, p. 262). Desta forma, o entendimento sobre ideologia se desloca para ser compreendido como “todas as formas organizadas de pensamento social” (HALL, 2003, p. 251).

Ora, se o constructo do pensamento pode ser construído a partir da linguagem estabelecida ideologicamente entre os sujeitos na natureza da prática e da teoria, a cultura não pode mais ser vista dentro da universidade como um mero lugar de algo a mais na vida dos jovens universitários e muito menos restringir seu papel de mediadora da e na formação. A presença ideológica a partir do conjunto dos sujeitos em suas práticas e teorias está além de uma estrutura hoje criada na universidade.

Face ao exposto, cabe promover novas propostas para estrutura universitária<sup>87</sup>. Outra forma de reorganização/ reestruturação da cultura dentro da universidade poderia ser considerada a partir desse pressuposto: nas relações sociais as representações dos sujeitos ocupantes de lugares sociais tomam consistência dentro do grupo social em uma relação particular com o processo escrevendo as identidades sociais.

Não há como definir qual eixo do tripé da universidade será o gerenciador e proponente das ações culturais na universidade. A Extensão em todo seu campo do *fazer* para realizar a política cultural da universidade acaba por se tornar a condutora da concepção. De todo não é inegável a extensão como o lócus desse fazer e também de ser o sistematizador,

---

<sup>87</sup> Visto alguns problemas e dificuldades para realização do desenvolvimento cultural estar diretamente localizado nas amarras da estrutura universitária atual e a concepção da mesma sob a égide do conhecimento técnico sobre o conhecimento humano.

visto sua função dentro da interação ensino-pesquisa-extensão, mas também não pode ser responsabilizada somente como a proponente. De certo que os programas e projetos emanam do ensino e da pesquisa, mas como articular melhor a interlocução com a extensão, não sendo somente [estes programas e projetos] representados como produtos, mas e principalmente, como equipamentos da formação mediados pela cultura. O entendimento da cultura na universidade não poderá estar vinculado somente ao contexto da produção, ou da difusão ou da preservação. Mas da interlocução com a subjetividade dos jovens que ali vivenciam um projeto educacional<sup>88</sup>.

Uma das dificuldades de promover mudanças estruturais diz respeito aos próprios processos inerentes à burocratização e a estruturação da universidade. Isso pode ser até considerado a partir da própria função da universidade frente à representação da mesma dentro da sociedade.

Pode-se analisar também que estas dificuldades são vivenciadas na medida em que os registros dos documentos estruturantes de suas ações, tais como PDI, Resoluções, Formação de Conselhos, Câmaras, não estão regularmente em funcionamento e, em alguns, não deixam claro os princípios e as finalidades com relação à política cultural adotada. Nesses documentos, também, não estão expressos o modo que serão oficialmente realizadas essas ações.

No PDI registra-se a atividades em si que representa o desenvolvimento cultural na universidade, é o caso da UFF. O PDI de casa universidade orienta a realização da política cultural nos âmbitos da difusão, divulgação e promoção, por intermédio da realização de atividades diretamente relacionadas à produção vinculada à pesquisa e ao ensino, e não estabelecem como e quais programas irão fundamentar esta ação.

Os lugares das práticas de cultura estão diretamente relacionados à extensão a partir das atividades por meio da área temática Cultura do FORPROEX, ou na maneira como a universidade pensa a cultura na instituição. Isso se mostra óbvio dentro das atuais estruturas oferecidas para dar lugar à cultura na universidade, no entanto, duas questões emergem desta discussão: Será que a extensão é o único lugar para o desenvolvimento e realização da política cultural? A cultura deve ser elaborada somente no âmbito dos programas e projetos acadêmicos?

---

<sup>88</sup> Um projeto educacional é muito mais do que aprender sobre o conhecimento específico da sua área de formação profissional. Um projeto educacional deve contemplar a formação humanista e o entendimento da sua profissão contextualizada à cultural da sociedade a qual o sujeito pertence.

Podemos dizer que a partir da estrutura e do princípio de funcionamento da universidade pautada na indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão<sup>89</sup>, ainda é muito forte o entendimento dos gestores que a cultura é uma parte isolada e desconectada dos programas, das pesquisas e do cotidiano da formação dos jovens, pois é voltada para o campo da produção do conhecimento tecnológico. A luta é pertinente e tensa. Então verificamos que desenvolvimento cultural está diretamente relacionado ao fazer dos eventos e de manifestações, expressões, apresentações e exposições que dizem respeito ao campo das artes e seus diversos matizes. Esse campo é extremamente válido para promover o “pensamento cultural”, para trazer os questionamentos sobre a vivência e a experiência do fazer humano, porém não basta um resgate somente no campo das ideias, é necessário mostrar onde este campo das ideias se aproxima de modo interrelacional com a cultura dos sujeitos sociais e os seus *fazeres* determinam e direcionam práticas políticas, econômicas e mesmo de segregações, exclusões e *indiferenciações* sociais. Precisamos enfrentar os desafios do projeto de universidade que responde a demandas imediatas da sociedade e dos governos em suas vigências.

A institucionalização das práticas que estão além das propostas colocadas somente por meio dos Planos de Desenvolvimento Institucional das universidades, pode ser um caminho para se garantir a falta da instabilidade gerada na universidade e definir sua função que fica a mercê de práticas isoladas por interesses grupais. Nesse sentido, cabe destacar como louvável é as edições do Edital ProExt Cultura (Edições: 2007, 2008, 2009), porém insuficiente para criar políticas públicas para universidade que possam, pelo menos, vir a mudar as concepções das práticas culturais nas universidades, e salvaguardar sua relevância aos objetos de ensino-pesquisa-extensão.

Um ponto que denuncia a lacuna de se pensar novas estruturas para realizar a cultura na universidade é perceptível por meio da dificuldade em como efetivar a integração das atividades propostas e o apoio às mesmas. As propostas são consideradas relevantes a partir dos critérios extensionistas já muito bem definidos no Plano de Extensão Universitária, mas como integrar outras iniciativas que não estão dentro da extensão?

Uma nova tecnologia poderia surgir em termos estruturais, por exemplo, a mobilização dos jovens universitários para gerir suas próprias práticas para o desenvolvimento cultural, sendo gestores e proponentes. Esse formato hoje é impossível na

---

<sup>89</sup> Apesar do momento favorável e da busca por uma reconstrução dessa concepção fortalecida, em particular do reconhecimento da extensão como lugar da interlocução social de relevância para a formação integral de viés humanista.

estrutura universitária, pois alunos não podem ser proponentes de práticas não vinculadas aos programas e projetos de extensão, são necessários professores responsáveis para desenvolver qualquer ação. O aluno hoje não pode ser responsável por seu projeto, ele precisa do coordenador na figura do professor.

A atual estrutura para realizar a política cultural na universidade restringe as ações e a criação de novas propostas. Então como integrar novas estruturas às existentes na Extensão? A Extensão, utilizada somente como registro e apoio financeiro por meio de bolsas, não consegue responder a uma demanda diferenciada que surge no cotidiano da universidade.

A extensão precisa ser capacitada para, além de executar muito bem o seu papel de captadora dos registros das ações classificadas como extensionistas, é preciso estabelecer critérios para o acompanhamento e avaliação constante das atividades culturais. O processo de acompanhamento das ações culturais deve ser revistos, pois não basta o registro e a divulgação sobre a finalização do projeto para qualificar e analisar a extensão da efetiva mudança provocada pelos projetos desenvolvidos. Essa é mais uma das dificuldades que precisamos nos debruçar no contexto da cultura desenvolvida na universidade.

Os registros estão sendo feitos, o que já demonstra a grande capacidade de organizar essa área cultural, mas precisamos dar maior visibilidade e legitimidade aos projetos criando os meios para acompanhar e critérios para avaliar a extensão da repercussão dos mesmos, tanto no que diz respeito aos projetos que estão diretamente vinculados ao impacto social quanto para os que são de natureza estritamente artística. Mesmo que não tenhamos como medir a extensão do produto atingido através das manifestações e expressões artísticas em sim, mas temos como realizar entrevistas aos participantes, contabilizar público, analisar o quantitativo de platéia atingida em determinado tempo/espaço da realização de um projeto contínuo [como as exposições, exibições de filmes, e outros].

As universidades estudadas apresentam seu sistema de registro de dados, porém apresentam dificuldades para realiza o acompanhamento e as avaliações necessárias, não conseguindo ainda estimar a dimensão das ações desenvolvidas. Esse desafio não passa somente por questões de vontade política passa também pela objetividade nos processos administrativos e técnicos, e que por vezes não possuem apoio financeiro para sua realização. É preciso estender os apoios para além das bolsas fornecidas aos alunos.

A perspectiva do acompanhamento e a avaliação dos programas e projetos precisa ser construída nas universidades, pois se apresenta como desafio.

Um outro aspecto a destacar se trata das universidades não conversam entre si para buscar novos tipos de apoio, mas isoladamente buscam resolver a busca por apoio encaminhando-se para editais ou fora deles. O alcance do edital do ProExt Cultura, nesta questão foi relevante, pois veio mostrar que ações conjuntas podem trazer melhores resultados para todas as universidades. Mas há, também, a questão das universidades serem Pontões de Cultura<sup>90</sup> e outras não, como é o caso da UFRJ, com o funcionamento do Pontão de Cultura Digital da Escola de Comunicação (ECO).<sup>91</sup> Apesar de ter o objetivo voltado para atendimento em rede em colaboração aos demais pontos de cultura, a iniciativa é localizada em uma única universidade e seu objetivo de “ser um pontão de cultura”. Estas iniciativas são válidas, porém marcam ainda a individualidade das propostas, realizando uma política macro e não uma política cultural da universidade promotora da interinstitucionalidade da interlocução para propor mudanças na estrutura universitária, tanto nas suas relações internas quanto externas às comunidades.

A questão não é avaliar o quanto as iniciativas isoladas são mérito ou alcance de objetivos das universidades estudadas, mas repensar como fica a construção de uma política macro que garanta a sobrevivência desse esforço? Esse esforço não deve identificado somente como uma época “boa” vivida naquela universidade e sim, agregar valor institucional sendo contemplado no seu PDI, transpondo a esfera de uma determinada gestão e se mantendo como um ganho real, contínuo àquela comunidade universitária do presente e do futuro que por ali realizar o seu projeto de formação.

---

<sup>90</sup> “O **Programa Cultura Viva**, do Ministério da Cultura (MinC), assume a cultura, a educação e a cidadania, enquanto incentiva, preserva e promove a diversidade cultural brasileira. Por meio da **Secretaria de Programas e Projetos Culturais**, o MinC. Em 2004 inicia a implantação dos **Pontos de Cultura**, com a missão de *desesconder* o Brasil, reconhecer e reverenciar a cultura viva de seu povo. O **Programa Cultura Viva** contempla iniciativas culturais que envolvem a comunidade em atividades de arte, cultura, cidadania e economia solidária. Essas organizações são selecionadas por meio de edital público e passam a receber recursos do Governo Federal para potencializarem seus trabalhos, seja na compra de instrumentos, figurinos, equipamentos multimídias, seja na contratação de profissionais para cursos e oficinas, produção de espetáculos e eventos culturais, entre outros. No programa **Cultura Viva** vamos experimentar uma outra alternativa, o **desenvolvimento por aproximação** entre os **Pontos de Cultura**. Nossa idéia é a de que a troca, a instigação e o questionamento, elementos essenciais para o desenvolvimento da cultura, aconteçam num contato horizontal entre os Pontos, sem relação de hierarquia ou superioridade entre culturas. o **Ponto de Cultura** como espaço de sedimentação da macro rede **Cultura Viva** - de organização da cultura em nível local e de mediação na relação entre estado e sociedade e entre outros Pontos, constituindo redes por afinidade; a **Cultura Digital** como um instrumento de aproximação entre os Pontos, que desencadeia um novo modo de pensar a tecnologia, envolvendo generosidade intelectual e trabalho colaborativo” (MinC, 2007, p. 01).

<sup>91</sup> Este Pontão de Cultura iniciou suas atividades em janeiro de 2009. Sua produção em multimídia tem o objetivo de promover e apoiar tecnicamente e conceitualmente a rede de Pontos de Cultura do Estado do Rio de Janeiro, e articular com a rede nacional dos Pontões de Cultura digital.

No que tange às propostas do MinC, as universidades estudadas tem buscado responder às demandas da área cultural de diferentes formas, o que depende da sua capacidade de atendimento, das peculiaridades administrativas e do tipo de demanda.

Cada qual conta com características próprias de compreensão e realização da promoção e identificação artística e de forma criativa lidam com as dificuldades do cotidiano, que vão desde a falta de pessoal, falta de verba, falta de estrutura física, falta de institucionalidade do reconhecimento da cultura como mediadora da formação, falta de público/ formação de platéia, falta de equipamentos e gestão dos mesmos<sup>92</sup>, até a, e mais problematicamente, a concepção de cultura representada no dia a dia pela comunidade da universidade.

A cultura, como projeto elaborado com a finalidade dos princípios da diversidade e igualdade social, pode correr o risco de ser reduzida, de forma simplista quando da realização de um projeto de sociedade diferente. Alguns cuidados são necessários considerar para que isso não venha a ocorrer, pois este projeto é de valia fundamental na busca da justiça social e de uma sociedade mais humana. Se trata de considerar a cultura não somente como condutora de projetos sociais para transformação social, ela é identidade, mais ampla, é condutora de intencionalidades que trabalham na esfera da *intersubjetividade*, portanto as garantias de que vai realizar um projeto de sociedade, será contraditório por não conferir o grau de incerteza à proposta. Como todo projeto as intencionalidades estão presentes é óbvio, mas a garantia de como este projeto será realizado é inexplicavelmente real. A reflexão sobre a incerteza e as propostas advindas dos *interjogos* entre os sujeitos atores dos processos será visualizada pela metáfora do rizoma. Desta forma corremos o risco de reduzir os grandes projetos ao descuido da percepção de que eles são conduzidos por sujeitos. Essa será uma grande discussão na universidade. Arrolar quem e como as articulações serão tecidas no cotidiano, nos *interjogos* das intencionalidades, e daí surgirem as possibilidades de ruptura com amarras estruturantes e desenhar outras metodologias mais coerentes e adequadas aos novos projetos culturais que podem surgir dentro da universidade como um todo.

Isso nos remete a pensar no seguinte: Se a cultura é instituída na sociedade, como fazer para que ela seja um fator para mudanças da condução social? Se esta é a concepção de cultura para as universidades, então é preciso formalizar de maneira mais consistente seus mecanismos reguladores e apresentar a real intenção dos mesmos, pois não é isso que os documentos apresentados nas universidades vêm possibilitando.

---

<sup>92</sup> Deixo claro que essas dificuldades não são diretamente iguais nas universidades. Elas se apresentam de natureza intensificadas em áreas diferentes em cada uma, por exemplo, a UERJ apresenta equipamentos e usa-os com o melhor aproveitamento que pode fazer dos mesmos, mas já a UNIRIO carece destes equipamentos e luta para conseguí-los.

Penso que o caminho teórico é favorável para esta condução, desde que ela não se restrinja a cultura de projetos localizados, deve ser o da construção da permanência de uma *tensão cultural*, presente nas discussões e podem estar no âmbito da universidade como um todo. A *tensão cultural* demonstrada a partir dos Estudos Culturais transcende as concepções transdisciplinares realizadas atualmente nas universidades.

Esse tipo de registro reguladores das políticas é necessário para corroborar com a mudança de concepção de cultura na universidade.

Concordando com Hall (2003), a cultura é necessária para a efetivação de “uma virada” fundamental para teoria cultural uma vez que a “*política e a poética da transgressão*” (HALL, 2003, p. 226), representam a demonstração de um movimento que vem se processando socialmente. Não há mais espaço para a universidade se eximir desse contexto, quando dos registros das suas atividades. Todas as universidades estudadas compreendem a cultura como possibilidade contra-hegemônica, e trabalham nos jogos políticos<sup>93</sup> no entanto estas instituições ainda apresentam na sua realidade uma dualidade: a cultura popular e a cultura clássica.

As referências de cultura, que marcam as formas no âmbito da universidade, são duas em particular; a popular e a clássica, que são tomadas como ponto marco das atividades dentro da universidade. A opção pela cultura popular é claramente verbalizada e traz uma conotação que tenta responder às demandas hoje da sociedade para com a universidade. A opção do trabalho com a cultura popular conota a relevância do trabalho realizado na extensão também elaborado a partir das demandas sociais. Os princípios da igualdade e da diversidade vêm de encontro aos discursos de inclusão e preferência pelos menos favorecidos social e politicamente ao longo da história brasileira. Se por um lado a opção pela cultura clássica é entendida como canal de acesso a uma cultura já produzida e que, de certa forma, agrega tradição aos valores da cultura, por outro ela vem retratando a disparidade de oportunidades, contribuindo para um discurso de agravamento das desigualdades sociais. As duas opções, hoje, se entrelaçam e ganham uma dimensão mais igualitária no que tange às práticas de divulgação e difusão dos conhecimentos produzidos na área cultural. É claro o objetivo de trazer a cultura popular como viés refutador de antigos modelos representativos sociais. Esta cultura se tona uma marca, garantindo sua legitimidade na universidade, quando os sujeitos envolvidos reúnem-se para realizar as atividades a ela inerentes a cultura popular.

---

<sup>93</sup> Como me refiro no capítulo 2, ao comentar a fundamentação teórica na perspectiva de Laclau (1967) e Laclau e Mouffe (2004).

A universidade tem como opção, então, desenvolver a cultura na concepção das múltiplas linguagens pontuando a área artística como suporte para o desenvolvimento desta opção. Embora as iniciativas estejam na opção de contemplar as diversas linguagens e ir de encontro às demandas sociais e da própria necessidade de desenvolver a cultura, as universidades, como respostas, incorporam atividades que nascem em seus cursos. Em suas pesquisas e programações, aparecem como atividades base as consideradas tradicionais tais como: coral, orquestra, grupos de folclores e cursos oferecidos de formação nas áreas tradicionais das artes, dentre outros. Alguns projetos são advindos da área acadêmica e ganham expressão pelas suas atividades, sendo realizados com caráter tradicional, como por exemplo, o programa da Enfermaria do Riso na UNIRIO e a Companhia Folclórica do Rio da UFRJ. Mais recentemente as TVs e rádios, na UFF e na UERJ, estão ganhando dimensões mais atualizadas por intermédio de novas tecnologias da *web*. Estes programas estão sendo repensados, em seus modelos, de forma a serem veiculados para favorecer as múltiplas linguagens.

O desenvolvimento cultural está sendo realizado tanto por meio de atividades tradicionais, como pela ocorrência de inovações<sup>94</sup>, já iniciadas, por intermédio de vontade política e de articulações conjuntas tecidas no atual grupo de gestores das universidades estudadas. Porém é preciso reconhecer que as marcas dessa cultura denominada de Alta Cultura<sup>95</sup> ainda estão presentes nos corredores das universidades, marcando a *Tensão Cultural* nos diferentes encontros com outras linguagens mais arrojadas e disseminadas na pós-modernidade. As manifestações e expressões advindas de grupos menos favorecidos ou que não conseguem vencer as barreiras dos cânones para divulgar a sua arte acabam por optar por uma forma alternativa de divulgação e não são reconhecidos como referenciais legítimos de cultura.

Talvez a própria denominação, cultura popular e cultura clássica, estratifique as formas de manifestação, produção e expressão cultural para conseguir lidar com as estratégias

---

<sup>94</sup> Estou considerando inovações: As atividades que já estão sendo realizadas e que articulam em conjunto diferentes linguagens, como o Projeto da UNIRIO 30 anos, o Projeto da MEDIATECA, as apresentações de peças teatrais que variam entre as reconhecidas pelo grande público, com atores do grande circuito e peças de atores iniciantes, os Projetos das exposições da Galeria Candido Portinari da UERJ, sob a Direção do Prof. Ricardo Gomes Lima realizam a proposta de dá visibilidade a artistas de diversos campos, abrindo o espaço para “[...] exposição de conceitos como: erudito, popular, contemporâneo, moderno, expressões individuais e coletivas. Linguagens como: desenho, pintura, escultura, instalação, vídeo e performance que proporcionam ao público multiplicidade de gostos, olhares, percepções” (LIMA, 2008, p. 03), tais como a “Re vendo Machado”, “África?”, “Amazônia – imagens de Da Silva Da Selva”, “Visitantes – Davi Ribeiro e Marcelo Soares”, “Branco Volumes: esculturas em isopor para escolas de samba” e “Arte Vida Brasileira – Mestre Vitalino”.

<sup>95</sup> Alta cultura vista na perspectiva de um modelo monocultural, com referencia aos cânones.

no campo da política cultural. No entanto, isso pode se tornar um motivo para a desqualificação da tensão, que o próprio “jogo de poder” traz dentro de suas discussões teórico/práticas sobre o componente da formação do sujeito social, seja ele aluno, professor ou a comunidade externa à universidade. A própria dinâmica das atividades na extensão demonstra isso, fato que pode ser exemplificado pela cultura da tradição da extensão na lógica da luta de seu lugar na universidade, como legítimo campo de interlocução do ensino e da pesquisa. Isso deveria ser mais do que compreendido na sociedade pós-moderna, no entanto as lutas continuam em um campo de tensão contínuo desta qualificação e reconhecimento.

A posição contra-hegemônica, então, é fundamental no sentido de entendimento de que as metáforas são muito importantes para a compreensão da cultura na vida cotidiana como processo de empoderamento social, via espaço de: interlocução, criação e transformação.

Para que essa luta seja coerente e tenha capacidade de efetivar o projeto cultural como empoderamento social e à formação profissional e humanista é necessário registrar por meio de documentos oficiais a concepção e o modo de realização.

A valorosa condução do processo político cultural na universidade lhe confere um diferencial tanto na formação dos sujeitos envolvidos como na repercussão esperada de impacto na sociedade, pois é uma possibilidade de sairmos do perfil da assistência, agregando valor à extensão, para assumirmos o papel das universidades como fomentadoras da crítica que constrói propostas e cria interlocuções contínuas e fortalecidas via comprometimento social. A tênue linha dessas propostas devem nos direcionar à constantes análises e avaliações dos programas e projetos que estamos engendrando na extensão, tendo por mote as políticas culturais realizadas via Estado e/ou outras agências não governamentais e parcerias com organizações privadas.

As iniciativas do projeto PRINC mostram como as universidades públicas da cidade do Rio de Janeiro vêm buscando efetivar a proposta de cultura para as universidades na dimensão de transformação da política em termos de resguardar o futuro das práticas institucionais mediante a federação.

Nessa trajetória, duas vertentes me chamam a atenção; a primeira é a da constituição de um grupo forte na luta ao lado do atual governo, bastante empenhada em pensar os desdobramentos futuros da política nacional, utilizando com propriedade o uso do espaço de deliberação e articulação com o governo atual na garantia de políticas públicas que não sejam momentâneas ou que estejam a serviço de uma minoria.

Este projeto tem o objetivo de desdobrar-se, via FORPROEX, para o Brasil como um projeto que auxilie na perspectiva organizativa do eixo temático cultura, e encontre um canal de efetivação normativo viável e capaz de favorecer a uma consolidação em termos nacionais. A segunda vertente diz respeito ao “*fazer da extensão*” em que a cultura não está restrita somente aos programas e pesquisas ou às atividades emanadas dos cursos acadêmicos, mas também se faz nas práticas do cotidiano e, desta forma, a extensão e todos os outros espaços da universidade vivenciam a *Cultura das culturas*<sup>96</sup>.

Discutir sobre a política cultural na universidade para a formação cidadã traz necessariamente à tona a juventude que, quando não participa pelo menos recebe a formação. Dessa forma é preciso conceber o jovem como ator co-responsável e participante das propostas da universidade para as políticas culturais. Qual a relação universidade e jovens para realização da política cultural? Como o jovem se insere nesse contexto e como a universidade percebe sua inserção? E como a promoção de vivências culturais podem empoderar à formação?

A formação que se espera da juventude universitária não se basta no mundo do trabalho e nas regras de convivência. Se considerada, então, no mundo globalizado, o modelo epistemológico de conhecimento necessita de revisões para atender as demandas das diferentes sociedades.

Olhando para o *fazer da cultura* na universidade pouco encontro no que tange as questões acima. A juventude universitária está presente como público atendido ou como público para a formação de platéia. A percepção sobre a formação por meio da extensão é inerente a todas as universidades estudadas, mas não corresponde à inserção que é proporcionada aos jovens na área cultural.

Percebi que essa proposta é quase que inexistente do ponto de vista de uma política para juventude na área cultural que seja pensada pelos gestores da área de extensão. O tipo de relacionamento travado com os jovens, na extensão, concretiza-se por meio do edital de bolsas. É óbvia a constituição deste canal para o alcance dos objetivos para consolidação da indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, porém a interlocução do jovem como ator capaz de pensar os caminhos da universidade permanece esquecida.

---

<sup>96</sup> Entendo por Cultura das culturas o movimento que se faz de uma dimensão da cultura em seu âmbito geral para com a diversidade dos espaços e tempos nos quais os sujeitos que circulam na universidade criam e recriam os valores, as diretrizes, política na dimensão dos atores [alunos, professores, servidores, público externo], quando da realização das práticas antropológicamente definidas, construindo e reconstruindo culturas dos grupos em relação a cultura mais abrangente.

Não há discussões sobre a participação da juventude nas propostas políticas da universidade; “Ficamos combinados assim: a universidade dita os modelos para a construção dos conhecimentos e o jovem se insere neles para aprender” [grifo da autora]. Em que momento encontramos na universidade discussões sobre currículo em que os jovens universitários estejam presentes? Onde encontramos abertura a participação do jovem universitário na gestão dos processos culturais e as políticas que o fundam?

Percebo a presença de uma demanda aos setores culturais das universidades em uma relação superficial e geralmente de apóio para alguma iniciativa dos jovens, mas não de uma política específica, dialogada e passível de implantação via extensão. Comunga-se da ideia da promoção e favorecimento aos alunos em sua formação, por meio das atividades elaboradas, a partir de quem executa os projetos da extensão, mas não se faz uso de uma metodologia de escutar os anseios da juventude quanto aos seus projetos e entendimentos sobre o que significa e o que propõe uma política cultural na universidade.

Praticamente o público atingido se restringe às ações da extensão. Não que as ações não estejam implicadas nos diferentes âmbitos que assume a cultura na universidade. Trata-se de um outro fator, não da promoção dessas políticas dentro da universidade, mas das que os jovens esperam que elas sejam.

De qualquer forma a juventude na universidade se restringe à extensão quando atendidas por bolsas de estudo se articulando por meio das expectativas que a extensão pode proporcionar à sua formação. Não posso deixar de considerar a ocorrência de uma totalidade de intervenção muito rica nas experiências sócio-culturais de extensão que valorizam a própria formação.

Entretanto a interação entre a juventude e as políticas culturais da universidade não se tangenciam sob uma perspectiva pensada, estruturada e articulada oficialmente. Existem iniciativas que promovem interação com a juventude, mas não se identificam específicas para correlacionar as duas áreas. Por exemplo, podemos identificar núcleos de atendimento à juventude e que participam das atividades culturais da universidade, e até atuam junto às políticas de juventude<sup>97</sup>, mas não há a finalidade nessa proposta enquanto política cultural.

Do ponto de vista da demanda, alguns entrevistados consideram atender à formação da juventude quando os alunos participam, mesmo que indiretamente, dos projetos promovidos, circulando pelas exposições, assistindo vídeos e discutindo sobre eles, assistindo a apresentações teatrais e de dança e outras atividades culturais desdobradas em eventos.

---

<sup>97</sup> As políticas de juventude hoje tem alcance amplo por meio das pesquisas, programas e projetos do governo que reconhecem a necessidade de atendimento a este grupo social.

Os gestores têm considerado que a promoção dos eventos é o desdobramento de uma política cultural que insere o jovem em eventos da própria unidade acadêmica ou da universidade contribuindo assim para sua formação. Contudo, de uma forma geral, a formação de público para apreciação e vivência cultural não é feita antes de *oferecer, e oferecer, e oferecer* como oportunidade de possibilitar contato com as produções artísticas nas suas mais diferentes linguagens; é o que consideram alguns entrevistados, pois a formação de platéia e público precisa conviver com a cultura de formação da cultura<sup>98</sup>.

Esta é uma concepção um tanto quanto, eu diria, isolada da cultura. O aluno precisa perceber que a cultura está presente na sua vida e é possibilidade de articulação para uma série de ações na sua cotidianidade, conforme exposto pelo *entrevistado D*: “A cultura faz um diferencial na formação do aluno quando lhe faz pensar sobre a sua profissão e a sua condição”. Porém não se trata somente de participação, mas de considerar a cultura como viés de empoderamento social<sup>99</sup> agregado ao valor da formação humanista para o exercício da cidadania.

A juventude em seu modo de participação e percepção, também não têm notado nem o viés da discussão sobre a política cultural da universidade e as políticas de juventude e, nem o seu modo de inserção nas mesmas.

O que podemos ver e analisar, independente de estarmos com a razão, estarmos certos ou errados sobre o que a cultura deve ser, é o que o jovem pode vivenciar / experienciar como aprendizado por meio da cultura desenvolvida na universidade. Essa cultura que pode contribuir na formação humanista dessa juventude universitária. Porém o quê a universidade vêm oferecendo ainda é muito pouco para os alunos.

Por vezes, o aluno não se insere nos projetos culturais somente por ter bolsa, ele deseja participar, ir ao campo e verificar a vivência existente na relação entre a sua profissão e a cultura do público que o recebe, ou de assistir a um evento porque lhe chama atenção. Na UNIRIO, por exemplo, no primeiro projeto em que tentam trabalhar as múltiplas vivências das linguagens, os alunos participantes relataram que foi especial a vivência naquele projeto cultural. A UERJ, por exemplo, optou por uma cultura mesclada nas diferentes linguagens da mesma, indo do clássico ao popular até as culturas que ainda não se tem referência e que são oferecidas e o e o público tem a oportunidade de visitar ou assistir a essas expressões. Na

---

<sup>98</sup> A ideia de que para que o sujeito passe a frequentar ou entender a relevância da cultura na sua vida é preciso antes participar das atividades para perceber e assim formar a cultura da participação e entendimento da mesma para sua vida.

<sup>99</sup> Como referendado na página 64.

UFF, por exemplo, “é isso mesmo ofertar e esperar a cada espetáculo, sessão que o público vá além do cativo, é a formação e a compreensão de que a cultura é isso mesmo, do erudito ao popular”, relata o *Entrevistado C*.

Mas, ficam as interrogações: A cultura na universidade é pensada como forma de emponderamento dos jovens?

A resposta encontrada nos remete a pensar sobre o momento através do qual o jovem se insere em programas e projetos, nesse momento pode ocorrer a interlocução e percepção do universo cultural existente na atividade, porém a percepção pela juventude universitária de que este momento possa ser um meio empoderador social, ainda está por começar.

Assim, trabalhar para a construção de uma política pública de cultura voltada para juventude que estabeleça canais de formação para cidadania, não pode estar à mercê de um conjunto de aspirações e projetos ligados à cultura que mantenham articulações estritamente socioeconômicas. É preciso pautar estes projetos no entendimento da cultura como produção de sentidos e condições de acesso aos bens culturais, para valorização da diversidade e da diferença.

E que as condições criadas para desenvolver essas políticas devem contemplar a criatividade e a qualidade dos jovens pela formulação de suas imagens sociais, dos valores e sentidos atribuídos à democracia. Como comenta Novaes (2006, p.17),

Trata-se, de inserir o fazer cultural na formulação e implantação de políticas públicas de juventude pensadas na perspectiva de assegurar direitos e gerar oportunidades. Para tanto é preciso aproveitar as soluções criativas que os jovens experimentam para reinventar a cultura nossa de cada dia.

A extensão como perspectiva de ocupação de um lugar de reconstruções alternativas poderá trabalhar com as políticas de juventude e de cultura, em uma dimensão formativa, construindo pontes, entre o ensino, a pesquisa e a extensão mediados pelo projeto político-cultural para formação humanista.

É preciso então, considerar que essa juventude até já possui uma alternativa criativa cultural para lidar com as relações de poder com a capacidade de estabelecer novas vias de significações aptas a criar articulações de inserção social, mercadológica, pela mudança de comportamento, já estamos falando de aprendizagens capazes de serem articuladas à instância de educação formal. Há um grande trabalho a ser feito na formulação de uma política para extensão que amplie a discussão e fomenta novos caminhos de intervenção para formação da juventude dentro da universidade, por meio do desenvolvimento cultural.

A relação entre as políticas cultural e de juventude, concebida como o *empoderamento* da formação humanista da juventude é uma discussão muito recente que precisa ser considerada pelas ações de cultura e de extensão na área cultural.

A universidade não somente por meio da extensão<sup>100</sup>, mas da partir das ações das demais áreas, deve articular as políticas culturais com as políticas da juventude. Há um grande trabalho a ser feito para formular uma política para extensão que amplie a os debates e fomenta novos caminhos para intervir na formação da juventude dentro da universidade, por meio do desenvolvimento cultural.

Diante das discussões apresentadas os desafios para universidade superar em relação à reconstrução da política cultural dentro das universidades, são muitos, e pensar sobre quais saberes serão capazes de empoderá-los é maior ainda:

- I. Traçar um projeto cultural capaz de superar o referencial tradicional da alta cultura como concepção historicamente assumida por longas décadas; promovendo ações e atividades em que estejam presentes todas as linguagens artísticas e representações culturais
- II. Zelar pela construção de reais possibilidades de uma formação humanista na universidade, reconhecendo-a como instância privilegiada dessa formação, capaz de superar o discurso e tornar-se vivência;
- III. Ampliar a promoção da interlocução entre todos os sujeitos que fazem a cultura na universidade; professores, alunos, técnicos, comunidades externa, entre outros;
- IV. Conceber nos documentos institucionais e nas ações do tripé pesquisa, ensino e extensão, a política cultura e as metodologias capazes de superar as inter, trans e multidisciplinaridade para contemplar as interlocuções e *interjogos de relações* frente aos diversos grupos dos participantes, reconcebendo estruturas universitárias capazes de congrega e promover a interlocução com a diversidade de propostas culturais existentes na universidade e na sociedade;
- V. Criar mecanismos de interlocução com a juventude universitária no que tange aos *saberes e fazeres* da cultura na universidade; tendo-os como interlocutores nas propostas político-culturais;

---

<sup>100</sup> Inicialmente, mas depois poderá extrapolar estas instancias, porque a própria mobilidade da cultura assim a permite.

- VI. Buscar de forma articulada e coletiva junto aos órgãos de fomento outros mecanismos de apoio financeiro para a promoção da cultura que não se restrinjam a concessão de bolsas de extensão;
- VII. Criar indicadores para acompanhar, analisar, avaliar e promover a cultura na universidade capaz de ser mediadora da formação humanista dos jovens universitários;

Dessa forma, a cultura não pode mais ser concebida na universidade como um “*plus*” na formação profissional/técnica, mas integrada à formação geral e concebida como mediadora da formação humanista e cidadã.

A cultura pode ser concebida como *possibilitadora* da vivência para o empoderamento social do sujeito, revelando o seu poder de reconstrução a partir das experiências pessoais e coletivas discursivas.

Este sujeito, em seu âmbito de atuação, seja na universidade como responsável – dirigente (Pró-Reitores, Coordenadores, Diretores, entre outros cargos), ou como aluno, professor, ou servidor, ou comunidade externa, está diretamente envolvido com as políticas discursivas que orientam o fazer da prática extensionista, tornando-se um representante da identidade daquele espaço/tempo e do fazer deste discurso.

Finalizando as reflexões desta investigação me permito afirmar que o trabalho efetivo das políticas culturais na universidade estão apenas em seu *contexto inicial*.

Enfim tenho certeza que o tema não se esgota com essa tese, se de um lado propiciou levantar vários temas, eixos, reflexões para novos estudos, por outro fica em aberto ainda qual deve ser a participação do professor na sua tarefa de educação fazendo da cultura uma aliada permanente para contribuir na formação do aluno como sujeito, como cidadão, e acima de tudo para contribuir para o exercício pleno de uma educação de qualidade para o país.

Por certo, muitas outras conclusões poderiam se fazer presentes nessas considerações finais, mas optei por uma tentativa de síntese sobre o que apresentei anteriormente: cultura vem do latim *cultus* que significa cultivo. Ligada à agricultura à terra. É esse o sentimento que desejo expressar como a busca da terra, do cultivar com os jovens, para os jovens não só o sentimento da vivência da história da cultura de seu povo, mas *um oportunizar* a esse jovem, promover *para essa juventude* uma cultura que o leve a entender que sua participação é imprescindível porque ela faz parte da própria cultura em termos de terra, de sedimentação do que se espera crescer e florescer na história de seu povo.

É nesta proposta que eu acredito: uma cultura para além dos muros da universidade, que não se esgota nos projetos, não termina nas atividades programadas na instituição, não se finaliza com os principais eventos de uma época, mas que atue na formação do sujeito, do cidadão que deve participar para um mundo mais humano e mais solidário.

## REFERÊNCIAS

ABAD, Miguel. Crítica política das políticas de juventude. In: FREITAS, Maria Virgínia de, PAPA, Fernanda de Carvalho (Org.). **Políticas públicas: juventude em pauta**. São Paulo: Cortez; Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação: fundação Friedrich Ebert, 2003.

AUGÉ, Marc. **Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade**. 2. ed. São Paulo: Papyrus, 2001.

BAUMAN, Zigmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2001.

BENJAMIN, C. et al. **A opção Brasileira**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.

BLUMER, H. Symbolic interactionnisme: perspective and method. In: MACEDO, Roberto Sidnei. **Etnopesquisa crítica**. Etnopesquisa-formação. Brasília: Liber Livro Ed., 2006.

BOTELHO, Isaura; LIMA, Jorge da Cunha. Política cultural e projeto de nação. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE CULTURA, 1., 2005-2006, Brasília. [**Anais**]. Brasília: Ministério da Cultura, 2007.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE CULTURA, 1., 2005-2006, Brasília. [**Anais**]. Brasília: Ministério da Cultura, 2007.

BRASIL. **Decreto nº 19.851, de 11/04/1931**. Dispõe sobre a organização do ensino superior no Brasil e adota o regime universitário. Rio de Janeiro, 1931.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Nº 9.394, 20 de dezembro de 1996 (LDB 9.394/96)**. Brasília, 1996.

BRASIL. **Lei federal nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991. Lei Rouanet**. Restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências. Brasília, 1991.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Ensino Superior. **Fórum de Pró-Reitores de Extensão nas Universidades Públicas Brasileiras. Comissão Permanente de Avaliação da Extensão Universitária**. 2. ed. rev. [João Pessoa]: Ed. UFPB, 2006.

BRASIL. Plano Nacional de Extensão Universitária. **Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e SESu/MEC**. 2001.

BRASIL. **Portaria Normativa Interministerial MEC/MINC nº 1, de 04 de outubro de 2007**. 2007

BRASIL. **Programa Cultural para o Desenvolvimento do Brasil**. Brasília: Ministério da Cultura, 2006.

BRASIL. **Reforma Francisco Campos o ensino superior tem a criação do Estatuto das Universidades Brasileiras, no Decreto nº 2 19.851, de 11/04/1931.** [S. l.], 1931.

BRASIL. **Sistemas de dados e informações:** base operacional de acordo com o plano nacional de extensão. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Rio de Janeiro: NAPE, UERJ, 2001. 84p. (Coleção Extensão Universitária; v.2).

BURITY, Joanildo A. **O pensamento de Ernesto Laclau:** uma contribuição do estudo de políticas. Palestra. PROPED/ UERJ. 21 de maio de 2007.

**Caderno “Diretrizes Gerais para o Plano Nacional de Cultura”.** Brasília: Ministério da Cultura, 2007. Disponível em: <[www.cultura.gov.br/pnc](http://www.cultura.gov.br/pnc)>. Acesso em: maio 2008.

CASEMIRO, Alice. **Teoria do discurso.** Notas de sala de aula da disciplina Fórum de Pesquisa II, do Curso Doutorado em Educação do PROPED, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 14 jun. 2007.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia.** São Paulo: Ática, 1995.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. Parágrafo 3º, ao Artigo 215.

COUTINHO, Carlos Nelson. Entrevista por Emiliano José e José Correia Leite. Teoria e Debate. Fundação Perseu Abramo. Em 30/04/2002. Disponível em: <<http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=1796>>. Acesso em: 22 out. 2007.

DUPAS, Gilberto. **Hegemonia, Estado e Governabilidade.** Perplexidades e alternativas no centro e na periferia. São Paulo: SENAC, 2002.

EAGLETON, Terry. **A ideia de cultura.** São Paulo: Ed. UNESP, 2005.

EVANGELISTA, Ely G. dos S. **A UNESCO e o mundo da cultura.** Brasília, DF: UNESCO; Goiânia: Ed. UFG, 2003.

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: organização e sistematização / Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras; organização: Edison José Corrêa. Coordenação Nacional do FORPROEX. Belo Horizonte: Coopmed, 2007.

FERNANDES. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista NERA**, ano 8, n. 6. Jan.-jun. 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia.** São Paulo: Paz & Terra, 1998.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Avaliação da Extensão Universitária.** Brasília: MEC/SESu; Ilhéus: Editus, 2001a. (Coleção Extensão Universitária; v.3)

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da Terra.** São Paulo: Petrópolis, 2000.

GARCÍA-CANCLINI, Nestor. **Diferentes, desiguais e desconectados: mapas da interculturalidade**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2005.

\_\_\_\_\_. Estudos sobre cultura: uma alternativa latino-americana ao Cultural Studies. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, n. 30. Ago. 2006.

GARFINKEL, H. Studies in ethnométhodologie. In: MACEDO, Roberto Sidnei. **Etnopesquisa crítica**. Etnopesquisa-formação. Brasília: Liber Livro Ed., 2006.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1984.

GONZAGA, Amarildo Menezes. A pesquisa em educação: um desenho metodológico centrado na abordagem qualitativa. In PIMENTA, Sema Garrido; GHEDIN, Evandro; FRANCO, Maria Amélia Santoro (Orgs.). **Pesquisa em educação: Alternativas investigativas com objetos complexos**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

GROPPO, Luis Antonio. **Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

\_\_\_\_\_. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

JAMESON, Fredric. **Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio**. 5. ed. Rio de Janeiro: Ática, 2006.

KANT, Immanuel. **Sobre a pedagogia: impulso**. Piracicaba: Ed. UNIMEP, 2004.

KRISCHKE, Paulo J. Governo Lula: políticas de reconhecimento e de redistribuição. **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**, n. 47, out. 2006.

LACLAU, Ernesto. **Emancipación y diferencia**. Buenos Aires: Espasa Calpe/ Ariel, 1996.

\_\_\_\_\_. **Política e ideología na teoría marxista: capitalismo, fascismo e populismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonía y estrategia socialista: hacia una radicalización de la democracia**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2004.

LAPASSADE, Georges. **As microssociologias**. Brasília: Líber Livro, 2005.

LAZARO, André. Universidade e cultura. In: LEMOS, Guilherme; CONDURU, Roberto. Gestão cultural e extensão universitária. In. CONDURU, Roberto; SIQUEIRA, Vera Beatriz (Orgs.). **Políticas públicas de cultura do Estado do Rio de Janeiro**. UERJ, Rede Sirius: FAPERJ, 2003.

LEMOS, Guilherme; CONDURU, Roberto. Gestão cultural e extensão universitária. In: CONDURU, Roberto; SIQUEIRA, Vera Beatriz (Orgs.). **Políticas públicas de cultura do Estado do Rio de Janeiro**. UERJ, Rede Sirius: FAPERJ, 2003.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: 34, 1999.

LOPES, Alice Casimiro. **Fórum de pesquisa II**. PROPED/UERJ. Notas de aula. 14 de junho 2007.

LIMA, Jorge da Cunha. Política cultural e projeto de nação. In: **Conferência Nacional de Cultura**, 1., 2005/2006, Brasília. **Anais**. Brasília: Ministério da Cultura, 2007.

LIMA, Luciano Rodrigues. **Deleuze e o simulacro**: de como o Naturalismo de Lucrecio inspira a alegria na contemporaneidade. S/ed.

LYOTARD, Jean-François. **A Condição Pós-Moderna**. 10. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.

MACEDO, Roberto Sidnei. **Etnopesquisa crítica**: etnopesquisa-formação. Brasília: Liber Livro Ed., 2006.

MAHEU, René. Cuatro aspectos de um gran proyecto humano. *Crónica de la UNESCO*, v. XV, n.10, Paris: UNESCO, p.

MARTINS, J. **Um enfoque fenomenológico do currículo**: educação como poésis. São Paulo: Cortez, 1992.

MATTELART, Armand. **Introdução aos estudos culturais**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

MATURANA, H.; VERDEN-ZÖLLER, G. **Amory juego**. Santiago: Editorial Instituto de Terapia Cognitiva, 1993.

MEAD, G. H. **Mind, self, and society from the standpoint of a social behaviorist**. Chicago: C. W. Morris, 1932.

MEIRA, Márcio. Oficina de Informações sobre a metodologia da 1ª CNC. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE CULTURA, 1., 2005/2006, Brasília. **Anais**. Brasília: Ministério da Cultura, 2007.

MENDES, Sonia Regina dos Santos. **Algumas reflexões sobre a universidade e a cultura**. Rio de Janeiro. Notas. 2007.

MENDONÇA, Daniel de. A noção de antagonismo na ciência política contemporânea: uma análise a partir da perspectiva da teoria do discurso. **Revista de sociologia e política**, Curitiba, n. 20, p. 135-145, jun. 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Balanço ProExt Cultura 2008 – Documento preliminar. Disponível em: <[http://www.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2009/03/balanco-preliminar\\_proext-2008.pdf](http://www.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2009/03/balanco-preliminar_proext-2008.pdf)>. Acesso em: 05 abr. 2009.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Programa Cultural para o Desenvolvimento do Brasil**. Brasília: Distrito Federal, 2006.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

NOGUEIRA, Maria das dores Pimentel. **Políticas de extensão universitária brasileira**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.

\_\_\_\_\_. (Org.). **Extensão Universitária: diretrizes conceituais e políticas**. Belo Horizonte: PROEX/UFMG. O Fórum, 2000. Documentos básicos do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras 1987 – 2000.

NOVES, Regina. Juventude e Cultura: dimensões e perspectivas para políticas públicas. **Proposta**: Revista trimestral de debate da FASE. ano 29, n. 109, jun.-ago. 2006.

OLIVERIA, Guilherme Saramago de; CUNHA, Ana Maria de Oliveira. **Breves considerações a respeito da fenomenologia e do método fenomenológico**. Disponível em: <[www.fucamp.com.br/nova/revista/revista0709.pdf](http://www.fucamp.com.br/nova/revista/revista0709.pdf)>. Acesso em: 12 jun. 2009.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL 2008-2012. UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Submetido à reunião ordinária do Conselho Universitário de 29/04/2009. Niterói: UFF, 2009.

PORTO, Marta. Brasil em tempos de cultura: cena política e visibilidade. **Proposta**: Revista trimestral de debate da FASE. Novas dinâmicas culturais: políticas e redes. ano 29, n. 109, jun.-ago. 2007.

PROGRAMA CULTURAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO BRASIL. Brasília: Ministério da Cultura/ Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE, 2006.

PROPOSTA DE PLANO QUINQUÊNAL DE DESENVOLVIMENTO PARA UFRJ – PDI 2005-2010. Setor de Mídia Impressa Institucional da Assessoria de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ. Março, 2006.

PROPOSTAS PARA A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EXTENSÃO NA UFRJ. 3º Congresso de Extensão da UFRJ. Rio de Janeiro: Pró-Reitoria de Extensão (PR-5)/ UFRJ, outubro, 2006.

READINGS, Bill. **Universidade sem cultura?** Rio de Janeiro. EDUERJ, 2002.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES. Universidade Federal de Minas Gerais. Pró-Reitoria de Extensão Relatório de Atividades 2002. Belo Horizonte: UFMG – PROEX, 2003.

ROCHA, Adair Leonardo. **I Fórum de Audiovisual do Rio de Janeiro**. UNIGRANRIO & Casa de Criação e Dramaturgia. Rio de Janeiro, 10 a 14 de março de 2008.

ROEGIERS, Xavier; KETELE, Jean-Marie. **Metodologia da recolha de dados**. Fundamentos dos métodos de observações, de questionários, de entrevistas e de estudos de documentos. Lisboa: Instituto Piaget, 1993. Coleção Epistemologia e sociedade.

ROSANVALON, Pierre. **O liberalismo econômico**: história da idéia de mercado. São Paulo: EDUSC, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. São Paulo: Cortez, 2003.

\_\_\_\_\_. **A Crítica da Razão Indolente**: contra o desperdício da experiência. Porto: Afrontamento, 2000.

\_\_\_\_\_. **A universidade no século XXI**. Para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005. (Coleção questões da nossa época; v. 120).

\_\_\_\_\_. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

\_\_\_\_\_. **A gramática do tempo**. Para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006. (Coleção para um novo senso comum; v. 4).

SANTOS, Jair Ferreira dos. **O que é pós-moderno**. São Paulo: Brasiliense, 2006. (Coleção Primeiros Passos).

SILVA, Enio Waldir da; FRANTZ, Walter. **As funções sociais da universidade**: o papel da extensão e a questão das comunitárias. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002.

SILVA, Francisco Borges da. Contribuições lingüísticas: dos estudos Saussurianos aos estudos modernos. Revista eletrônica, mar. 2008. Disponível em: <<http://www.unioeste.br/travessias>>. Acesso em: 2009.

SZYMANSKI, Heloisa (Org.); ALMEIDA, Laurinda Ramalho de; PRANDINI, Regina Célia Almeida Rego. **A entrevista na pesquisa em educação**: a prática reflexiva. 2. ed. Brasília: Liber Livro, 2008. (Série Pesquisa; v. 4).

**SISTEMAS DE DADOS E INFORMAÇÕES: Base operacional de acordo com o Plano Nacional de Extensão**. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Rio de Janeiro: NAPE, UERJ, 2001. 84p. (Coleção Extensão Universitária; v.2).

SOUZA, Clodoaldo José. A construção do Plano Nacional de Cultura e o processo de revisão do Plano Nacional de Educação. BRASIL, **1ª Conferência Nacional de Cultura 2005/2006** – Estado e sociedade construindo políticas públicas de cultura. Secretaria de Articulação Institucional do Ministério da Cultura. Brasília: Ministério da Cultura, 2007. (Consultor do Ministério da Educação).

THAYER, Willy. **A crise não moderna da universidade moderna**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

TAYLOR, S. J.; BOGDAN, R. **Introducción a los métodos cualitativos de investigación**. Buenos Aires: Paidós, 1986.

TIERRA, Pedro. Notas para um debate sobre políticas públicas de cultura e projeto nacional. **Revista Rio de Janeiro**: políticas públicas de cultura dilemas, diversidades e propostas. Rio de Janeiro, n 15. p.141-148, jan-abr. 2005.

VEIGA-NETO, Alfredo. Cultura, culturas e educação. **Revista Brasileira de Educação**, maio-ago, n. 23, 2003.

ULPIANO, Claudio. **A imanência é precisamente a vertigem filosófica, inseparável do conceito de expressão**. Centro de Estudos Claudi Ulpiano. Produção Editorial: Marici Passini e Viviane de Lmare. Disponível em: <[www.claudioulpiano.org.br](http://www.claudioulpiano.org.br)>. Acesso em: 31 abr. 2007.

UNESCO. DECLARAÇÃO UNIVERSAL SOBRE A DIVERSIDADE CULTURAL. 2002.

UNIÃO EUROPEIA. PARLAMENTO EUROPEU. CONSELHO Bruxelas, 6 de dezembro de 2006.

**APENDICÊ A - Carta para obtenção do consentimento livre e esclarecido para pesquisa  
“Universidade, política cultural e juventude: o saber, o fazer da extensão universitária  
nas universidades públicas”**

Prezado (a) Professor (a)

Eu, Patricia Maneschy Duarte da Costa, Professora (a), RG 04976884-9 IFP/RJ, desenvolvo uma pesquisa de Doutorado em Educação na Universidade do Estado do Rio de Janeiro/UERJ, cujo título é *“Extensão Universitária: Política Cultural e Juventude”*, que tem por objetivo investigar a trajetória da institucionalização da cultura na extensão universitária e a política adotada para tal fim, na tentativa de contribuir com a reflexão sobre uma política cultural na extensão universitária que contemple a formação da juventude universitária na perspectiva de uma educação humanística.

Assim, venho solicitar sua colaboração na coleta dos dados a respeito da temática por meio de entrevistas e permissão para análise de documentação institucional referente.

Sua participação nesta pesquisa é voluntária e ainda lhe asseguro a garantia de acesso, em qualquer etapa do estudo, sobre qualquer esclarecimento de eventuais dúvidas, me comprometendo com a ética da pesquisa, a partir das normas legais na Resolução N. 196 de 10 de outubro de 1996, CNS. Inclusive a utilizar os dados coletados somente para fins desta pesquisa e os resultados veiculados através de artigos científicos em revistas especializadas e/ou em encontros científicos e congressos, sem tornar possível sua identificação.

Desde já agradeço sua participação a qual tem grande valor para avançarmos no conhecimento na área do estudo em questão.

Gostaria de lhe pedir para assinar, em anexo, o consentimento livre e esclarecido.

Agradeço sua participação.

Prof<sup>a</sup> Patricia Maneschy D. Costa

**APENDICÊ B - Termo de consentimento livre e esclarecido**

Acredito ter sido suficiente informado à respeito das informações que li ou que foram lidas para mim, descrevendo o estudo **“UNIVERSIDADE, POLITICA CULTURAL E JUVENTUDE: O SABER, O FAZER DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS”**.

Concordo voluntariamente em participar deste estudo e poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo, sem penalidade ou prejuízo ou perda de qualquer benefício que eu possa ter adquirido.

\_\_\_\_\_ Data \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assinatura do entrevistado

Nome:

RG.

Fone: ( )

\_\_\_\_\_ Data \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assinatura do(a) pesquisador(a)

## APENDICÊ C - Entrevista

### ENTREVISTA

- A) Para os professores que trabalham na Extensão e/ou desenvolvendo propostas culturais.
1. Identificação: Formação acadêmica. Onde trabalha. Cargo/função que desenvolve. Qual o envolvimento com a extensão universitária atualmente. E no passado.
  2. Contar um pouco da trajetória de como se constituiu o grupo de cultura nas regionais de pró-reitores.
  3. Qual o objetivo e as propostas deste grupo? Qual a representatividade dele, ou seja, quais pró-reitores participam? Quais as ações que vem desenvolvendo?
  4. Como efetivam as suas idéias com o MINC, qual o diálogo estabelecido com o MEC e MINC, e a o Fórum Nacional de Pró-Reitores?
  5. Quais os avanços que já foram realizados?
  6. Qual a trajetória que a universidade percorreu para realização de uma política cultural? Como foi construída?
  7. Atualmente qual o órgão institucional que é responsável pelo desenvolvimento da cultura dentro desta universidade?
  8. Existe uma política cultural nesta universidade?
  9. Quais os mecanismos para realização da proposta de cultura na universidade hoje?
  10. Há registro das ações da Extensão na ação cultural institucionalizada? Como em PDI, planejamentos da área de extensão, programas, projetos, documentos de avaliação das ações? Órgãos para eventos? Entre outros?
  11. Há algum vínculo com a Extensão Universitária? Como se realiza?
  12. De que forma buscam trabalhar conforme as diretrizes do Plano Nacional de Extensão no eixo da cultura?
  13. A cultura é entendida hoje como eixo para formação educativa. Há uma proposta na universidade que atenda esta concepção? Como ela acontece?

**ANEXO A - Portaria normativa interministerial nº 1, de 4 de outubro de 2007. Diário Oficial da União Seção 1, Nº 215, quinta-feira, 8 novembro de 2007, p. 8.**



**Diário Oficial da União - Seção**

**CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO**

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO  
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

**DESPACHO DO COORDENADOR-GERAL**

Em 7 de novembro de 2007

81ª Relação de distribuição de cota para importação - LEI 8.010/90

PROCESSO ENTIDADE VALOR US\$ 0016/1990 Universidade Federal do Rio Grande do Sul 10.000,00

0818/2001 Museu Paraense Emílio Goeldi 6.481,00

0824/2001 Associação Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada 38.009,10

0933/2005 Fundação Parque de Alta Tecnologia da Região de Iperó e Adjacências 4.180,00

CLÁUDIO DA SILVA LIMA  
Substituto

**GABINETE DO MINISTRO**

**PORTARIA No- 713, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2007**

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA,

no uso das atribuições que lhe confere o art. 90- do Decreto no-

98.830, de 15 de janeiro de 1990, e o item 39 da Portaria MCT no-

55, de 14 de março de 1990, resolve:

Art. 1º. Prorrogar a autorização concedida pela Portaria/MCT

no- 621, de 20 de setembro de 2006, ao representante da contraparte

brasileira, Dr. Marcus Barreto Conde, do Hospital Universitário Clementino

Fraga Filho/UFRJ, para dar continuidade à remessa de dados

clínicos, no âmbito do processo de

Expedição Científica (Remessa)

RMX 016/04, intitulado "Estudo da eficácia e da tolerabilidade do

esquema com rifantina/isoniazida

semanalmente por três meses versus

isoniazida diária por nove meses para o

tratamento de tuberculose

infecção latente", para o Dr. Richard Ernest

Chaisson, contraparte

estrangeira, da Johns Hopkins University,

EUA, por mais um ano,

contado a partir da data da publicação desta

Portaria no Diário Oficial

da União.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na

data de sua publicação.

SERGIO MACHADO REZENDE

**COMISSÃO TÉCNICA NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA**

**RETIFICAÇÕES**

No Extrato de Parecer Técnico no- 1.107/2007, publicado no

D.O.U. No- 185, de 25/09/2007, Seção 1, página 11; onde lê-se: "a

quadra situada no maior nível foi construída em alvenaria. Nas outras

quadras, foram construídas taipas duplas para evitar o vazamento da

água de irrigação para fora da área de liberação. Na extremidade do

canal de drenagem da água de irrigação, foi construída uma caixa de

alvenaria (filtro), subdividida em três compartimentos contendo telas

de diferentes gramaturas para filtragem de toda água, impedindo a

disseminação de plantas ou de sementes para fora da área de liberação.",

leia-se "as quatro quadras terão muretas construídas em

alvenaria nas cotas mais baixas (lado várzea). Nos pontos de saída

d'água em cada quadra, serão construídos em alvenaria filtros subdivididos

em três compartimentos contendo telas de diferentes gramaturas

para filtragem de toda água, impedindo a disseminação de

plantas ou de sementes fora da área de liberação".

No Extrato de parecer técnico de número 1108/2007 publicado

no DOU Nº186 de 26 de setembro de 2007, onde lê-se:

"Extrato Prévio: Número 1117/2007, publicado no DOU no-

95 de 18 de maio de 2007." Leia-se:"Extrato Prévio: Número

1017/2007, publicado no DOU no- 95 de 18 de maio de 2007."

**GABINETE DO MINISTRO**

**PORTARIA NORMATIVA INTERMINISTERIAL Nº 1, DE 4 DE OUTUBRO DE 2007**

Estabelece as diretrizes para cooperação entre o Ministério da Cultura e o Ministério

da Educação, com o objetivo de definir critérios

visando a integração e a implementação de ações comuns e a consolidação de

uma agenda bilateral no âmbito do Programa

Mais Cultura da Agenda Social.

O MINISTRO DE ESTADO DA

CULTURA E O MINISTRO

DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições conferidas

pelo inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição

Federal, e

CONSIDERANDO que os artigos 205 e 215 da Constituição

Federal definem a cultura e a educação como dever do Estado e

direito de cada um, reforçando o compromisso de democratizar o

acesso às atividades culturais como parte da formação integral de

crianças, adolescentes, jovens, e da sociedade;

CONSIDERANDO que o artigo 26, § 2º da Lei de Diretrizes

e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de

1996, inclui o ensino de arte como componente obrigatório da educação

básica;

CONSIDERANDO que o artigo 34 da Lei de Diretrizes e

Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de

1996, determina a progressiva ampliação do período de permanência

na escola;

CONSIDERANDO que a Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de

2003, garante o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana

nas escolas de educação básica no currículo oficial da rede de ensino;

CONSIDERANDO a Câmara Interministerial de Educação e

Cultura, instituída pelo Ministério da Educação e o Ministério da

Cultura por meio da Portaria Interministerial MEC/MINC Nº075, de

04 de setembro de 2006, com o propósito de balizar as ações conjuntas

dos Ministérios da Educação e da Cultura; CONSIDERANDO o Programa Mais

Educação, instituído pelo Ministério da Educação, o Ministério da

Cultura, o Ministério do Esporte e o Ministério de Desenvolvimento

Social e Combate à Fome por meio da Portaria Interministerial

MEC/MINC/ME/MDS nº 17, de 24 de abril de 2007, com o propósito de

fomentar a educação integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio

de apoio a atividades sócio-educativas no contraturno escolar;

CONSIDERANDO o Programa Mais Cultura, instituído pelo

Ministério da Cultura por meio de Decreto Presidencial nº 6.226, de

04 de outubro de 2007;

CONSIDERANDO o caráter intersetorial das políticas de

inclusão social e de formação para a cidadania, a co-responsabilidade

de todos os entes federados em sua implementação, bem como a

necessidade de planejamento territorial das ações intersetoriais, de

modo a promover sua articulação no âmbito local; CONSIDERANDO a importância da

formação cultural para

o desenvolvimento social do País, o acesso às atividades culturais como meio de promoção da cidadania, o aprendizado da convivência democrática, a participação social e o exercício da cidadania;

CONSIDERANDO a necessidade de garantir o acesso aos bens culturais e meios necessários para a expressão simbólica, promovendo a auto estima, o sentimento de pertencimento, o protagonismo social e a diversidade cultural;

CONSIDERANDO a urgência em qualificar o ambiente social das cidades e dos territórios de identidade do País e em ampliar a oferta de equipamentos e os meios de acesso à produção e a expressão cultural;

CONSIDERANDO que é preciso gerar oportunidades de trabalho, emprego e renda para jovens, trabalhadores, micro, pequenas e médias empresas e empreendimentos da economia solidária do mercado cultural brasileiro, resolvem:

Art. 1º Estabelecer as diretrizes para cooperação entre os Ministérios da Educação e da Cultura, com o objetivo de implementar ações conjuntas, diretamente ou em articulação com Estados, Distrito Federal, Municípios e organizações sociais e culturais, nacionais, estrangeiras ou internacionais envolvidas.

Art. 2º As ações mencionadas no artigo primeiro, e na pauta para o desenvolvimento de ações e projetos para uma gestão integrada, estabelecida pela Câmara Interministerial MinC/MEC, e anexa a este instrumento, os Ministérios da Educação e da Cultura observarão as seguintes diretrizes:

I - priorizar a presença das artes, da cultura e da educação patrimonial no ensino formal e na comunidade, mediante programas de atividades socioeducativas e abertura de editais específicos para a geração de conteúdos;

II - ampliar o acesso à radiodifusão, à TV pública, ao cinema, ao audiovisual e à tecnologia digital e de conteúdos como educação e cultura, nos espaços escolares, nas sedes de associações, praças e parques;

III - fomentar a qualificação da esfera pública e a construção de inteligência estratégica para o desenvolvimento cultural do País;

IV - promover a formação professores, gestores, estudantes e comunidades para a valorização, reconhecimento e regulamentação dos saberes tradicionais, da diversidade étnico-racial, social e cultural

e do patrimônio material e imaterial, mediante atividades que garantam resultados práticos, como publicações, audiovisuais, exposições e novas metodologias;

V - fomentar a integração da escola e comunidade no contexto cultural nacional e internacional, mediante fóruns, encontros, seminários e outras formas de intercâmbio cultural;

VI - colaborar para a construção de política pública integrada para as populações indígenas e afro-brasileiras;

VII - promover a formação e o desenvolvimento da pesquisa nas áreas de artes e cultura, por, meio de editais e premiações;

VIII - ampliar a presença brasileira no mundo, por meio das instituições educacionais e de cultura, garantindo a concessão de bolsas para a formação e pesquisa em cultura, em parceria com o MinC;

IX - ampliar o acesso ao livro e a leitura na escola e na comunidade, em parceria com o MinC;

X - ampliar a participação do MinC no Programa Mais Educação;

XI - fomentar a constituição de espaços públicos adequados para as atividades culturais na escola e na comunidade e a educação patrimonial.

Parágrafo Único - Para as ações a serem implementadas no âmbito da educação básica serão consideradas as diretrizes e critérios definidos pelo Fórum Mais Educação do Programa Mais Educação do qual o Ministério da Cultura é participante.

Art. 3º Na execução das etapas de implantação dos espaços e atividades culturais ou infra-estrutura cultural nos espaços escolares e na comunidade participarão:

I - o Ministério da Cultura, na qualidade de parceiro;

II - o Ministério da Educação, na qualidade de parceiro;

III - os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, na qualidade de proponentes, diretamente ou por meio de órgãos de sua administração;

IV - as organizações sociais e culturais, locais, estaduais ou regionais reconhecidas por sua atuação no campo cultural e

V - as organizações públicas e privadas, governamentais e não-governamentais, nacionais, estrangeiras ou internacionais.

Art. 4º Os Ministérios da Cultura e da Educação se responsabilizarão conjuntamente pela aprovação e acompanhamento da

execução dos projetos, bem como da elaboração da metodologia de capacitação e qualificação;

Art. 5º O Ministério da Educação subsidiará o Ministério da Cultura na análise dos projetos, disponibilizando informações para a implementação das diretrizes a que se refere o artigo 2º desta Portaria.

Art. 6º A Câmara Interministerial para a EDUCAÇÃO e CULTURA instituída pelo Ministério da Educação e o Ministério da Cultura ficará encarregada de promover a troca de informações e de estabelecer a prioridade dos projetos apresentados, considerando as diretrizes estabelecidas nesta Portaria.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

FERNANDO HADDAD  
Ministro de Estado da Educação  
GILBERTO GIL MOREIRA  
Ministro de Estado da Cultura  
**SECRETARIA EXECUTIVA**

**PORTARIA Nº 603, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2007**  
O SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA CULTURA, no uso de suas atribuições legais, e em cumprimento ao disposto na Lei 8.313, de 23 de dezembro de 1991, Decreto nº 5.761, de 27 de abril de 2006, Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, alterada pela Lei nº 10.454 de 13 de maio de 2002 e Portaria n.º 500 de 18 de dezembro de 1998, resolve:

Art. 1º Aprovar os projetos audiovisuais, relacionados no anexo I, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, nos termos do Art. 18 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, com a redação dada pelo Art. 53, alínea f, da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001.

Art. 2º Aprovar os projetos audiovisuais, relacionados no anexo II, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, nos termos do Art. 26 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA  
ANEXO I  
07 3154 - Festival Anim!Arte Projeto Itinerante de Mostra Filmes e Oficinas de Animação.ELS2 - Consultoria e PublicidadeCNPJ/CPF: 05.585.081/0001-52  
Processo: 01400.003818/07-19  
RJ-Rio de Janeiro

**ANEXO B** - Programa de apoio a cultura: extensão universitária. ProExt Cultura.  
Edital 2008.

*EDITAL Nº 01/2008*

**BRASÍLIA, 24 de Setembro de 2008**

**PROGRAMA DE APOIO À EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA  
PROEXT 2008 – MEC/ CULTURA**

**MINISTÉRIO DA CULTURA  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

**EDITAL Nº 01/2008**

Brasília, 24 de Setembro de 2008

**ÍNDICE**

1. Conceituação e Objetivos do PROEXT/MEC/CULTURA	3
2. Objeto	3
3. Definições	3
4. Área Temática	4
5. Condições de Participação	4
6. Recursos Orçamentários e Financeiros	4
7. Aplicação dos Recursos	5
8. Vigência	5
9. Elaboração das Propostas	5
10. Análise e Julgamento das Propostas	6
11. Classificação e Desclassificação das Propostas	7
12. Acompanhamento e Avaliação	7
13. Publicações	8
14. Inscrição das Propostas	8
15. Calendário	9
16. Informações Adicionais	9
17. Da Divulgação	9
Anexo I – Diretrizes específicas para elaboração das propostas	10
Anexo II – Ficha de Identificação	11
Anexo III - Modelo de Proposta	12

**EDITAL N 01/2008 PROEXT MEC/CULTURA**

Brasília, 24 de Setembro de 2008

A União representada pelo Ministério da Educação e Ministério da Cultura convoca as Instituições Públicas de Ensino Superior a apresentarem propostas de desenvolvimento de projetos no âmbito da extensão universitária, de acordo com o estabelecido neste Edital.

**1 Conceituação e Objetivos do PROEXT MEC/CULTURA**

1.1 O Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Superior - SESu/MEC, e o Ministério da Cultura, por meio da Secretaria de Políticas Culturais - SPC/MinC, apóiam as Instituições Públicas de Ensino Superior no desenvolvimento de projetos de extensão que contribuam para a implementação e para o impacto de políticas públicas, potencializando e ampliando patamares de qualidade das ações propostas, projetando a natureza das mesmas e a missão da universidade pública.

1.2 O **PROEXT MEC/CULTURA 2008** é um instrumento que abrange projetos de extensão universitária, com ênfase à inclusão social e cultural, e que contribuam para a implementação de políticas públicas culturais com este caráter, tendo como objetivos:

1.2.1 Dotar as Instituições Públicas de Ensino Superior de melhores condições de gestão de suas atividades acadêmicas de extensão para os fins prioritários enunciados nesse programa;

1.2.2 Apoiar as Instituições Públicas de Ensino Superior no desenvolvimento de projetos de extensão que contribuam para o fortalecimento da Política Nacional de Cultura;

1.2.3 Potencializar e ampliar os patamares de qualidade das ações propostas, projetando a natureza das mesmas e a missão da universidade pública, bem como os objetivos e diretrizes do Fundo Nacional de Cultura do Ministério da Cultura.

## 2 Objeto

2.1 O presente edital tem por objeto convocar as Instituições Públicas de Ensino Superior a apresentarem projetos de extensão em temas relacionados à Política Nacional de Cultura.

## 3 Definições

3.1 Entende-se como **projeto de extensão cultural**, um conjunto de ações processuais contínuas, de caráter educativo, social, cultural, científico e tecnológico, que visem a alcançar determinados objetivos num período de tempo pré-estabelecido.

## 4 Áreas Temáticas

4.1 Os projetos de extensão cultural deverão se enquadrar em um tema relacionado a seguir:

4.1.1 Memória social e patrimônio;

4.1.2 Economia da cultura e empreendimentos culturais autogestionários;

4.1.3 Leitura e cidadania;

4.1.4 Inovação de linguagem;

4.1.5 Produção de conteúdo audiovisual e linguagens alternativas;

## 5 Condições de Participação:

5.1 Poderão apresentar propostas e participar do processo de análise e julgamento todas as Instituições Públicas de Ensino Superior.

5.1.1 Serão desclassificadas as propostas de IES que tenham participado de Editais do MEC e MinC e que não tenham encaminhado todos os relatórios previstos nos respectivos editais.

5.2 Não há limite de quantidade de propostas que podem ser enviadas por cada instituição.

5.3 Os projetos apresentados, além de obedecerem às diretrizes de natureza acadêmica, prático-metodológicas e de relação com a sociedade (Anexo I), deverão ter a característica de atuarem sobre questões culturais.

5.4 É recomendável a aproximação com instituições parceiras visando a capacitação de recursos e de pessoas e a articulação de programas e projetos desenvolvidos pela universidade e pela sociedade, fortalecendo os programas específicos da área sócio-cultural.

5.5 As propostas deverão contemplar a participação de estudantes de graduação nas atividades desenvolvidas.

5.6 As instituições proponentes poderão habilitar-se para a realização de projetos com financiamento de até R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) por projeto.

5.7 Todos os projetos concorrentes deverão cumprir os procedimentos acadêmicos da Instituição, devidamente aprovados nas instâncias competentes.

5.8 Caberá ao Pró-Reitor de Extensão, ou equivalente na instituição, o recebimento e seu posterior encaminhamento ao MEC.

5.8.1 Não serão acolhidas propostas que não sejam encaminhadas por correspondência oficial do Pró-Reitor de Extensão, ou cargo equivalente, nos termos aqui estabelecidos.

## **6 Recursos Orçamentários e Financeiros**

6.1 O presente edital prevê a aplicação de recursos financeiros, não reembolsáveis, conforme as diretrizes e o tema previsto neste edital, no montante de até R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais).

6.2 Programação orçamentária 2008:

<b>Ano</b>	<b>IES Públicas</b>	<b>Valor total</b>
2008	R\$ 3.600.000,00	R\$ 3.600.000,00

6.2.1 Os recursos do presente edital são provenientes do Fundo Nacional de Cultura do Ministério da Cultura e serão geridos pela Fundação de Apoio à Universidade Federal de São João del-Rei

- FAUF em função de convênio celebrado em 31 de dezembro de 2007 para este fim.

6.2.1.1 Caberá à FAUF e a uma equipe nomeada pelo Ministério da Cultura, formalizar os instrumentos de repasse com as instituições selecionadas, administrar os recursos e receber e analisar as prestações de contas.

6.2.1.2 O repasse dos recursos às instituições selecionadas dar-se-á em até duas parcelas.

## **7 Aplicação dos Recursos**

A aplicação dos recursos orçamentários e financeiros deverá ser destinada ao atendimento dos projetos apresentados cujas ações sejam compatíveis com a missão da universidade pública, especialmente na formação e na qualificação profissional e educacional.

7.1 A aquisição de equipamentos e/ou material permanente deverá estar vinculada ao desenvolvimento do projeto, devidamente justificada a sua necessidade, até o limite de 20% do valor do projeto.

7.2 O material de consumo previsto no projeto deve estar vinculado ao desenvolvimento do projeto e devidamente justificado (é vedado o uso de recursos provenientes deste edital para financiar itens como coquetéis, festas e afins).

7.3 É proibida a aplicação de recursos para pagamentos de taxa de administração.

7.4 É proibida a aplicação de recursos em pagamento, a qualquer título, a servidor da administração pública, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, por serviços de consultoria ou assessoria.

7.5 Os projetos deverão especificar eventuais parcerias e outras fontes de financiamento para a sua operacionalização, quando for o caso.

7.6 No caso de eventuais saldos, o Ministério da Cultura deverá redirecionar os mesmos para o atendimento a outras propostas concorrentes.

## **8 Vigência**

8.1 O Edital **PROEXT MEC/CULTURA 2008** terá vigência até 31 de Dezembro de 2009.

## **9 Elaboração da Proposta**

9.1 As propostas ao **PROEXT MEC/CULTURA 2008** deverão ser elaboradas em conformidade com os Anexos I, II e III deste Edital e atender ao seguinte:

9.1.1 Preenchimento de ficha de identificação, conforme ANEXO II;

9.1.2 Explicação detalhada dos fundamentos culturais, sociais e teóricos que o orientaram;

9.1.3 Clareza e precisão dos objetivos definidos;

9.1.4 Explicação dos procedimentos metodológicos;

9.1.5 Indicação do público-alvo e do número estimado de pessoas beneficiadas;

9.1.6 Cronograma de execução;

9.1.7 Detalhamento da infra-estrutura existente para execução da proposta;

9.1.8 Respeitados os limites estabelecidos no subitem 5.6, discriminar conforme ANEXO III, os valores da proposta orçamentária.

## **10 Análise e Julgamento das Propostas**

10.1 Caberá ao *Comitê Técnico Multidisciplinar (CTM)*, nomeado por portaria específica do Ministério da Cultura, formado, nos termos do disposto no art. 18 e seguintes da Lei nº 9.784/99, por representantes indicados pela Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação, por representantes indicados pela Secretaria de Políticas Culturais do Ministério da Cultura, a seleção das propostas submetidas a este Edital, de acordo com as seguintes etapas e critérios:

10.1.1 *Etapa I - Análise Técnica* que consistirá na análise preliminar das propostas apresentadas que serão avaliadas e priorizadas tomando por base os critérios a seguir detalhados:

10.1.1.1 Clara explicitação dos conteúdos a serem tratados;

10.1.1.2 Mérito, pertinência e viabilidade de execução da proposta;

10.1.1.3 Expectativa de geração de produtos, processos ou serviços especializados;

10.1.1.4 Relevância da proposta para o avanço do conhecimento científico, tecnológico e de inovação no tema;

10.1.1.5 Experiência da equipe em relação aos objetivos gerais e específicos da proposta;

10.1.1.6 Coerência, exequibilidade e o conteúdo cultural das propostas.

10.1.2 *Etapa II - Análise de Mérito e Relevância* que será realizada pelo CTM. Neste processo as propostas serão avaliadas e priorizadas tomando por base os critérios a seguir detalhados:

- 10.1.2.1 Adequação do orçamento aos objetivos propostos;
- 10.1.2.2 Adequação do cronograma aos objetivos propostos;
- 10.1.2.3 Adequação da infra-estrutura institucional e de apoio técnico;
- 10.1.2.4 Estratégias de divulgação e implementação das atividades propostas;
- 10.1.2.5 Impacto da proposta nas ações do Ministério do Cultura, no âmbito da implementação da Política Nacional de Cultura.

10.2. A avaliação das propostas obedecerá também aos seguintes critérios, que poderão ter caráter eliminatório ou classificatório conforme tabela abaixo:

QUESITO	CARÁTER
cumprimento dos procedimentos acadêmicos, relativos à extensão universitária	Eliminatório
atendimento ao tema	Eliminatório
natureza acadêmica, social e cultural	Eliminatório
consolidação da interface sociedade civil e academia (criação de redes)	Eliminatório
fundamentação teórica	Classificatório
objetivos	Classificatório
metodologia	Classificatório
movimento social	Classificatório
cronograma de execução	Classificatório
acompanhamento e avaliação	Classificatório
equipe executora	Classificatório
infra-estrutura	Classificatório
Difusão cultural	Classificatório

10.3 Após a análise de mérito e relevância de cada proposta e da adequação de seu orçamento, o *Comitê Técnico Multidisciplinar (CTM)*, dentro dos limites orçamentários definidos neste Edital, poderá indicar:

- 10.3.1 Recomendação, com ou sem cortes orçamentários e/ou com ou sem adequação da cobertura territorial;
- 10.3.2 Não recomendação.

10.4 Será utilizado um formulário padrão para registrar o parecer do Comitê Técnico Multidisciplinar sobre as propostas. Para propostas recomendadas, será explicitado o mérito e definido o valor a ser financiado. O CTM poderá recomendar adequações no cronograma proposto.

10.5 Ao serem concluídos os trabalhos de julgamento, será elaborada uma Ata da Reunião do Comitê Técnico Multidisciplinar - CTM, contendo a relação dos projetos recomendados e não recomendados.

10.6 Os membros do Comitê Técnico Multidisciplinar não poderão participar de nenhuma equipe que esteja submetendo propostas a este Edital.

## **11 Classificação das propostas**

11.1 O julgamento e a classificação das propostas são atos do Comitê Técnico Multidisciplinar que, em consequência, reserva-se o direito de, em decisão motivada, desclassificar as propostas em desacordo com este edital, que se revelarem manifestamente inexecutáveis, ou que, mesmo classificadas, excedam o limite dos recursos disponíveis.

11.2 Em caso de empate, será considerada para o desempate, a maior pontuação atribuída pelos avaliadores aos seguintes quesitos, obedecida a ordem de prioridade estabelecida:

11.2.1 Mérito, pertinência e viabilidade da execução da proposta;

11.2.2 Experiência da equipe executora em relação aos objetivos gerais e específicos da proposta;

11.3 Concluído o julgamento das propostas, o CTM elaborará relatório que será submetido ao conhecimento do Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação e do Secretário de Política Cultural do Ministério da Cultura que encaminharão o mesmo para divulgação.

11.4 Após a divulgação do resultado provisório, haverá um prazo de 5 (cinco) dias úteis para a interposição de recurso das decisões do CTM, que será julgado pela Secretaria de Políticas Culturais do Ministério da Cultura, observado o disposto no §4º do art.109 da Lei nº8.666/93.

11.5 Havendo desistência por parte da proponente, a mesma deverá comunicar oficialmente ao Ministério da Educação e ao Ministério da Cultura.

## **12 Acompanhamento e Avaliação**

12.1 O acompanhamento dos projetos dar-se-á por meio de:

12.1.1 Análise do relatório parcial das atividades com informações do projeto quando da realização de 50% das atividades planejadas. Esse relatório deve conter os dados da execução das suas etapas, cumprimento de metas e alcance de objetivos. Deve também o relatório abordar as dificuldades encontradas e soluções e alternativas adotadas;

12.1.2 Verificação “in loco”, por amostragem, às instituições;

12.1.3 Análise do relatório final de atividades a ser apresentado até 24/07/2009;

12.2 É de responsabilidade do Coordenador do projeto a elaboração dos relatórios parcial e final de atividades e o envio sistemático do cronograma atualizado de atividades a serem desenvolvidas, os quais deverão ser encaminhados ao MinC.

12.3 É de responsabilidade das IES participantes o cumprimento integral de todas as condições constantes do presente Edital, sob pena do cancelamento da concessão do apoio financeiro e devolução dos valores percebidos, sem prejuízo das demais cominações administrativas e legais.

12.4 É de responsabilidade das IES participantes a fiscalização e acompanhamento das atividades, adotando todas as medidas necessárias ao seu fiel cumprimento, sendo responsável solidária pelas obrigações contratuais.

12.5 O Ministério da Cultura e o Ministério da Educação reservam-se o direito de, durante a execução do projeto, promover visitas técnicas ou solicitar informações adicionais visando aperfeiçoar o sistema de Avaliação e Acompanhamento.

### 13 Publicações

13.1 As publicações científicas e quaisquer outros meios de divulgação de trabalhos realizados e de seus resultados, financiados com recursos do presente Edital, deverão citar, obrigatoriamente, o apoio do Fundo Nacional de Cultura do Ministério da Cultura e do Programa de Apoio à Extensão Universitária - PROEXT da Secretaria de Educação Superior do MEC.

13.2 As ações publicitárias dos projetos financiados com recursos da União deverão observar rigorosamente as disposições contidas no § 1º do art. 37 da Constituição Federal, assim como aquelas consignadas nas Instruções da Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica da Presidência da República – atualmente a IN/SECOM-PR nº 31, de 10 de setembro de 2003.

### 14 Inscrição das Propostas

14.1 As inscrições das propostas deverão ser realizadas mediante os seguintes procedimentos:

14.1.1 Envio do projeto na versão digital, conforme Anexos I e II e III, para o endereço eletrônico [proextmeccultura@mec.gov.br](mailto:proextmeccultura@mec.gov.br).

14.1.2 Envio de uma via impressa do projeto, conforme Anexos I, II e III, disponíveis nos sites: <http://www.mec.gov.br/proext> e <http://www.cultura.gov.br>, via SEDEX, assinado pelo Pró-Reitor de Extensão, ou cargo equivalente, para o seguinte endereço:

*Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Superior  
Diretoria de Políticas e Programas de Graduação da Educação Superior –  
DIPES  
Esplanada dos Ministérios – Bloco L - 3º andar – Anexo II - sala 343  
CEP: 70047-901 - Brasília – DF*

14.2 A experiência acadêmica do coordenador e da equipe executora será avaliada através dos Currículos *Vitae* da plataforma Lattes dos membros da equipe (não é necessário o envio dos currículos).

14.3 As propostas deverão ser recebidas, até a data limite de 10 de Novembro de 2008, sendo que após esta data, todas as propostas serão desconsideradas.

14.4 Para efeito de comprovação de prazo de entrega da proposta, será considerada a data de postagem do envelope nos correios.

### 15 Calendário

Eventos	Prazos
Lançamento do Edital	25/09/08
Inscrições das propostas	até 10/11/2008

**16 Informações Adicionais**

- 16.1 Esclarecimentos e informações adicionais poderão ser obtidas entrando em contato com a Gerencia de Políticas Culturais – GPC/SPC/Minc pelo telefone (61) 3316-2289 ou correio eletrônico no endereço: [proext-cultura@cultura.gov.br](mailto:proext-cultura@cultura.gov.br) e com a Diretoria de Políticas e Programa de Graduação da Educação Superior – DIPES/SESu/MEC pelo telefone (61) 2104-8905 ou por correio eletrônico no endereço: [proextmeccultura@mec.gov.br](mailto:proextmeccultura@mec.gov.br).

**17 Da Divulgação**

- 17.1 O presente edital será publicado por extrato no Diário Oficial da União e na íntegra nos sítios do Ministério da Educação e no do Ministério da Cultura.
- 17.2 Os resultados decorrentes do processo seletivo do presente edital serão publicados na íntegra nos sítios do Ministério da Educação e no do Ministério da Cultura.

**Pablo Martins**

**Secretário de Políticas Culturais - substituto - SPC/MinC**

**Ronaldo Mota**

**Secretário de Educação Superior - SESu/MEC**

**PROEXT MEC/CULTURA 2008****ANEXO I – Diretrizes específicas para elaboração das propostas**

As propostas ao **PROEXT MEC/CULTURA** deverão ser elaboradas em conformidade com o Anexo II e III deste Edital e atender às seguintes diretrizes específicas:

1. **De natureza acadêmica:**
  - 1.1 Cumprimento ao preceito da indissociabilidade extensão, ensino e pesquisa, caracterizada pela integração da ação desenvolvida à formação técnica e cidadã do estudante e pela produção e difusão de novos conhecimentos e novas metodologias, de modo a configurar a natureza extensionista da proposta;
  - 1.2 Interdisciplinaridade, caracterizada pela interação de modelos e conceitos complementares, de material analítico e de metodologia, com ações interprofissionais e interinstitucionais, com consistência teórica e operacional que permita a estruturação das diversas ações de extensão propostas;
  - 1.3 Impacto na formação do estudante – técnico-científica, pessoal e social, existência de projeto didático-pedagógico que facilite a flexibilização e a integralização curricular, com a possibilidade de atribuição de créditos acadêmicos, sob orientação docente/tutoria e avaliação;
  - 1.4 Geração de produtos ou processos como publicações, monografias, dissertações, teses, abertura de novas linhas de extensão, ensino e pesquisa.
2. **De natureza prático-metodológica:**
  - 2.1 Valorizar as formas interativas, de modo a estimular a reflexão coletiva sobre a cultura e a incorporação ativa dos diferentes atores na execução do projeto;
  - 2.3 Fortalecer o caráter multidisciplinar necessário aos quadros técnicos públicos e agentes sociais, para que exerçam com autonomia as funções de agentes culturais, da gestão, da avaliação e do monitoramento da implementação de políticas culturais.
3. **De relação com a sociedade**
  - 3.1 Impacto social, pela ação transformadora sobre os problemas sociais, contribuição à inclusão de grupos sociais, ao desenvolvimento de meios e processos de produção, inovação e transferência de conhecimento e à ampliação de oportunidades educacionais, facilitando o acesso ao processo de formação e de qualificação;
  - 3.2 Relação bilateral com os outros setores da sociedade, pela interação do conhecimento e experiência acumulados na academia com saber popular e pela articulação com organizações de outros setores da sociedade, com vistas ao desenvolvimento de sistemas de parcerias interinstitucionais;
  - 3.3 Contribuição na formulação, implementação e acompanhamento das políticas públicas prioritárias a Cultura.

<b>PROJETO:</b>
<b>INSTITUIÇÃO PROPONENTE:</b>
<b>PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO:</b>
<b>COORDENADOR</b> (nome, telefone, e-mail):
<b>TÍTULO:</b>
<b>RESUMO: (máximo 10 linhas)</b>

\_\_\_\_\_

**Coordenador**

(assinar e datar)

\_\_\_\_\_

**Pró-Reitor de Extensão**

(assinar e datar)

**PROEXT MEC/CULTURA 2008**  
**ANEXO III – Modelo de Proposta**

<b>PROJETO:</b>			
<b>INSTITUIÇÃO PROPONENTE:</b>			
<b>TÍTULO:</b>			
<b>COORDENADOR:</b>			
<b>EQUIPE</b>			
NOME	UNIDADE	CATEGORIA PROFISSIONAL	FUNÇÃO NO PROJETO
1.			
2.			
3.			
4.			

**FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

**APRESENTAÇÃO:**

**JUSTIFICATIVA:**

**OBJETIVOS:**

**METAS E RESULTADOS ESPERADOS:**

**METODOLOGIA:**

**PÚBLICO-ALVO:**

**Nº DE PESSOAS  
BENEFICIADAS:**

**MUNICÍPIOS BENEFICIADOS:**

**CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO**

EVENTO	PERÍODO	OBSERVAÇÕES

**ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO**

**INDICADORES:**

**SISTEMÁTICA:**

**INFRA-ESTRUTURA:**

**PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA**

RUBRICA	VALOR (R\$)
<b>INVESTIMENTO (até 20% do total do projeto)</b>	
Bens de capital	
<b>CUSTEIO</b>	
Material de Consumo	
Passagens e Deslocamento	
Diárias	
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
<b>Total</b>	

**Referências Bibliográficas:**

---

**Coordenador**  
(assinar e datar)

---

**Pró-Reitor de Extensão** (assinar e datar)

**ANEXO C - Plano nacional de extensão universitária. 2000/2001**

**Plano Nacional de Extensão Universitária**

**Edição Atualizada**

**Brasil**

**2000 / 2001**

**Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e SESu / MEC**

Numa sociedade cuja quantidade e qualidade de vida assenta em configurações cada vez mais complexas de saberes, a legitimidade da universidade só será cumprida quando as actividades, hoje ditas de extensão, se aprofundarem tanto que desapareçam enquanto tais e passem a ser parte integrante das actividades de investigação e de ensino.

SANTOS, Boaventura de Souza.

**APRESENTAÇÃO**

**UNIVERSIDADE E SOCIEDADE**

Este Plano Nacional de Extensão Universitária, elaborado pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e pela Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação e do Desporto, reflete o compromisso da universidade com a transformação da sociedade brasileira em direção à justiça, à solidariedade e à democracia. A adesão de outras instituições de ensino superior significa adesão a esses princípios, objetivos e diretrizes.

O Plano não pretende subtrair das universidades a capacidade de decidir sobre seus programas de extensão universitária. Tendo sido elaborado em debate aberto, representa o pensamento de grande parte das comunidades universitárias brasileiras, reconhece a autonomia da universidade e apresenta propostas orientadas por valores civilizatórios.

**PONTO DE PARTIDA**

A extensão universitária é a atividade acadêmica capaz de imprimir um novo rumo à universidade brasileira e de contribuir significativamente para a mudança da sociedade. Nos dez anos de existência do Fórum<sup>101</sup> - com uma nova Constituição, uma nova LDB e com o Plano Nacional de Educação -, seus conceitos amadureceram, seus instrumentos foram aperfeiçoados e suas principais dificuldades foram afastadas.

Assim é que, no Fórum de Pró-Reitores, elaborou-se o Programa Universidade Cidadã, em que foram definidos oito eixos temáticos considerados áreas importantes de atuação para o momento em que vivemos e nos quais as universidades já trabalhavam, atendendo às demandas da sociedade. O Programa Universidade Cidadã foi o ponto de partida para a produção deste Plano Nacional.

**POLÍTICAS PÚBLICAS**

As universidades públicas brasileiras são instituições criadas para atender às necessidades do país. Estão distribuídas em todo o território nacional e em toda a sua existência sempre estiveram associadas ao desenvolvimento econômico, social, cultural e político da nação, constituindo-se em espaços privilegiados para a produção e acumulação do conhecimento e a formação de profissionais cidadãos.

<sup>101</sup> Referência de 1997, quando o texto começou a ser redigido.

Por isso, o Fórum de Pró-Reitores de Extensão propõe a participação dessas universidades nas discussões, elaboração e execução de políticas públicas que tenham a cidadania e o cidadão como suas principais referências.

### **BREVE HISTÓRIA GÊNESE E CAMINHOS**

A universidade brasileira surgiu tardiamente, na primeira metade do século XX, pela união de escolas superiores isoladas criadas por necessidades práticas do governo, por carências sentidas pela sociedade ou como resultado de avaliação sobre um potencial existente em uma ou outra área.

Foi também nesse período que as conferências tidas como "lições públicas" começaram a ser oferecidas pela Universidade de São Paulo, caracterizando a tomada de consciência da instituição para essa necessidade de difundir o conhecimento ali acumulado.

De qualquer modo, esses fatos colocam as universidades brasileiras, desde o início de sua história, muito próximas das comunidades que lhes deram origem.

### **MOVIMENTOS SOCIAIS**

No fim dos anos 50, início dos anos 60, os estudantes universitários brasileiros, organizados na União Nacional dos Estudantes - UNE, empreenderam movimentos culturais e políticos reconhecidos como fundamentais para a formação das lideranças intelectuais de que carecia o país. Estavam assim definidas as áreas de atuação extensionista, antes mesmo que o conceito fosse formalmente definido.

O fortalecimento da sociedade civil, principalmente nos setores comprometidos com as classes populares, em oposição ao enfraquecimento da sociedade política ocorrido na década de 80, em especial nos seus últimos anos, possibilita pensar a elaboração de uma nova concepção de universidade, baseada na redefinição das práticas de ensino, pesquisa e extensão até então vigentes.

### **NOVA CONCEPÇÃO**

Do assistencialismo passou-se ao questionamento das ações desenvolvidas pela extensão; de função inerente à universidade, a extensão começou a ser percebida como um processo que articula o ensino e a pesquisa, organizando e assessorando os movimentos sociais que estavam surgindo.

A institucionalização passava a ser perseguida, só que em sua dimensão processual, envolvendo toda a universidade - e não mais através de programas concebidos fora do espaço acadêmico. Pelo ensino se encontrariam formas de atender à maioria da população, através de um processo de educação superior crítica, com o uso de meios de educação de massa que preparassem para a cidadania, com competência técnica e política.

A pesquisa, tanto a básica quanto a aplicada, deveria ser sistematicamente direcionada ao estudo dos grandes problemas, podendo fazer uso de metodologias que propiciassem a participação das populações na condição de sujeitos, e não na de meros espectadores.

### **EXTENSÃO E CONHECIMENTO**

Esse tipo de extensão - que vai além de sua compreensão tradicional de disseminação de conhecimentos (cursos, conferências, seminários), prestação de serviços (assistências, assessorias e consultorias) e difusão cultural (realização de eventos ou produtos artísticos e culturais) - já apontava para uma concepção de universidade em que a relação com a população passava a ser encarada como a oxigenação necessária à vida acadêmica.

Dentro desses balizamentos, a produção do conhecimento, via extensão, se faria na troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, tendo como conseqüência a democratização do conhecimento, a participação efetiva da comunidade na atuação da universidade e uma produção resultante do confronto com a realidade.

### **O QUE É A EXTENSÃO CONCEITUAÇÃO**

O reconhecimento legal dessa atividade acadêmica, sua inclusão na Constituição e a organização do Fórum de Pró-Reitores de Extensão, no fim da década de 80, deram à comunidade acadêmica as condições e o lugar para uma conceituação precisa da extensão universitária, assim expressa no I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão<sup>102</sup>:

A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade.

A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da praxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento.

Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como conseqüências a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade. Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social.

### **INSTITUCIONALIZAÇÃO**

A conceituação assumida pelos Pró-Reitores expressa uma postura da universidade diante da sociedade em que se insere. Sua função básica de produtora e de socializadora do conhecimento, visando à intervenção na realidade, possibilita acordos e ação coletiva entre universidade e população.

Por outro lado, retira da extensão o caráter de "terceira função" para dimensioná-la como filosofia, ação vinculada, política, estratégia democratizante, metodologia, sinalizando para uma universidade voltada para os problemas sociais com o objetivo de encontrar soluções através das pesquisas básica e aplicada, visando realimentar o processo ensino-aprendizagem como um todo e intervindo na realidade concreta.

Ao se afirmar que a extensão é parte indispensável do pensar e fazer universitários, assume-se uma luta pela institucionalização dessas atividades, tanto do ponto de vista administrativo como acadêmico, o que implica a adoção de medidas e procedimentos que redirecionam a própria política das universidades.

Ao reafirmar o compromisso social da universidade como forma de inserção nas ações de promoção e garantia dos valores democráticos, de igualdade e desenvolvimento social, a extensão se coloca como prática acadêmica que objetiva interligar a universidade, em suas atividades de ensino e pesquisa, com as demandas da sociedade.

### **PESQUISA E ENSINO**

Com relação à pesquisa, reconhece-se um leque bastante diversificado de possibilidades de articulação do trabalho realizado na universidade com setores da sociedade. Assume interesse especial a possibilidade de produção de conhecimento na interface universidade/comunidade, priorizando as metodologias participativas e favorecendo o diálogo entre categorias utilizadas por pesquisados e pesquisadores, visando à criação e recriação de conhecimentos possibilitadores de transformações sociais, em que a questão central será identificar o que deve ser pesquisado e para quais fins e interesses se buscam novos conhecimentos.

Quanto ao ensino, discute-se e aprofunda-se um novo conceito de sala de aula, que não se limite ao espaço físico da dimensão tradicional, mas compreenda todos os espaços, dentro e fora da universidade, em que se realiza o processo histórico-social com suas múltiplas determinações, passando a expressar um conteúdo multi, inter e transdisciplinar, como exigência decorrente da própria prática.

<sup>102</sup> **Referência ao encontro de 1987, quando foi criado o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras.**

O estágio curricular é alçado como um dos instrumentos que viabilizam a extensão enquanto momento da prática profissional, da consciência social e do compromisso político, devendo ser obrigatório para todos os cursos, desde o primeiro semestre, se possível, e estar integrado a projetos decorrentes dos departamentos e à temática curricular, sendo computado para a integralização do currículo de docentes e discentes.

### **AÇÃO GLOBAL**

Fica claro que a extensão só se concretizará, enquanto prática acadêmica, quando for discutida a sua proposta de ação global e sua inserção institucional nos departamentos, definindo as suas linhas de ensino e pesquisa em função das exigências da realidade.

É importante ressaltar que a intervenção na realidade não visa levar a universidade a substituir funções de responsabilidade do Estado, mas sim produzir saberes, tanto científicos e tecnológicos quanto artísticos e filosóficos, tornando-os acessíveis à população, ou seja, a compreensão da natureza pública da universidade se confirma na proporção em que diferentes setores da população brasileira usufruam dos resultados produzidos pela atividade acadêmica, o que não significa ter que, necessariamente, frequentar seus cursos regulares.

### **PLANO NACIONAL**

#### **PRINCÍPIOS BÁSICOS | PROFISSIONAL CIDADÃO | INSTRUMENTO DE MUDANÇA**

#### **SIGNIFICADO E IMPORTÂNCIA | OBJETIVOS | METAS ( ORGANIZAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA - ARTICULAÇÃO COM A SOCIEDADE )**

#### **ÁREAS TEMÁTICAS | UNIVERSIDADE CIDADÃ | FINANCIAMENTO E**

#### **AVALIAÇÃO**

#### **PRINCÍPIOS BÁSICOS**

Assumir mais veementemente a posição de uma universidade voltada para os interesses e as necessidades da maioria da população requer a retomada de alguns princípios básicos presentes na plataforma política da extensão universitária desde 1987:

- a ciência, a arte e a tecnologia devem alicerçar-se nas prioridades do local, da região, do país;

- a universidade não pode se imaginar proprietária de um saber pronto e acabado, que vai ser oferecido à sociedade, mas, ao contrário, exatamente porque participa dessa sociedade, a instituição deve estar sensível a seus problemas e apelos, quer através dos grupos sociais com os quais interage, quer através das questões que surgem de suas atividades próprias de ensino, pesquisa e extensão;

- a universidade deve participar dos movimentos sociais, priorizando ações que visem à superação das atuais condições de desigualdade e exclusão existentes no Brasil;

- a ação cidadã das universidades não pode prescindir da efetiva difusão dos saberes nelas produzidos, de tal forma que as populações cujos problemas tornam-se objeto da pesquisa acadêmica sejam também consideradas sujeito desse conhecimento, tendo, portanto, pleno direito de acesso às informações resultantes dessas pesquisas;

- a prestação de serviços deve ser produto de interesse acadêmico, científico, filosófico, tecnológico e artístico do ensino, pesquisa e extensão, devendo ser encarada como um trabalho social, ou seja, ação deliberada que se constitui a partir da realidade e sobre a realidade objetiva, produzindo conhecimentos que visem à transformação social;

- a atuação junto ao sistema de ensino público deve se constituir em uma das diretrizes prioritárias para o fortalecimento da educação básica através de contribuições técnico-científicas e colaboração na construção e difusão dos valores da cidadania.

### **PROFISSIONAL CIDADÃO**

Assim, tem-se hoje como princípio que, para a formação do profissional cidadão, é imprescindível sua efetiva interação com a sociedade, seja para se situar historicamente, para se identificar culturalmente e/ou para referenciar sua formação técnica com os problemas que um dia terá de enfrentar.

A extensão, entendida como prática acadêmica que interliga a universidade nas suas atividades de ensino e de pesquisa com as demandas da maioria da população, possibilita essa formação do profissional cidadão e se credencia cada vez mais junto à sociedade como espaço privilegiado de produção do conhecimento significativo para a superação das desigualdades sociais existentes.

### **INSTRUMENTO DE MUDANÇA**

A partir dessas premissas é que se considera a atividade de extensão, pelo potencial da comunidade universitária (professores, alunos, técnicos), um instrumento incomparável de mudança nas próprias instituições onde se desenvolve e nas sociedades onde essas instituições estiverem inseridas.

Resultado dessas reflexões é que se considera importante consolidar essa prática dentro das instituições de ensino, o que possibilitará a constante busca do equilíbrio adequado entre as demandas que lhe são socialmente exigidas e os saberes e as inovações que surgem do trabalho de seus professores, estudantes e funcionários técnico-administrativos.

### **SIGNIFICADO E IMPORTÂNCIA**

Este Plano Nacional de Extensão Universitária, além do significado para o desenvolvimento das instituições acadêmicas, é importante também porque permite:

- a possibilidade de dar unidade nacional aos programas temáticos que já se desenvolvem em diferentes universidades brasileiras;
- a garantia de recursos financeiros destinados à execução de políticas públicas correlatas, viabilizando a continuidade dos referidos programas;
- o reconhecimento, pelo poder público, de que a extensão universitária não se coloca apenas como uma atividade acadêmica, mas como uma concepção de universidade cidadã;
- a viabilidade de interferir na solução dos grandes problemas sociais existentes no país.

### **OBJETIVOS**

- Reafirmar a extensão universitária como processo acadêmico definido e efetivado em função das exigências da realidade, indispensável na formação do aluno, na qualificação do professor e no intercâmbio com a sociedade;
- assegurar a relação bidirecional entre a universidade e a sociedade, de tal modo que os problemas sociais urgentes recebam atenção produtiva por parte da universidade;
- dar prioridade às práticas voltadas para o atendimento de necessidades sociais emergentes como as relacionadas com as áreas de educação, saúde, habitação, produção de alimentos, geração de emprego e ampliação de renda;
- estimular atividades cujo desenvolvimento implique relações multi, inter e/ou transdisciplinares e interprofissionais de setores da universidade e da sociedade;
- enfatizar a utilização de tecnologia disponível para ampliar a oferta de oportunidades e melhorar a qualidade da educação, aí incluindo a educação continuada e a distância;
- considerar as atividades voltadas para o desenvolvimento, produção e preservação cultural e artística como relevantes para a afirmação do caráter nacional e de suas manifestações regionais;

- inserir a educação ambiental e desenvolvimento sustentado como componentes da atividade extensionista;
- valorizar os programas de extensão interinstitucionais, sob a forma de consórcios, redes ou parcerias, e as atividades voltadas para o intercâmbio e a solidariedade internacional;
- tornar permanente a avaliação institucional das atividades de extensão universitária como um dos parâmetros de avaliação da própria universidade;
- criar as condições para a participação da universidade na elaboração das políticas públicas voltadas para a maioria da população, bem como para se constituir em organismo legítimo para acompanhar e avaliar a implantação das mesmas;
- possibilitar novos meios e processos de produção, inovação e transferência de conhecimentos, permitindo a ampliação do acesso ao saber e o desenvolvimento tecnológico e social do país.

### **METAS**

Para a consecução dos objetivos propostos, é necessário estabelecer metas<sup>103</sup> no sentido de organizar a própria atividade de extensão universitária, simultaneamente com as metas ligadas à articulação com a sociedade:

#### **ORGANIZAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA**

- Consolidação do Sistema de Informações sobre extensão universitária, através da implantação de Banco de Dados Inter-relacional, em até dois anos;
- inclusão das instituições públicas de ensino superior à Rede Nacional de Extensão (RENEX), no máximo em um ano;
- elaboração de uma proposta de Programa Nacional de Avaliação da Extensão Universitária das universidades brasileiras, a ser apoiado e financiado pela Secretaria de Educação Superior do MEC, no prazo de um ano;
- implementação do Programa de Avaliação da Extensão Universitária nas IES em até três anos;
- definição de linhas prioritárias de extensão nos planos estratégicos departamentais e das universidades, em até um ano;
- adoção de indicadores quantitativos e qualitativos de extensão nas análises de mérito para alocação de vagas para docentes nas unidades e departamentos e para distribuição de recursos orçamentários internos, em dois anos;
- implantação de um Sistema Nacional de Educação Continuada e a Distância, incluindo as IES, através do desenvolvimento de mecanismos de interlocução com a Secretaria Nacional de Educação a Distância, do MEC, em até três anos;
- institucionalização da participação da extensão no processo de integralização curricular, em quatro anos;
- implementação de escritórios ou coordenações de desenvolvimento, inovação e transferência de tecnologia, articulados com as Pró-Reitorias de Extensão, em até dois anos;
- instituição de um Programa Nacional de Fomento à Extensão, Custeio e Bolsas de Extensão que seja balizado nos conceitos desenvolvidos pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão e pela sociedade civil, dentro das áreas consideradas prioritárias, em até dois anos.

#### **ARTICULAÇÃO COM A SOCIEDADE**

- Desenvolvimento de programas e projetos de extensão ligados à:
  - ampliação da oferta e melhoria da qualidade da Educação Básica, em até três anos;
  - preservação e sustentabilidade do meio ambiente, em parceria com as agências financiadoras, em nível nacional e internacional, em até três anos;
  - melhoria da saúde e qualidade de vida da população brasileira, em até três anos;

---

<sup>103</sup> Os prazos tomam como referência o ano de 1998, quando o Plano foi aprovado em plenária do Fórum.

- melhoria do atendimento à atenção integral à criança, adolescente e idoso, em até dois anos;
- participação no Programa Nacional de Educação nas áreas da Reforma Agrária através da capacitação pedagógica de monitores e coordenadores locais, em até dois anos;
- promoção do desenvolvimento cultural, estimulando as atividades voltadas para o incentivo à leitura, turismo regional, folclore e cultura popular, em até dois anos;
- desenvolvimento, em parceria com órgãos federais, estaduais, municipais e entidades não governamentais, de programas e projetos voltados para a formação de mão de obra, qualificação para o trabalho, reorientação profissional e a capacitação de gestores de políticas públicas, em até três anos.

### **ÁREAS TEMÁTICAS**

Este Plano Nacional se desdobrará em planos regionais e institucionais que considerarão as seguintes áreas temáticas<sup>104</sup>:

1. Comunicação
2. Cultura
3. Direitos humanos
4. Educação
5. Meio ambiente
6. Saúde
7. Tecnologia
8. Trabalho

### **UNIVERSIDADE CIDADÃ**

A construção dos planos regionais e institucionais tomará por base a delimitação do perfil geopolítico de cada região, a indicação das demandas sociais, a conseqüente definição de programas e projetos, e terá o suporte teórico e metodológico de acordo com o Programa Universidade Cidadã, que objetiva:

- a formação do indivíduo enquanto ser humano e social, a formação do cidadão, do profissional e do profissional cidadão;
- ações junto às comunidades de baixo poder aquisitivo e que requerem, portanto, potencializar sua organização política;
- ações em parceria com lideranças e instituições das comunidades e dos movimentos sociais;
- consolidação da organização das comunidades;
- ações assumidas coletivamente dando a elas caráter pessoal;
- identificação de oportunidades, demandas, necessidades e problemas comuns visando o processo de integração e de autonomia das comunidades, não se caracterizando como uma ação assistencialista;
- construção com todos os parceiros de projetos e atividades, permitindo a imediata legitimidade das prioridades demandadas, absorvendo valores culturais próprios das comunidades;

---

<sup>104</sup> **Julgou-se oportuno, aqui, substituir o texto original do Plano, a fim de consolidar o esforço de harmonização terminológica na classificação dos programas/projetos/atividades de extensão. Assim, foram adotadas as áreas temáticas definidas no documento do Grupo de Trabalho sobre Sistema de Dados e Informações e RENEX, aprovado pelo Fórum em dezembro de 1999, Brasília, no lugar dos oito eixos temáticos constantes no Plano aprovado em 1998, quais sejam: Preservação e sustentabilidade do meio ambiente; Promoção à saúde e à qualidade de vida; Educação básica; Desenvolvimento da cultura; Transferência de tecnologias apropriadas; Atenção integral à criança, adolescente e idoso; Capacitação e qualificação de recursos humanos e de gestores de políticas públicas; Reforma agrária e trabalho rural.**

- diálogo aberto entre universidade e comunidade ao articular o saber popular e as práticas sociais das comunidades com o saber acadêmico e a prática social da vida universitária;
- parcerias no âmbito do poder público e da sociedade civil.

### **FINANCIAMENTO E AVALIAÇÃO**

O financiamento das metas da organização da extensão universitária terá como fonte de recursos os órgãos federais e estaduais de educação e as próprias universidades. O financiamento das metas relativas à articulação com a sociedade será definido a partir da realização de parcerias com órgãos e instituições ligadas às áreas e articulações políticas com agências de desenvolvimento.

O Fórum proporá um sistema de avaliação das metas contidas no plano a ser desenvolvido pelas instituições envolvidas no processo.

**Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras,  
Natal - RN, 8 de maio de 1998.**

**INSTITUIÇÕES SIGNATÁRIAS****NORTE**

Faculdade de Ciências Agrárias do Pará - FCAP  
 Universidade da Amazonas - FUAM  
 Universidade do Estado do Pará - UEPA  
 Universidade Federal do Acre - UFAC  
 Universidade Federal do Amapá - UNIFAP  
 Universidade Federal do Pará - UFPA  
 Universidade Federal de Rondônia - UNIR  
 Universidade Federal de Roraima - UFRR

**NORDESTE**

Universidade do Estado da Bahia - UNEB  
 Universidade Estadual do Ceará - UECE  
 Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS  
 Universidade Estadual do Maranhão - UEMA  
 Universidade Estadual da Paraíba - UEPB  
 Universidade Estadual do Piauí - UESPI  
 Universidade Estadual do Rio Grande do Norte - UERN  
 Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC/BA  
 Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB  
 Universidade Estadual do Vale do Acaraú - UVA/CE  
 Universidade Federal de Alagoas - UFAL  
 Universidade Federal da Bahia - UFBA  
 Universidade Federal do Ceará - UFCE  
 Universidade Federal do Maranhão - UFMA  
 Universidade Federal da Paraíba - UFPB  
 Universidade Federal de Pernambuco - UFPE  
 Universidade Federal do Piauí - UFPI  
 Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN  
 Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE  
 Universidade Federal de Sergipe - UFSE  
 Universidade de Pernambuco - UPE  
 Universidade Regional do Cariri - URCA/CE

**CENTRO-OESTE**

Fundação Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul - FUEMS  
 Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - FUFMS  
 Fundação Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT  
 Universidade de Brasília - UnB  
 Universidade Estadual de Anápolis - UNIANA  
 Universidade Federal de Goiás - UFG  
 Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT

**SUDESTE**

Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro - CEFET/RJ  
 Centro Federal de Educação Técnica de Minas Gerais - CEFET/MG  
 Escola de Farmácia e Odontologia de Alfenas  
 Escola Federal de Engenharia de Itajubá - EFEI  
 Faculdade Federal de Odontologia de Diamantina  
 Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro - FMTM

Fundação de Ensino Superior de São João Del Rei - FUNREI  
 Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP  
 Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG  
 Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES  
 Universidade Estadual do Norte Fluminense - UENF  
 Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ  
 Universidade Estadual Paulista - UNESP  
 Universidade Federal do Espírito Santo - UFES  
 Universidade Federal Fluminense - UFF  
 Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF  
 Universidade Federal de Lavras - UFLA  
 Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG  
 Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP  
 Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ  
 Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ  
 Universidade Federal de São Carlos - UFSCar  
 Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP  
 Universidade Federal de Uberlândia - UFU  
 Universidade Federal de Viçosa - UFV  
 Universidade do Rio de Janeiro - UNIRIO  
 Universidade de São Paulo - USP

### SUL

Centro Federal de Educação Técnica do Paraná - CEFET/PR  
 Fundação Universidade do Rio Grande - FURG  
 Universidade Estadual de Londrina - UEL  
 Universidade Estadual de Maringá - FUEM  
 Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE  
 Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG  
 Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC  
 Universidade Federal do Paraná - UFPR  
 Universidade Federal de Pelotas - UFPEL  
 Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS  
 Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC  
 Universidade Federal de Santa Maria - UFSM  
 Secretaria de Educação Superior / Ministério da  
 Educação - SESu / MEC

## **ESTA EDIÇÃO EQUIPE**

### **Estabelecimento e revisão dos textos:**

Prof<sup>a</sup>. Jane Voisin (UESC-BA), Prof<sup>a</sup> Dóris Santos de Faria (UnB), Prof<sup>a</sup> Inês Luci Machado Carrijo (UFU), Prof. Edison José Corrêa (UFMG), Prof. Targino de Araújo Filho (UFSCar), Prof<sup>a</sup> Malvina Tania Tuttman (UNIRIO).

### **Revisão final:**

Prof<sup>a</sup> Maria Luiza Nora (UESC-BA)

### **Website:**

Cesar Lawinsky (PROEX / UESC-BA)

A versão original do Plano Nacional de Extensão lançada em 1999 foi elaborada pelos membros da Coordenação Nacional do Fórum, gestão 1998/1999, com a participação do Prof. Luiz Roberto Lize Curi, Diretor do Departamento de Política do Ensino Superior, SESu / MEC.

### **Bibliografia consultada, além dos documentos originais do Fórum:**

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (org.). *Extensão Universitária: diretrizes e políticas*. Belo Horizonte: PROEX / UFMG, 2000.